



ESCOLA SUPERIOR
DE **COMUNICAÇÃO SOCIAL**

O serviço público de televisão na cobertura mediática da
temática ambiental – o caso da RTP1

MARIA CAROLINA SOARES BORGES

Relatório de Estágio submetido como requisito parcial para a obtenção do grau
de Mestre em Jornalismo

Sob a orientação de:

Professora Doutora Maria José Mata

Outubro, 2025

Aos meus pais

Agradecimentos

Aos meus avós, que tanto me apoiaram e que de perto acompanharam todo o meu percurso académico e de vida;

Ao meu padrinho, que sempre me motivou e felicitou;

Aos tios mais generosos e compreensivos da linha de Oeiras, pelo companheirismo e incentivo constantes de que tanto precisei ao longo do último ano;

Aos meus primos por serem leveza em dias de maior sufoco;

À restante família pela consideração e apoio;

Às amigas de quase uma vida por, mesmo sem saberem, ajudarem em todo o processo;

Aos colegas e amigos de mestrado com quem partilhei tantas horas de aulas e que muito me ajudaram desde a primeira fase deste trabalho;

A todos os jornalistas e profissionais, especialmente das editorias de Sociedade e Ambiente, com quem me cruzei durante o estágio na RTP Lisboa, a casa que tão bem me recebeu;

À ESCS e a todos os professores, por estes dois anos repletos de novos conhecimentos e aprendizagens;

À professora Maria José Mata, pela orientação, disponibilidade e empatia que sempre demonstrou;

Por fim, e sem sombra de dúvida o mais importante, aos meus pais, os melhores que podia ter tido, por não me falharem, por tantas e intermináveis horas de consolo e por estarem ao meu lado em cada passo deste caminho nada fácil. Por acreditarem em mim incondicionalmente, por não me largarem a mão e por fazerem de mim uma miúda feliz.

A todos, o maior dos meus agradecimentos!!!

Declaração de Originalidade

Eu, Maria Carolina Soares Borges, declaro que este Relatório de Estágio é um trabalho original e inédito, fruto das minhas pesquisas e investigações para obtenção do grau de Mestre em Jornalismo pela Escola Superior de Comunicação Social, em Lisboa.

Declaro, ainda, que citei e referenciei todos os autores e documentos por mim utilizados na produção do trabalho e que estou ciente de que o plágio – a utilização de partes de um trabalho alheio não devidamente referenciadas – pode resultar na anulação deste trabalho.

Outubro de 2025

A candidata,

Resumo

O presente Relatório de Estágio foi desenvolvido no âmbito do Mestrado em Jornalismo da Escola Superior de Comunicação Social e resulta de um estágio curricular realizado na redação de informação televisiva da RTP Lisboa, entre fevereiro e maio de 2025.

Tendo, o estágio, sido realizado nas editorias de Sociedade e Ambiente, procurou-se analisar de que forma a RTP observa as obrigações e princípios do serviço público no tratamento informativo de temáticas ambientais, de modo a compreender como são colocadas em prática as orientações do Contrato de Concessão de Serviço Público e entender a perceção dos jornalistas sobre o seu papel.

Para tal, recorreu-se a uma análise de conteúdo a todas as peças sobre ambiente emitidas no programa Telejornal da RTP 1 durante todo o período de estágio, que, quando conjugada com a observação participativa, permitiu concluir que, na sua generalidade, o conjunto de princípios orientadores analisados, inerentes ao serviço público televisivo, foram observados.

De facto, a apresentação de diferentes correntes de opinião, a utilização de expressões que contextualizam e situam a informação, a valorização do território nacional e a representação de todas as partes interessadas são alguns dos resultados que sustentam esta constatação.

Através da realização de entrevistas a 11 profissionais foi também possível compreender que, apesar de a maioria dos jornalistas inquiridos não ter conhecimento dos termos do Contrato de Concessão de Serviço Público de Media, os profissionais têm interiorizadas as obrigações e princípios orientadores nele estipulados, mas enquanto parte integrante de qualquer atividade jornalística.

Palavras-chave: RTP; serviço público; Contrato de Concessão; temas ambientais; jornalismo televisivo.

Abstract

This Internship Report was developed as part of the Master's Degree in Journalism at the Escola Superior de Comunicação Social and results from a curricular internship carried out in the television newsroom of RTP Lisboa, between February and May 2025.

As the internship took place in the Society and Environment news sections, the aim was to analyze how RTP fulfills the obligations and principles of public service in its news coverage of environmental issues, in order to understand how the guidelines of the Public Service Concession Contract are put into practice and to grasp journalists' perceptions of their role.

To this end, a content analysis was conducted on all environmental news stories broadcast in the Telejornal program on RTP1 throughout the internship period. Combined with participant observation, this analysis led to the conclusion that, in general, the set of guiding principles inherent to public service television were indeed observed.

In fact, the presentation of different viewpoints, the use of expressions that contextualize and situate information, the emphasis on national territory, and the representation of all interested parties are among the findings that support this conclusion.

Furthermore, interviews conducted with 11 professionals made it possible to understand that, although most of the journalists interviewed were not familiar with the specific terms of the Public Media Service Concession Contract, they have internalized its obligations and guiding principles as an integral part of any journalistic practice.

Keywords: RTP; public service; Concession Contract; environmental issues; television journalism.

Índice

Introdução.....	1
Capítulo I - O Serviço Público de Televisão	3
1.1 A realidade europeia.....	3
1.2 Missão e princípios do serviço público de televisão em Portugal	12
1.3 Serviço público de televisão na atualidade nacional.....	21
Capítulo II – A temática ambiental nos <i>media</i>	30
2.1 Mediatização do meio ambiente	30
2.2 Características do Jornalismo Televisivo.....	39
Capítulo III – Estágio na redação da RTP Lisboa.....	44
3.1 RTP - A Televisão de Serviço Público Português.....	44
3.1.1 O nascimento da televisão estatal.....	44
3.1.2 O fim do monopólio	46
3.2 Organização da redação de informação televisiva	48
3.3 O dia a dia na redação	50
3.4 A experiência de estágio	52
Capítulo IV - O cumprimento das obrigações e princípios de serviço público na cobertura de temas ambientais	59
4.1 Metodologia.....	59
4.2 Análise e discussão de resultados.....	61
4.2.1 Análise de Conteúdo.....	61
4.2.2 Entrevistas.....	85
Conclusão	108
Referências Bibliográficas	111
Anexos.....	119
Anexo 1 – Trabalhos desenvolvidos em estágio / Diário de Bordo.....	119

A – Peças desenvolvidas.....	119
B – Serviços acompanhados que não originaram peças.....	127
Anexo 2 – Grelha de Análise.....	129
Anexo 3 – Tabela com variáveis e categorias analisadas.....	145
Anexo 4 – Tabela com a duração total do Telejornal.....	150
Anexo 5 – Entrevistas.....	152
A - António José Teixeira – Diretor de Informação Televisiva.....	152
B - Florbela Godinho – Coordenadora do Telejornal.....	156
C - Daniela Santiago – jornalista e editora da editoria de ambiente.....	161
D - Lavínia Leal – jornalista e editora da editoria de sociedade.....	167
E - Rita Marrafa de Carvalho – jornalista e editora da editoria de sociedade	171
F - Andreia Custódio – jornalista redatora na editoria de ambiente.....	176
G - Soraia Ramos – jornalista redatora na editoria de sociedade.....	183
H - Ana Luísa Alves – jornalista redatora na editoria de sociedade.....	188
I - Luís Filipe Fonseca – jornalista redator na editoria de sociedade.....	192
J - Manuela Sousa – jornalista redatora na editoria de sociedade.....	197
K - Carla Diogo – jornalista redatora na editoria de sociedade.....	201

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Tipos de fontes (n=95, peças com fontes).....	63
Tabela 2 - Temas retratados (n=117, todas as peças).....	66
Tabela 3 - Outros programas	67
Tabela 4 - Por distrito (n=83, peças nacionais)	69
Tabela 5 - Por região (n=83, peças nacionais).....	69
Tabela 6 - Expressões que contextualizam a informação.....	73
Tabela 7 - Imagens apresentadas nas peças (n=117, todas as peças).....	74
Tabela 8 - Expressões que descodificam a mensagem transmitida	76
Tabela 9 - Expressões que não descodificam a mensagem transmitida.....	76
Tabela 10 - Expressões consideradas especulativas.....	77
Tabela 11 - Peças que caíram do alinhamento Telejornal e que não passaram no Telejornal	83
Tabela 12 - Respostas à questão sobre as peças ambientais que caem dos alinhamentos	88
Tabela 13 - Respostas à questão sobre os desafios de escrever sobre temas ambientais	90
Tabela 14 - Respostas à questão sobre o interesse que existe em escrever sobre ambiente	91
Tabela 15 - Respostas à questão sobre propostas para trabalhar temas ambientais.....	92
Tabela 16 - Respostas à questão sobre as obrigações e princípios orientadores do jornalismo de serviço público.....	94
Tabela 17 - Respostas à questão sobre as possíveis limitações dessas obrigações e princípios orientadores.....	96
Tabela 18 - Respostas à questão sobre a aposta da RTP na temática ambiental.....	97
Tabela 19 - Respostas à questão sobre as recomendações internas para trabalhar temas ambientais.....	99
Tabela 20 - Respostas à questão sobre o interesse público e o interesse do público	101
Tabela 21 - Respostas à questão sobre a responsabilidade da RTP na educação ambiental do público.....	104
Tabela 22 - Respostas à questão sobre as mudanças no Contrato de Concessão	106

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Fontes de informação (n=117, todas as peças)	62
Gráfico 2 - Classificação das fontes: oficiais e não oficiais (n=95, peças com fontes)..	63
Gráfico 3 - Classificação das fontes: pessoais e documentais (n=95, peças com fontes)	64
Gráfico 4 - Quantidade de fontes (n=95, peças com fontes).....	65
Gráfico 5 - Perspetivas das fontes (n=81, peças com mais de uma fonte).....	65
Gráfico 6 - Origem geográfica (n=117, todas as peças).....	68
Gráfico 7 - Apresentação das partes interessadas (n=117, todas as peças)	70
Gráfico 8 - Géneros jornalísticos (n=117, todas as peças).....	73
Gráfico 9 - Descodificação de linguagem potencialmente complexa (n=11, peças com linguagem complexa).....	75
Gráfico 10 - Identificação das fontes apresentadas (n=95, peças com fontes).....	77
Gráfico 11 A e B - Posição das peças analisadas no alinhamento do Telejornal por partes	80
Gráfico 12 - Posição das peças analisadas no alinhamento do Telejornal (n=117, todas as peças)	80
Gráfico 13 - Peças que caíram do alinhamento do Telejornal (n=22, peças caídas do alinhamento).....	81
Gráfico 14 - Dias com e sem emissão de peças ambientais (n=96, dias de período de análise)	83

Introdução

O presente Relatório de Estágio resulta de um estágio curricular de 3 meses realizado na redação de informação televisiva da Rádio e Televisão de Portugal, nas instalações de Lisboa, entre 3 de fevereiro e 9 de maio de 2025. A fundamental intenção que levou à concretização deste trabalho de investigação passou por conhecer e compreender em que medida o canal RTP1 cumpre o seu propósito de serviço público de televisão, no tratamento jornalístico feito a questões relacionadas com a temática ambiental. Assim sendo, a questão de partida que se considera o mote desta investigação é: *Como são cumpridos e percebidos, pelos jornalistas, os princípios orientadores e obrigações de serviço público, por parte da RTP 1, no tratamento informativo de temáticas ambientais?*

Através deste estudo procurou-se, portanto, compreender como os jornalistas põem em prática as indicações do Contrato de Concessão de Serviço Público da RTP e, consequentemente, analisar a cobertura noticiosa de temas ambientais no primeiro canal da estação. Este relatório de estágio também contribuiu para entender e discutir a atualidade e os desafios que se colocam ao serviço público de televisão em Portugal.

Apesar de haver poucos estudos que agreguem o cumprimento do serviço público e temas de cariz ambiental, o que constitui, naturalmente, uma lacuna na investigação académica nacional quanto ao serviço público de televisão, é pela atualidade de ambas as temáticas que se prende a efetiva pertinência e relevância da presente investigação. Por um lado, o conceito de serviço público, e as suas consequentes implicações, têm vindo a ser alvo de intenso debate, nomeadamente, impulsionado pelas medidas e propostas promovidas e levadas avante pelo anterior Governo¹, que geraram discussão nacional, tanto a nível mediático quanto parlamentar. Por outro lado, a emergência climática, associada a todas as transformações globais que dela decorrem, tem contribuído para um aumento significativo na frequência e gravidade de eventos ambientais, exigindo uma cada vez maior e mais regular atenção mediática. Assim, o facto de ambas as temáticas retratadas estarem “na ordem do dia” faz com que um trabalho investigativo desta natureza esteja revestido de relevância social o que contribui para um debate, tanto social quanto académico, no que respeita a questões centrais e urgentes da

¹ Trata-se do XXIV Governo Constitucional, liderado pelo Primeiro-Ministro Luís Montenegro e com período de governação entre 02.04.2024 e 05.06.2025

atualidade nacional, que é o caso do serviço público de televisão que se pratica nas emissoras nacionais.

Para a materialização deste exercício investigativo foi traçado um plano metodológico misto, cruzando técnicas de natureza qualitativa e quantitativa. Recorreu-se a uma revisão de literatura para construção do quadro teórico; à observação participação decorrente do estágio; a uma análise de conteúdo cujo *corpus* é constituído pelas peças ambientais emitidas no noticiário da noite da RTP1 - o Telejornal - ao longo do período de estágio; e a entrevistas semiestruturadas realizadas a 11 jornalistas, de modo a compreender algumas tomadas de decisão.

O relatório encontra-se dividido em 4 capítulos. O primeiro relaciona-se com a noção e missão do serviço público de televisão, tanto a nível nacional como europeu. O segundo capítulo explora a mediatização de temas ambientais por parte dos meios de comunicação, abordando também a noção de jornalismo televisivo na sociedade contemporânea. O terceiro capítulo dá conta da experiência de estágio, com a descrição das atividades desenvolvidas e a sua relação com o tema a investigar. Já o último capítulo corresponde à apresentação da estratégia metodológica, bem como à análise e discussão dos resultados obtidos através dos dados recolhidos na investigação realizada.

Capítulo I - O Serviço Público de Televisão

No presente capítulo importa desenvolver a noção de serviço público de televisão bem como a sua missão e objetivos plasmados na legislação portuguesa. Procura-se, ainda, compreender o seu enquadramento não só em contexto nacional, mas enquanto parte integrante de uma Europa que tende a valorizar o serviço público de televisão. Um olhar sobre a atual discussão que tem vindo a gerar-se em torno do conceito de serviço público de televisão, nomeadamente no seio governamental, é também pertinente para a compreensão da sua realidade nos dias de hoje.

1.1 A realidade europeia

O conceito de serviço público enquanto tal, remonta aos primeiros anos do século passado. De acordo com Sílvio Santos (2013) foi o trabalho de Léon Duguit, jurista francês especialista em direito público e considerado o mentor da Escola do Serviço Público ou Escola de Bourdeaux, que relacionou «o serviço público com a prestação pelo Estado de serviços com fins sociais» (p.5). Este conceito foi sendo trabalhado e desenvolvido, essencialmente em França, ao longo dos anos que se seguiram.

A definição clássica de serviço público surge, então, nas décadas de 30 e 40 desse mesmo século, pela mão de Louis Rolland, cujos princípios definidos como basilares (continuidade, igualdade e mutabilidade) ainda hoje perduram na essência deste conceito (Santos, 2013, p.10). Já o serviço público aplicado aos meios de comunicação social, nomeadamente à televisão, demonstrou, desde sempre, desempenhar um papel crucial na sociedade, não só na esfera mediática e comunicacional, como também a nível cultural, económico, político e tecnológico.

O serviço público de televisão desenvolveu-se, a nível mundial, tendo por base a evolução tecnológica daquele que foi o seu principal antecessor: a rádio. Aproveitando todos os meios de que a rádio dispunha, a televisão «herda-lhe os profissionais, aproveita parte dos seus recursos técnicos, adapta os seus conteúdos e adota o seu modelo de funcionamento» (Lopes, 1999a, p.25).

A primeira experiência televisiva, aberta ao público, ocorreu em 1925 num armazém londrino, e assim, foram surgindo nos mais diversos países as primeiras emissões experimentais, tanto na Europa como nos Estados Unidos. A chegada da II Guerra Mundial refreia, no entanto, esta evolução emergente que se fazia notar a nível

global. A consistência das transmissões audiovisuais apenas foi retomada após o fim do conflito bélico, em 1945, sendo que, como refere Lopes (1999a), este regresso às emissões foi menos conturbado numa América menos enfraquecida pela guerra, tendo conseguido não cessar por completo as suas emissões (p.25).

O modo de fazer televisão diferenciava-se, porém, nos continentes Americano e Europeu, tendo o primeiro apostado no setor privado e o segundo no serviço público. Encontramo-nos, portanto, perante dois modelos de televisão – o americano e o europeu. Como refere Cebrián Herreros (1998), aquando do ressurgimento do panorama televisivo, no rescaldo da II Guerra Mundial, «nos Estados Unidos é explorado o modelo da televisão de iniciativa privada, de liberdade e competitividade entre os canais (...). No entanto, na Europa impõe-se um modelo de monopólio estatal.(...) O Estado converte-se num pai proporcionador da informação que considera que o destinatário deve conhecer. [tradução própria]» (pp.55-56).

As frequências de televisão foram, portanto, em solo americano, entregues a grandes empresas privadas de modo a evitar que o Estado assumisse a função de produtor de conteúdos ou, até mesmo, transmissor de ideias próprias, caso contrário, poderia demonstrar-se um entrave à liberdade de expressão dos meios de comunicação (Cintra Torres, 2011, p.85).

A nível europeu, e sendo considerada um apetecível bem social, a televisão foi, desde logo, encarada como um serviço público. De facto, tratava-se de um meio de comunicação com um reduzido potencial para gerar lucro aos olhos de investidores privados, pois, para além de ser um meio consideravelmente mais dispendioso do que a rádio, só uma minoria de famílias mais abastadas tinha acesso às emissões. A acrescer a isto, as verbas obtidas por via da publicidade mostravam-se insuficientes para manter um canal televisivo, sendo, definitivamente, a taxa o principal contributo para financiar as emissões (Arons de Carvalho, 2009, pp.22-23). O continente europeu encontrava-se, assim, perante uma fase de monopólio televisivo estatal, «confiando o controlo da radiotelevisão ao Estado, como, aliás, já acontecia com a rádio» (Lopes, 1999a, p.26).

É nesta conjuntura de pós-guerra que emerge, em solo europeu, a concepção de «Estado Social» onde o próprio Estado provê às necessidades dos seus cidadãos, tornando-se responsável por garantir o acesso a variados quadrantes da esfera social, como a educação, a saúde, a proteção social ou mesmo a cultura. Tendo-se esta ideologia,

alastrado para a televisão de serviço público, o Estado apresentava, perante as sociedades, uma postura paternalista (Arons de Carvalho, 2009, p.24).

Como refere Joaquim Fidalgo (2003), pode apontar-se a inglesa *British Broadcasting Corporation* (BBC) enquanto pioneira e, conseqüentemente, grande impulsionadora do considerado modelo europeu de televisão pública, que serviu de mote (p.13) e levou aos mais diversos países do panorama europeu a clássica tríade televisiva de ‘formar, informar e divertir’. Contrariando as expectativas inerentes a uma televisão de domínio estatal, bem como contrariando o que acontecia em muitos outros países europeus, a BBC adotou, desde sempre, uma postura independente face ao poder político e suas eventuais manipulações, nomeadamente através de órgãos internos reguladores (Lopes, 1999a, pp.30-31).

O modelo de televisão pública, enquanto monopólio estatal, acabou por se consolidar nos restantes países europeus, apresentando, no entanto, celeridade diferente, com origens, características e organizações específicas de cada nação. Ao longo dos anos que se seguiram, da década de 60 em diante, foi notório o desenvolvimento do serviço público de televisão, nomeadamente a nível tecnológico. O início das emissões a cores otimizou a qualidade das imagens transmitidas; a utilização das novas frequências permitiu a criação de mais canais, considerando a diversidade de escolhas e gostos dos telespectadores; o aumento das horas de emissão acarretava mais custos e, conseqüentemente, maior dependência de receitas publicitárias; a utilização de videogravadores permitia igualar a qualidade de programas gravados e transmissões em direto; e a utilização de satélites permitia a troca de programas em difusão internacional. Por um lado, todas estas modificações que foram surgindo no seio da televisão pública potenciaram a sua proliferação e o seu impacto social nas mais distintas sociedades europeias. Por outro lado, contribuíram para a transformação deste meio de comunicação público numa indústria cada vez mais apetecível às empresas comerciais, o que precipitou o surgimento da concorrência face a emissoras privadas (Arons de Carvalho, 2009, pp.41-45). Estavam, assim, dados os primeiros passos rumo ao fim do monopólio estatal.

Também Joaquim Fidalgo (2003) enumera um conjunto de fatores políticos, sociais, culturais e económicos que modificaram «tanto a concepção como a própria prática do SPT [Serviço Público de Televisão]» na Europa, nomeadamente nos anos 80. O autor destaca o licenciamento de novos canais comerciais na atividade televisiva, que findou, definitivamente, o monopólio estatal; bem como a menor adesão a um Estado-

Providência ('Estado Social') face à favorável economia de mercado, o que fez com que o Estado deixasse de “servir” diretamente os cidadãos, mas antes permitisse e assegurasse que esses serviços fossem fornecidos por outrem (Fidalgo, 2003, p.15).

Começaram, portanto, a emergir, por toda a Europa, novos operadores televisivos privados, instaurando-se, desde logo, um clima de concorrência com as emissoras de serviço público, disputando audiências, programas e receitas publicitárias. Importa referir que, em 1990, «perto de trinta canais privados estavam a emitir nos 17 países da Europa Ocidental considerados neste quadro evolutivo» (Arons de Carvalho, 2009, p.46), valor significativo quando comparado com a quase inexistência de operadores comerciais em 1980. Nesta era de concorrência, a televisão pública debatia-se com a crescente sensação de ser cada vez mais desnecessária aos olhos dos telespectadores (pondo em causa a sua legitimidade); com a conseqüente perda de audiências; e com a opinião generalizada de que falhava perante a sociedade, nivelando a sua programação à dos canais privados e sendo alvo de recorrentes críticas (Fidalgo, 2003, p.16). A par de todos estes fatores, e como explana Arons de Carvalho (2009, p.63), a televisão pública era, ainda, acusada, por parte das emissoras privadas, de “*concorrência desleal*”, uma vez que, a acrescer às receitas publicitárias, beneficiava de receitas provenientes de fundos públicos – as taxas.

Com o intento de colmatar as desavenças entre operadores públicos e privados, as instâncias europeias viram-se obrigadas a intervir a partir dos anos 90. Destaca-se o Protocolo (*'Protocolo Relativo ao Sistema de Serviço Público de Radiodifusão dos Estados-Membros'*) anexo ao Tratado de Amesterdão que, em 1997, reconhece a cada Estado-Membro o direito de proceder à organização do serviço público de radiodifusão de acordo com os seus critérios próprios, estipulando que cada país deve dispor de recursos suficientes para o financiar (Arons de Carvalho, 2009, p.300).

Paulatinamente, foram evoluindo as novas tecnologias digitais que acabaram por potenciar algumas transformações no panorama televisivo europeu, tanto no que diz respeito à oferta como ao consumo televisivo. Passou a existir, à disposição do telespectador, não só um maior número de canais televisivos, como uma multiplicidade de dispositivos recetores, desde o convencional televisor ao contemporâneo telemóvel ou computador. A par disto, e como destaca Alberto Arons de Carvalho (2009), este novo contexto digital coloca diversos desafios ao futuro do serviço público de televisão

² Itálico apresentado no texto original do autor

Europeu. As emissoras públicas devem, assim, conseguir mostrar que ainda se justifica a sua presença no mercado televisivo, considerando o quadro de ofertas cada vez mais extenso e diversificado (Arons de Carvalho, 2009, pp.157). Como defende Patrícia Ascensão (2021), torna-se imprescindível que os meios de comunicação públicos consigam «adaptar-se aos novos padrões de consumo e reinventar-se como fornecedores de conteúdos mediáticos num ambiente multiplataforma» (p.19).

As mais altas patentes europeias têm vindo, de facto, a contribuir para a salvaguarda da consolidação e desenvolvimento do serviço público de televisão na Europa. Em janeiro de 1999, a Resolução do Conselho da União Europeia e dos Representantes dos Estados-Membros presentes ditou que as condições inerentes ao cumprimento do serviço público de televisão passariam pela «manutenção da sua relevância para os cidadãos», o que acabou por implicar a «correspondente modernização e inovação, reafirmando a necessidade de garantir a sua sustentabilidade», sendo esta uma das premissas europeias tidas em consideração pelo atual Contrato de Concessão de Serviço Público de Média (Contrato de Concessão do Serviço Público de Média [CCSPM], 2025, considerando F).

Também o Comité de Ministros do Conselho da Europa, em maio de 2003, aprovou a Recomendação Rec (2003) 9 referente às medidas a adotar para que o serviço público de radiodifusão pudesse cumprir o seu papel nas plataformas digitais. Tais medidas constavam em fornecer «novos serviços de programas especializados, por exemplo no campo da informação, educação e cultura, e de novos serviços interactivos, como Guias Eletrónicos de Programas ou serviços *on-line* complementares» (Arons de Carvalho, 2009, p.164).

Já Karol Jakubowicz (2011) realça a importância do serviço público de televisão enquanto instituição de radiodifusão a nível europeu, referindo que a Assembleia Parlamentar do Conselho Europeu via este mesmo serviço como «umas das instituições sociopolíticas e de *media* chave desenvolvidas pelas democracias da Europa Ocidental no século XX» (p.11). Na sua Recomendação 1641 (2004) 1, a referida Assembleia convidou os Estados-Membros a «definir um enquadramento apropriado para o funcionamento do serviço público de radiodifusão bem como a sua adaptação e modernização de forma a satisfazer as necessidades do público e os requisitos da era digital». Estavam, assim, criadas as condições para que o serviço público de televisão continuasse a servir a sociedade (Jakubowicz, 2011, pp.11-12).

O Observatório da Comunicação português tem feito, também ele, referência a diversas atas e documentos europeus reguladores emitidos no seio da União Europeia e suas instituições no último quinquénio (Cardoso & Baldi, 2024). Um dos que mais se evidencia é o recente *European Media Freedom Act* (EMFA) anunciado pela Comissão Europeia em 2021 e adotado pelo Conselho da Europa em 2024. O EMFA pretende salvaguardar a liberdade inerente aos meios de comunicação, estipulando, no seu artigo 5º referente ao serviço público de *media*, que os Estados-Membros devem assegurar a independência funcional e editorial dos provedores; a transparência e a não discriminação em nomeações e despedimentos de cargos de gerência; bem como, a transparência do financiamento e alocação de fundos.

Ainda no que respeita às verbas dos meios de comunicação públicos europeus – uma das temáticas abordadas no EMFA –, o modelo de Contribuição Audiovisual (como é o caso de Portugal, Itália e Alemanha) a par do modelo de impostos direcionados (implementado na Suécia e Finlândia) demonstram assegurar de forma mais eficaz o financiamento das emissoras públicas, quando comparado com o modelo baseado no Orçamento de Estado (praticado em Espanha, França e Bélgica) que se revela imprevisível face às anuais avaliações e, conseqüente, instabilidade para um planeamento do serviço público a longo prazo (Cardoso & Baldi, 2024, pp.6-8).

No que se refere aos seus artigos 8º e 16º, o EMFA estabelece, ainda, o *European Board for Media Services* [ou Comité Europeu para os Serviços de Media] que vem substituir e abarcar as funções do seu predecessor *European Regulators Group for the Audiovisual Media Services* (ERGA). Este Comité, constituído por um representante da entidade reguladora nacional de cada Estado-Membro, tem a função de emitir pareceres técnicos para a Comissão Europeia, nomeadamente sobre a aplicação da Diretiva dos Serviços de Comunicação Social Audiovisual (DSCSA), bem como promover a articulação e cooperação entre as várias entidades reguladoras pertencentes à União Europeia (Cardoso & Baldi, 2024, p.10). No que respeita a Portugal, é a Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) que representa o país no referido Comité.

Na perspetiva de Jay Blumler (1992), que fornece um olhar sobre o serviço público na Europa Ocidental, a atividade televisiva destes meios de comunicação, pauta-se por um conjunto de valores que o autor designa como «valores vulneráveis», por considerar que possam estar ameaçados face a um sistema de televisão mista, em que coexistem canais públicos e comerciais, merecendo também proteção institucional. O

autor define estes seus valores enumerando-os da seguinte forma: qualidade dos programas (que consiste na relação entre as características de um programa e um conjunto de parâmetros avaliativos); diversidade (marcada pela diferente programação destinada a diversos sectores sociais); identidade cultural (através da emissão de programas que retratem as tradições, memórias, costumes e expressão linguística e artística das sociedades); independência face às influências comerciais (na medida em que os critérios de programação devem distanciar-se dos seguidos nos canais comerciais); integridade da comunicação cívica (considerando que a televisão pública deve fomentar que os telespectadores se identifiquem com adequados valores cívicos e morais); e bem-estar das crianças e jovens (através da proteção dos telespectadores menores face à excessiva exposição a programas não educativos) (Blumler, 1992, pp.49-58).

A salvaguarda destes valores da televisão de serviço público, para Jay Blumler e Wolfgang Hoffmann-Riem (1992), não deve restringir-se à regulamentação legal, sendo também necessário ter em consideração o conceito de «*responsabilidade pública*» inerente a estes meios de comunicação. As emissoras que transmitem programas para a generalidade da população, bem como os seus profissionais, devem ter responsabilidade pelos conteúdos emitidos, nomeadamente através da implementação de mecanismos de autorregulação. Os autores reiteram ainda que, estando em causa valores significativos para todos, no respeitante ao tecido cultural e à qualidade de vida pública, os interesses dos telespectadores, bem como da sociedade no seu conjunto, não devem ser ignorados (Blumler & Hoffmann-Riem, 1992, pp.277;288-289).

Também Denis McQuail (2003) defende este mesmo conceito recuperando a «teoria da responsabilidade social» dos *media*. Este termo foi cunhado, em 1947, no relatório emitido na sequência da Comissão Hutchins que, respondendo às críticas de sensacionalismo que emergiam na imprensa americana no início dos anos 40 do século findo, apontava a necessidade e as características que meios de comunicação socialmente responsáveis deveriam ter. Deste modo, de acordo com o autor, a teoria da responsabilidade social defende que os *media* «têm obrigações para com a sociedade e a sua posse é uma custódia pública», ou seja, os meios de comunicação devem trabalhar em prol do público sobrepondo-se o seu direito a que lhe seja prestado um serviço adequado e de qualidade; as notícias «devem ser verdadeiras, precisas, leais, objetivas e relevantes»; «os *media* devem ser livres mas autorregulados»; «devem seguir códigos de ética e de conduta profissional»; e «em certas circunstâncias o governo pode ter de intervir

para salvaguardar o interesse público» (McQuail, 2003, p.151). Esta noção de responsabilidade social dos *media*, apesar de ter tido a sua génese em contexto norteamericano, acabou por ser «realmente posta em prática com muito mais determinação e efeitos noutros países, especialmente na Europa Ocidental (...)» (McQuail, 2003, p.152).

Importa ainda referir um outro órgão internacional, desta feita para além da esfera europeia, que se dedica a promover e desenvolver o serviço público de *media* – a *European Broadcasting Union* (EBU) [ou União Europeia de Radiodifusão]. Integrando 113 organizações-membro distribuídas por 56 países, essencialmente mas embora não só europeus, a EBU, fundada em 1950 e com sede em Genebra, Suíça, é a maior e mais abrangente aliança de serviço público no que respeita aos meios de comunicação social. Na atualidade, o serviço público de *media* enfrenta uma miríade de desafios, desde a rápida evolução tecnológica e alterações nos comportamentos da audiência até à pressão económica e escrutínio político, pelo que a EBU, nas palavras da sua Presidente, Delphine Ernotte Cunci, e do seu Diretor Geral, Noel Curran, procura manter um ambiente de colaboração garantindo que «nenhum Membro está sozinho; apoiamo-nos mutuamente na persecução da nossa missão comum de fornecer um serviço público de alta qualidade [tradução própria]» (EBU, 2024). Só assim se consegue garantir que os meios de comunicação social de serviço público «continuem a ser uma pedra angular das sociedades democráticas em toda a Europa por muitos mais anos [tradução própria]» (EBU, 2024).

Desta forma, considera-se pertinente olhar para algumas das experiências e vivências de serviço público de televisão europeu de modo a traçar o perfil, embora não exaustivo, da atualidade europeia.

No Reino Unido, a BBC, fundada em 1922, dispõe de mais de dez canais televisivos, bem como um extenso conjunto de antenas e plataformas digitais, com temas e públicos variados, incluindo programação específica para os seus “países constituintes”. O seu financiamento consiste numa taxa de licenciamento paga pelos cidadãos agregada a um complemento de receitas comerciais que advêm das subsidiárias *BBC Studios* e *BBC Studioworks*, fornecendo estúdios e serviços de pós-produção a outras emissoras e produtoras de televisão. A BBC considera, no entanto, a taxa de licenciamento enquanto a mais relevante fonte de rendimento, uma vez que permite «manter o grupo sem publicidade comercial, independente de acionistas e de interesses públicos» (Lopes et al, 2023, p.129).

Operando sob Carta Real, que atualmente vigora até 2027, a BBC assume como sua missão agir de acordo com o interesse público, servindo todas as audiências mediante critérios de imparcialidade, distinção e alta qualidade, de modo a informar, educar e entreter. No que aos seus princípios de funcionamento diz respeito, e como detalhado no Livro Branco do Serviço Público de Média, coordenado por Felisbela Lopes (2023), a BBC prossegue cinco principais objetivos (fornecer informações imparciais; apoiar a aprendizagem de todos; produzir serviços criativos, de qualidade e distintivos; representar e servir todas as comunidades do Reino Unido apoiando a sua economia criativa; e refletir o Reino Unido, a sua cultura e os seus valores) e impõe seis valores pelos quais os seus trabalhadores se devem nortear (a prioridade das audiências; a vital criatividade; a confiança; o respeito mútuo; a responsabilidade no trabalho; e são *One BBC* – colaboração, aprendizagem e crescimento em conjunto) (Lopes et al, 2023, pp.129-130).

Entre muitas outras medidas, é de referir que a BBC inscreve nas suas áreas de intervenção prioritárias, a sustentabilidade ambiental e a preocupação em minimizar a sua própria pegada ecológica, pelo que tem envidado esforços nesse sentido. A empresa britânica tem vindo a «incluir e desenvolver temáticas na área, a fim de sensibilizar e orientar comportamentos ajustados por parte dos públicos», tendo em vista a exploração editorial desta temática em programas de informação, ficção e entretenimento (Lopes et al, 2023, p.130). A par disto, aquando da COP26 (Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas), realizada em 2021, a BBC assumiu o compromisso de um, cada vez melhor, *storytelling* sobre temáticas ambientais nos mais diversos géneros televisivos (Lopes et al, 2023, p.131).

No nosso país vizinho – Espanha –, as emissões televisivas tiveram início em 1956 com a Televisión Española, que mais tarde passou a integrar televisão e rádio. Surge, então a Radiotelevisión Española (RTVE) que hoje conta com sete canais televisivos bem como diversas emissoras de rádio e portais digitais, nos quais colaboram cerca de 6700 trabalhadores. O seu financiamento tem por base diversas fontes de receitas, como compensações estatais decorrentes do cumprimento das obrigações de serviço público, uma percentagem das taxas pagas, uma parcela das receitas dos operadores privados que cumprem o serviço público, ou até receitas próprias, que, em conjunto, abarcam um orçamento superior a mil milhões de euros. No que respeita aos princípios que regem a sua atividade, a RTVE assume ser «um referente de qualidade, garantindo a existência de canais de programação diversificada, com o objetivo de atingir todos os públicos,

nomeadamente através de conteúdos de informação, debate, educação e entretenimento», especificando também a necessidade de promover a coesão social. A par disso, a televisão espanhola propõe disponibilizar uma informação rigorosa e independente (Lopes et al, 2023, p.116).

Quanto a França, os meios de comunicação social de serviço público organizam-se em 3 grupos – *France Télévisions*, *Radio France* e *France Médias Mondes*. A sua componente televisiva (o grupo *France Télévisions*) integra um total de 7 canais bem como uma plataforma digital que disponibiliza todos os conteúdos emitidos em canal aberto. Como referido de modo detalhado no Livro Branco do Serviço Público de Média (Lopes et al, 2023), a televisão francesa é financiada pelo Orçamento de Estado, considerando o fim das taxas do audiovisual em 2022, e por verbas provenientes de receitas próprias, contando, também, com uma participação de 45% no grupo franco-alemão ARTE. Tendo como obrigação o cumprimento de um ‘Contrato de Objetivos e Meios’ assinado com o Estado francês que vigora por períodos de cinco anos, a *France Télévisions* definiu como principais valores a exigência, a diversidade, a inovação, a experimentação, a empatia e a paixão. A empresa reconhece, ainda, a proximidade enquanto uma das suas missões primárias, assumindo os compromissos de unir as audiências, fortalecer a confiança na informação, aumentar o sentido de comunidade e promover a igualdade, bem como a diversidade (Lopes et al, 2023, pp.117-118).

1.2 Missão e princípios do serviço público de televisão em Portugal

Em Portugal, a obrigatoriedade de o Estado assegurar a existência e o funcionamento de uma concessionária de serviço público de rádio e televisão está definida no artigo 38º, número 5, da Constituição da República Portuguesa. A Rádio e Televisão de Portugal é, então, o operador televisivo que detém, desde o seu surgimento, a concessão de serviço público do panorama audiovisual português.

Os contratos de concessão, celebrados entre a RTP e o Estado Português, tornam-se um dos elementos mais relevantes na atribuição do serviço público, estipulando todas as diretrizes, deveres e obrigações a que a Rádio e Televisão de Portugal terá de corresponder. Atualmente, encontra-se em vigor o recente Contrato de Concessão do Serviço Público de Media assinado a 7 março de 2025 e a sua concessão é válida por um prazo de 6 anos. De acordo com as suas cláusulas 1ª e 2ª, o documento designa os serviços

públicos de rádio e de televisão enquanto serviço público de *media*, englobando, assim, a produção, emissão e difusão de conteúdo, tanto sonoro quanto audiovisual (CCSPM, 2025). O Contrato de Concessão anterior [Contrato de Concessão de Serviço Público de Rádio e de Televisão] foi assinado em 2015 e esteve em vigor por um período de 10 anos sem que fosse feita qualquer revisão.

Todas as incumbências que a RTP terá de cumprir encontram-se especificamente plasmadas no atual Contrato de Concessão bem como na *Carta de Princípios e Missões do Serviço Público de Media*, doravante Carta, que lhe está anexa.

O serviço público, no que aos meios de comunicação diz respeito, deve apresentar-se, perante a sociedade, com o propósito de satisfazer as necessidades democráticas, sociais e culturais da população (CCSPM, 2025, cl2^a, n^o4). Deve, ainda, garantir a emissão de conteúdos que se diferenciem da restante oferta do mercado audiovisual nacional (CCSPM, 2025, Carta, p.37), bem como garantir «o acesso de todos à informação, educação e entretenimento» (CCSPM, 2025, cl5^a). Assim, para que se compreenda a noção de serviço público de televisão torna-se impreterível relacioná-la com a ideia de que deve ser proporcionado à sociedade, um acesso democrático a todos os conteúdos televisivos. Todas as pessoas, independentemente da sua literacia, da faixa etária, da sua posição política, religiosa ou outra, da sua etnia ou classe social, devem poder ter acesso a informação variada e representativa da sociedade em que estão inseridas, livre e gratuitamente. Como refere Patrícia Ascensão (2021), «o serviço público é, antes de qualquer outra questão, um serviço que pertence à sociedade e se relaciona com as demais instituições que a formam, pelo que não pode nunca ser dissociado da sua função social. É em redor deste centro de gravidade - o social, que o serviço público deve ser pensado e estruturado» (p.22).

Nos termos das cláusulas 3^a e 6^a do Contrato de Concessão, bem como da Carta anexa, e no que respeita à informação, a RTP deverá seguir os princípios «do pluralismo e do rigor, da isenção e da independência» (CCSPM, 2025, cl3^a, n^o1). Só assim, será assegurada a necessidade de «informar e dar a conhecer, de modo rigoroso, com isenção, independência e pluralismo», de forma a tornar-se «relevante para a sociedade portuguesa» e a garantir a cobertura noticiosa dos principais acontecimentos de âmbito nacional, regional e internacional (CCSPM, 2025, Carta, p.38).

Já relativamente à programação, e tendo em conta a Lei da Televisão e dos Serviços Audiovisuais a Pedido [LTSAP], que é sistematicamente evocada pelo atual Contrato, o cumprimento do serviço público de televisão passa pelos princípios «da universalidade e da coesão nacional, da diversificação, da qualidade (...) bem como do princípio da inovação» (CCSPM, 2025, cl3^a), tendo em vista uma «programação variada, diferenciadora e abrangente que promova a diversidade cultural» (LTSAP, art.51^o, n^o2a). É, ainda, explanada no Contrato de Concessão a necessidade de «tornar evidentes e identificáveis as distinções entre informação jornalística, programas e conteúdos de entretenimento e publicidade» (CCSPM, 2025, cl3^a, n^o2).

Pretende-se, de seguida, fazer uma reflexão sobre os princípios e obrigações que se consideram basilares para a construção do conceito de serviço público de televisão, bem como os que se adequem à presente investigação, no que respeita aos conteúdos informativos.

Nos pressupostos do Contrato de Concessão em vigor, a par do estabelecido no artigo 50^o da LTSAP, encontra-se estipulado que a televisão prestadora de serviço público terá de se mostrar **independente** face aos vieses e influências do Governo, da Administração Pública e dos restantes poderes públicos e privados inseridos na sociedade (CCSPM, 2025, Carta, p.37). Nas palavras de Alberto Arons de Carvalho et al (2012), a necessidade de reforçar a obrigatoriedade de independência da RTP passa pela «constatação do poder que os governos dispõem na gestão e na condução das empresas do sector público de comunicação social e do associado risco de ingerência nos conteúdos da programação e da informação» (p.317). Assim, e de forma a atingir os objetivos atribuídos à televisão de serviço público, torna-se necessário que esta seja independente dos poderes e interesses políticos ou económicos.

A noção de que o produto final de um serviço público de televisão terá de ter por base o **pluralismo**, relaciona-se com a imposição de assegurar «a possibilidade de expressão e confronto das diversas correntes de opinião», sejam elas de natureza política, religiosa ou cultural (CCSPM, 2025, Carta, p.35). Para Felisbela Lopes (1999a), uma informação televisiva pluralista, quanto a temas, fontes ou territórios mediatizados, torna-se um considerável contributo para a aproximação de cidadãos com diferentes estilos de vida (p.87). Também os autores do *Livro Branco do Serviço Público de Média* (Lopes et al, 2023) reforçam a ideia de que este é um conceito defendido na Carta dos Direitos

Fundamentais da União Europeia enquanto fator primordial à disseminação do direito à informação e da liberdade de expressão (p.170).

A **diversidade** inerente à televisão pública deverá concretizar-se através de uma «programação variada e abrangente que (...) tenha em conta os interesses das minorias» (LTSAP, art.51º, nº2a). Só assim se garante que a «atual diversidade da sociedade portuguesa se espelha na diversidade de protagonistas do serviço público de media (...) incluindo vozes de franjas etárias sub-representadas e das minorias invisíveis» (CCSPM, 2025, Carta, p.40). A obrigação de emitir programas destinados a todos os tipos de público, reflete, assim, a sociedade multifacetada em que nos inserimos. Como defende Jay Blumler (1992), cada setor da sociedade deve poder ver refletidos, nos meios de comunicação social, os seus interesses e os temas com que se identifica. Em simultâneo, cada cidadão pode familiarizar-se com os interesses e estilos de vida alheios, o que ajuda a fomentar a compreensão e a tolerância – características imprescindíveis a uma sociedade democrática (Blumler, 1992, p.51).

É, ainda, indispensável que a concessionária de serviço público de televisão promova um acesso **universal** a toda a população garantindo que qualquer cidadão português tenha acesso a televisão, independentemente da sua localização geográfica (Ascensão, 2021, p.39). Na RTP, tal concretiza-se através dos centros de produção das regiões autónomas bem como dos canais RTP Internacional e RTP África. É, portanto, necessário adotar uma visão «aberta aos diferentes contextos civilizacionais e promotora dos direitos fundamentais» (CCSPM, 2025, Carta, p.40). Assim, pretende-se fazer com que a televisão chegue a todos os cidadãos, igualando as suas condições de acesso. Neste sentido, também deverá ser garantida a possibilidade de cidadãos com necessidades especiais conseguirem acompanhar toda e qualquer emissão da RTP (Lopes et al, 2023, p.58). A aplicação desta incumbência passa, assim, pela oferta de um conjunto de funcionalidades que facilitem o acesso e compreensão dos conteúdos transmitidos. São elas, a interpretação em língua gestual portuguesa, a legendagem em teletexto ou até mesmo a audiodescrição do que é emitido (CCSPM, 2025, c112ª).

Enquanto concessionária de serviço público é imprescindível que a RTP não descure a necessidade de **inovar**. Esta obrigação assume uma vertente tecnológica, fazendo com que a emissora tenha de estar presente em «plataformas [que] são agora múltiplas e não se esgotam nas clássicas transmissões», nomeadamente através de sítios e portais na internet. A concessionária deverá «adaptar os seus conteúdos, a forma como

são produzidos e os meios de distribuição, para proporcionar aos públicos experiências alternativas» em meios digitais (CCSPM, 2025, Carta, p.37). No entanto, como refere Arons de Carvalho et al (2012), a inovação da concessionária está, por outro lado, relacionada com a emissão de programas que se adaptem às contínuas mudanças nos gostos dos telespectadores (p.331). Tal como estipulado no *Código de Ética e Conduta da Rádio e Televisão de Portugal* (2017), a emissora pretende ser líder de inovação em ambas as vertentes, tanto a nível tecnológico, como no que diz respeito ao conteúdo audiovisual (p.10).

A **qualidade** dos conteúdos emitidos é outra característica fundamental do serviço público de televisão. Embora seja difícil, para diversos autores, definir em que consiste uma programação de qualidade, Felisbela Lopes (1999a) defende que esta se relaciona diretamente com a capacidade da emissora para gerar debates de relevância social, bem como para promover os valores culturais de uma sociedade (p.46). Embora os padrões de qualidade televisiva abranjam toda a grelha de programação, no que se refere à informação, impõe-se que os noticiários televisivos tratem os acontecimentos de forma a torná-los inteligíveis com vista à sua compreensão por todos os cidadãos. Só assim se consegue fazer da televisão «um espaço de todos e para todos» (Lopes, 1999a, p.87).

As operadoras de televisão que prestam serviço público devem, ainda, constituir-se um fator de **coesão nacional** através da valorização da «língua e cultura portuguesas, fomentando a coesão entre os portugueses e os falantes de português, em todo o território nacional e fora de Portugal». De modo a exprimir a identidade nacional, a RTP deve «favorecer o contacto entre cidadãos residentes nas diferentes regiões do território nacional» bem como «as comunidades de língua portuguesa residentes no estrangeiro» (CCSPM, 2025, Carta, p.40). Pretende-se, assim, que o serviço público de televisão promova e fomente o sentido patriótico da população.

A informação televisiva deve, por outro lado, reger-se pelo **rigor e isenção**, relatando os factos com exatidão e honestidade, rejeitando o sensacionalismo e distinguindo com clareza os factos das opiniões aos olhos dos telespectadores. A **contextualização** da informação deverá, igualmente, estar presente, uma vez que há uma melhor compreensão das peças noticiosas «quando estão contextualizadas, sendo, por isso, aconselhável agrupá-las por blocos de conteúdos similares» (Lopes, 1999a, p.88).

De acordo com o determinado na Carta anexa ao atual Contrato de Concessão (2025), um dos propósitos da concessionária é apresentar-se como um «referencial de **credibilidade** para todo o jornalismo português» bem como cultivar «a **confiança** dos cidadãos nas notícias e no valor da informação» (pp.37-38). Neste sentido, o *Digital News Report Portugal 2025* (Cardoso et al, 2025), um estudo elaborado pela OberCom a pedido do *Reuters Institute for the Study of Journalism*, estabelece que «o *ranking* da confiança em marcas de notícias continua a ser liderado pelo serviço público de *media*». Quer isto dizer que 75% dos inquiridos confia na informação emitida pela Rádio e Televisão de Portugal, embora se trate de uma percentagem ligeiramente inferior face ao período homólogo do ano anterior (Cardoso et al, 2025, p.67).

Uma boa prática jornalística deve estar, também, **aberta ao contraditório**, na medida em que se procura «a auscultação de todas as partes com interesses atendíveis» na matéria retratada (Soares, 2025, p.12). Trata-se de uma incumbência expressa no antigo Contrato de Concessão (2015), no entanto, o documento que agora vigora não faz qualquer referência a esta condição. Ainda assim, estando a necessidade de abertura ao contraditório referida na mais diversa legislação, continua a ser uma característica necessária ao trabalho jornalístico.

Não sendo atribuições apenas aplicáveis ao serviço público, muitos dos critérios acima referidos encontram-se também estipulados no *Código Deontológico do Jornalista* (2017) (nºs 1 e 2) bem como no *Estatuto do Jornalista* (art.14º, alíneas a e e), estando, assim, inerentes ao jornalismo praticado em todo e qualquer órgão de comunicação social, seja ele público ou privado.

No que se refere à publicidade, o canal RTP1 não pode «exceder 12 minutos em cada período de 2 horas», sendo assim, «tendencialmente não financiado por publicidade televisiva comercial»; já no canal RTP2 «não pode existir publicidade comercial». Qualquer um dos outros canais pertencentes à RTP, nomeadamente os serviços internacionais e regionais, não tem restrições explícitas no que respeita a esta temática. Quanto à publicidade institucional, pode ser transmitida em qualquer um dos serviços emitidos, sendo esta «relativa à promoção de produtos, serviços, iniciativas ou fins de manifesto interesse público ou cultural (...)». Os canais de âmbito nacional, devem disponibilizar esta publicidade institucional numa «média diária de 3 minutos por hora» (CCSPM, 2025, cl26ª).

Em relação ao financiamento, este deve ser assegurado pelo Estado português. Consideram-se como fontes de financiamento do serviço público de televisão, a Contribuição para o Audiovisual, implementada em 2014 – que, agregada à fatura mensal da energia elétrica, é paga por todos os cidadãos portugueses –, bem como as receitas comerciais da concessionária (CCSPM, 2025, cl25^a).

Já no que diz respeito aos canais televisivos pertencentes, o atual Contrato de Concessão, a par do estabelecido nas cláusulas 53^a a 56^a da LTSAP, determina que estes integram uma série de serviços: um primeiro serviço generalista emitido em todo o território nacional – RTP1 (com destaque para as necessidades formativas, informativas, e recreativas do grande público); um segundo serviço generalista também emitido em todo o território nacional – RTP2 (que evidencia uma componente cultural e formativa); dois serviços destinados às Regiões Autónomas (Madeira e Açores) – RTP Madeira e RTP Açores; um serviço internacional – RTP Internacional (de modo a «promover a ligação entre Portugal e as comunidades de língua portuguesa residentes no estrangeiro» (CCSPM, 2025, cl14^a)), a par de um serviço dirigido aos países africanos de língua oficial portuguesa – RTP África (apresentando conteúdos que sejam «do interesse das comunidades africanas» e que noticiem «os principais acontecimentos desses países» (CCSPM, 2025, cl15^a)); um serviço «destinado à prestação especializada de informação» – RTP 3; e um serviço «histórico e documental» que promove o acervo documental «com base nos arquivos audiovisuais da Concessionária» – RTP Memória (CCSPM, 2025, cl15^a).

A principal missão dos provedores do serviço público televisivo é mediar a relação entre os telespectadores e os órgãos de comunicação, pelo que, no âmbito das cláusulas 22^a, 31^a e 32^a do Contrato em vigor (CCSPM, 2025), deverão ter acesso a todos os meios necessários para a execução das suas funções; os seus relatórios e pareceres devem ser tidos em consideração na avaliação do cumprimento das obrigações de serviço público por parte da concessionária; e podem ser convocados a prestar esclarecimentos perante a Assembleia da República nacional.

No que respeita ao quadro da política externa, a RTP deve desenvolver uma relação de cooperação e intercâmbio com outras entidades internacionais, nomeadamente com a União Europeia de Radiodifusão e com Macau. Privilegiando as organizações pertencentes a países de língua portuguesa, a Concessionária deve manter esta relação de colaboração quanto à informação, à produção e permuta de programas, à formação e apoio

técnico, ou até mesmo à produção e difusão de emissões internacionais (CCSPM, 2025, cl23^a).

Uma vez que a investigação inerente ao presente estudo dá conta de um período de tempo que abrange ambos os contratos de concessão (2015 e 2025), importa referir as mais relevantes e explícitas diferenças entre eles. Apesar das pequenas modificações no que respeita aos critérios já enunciados, os documentos diferem também na sua estrutura e na importância que atribuem à transição digital da concessionária³.

No que respeita à sua organização, o antigo Contrato de Concessão apresentava cláusulas que davam conta dos princípios, objetivos e obrigações do serviço público como um todo, distribuindo, depois, as incumbências pelos diferentes canais da RTP. Já o novo Contrato, apesar de conter essas mesmas cláusulas, distribuiu as responsabilidades do serviço público pelos diferentes tipos de programação: informação, entretenimento, cultura, desporto e ficção. Apresenta também cláusulas específicas para temas relacionados com públicos infantis/juvenis e acessibilidades, coisa que, no antigo documento, estava inserida noutras cláusulas. Quanto à temática digital, apesar do antigo Contrato de Concessão também fazer referência às novas plataformas digitais, o novo documento aposta mais nestes serviços, apresentando cláusulas específicas bem como agregando o tema à grande maioria dos itens apresentados.

Para além disto, o novo e atual Contrato explana, também, uma maior preocupação ambiental quando comparado com o anterior. Neste sentido, a RTP deverá fomentar diálogos com fontes científicas e especializadas, nomeadamente «esclarecendo os cidadãos sobre as alterações climáticas e as suas consequências sobre a diversidade e a sustentabilidade do planeta» (CCSPM, 2025, Carta, p.39).

No que concerne a uma perspetiva mais sociológica do conceito de serviço público de televisão em contexto nacional, são diversos os autores portugueses que têm vindo a dedicar grande parte das suas obras a esta temática, como é o caso de Felisbela Lopes e Eduardo Cintra Torres.

Para Felisbela Lopes (1999a), é tendo por base quatro «grandes princípios clássicos do serviço público» (p.41) que se deve estruturar este conceito, quando aplicado

³ Muito do que, agora, se encontra na Carta anexa ao atual Contrato (2025), a qual refere os «princípios orientadores» de serviço público, no anterior Contrato (2015) vinha incluído no corpo de texto do documento, enquanto «obrigações».

ao meio televisivo. O princípio da **continuidade** dita a obrigatoriedade de se garantir a produção e difusão de todos os programas previstos. Só assim se consegue impedir que o telespectador fique «privado daquilo que quer ver e que ajudou a custear através dos seus impostos» (p.41). O princípio da **mutabilidade** «impõe à televisão pública uma adaptação constante à sociedade» (p.42), tendo em vista uma recriação e renovação da forma de fazer televisão que vá ao encontro do progresso social (p.86). Assim, compreende-se que o dever de mutabilidade da estação pública se encontra diretamente relacionado com a necessidade de inovar, anteriormente referida. O princípio da **igualdade** rege-se pela imposição de que os telespectadores devem ter direito à não discriminação. Todos os cidadãos devem ser igualmente retratados em meio televisivo e isso deverá implicar uma «atenção equitativa aos valores das maiorias e das minorias» (p.44), bem como das realidades urbanas, das realidades periféricas, das posições oficiais e, ainda, das posições da *vox populi* ('voz do povo') (p.86). Por fim, o princípio da **neutralidade** é traduzido na imparcialidade do conteúdo dos programas, na procura de objetividade e, ainda, na proibição da discriminação. Com base neste princípio a televisão pública deve «desenvolver a sua atividade sem exclusões culturais ou sociais» (p.87). A neutralidade pressupõe, ainda, que os partidos políticos, o Governo, as organizações sindicais, profissionais e representativas das atividades económicas, bem como as associações de defesa do ambiente e do consumidor tenham direito de acesso à antena em televisão pública (p.44).

Mesmo tendo em linha de conta todas as diretrizes estipuladas na mais variada legislação, é num serviço público de televisão centrado nos conteúdos em que Eduardo Cintra Torres (2016) defende que se deve apostar. Para o autor, e sabendo que parte do capital da RTP é proveniente dos contribuintes, «todo o dinheiro público deve ser bem aplicado, criteriosamente». Tal significa que «um SPE [Serviço Público Estatal] deve proporcionar conteúdos que os privados não podem ou não querem proporcionar». Esses mesmos conteúdos «devem ser conteúdos de interesse público. Se não tiverem interesse público, porquê financiá-los com dinheiro público?» (Cintra Torres, 2016, pp.38-39). Por conteúdos de interesse público, Cintra Torres (2011) entende que os mesmos não devem prescindir de valor acrescentado, principalmente no que diz respeito a programas de informação que devem apostar, por exemplo, na presença de correspondentes em países estrangeiros. Deste modo, «o importante, em termos de serviço público [de televisão],

não é haver muitos canais e muitas horas de programação, mas horas de boa programação, bons conteúdos» (Cintra Torres, 2011, p.91).

1.3 Serviço público de televisão na atualidade nacional

Os meios de comunicação social são, em qualquer sociedade, uma das bases democráticas para a construção de comunidades livres e informadas, tanto que, nas palavras do atual Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, «uma Imprensa forte e livre significa uma Democracia forte e livre. Este desígnio foi, é, e sempre será um princípio que, mais que inscrito e salvaguardado pela Constituição, corresponde a uma efetiva realidade pela qual devemos todos os dias lutar»⁴.

Sabemos, no entanto, que qualquer conceito, sobretudo quando envolve temas sociais, sofre uma evolução ao longo do tempo, face à forma como a sociedade vai percecionando e valorizando os fatores intervenientes numa atualizada análise dessas mesmas temáticas. O tema do serviço público, nomeadamente o serviço público de televisão, bem como a comunicação social na sua generalidade, carecem, sem dúvida, de discussão e conseqüente atualização.

De facto, «a discussão pública sobre o papel, o sentido e até a razão de ser de um serviço público de televisão aflora, volta e meia, no espaço público, seja devido a algum caso suscitado pela actividade dos canais, seja devido a medidas relacionadas com a definição de políticas para o sector ou com a actividade reguladora» (Pinto, 2011, p.258). Neste sentido, e principalmente no último ano, tem-se discutido e tentado melhor enquadrar, em Portugal, o sector da comunicação social nas suas mais diversas vertentes. O anterior Governo (presidido por Luís Montenegro) tomou, então, a decisão de elaborar e emitir, alguns meses antes da assinatura do novo e atual Contrato de Concessão, um *Plano de Ação para a Comunicação Social*, doravante Plano. Tal documento foi apresentado a 8 de outubro de 2024, por Pedro Duarte (anterior Ministro dos Assuntos Parlamentares detentor da tutela da Comunicação Social).

⁴ Comunicação do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, intitulada *Dia Mundial da Liberdade de Imprensa* e publicada no 'Sítio Oficial de Informação da Presidência da República Portuguesa' a 3 de maio de 2022. Disponível em: <https://www.presidencia.pt/atualidade/toda-a-atualidade/2022/05/dia-mundial-da-liberdade-de-imprensa/>

A propósito deste planeamento do Governo, e do que esteve na sua génese, Pedro Duarte referiu que a iniciativa surge «para podermos ter nos poderes públicos e, em particular, no Governo, um olhar diferente, mais ativo, mais proeminente (...) para o setor da comunicação social por o considerarmos, de facto, como um pilar absolutamente essencial e indispensável do nosso sistema democrático»⁵.

De acordo com este mesmo Plano, o setor da Comunicação Social depara-se com grandes desafios que colocam em perigo a sustentabilidade dos órgãos de comunicação, a estabilidade dos seus trabalhadores, bem como a própria liberdade de informação e de expressão, características essenciais a um Estado de Direito Democrático. Os desafios dos *media* aí retratados são de várias ordens, nomeadamente, um quadro de legislação desatualizado e complexo face às evoluções tecnológicas (legislação essa que foi, posteriormente, modificada no que respeita ao Contrato de Concessão com a nova versão de 2025); a cada vez mais acentuada desigualdade de capacidades entre grandes e pequenos órgãos de comunicação social; a insegurança e ameaças enfrentadas pelos jornalistas no exercício da sua profissão, bem como a precariedade do seu mercado de trabalho; as diversas problemáticas estruturais provenientes de mudanças tecnológicas, novas e mais ofertas de conteúdos, crise nas cadeias de produção, e mudanças nos hábitos de consumo dos cidadãos; assim como o aumento da desinformação e de *fake news* (pp.3-4).

Já o *Livro Branco do Serviço Público de Média* (Lopes et al, 2023) aborda alguns desafios enfrentados especificamente pelos meios de comunicação de serviço público cuja estrutura se pretende mais «flexível, integradora de boas práticas e geradora de um trabalho de qualidade» (p.147). São ainda apresentadas, neste documento, diversas recomendações que, na perspetiva dos seus autores, poderão ajudar a colmatar as dificuldades inerentes aos cinco desafios identificados.

O primeiro passa pela necessidade de uma **transformação digital** profunda no serviço público, no que respeita à organização, produção e difusão de conteúdos, que não se limite meramente a digitalizá-los e a distribuí-los por plataformas digitais. Quer isto dizer que, para a concretização de uma efetiva mudança para o digital, será necessário alterar a organização das empresas sendo menos hierarquizada e mais flexível, investir

⁵ Declaração do antigo Ministro dos Assuntos Parlamentares, Pedro Duarte, transmitida a 8 de outubro de 2024, durante a conferência ‘O Futuro dos Media’, pela CNN Portugal

em infraestruturas e equipamentos tecnológicos, e apostar nos recursos humanos formando profissionais com novas competências (Lopes et al, 2023, pp.150-151).

Criar uma *estratégia de desenvolvimento* coerente e una que permita, ao serviço público de *media*, prestar um serviço global, de modo a integrar as suas mais diversas valências, é outro dos desafios apontados no Livro Branco (Lopes et al, 2023). Para tanto, sugere-se que sejam feitas alterações ao quadro legal, nomeadamente ao antigo Contrato de Concessão, de modo a torná-lo mais sucinto e explícito. O novo Contrato, assinado posteriormente, procurou corresponder a todas estas recomendações, assumindo ser «incontornável a influência que o Livro Branco (...) teve na proposta de contrato de concessão que agora se valida» (CCSPM, 2025, Carta, p.37).

Propõe-se, ainda, uma mudança no âmbito da liderança da empresa, com a criação de novos cargos de gestão, para além da necessidade de promover uma forte cultura organizacional interna apostando em incutir, nos seus colaboradores, uma atitude imbuída de espírito de missão de serviço público através da conceção e publicação de uma Carta de Missões do Serviço Público de Média (Lopes et al, 2023, pp.154-161). Tal Carta, como já referido, foi desenvolvida e anexada ao novo Contrato de Concessão.

Um terceiro desafio explanado pelos autores consiste em conferir importância e destaque à *informação e ao jornalismo*, face ao papel central que a informação sempre teve a nível social e que é tão mais fulcral na era digital em que vivemos, e em que os cidadãos exigem que, «assim que algo de relevante suceda, a notícia lhes chegue ao dispositivo mais próximo» (Lopes et al, 2023, p.164). Recomenda-se, assim, que a tónica do serviço público seja a informação. Neste sentido, o novo Contrato de Concessão (2025) demonstra atribuir uma importância significativa à informação, referindo que «de entre as missões do serviço público de media, nunca é excessivo destacar a centralidade ocupada pela informação no catálogo da oferta» (Carta, p.37).

Por outro lado, importa, ainda, reconhecer o papel central dos profissionais do jornalismo e das respetivas direções de informação, imputando-lhes a responsabilidade de todos os conteúdos difundidos, e também especial responsabilidade no combate à desinformação, devendo apostar-se em diversos mecanismos de verificação de informação (incluindo a inteligência artificial), ou até mesmo em conteúdos que promovam a literacia mediática para os diversos públicos (Lopes et al, 2023, pp.164-174). Esta é uma preocupação referida no atual Contrato, uma vez que reforça a

necessidade do serviço público de televisão, no que respeita à informação, incluir programas «dedicados ao combate à desinformação, reforçando os mecanismos de verificação de factos» (CCSPM, 2025, cl6^a, nº 8). Inclui também uma cláusula específica com o objetivo de fomentar a literacia mediática.

Assegurar a relevância do serviço prestado perante as diferentes audiências, tendo por base *conteúdos diversificados* e pertinentes *distribuídos* nas mais *diversas plataformas*, constitui o quarto desafio de um operador público de *media*, mencionado no Livro Branco (Lopes et al, 2023). Os autores recomendam que se aposte numa programação que desperte o interesse do público em geral, através do entretenimento familiar, da cobertura de eventos significativos, da continuidade no investimento em cinema e audiovisual nacional, ou da segmentação dos programas destinados a crianças e jovens de forma a distinguir os seus interesses e culturas (Lopes et al, 2023, pp.176-189).

Já o quinto desafio, prende-se com a essência da *missão do serviço público de media* – servir todos os cidadãos, mais do que servir “o público”, dado que hoje nos deparamos com uma pluralidade de públicos, sendo importante conhecê-los, bem como às suas características e preferências, para que se possam fornecer programas e conteúdos adequados a cada um, divulgados na mais adequada plataforma. Assim, o serviço público de *media* deve valorizar e ater-se às necessidades do cidadão, enquanto tal, pelo que deverá espelhar, tanto na informação como no entretenimento, os indivíduos pertencentes às diversas minorias (quanto às origens geográficas, etnias, crenças ou culturas) promovendo também a inclusão de cidadãos com deficiência, nomeadamente, visual, auditiva ou com necessidades especiais (Lopes et al, 2023, pp.192-206).

Algumas destas propostas para mitigar as fragilidades do serviço público de *media* plasmadas nas recomendações do Livro Branco, são também apontadas pelo Executivo no já referido Plano. O anterior Governo⁶ apresentou quatro medidas especificamente destinadas à Rádio e Televisão de Portugal, de forma a potenciar o seu impacto na sociedade enquanto protagonista de serviço público, incluindo a sua vertente televisiva.

A par do que é abordado no Livro Branco e tendo em conta as suas considerações, propôs-se, neste Plano (2024), modernizar a RTP e prepará-la para os desafios

⁶ XXIV Governo Constitucional liderado pelo Primeiro-Ministro Luís Montenegro entre fevereiro de 2024 e junho de 2025

enfrentados pelos *media* no século XXI, nomeadamente, através da **renovação do Contrato de Concessão** que se objetivava «mais flexível, sem comprometer as obrigações de Serviço Público» (p.9) - renovação que já foi posta em prática, com a assinatura do novo Contrato de Concessão. Uma nova RTP focada na inovação, não só no domínio do digital, mas na aproximação a todos os cidadãos, com a emissão de mais conteúdos locais e com a oferta de serviços mais direcionados que correspondam às necessidades e expectativas dos diferentes públicos, atuais e futuros, foi um dos motes do referido Plano.

A **gradual eliminação da publicidade** nas grelhas de programação da televisão pública, seguindo o modelo já adotado na rádio e prevendo a sua eliminação total em 2027, foi outra das medidas propostas. Materializando-se na redução de dois minutos de publicidade por hora nos dois anos seguintes, esta proposta pretendia fazer com que a programação da RTP não fosse condicionada por interesses de natureza comercial, focando-se apenas no cumprimento efetivo do serviço público de televisão. O tempo que seria dedicado à publicidade passaria a ser utilizado para promover eventos e iniciativas culturais, o que é tido como fator diferenciador em relação aos canais privados (Plano, 2024, p.10). Apesar de ser apresentado o estimado impacto negativo que esta medida pudesse vir a ter nas receitas da RTP (que o Governo considerou rondar os seis milhões de euros por ano), não foi anunciada nenhuma alternativa que compensasse, financeiramente, a empresa. De referir que tal proposta não foi concretizada no novo Contrato de Concessão, tendo a publicidade continuado nos termos previstos no antigo Contrato.

Foi ainda proposto que se siga um **plano de reorganização e modernização** da concessionária, com o financiamento assente exclusivamente em dinheiros públicos, para promover uma gestão eficiente. Empenhado em incentivar as melhores práticas de gestão de recursos, o anterior Executivo propôs estabelecer «novas sinergias com a Lusa (sem fusão de empresas ou de redações)» bem como permitir «uma maior autonomia na gestão de pessoal (nas contratações e nas saídas pré-reforma voluntárias), na gestão da tesouraria ou na rentabilização de terrenos e instalações não-produtivas» (Plano, 2024, p.11). Tais saídas voluntárias, com um teto máximo de 250 trabalhadores, permitiriam contratar um novo colaborador que tenha formação a nível do digital, por cada duas dessas saídas.

A quarta e última medida proposta pelo Governo no que concerne à RTP, vai ao encontro do recomendado no Livro Branco a propósito da importância que deve ser conferida à informação e aos jornalistas. Trata-se de promover o **combate à**

desinformação e mecanismos de verificação de factos, tendo em conta a acrescida responsabilidade da RTP em primar por uma informação clara, acessível, independente e deontologicamente irrepreensível. O Governo comprometeu-se a incentivar «a criação de uma plataforma de verificação de factos da RTP, que se assumia como parte integrante da sua missão de Serviço Público» (Plano, 2024, p.12). Como já referido, esta é uma proposta que o anterior Executivo concretizou através do novo Contrato.

De entre as variadas medidas apresentadas neste Plano, a que mais foi publicamente debatida e escrutinada, não só a nível mediático como também parlamentar, visa eliminar gradualmente a publicidade comercial da programação da televisão pública, uma das suas principais fontes de receita. Aquando da apresentação desta medida, o Governo alegou que o impacto no orçamento da RTP seria um «choque acomodável»⁷ para a gestão da concessionária, desvalorizando esta perda de liquidez.

Esta intenção governamental foi amplamente contestada, nomeadamente por parte da própria RTP, na pessoa do seu Diretor do Conselho de Administração, Nicolau Santos, o qual referiu que «a RTP precisa desses 20 milhões [valor consideravelmente superior à perda estimada pelo Executivo no Plano] para manter a sua solvabilidade financeira, para cumprir o Contrato de Concessão, mas sobretudo é necessário que o Governo garanta fontes alternativas de financiamento que permitam, à RTP, continuar a exercer o seu serviço público de média»⁸.

Por outro lado, também os partidos políticos questionaram e criticaram tal medida, da Esquerda à Direita, embora com distintas motivações. No que se refere aos partidos da direita parlamentar, o Chega e a Iniciativa Liberal afirmaram, respetivamente, haver uma preocupante «falta de rumo sobre o canal público português» questionando «como é que vai ser financiada a RTP»⁹, bem como uma «RTP pública, mas enfraquecida» o que «a médio e a longo prazo enfraquece todo o setor»¹⁰. À esquerda parlamentar, os partidos Livre e PAN referiram tratar-se, por parte do Governo, de uma tentativa não declarada de

⁷ Palavras do antigo Ministro dos Assuntos Parlamentares, Pedro Duarte, a propósito da eliminação da publicidade na RTP, transmitidas no ‘Telejornal’, da RTP1, a 8 de outubro de 2024, durante a conferência ‘O Futuro dos Media’

⁸ Declaração do Diretor do Conselho de Administração da RTP, Nicolau Santos, a propósito da eliminação da publicidade na RTP, transmitidas no ‘Telejornal’, da RTP1, a 8 de outubro de 2024

⁹ Declarações do Presidente do partido Chega, André Ventura, a propósito da eliminação da publicidade na RTP, transmitidas no ‘Telejornal’, da RTP1, a 8 de outubro de 2024

¹⁰ Declarações do Presidente do partido Iniciativa Liberal, Rui Rocha, a propósito da eliminação da publicidade na RTP, transmitidas no ‘Telejornal’, da RTP1, a 8 de outubro de 2024

privatizar a concessionária. Já o Partido Socialista e o Partido Comunista Português mencionaram, respetivamente, que esta medida constitui um ataque à RTP que não só «castra a prestação do serviço público»¹¹ como também «significará uma perda de receita para o serviço público que será diretamente transferida para as televisões privadas»¹². O partido Bloco de Esquerda, não só considerou que a eliminação da publicidade na RTP enfraquece o serviço público e, conseqüentemente, a democracia portuguesa, como também propôs o chumbo desta medida governamental aquando da discussão parlamentar do Orçamento de Estado para o ano 2025, na especialidade. Tal proposta do Bloco de Esquerda foi aprovada por todos os partidos da oposição, pelo que foram mantidos os seis minutos de publicidade, por hora, nas emissões.

Se, por um lado, o poder governamental, através deste Plano, procurou contribuir para valorizar e assegurar a sustentabilidade e o bom funcionamento de toda a Comunicação Social em Portugal favorecendo um panorama mediático sólido e de referência; por outro lado, a RTP, nessa mesma lógica, desenvolveu um documento interno – o Projeto Estratégico, indigitado para o triénio 2024-2026, doravante Projeto, que apresenta, de forma exaustiva, as linhas estratégicas, nos domínios do tangível e do intangível, a serem observadas por uma empresa com gestão responsável, inovadora e especialmente orientada para os objetivos do serviço público, como se pretende ser o caso da RTP.

Com este Projeto (2024), a RTP propõe-se continuar a progredir e a modernizar-se apostando na tecnologia e conseqüente transição digital, «ou seja, a passagem para uma empresa essencialmente tecnológica que disponibiliza os seus conteúdos para todos os públicos, a todo o tempo, em qualquer lugar e através de todas as plataformas» (p.3). Assim sendo, este documento esclarece que a RTP deve priorizar a sua transformação digital, investindo na emissão de conteúdos e serviços multiplataformas, estando aberta à inovação, à mudança e procurando responder aos atuais e futuros desafios com que se depara.

Este intento da emissora de televisão pública, materializa-se através de diversos «pilares estratégicos» de ação plasmados no Projeto, nomeadamente, (1) apostar em ser

¹¹ Declaração da deputada do Partido Socialista, Mara Lagriminha, a propósito da eliminação da publicidade na RTP, transmitidas no 'Telejornal', da RTP1, a 8 de outubro de 2024

¹² Declaração do deputado do Partido Comunista Português, António Filipe, a propósito da eliminação da publicidade na RTP, transmitidas no 'Telejornal', da RTP1, a 8 de outubro de 2024

uma referência de rigor informativo continuando a defender a liberdade de expressão e o pluralismo e a combater a desinformação; (2) primar pela produção de conteúdos inovadores e de qualidade relevantes em todas as áreas; (3) desenvolver conteúdos multiplataforma dando-lhes máxima importância e distribuindo-os por onde os cidadãos os queiram consumir; (4) investir em conteúdos que fomentem a literacia mediática, bem como a formação crítica e conhecimento de todos os cidadãos; (5) promover a proximidade e abertura à sociedade e ao mundo, defendendo a língua e a coesão nacional, os ideais de igualdade, a diversidade e a responsabilidade, tanto social quanto ambiental; (6) gerir a empresa de forma responsável e orientá-la para os objetivos do serviço público.

A Rádio e Televisão de Portugal tem, de facto, vindo a envidar esforços no sentido de se propor ao cumprimento da sua missão, intervindo em todas estas áreas de suma importância, como é o caso da sustentabilidade ambiental. No referido Projeto Estratégico, consta a intenção de se elaborar um plano de sustentabilidade ambiental no referente à requalificação de edifícios e equipamentos, bem como à renovação da frota automóvel com mais de 40% dos veículos elétricos ou híbridos, e ainda, à aposta na ampliação do parque fotovoltaico permitindo a utilização de fontes de energia renovável em mais de 20%.

Também no Livro Branco se encontra explanada esta preocupação ambiental, recomendando-se que a RTP se envolva em estratégias ecológicas no processo produtivo de conteúdos, especialmente quanto à transformação digital, uma vez que o serviço público de *media* deverá ter uma responsabilidade acrescida nesta matéria, contribuindo para uma «indústria audiovisual verde» (Lopes et al, 2023, p.200). Três destas recomendações, especialmente relevantes, passam por promover a consciencialização de cada trabalhador para a redução da pegada ecológica da empresa; criar um “departamento verde” para pensar a sustentabilidade ambiental e social; bem como integrar a sustentabilidade ambiental nos conteúdos transmitidos em todos os canais, antenas e plataformas.

De facto, a RTP emite, já desde 2006, e em parceria com a associação ambientalista Quercus, a rubrica Minuto Verde, integrada no alinhamento dos programas Bom Dia Portugal e Portugal em Direto todos os dias úteis. O principal objetivo é fornecer conselhos práticos a todos os cidadãos para a melhoria e promoção do meio ambiente. Em 2022, o Minuto Verde foi galardoado com o prémio Ciência Viva Media, pelo seu trabalho de pedagogia ambiental, entregue pela Agência Viva.

Já mais recentemente, em novembro de 2024, o *site* da RTP Notícias foi distinguido nos Prémios de Ciberjornalismo 2024, na categoria Última Hora, pelo Observatório do Ciberjornalismo (ObCiber). A atribuição deste prémio deveu-se à cobertura noticiosa, ao minuto, dos incêndios que assolaram o norte e centro do país em setembro desse mesmo ano, tendo sido a catástrofe ambiental que mais devastou Portugal continental em 2024 (ObCiber, 2024). A RTP foi o único órgão de comunicação social a vencer nesta categoria.

Capítulo II – A temática ambiental nos *media*

Neste capítulo faz-se uma abordagem à mediatização informativa da temática ambiental tentando, assim, compreender-se a forma como o meio ambiente é retratado em contexto televisivo. Procura-se, também, e considerando o objeto de análise do presente exercício investigativo, um olhar que enquadre, a importância do jornalismo televisivo, bem como agregá-lo ao tratamento jornalístico deste universo ambiental, por parte da RTP.

2.1 Mediatização do meio ambiente

Os grandes debates e discussões que, recorrentemente, se têm gerado em torno das questões e problemáticas ambientais, e que se têm vindo a verificar especialmente nas últimas décadas, advêm das cada vez mais acentuadas alterações climáticas não só em Portugal, mas a nível mundial. Tais preocupações levaram a Organização das Nações Unidas (ONU) a incluir esta relevante temática nos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) referentes à Agenda de 2030.

A Cimeira das Nações Unidas Sobre as Alterações Climáticas – a COP 29 –, que em novembro de 2024 reuniu cerca de 200 países em Baku, Azerbaijão, vem também comprovar a relevância e pertinência do tema ambiental a nível internacional. Nesta mesma conferência foram debatidos temas como o financiamento climático para os anos que se seguem a 2025, e ainda a mitigação das emissões dos Gases com Efeito de Estufa. Deste modo, os países membros presentes na referida cimeira, assumiram os compromissos de triplicar o financiamento, previamente estabelecido no Acordo de Paris¹³, para os países em desenvolvimento se protegerem contra desastres climáticos; e de cumprir o acordo sobre os mercados de carbono, reduzindo para metade as suas emissões globais ainda nesta década¹⁴.

¹³ Consiste num «tratado internacional, com 195 países signatários, que foi adotado no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, tendo sido aprovado pela União Europeia em 5 de outubro de 2016. O Acordo de Paris procura reforçar, em vários domínios, a resposta às alterações climáticas». Estabelecido em Diário da República e disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/lexionario/termo/acordo-paris>

¹⁴ Informação recolhida da página oficial da Agência Portuguesa do Ambiente. Disponível em: <https://apambiente.pt/destaque2/cop-29-29a-conferencia-das-partes-da-convencao-quadro-das-nacoes-unidas-sobre-alteracoes>

Para João Guerra et al (2019), «os eventos climáticos extremos implicaram [e têm implicado] impactos ecológicos, sociais e económicos consideráveis em todos os continentes (...). Tudo isto se deve ao agravamento do fenómeno das alterações climáticas» (p.37). Na realidade, cerca de metade da população nacional revela consciencialização e, conseqüente, preocupação face ao impacto das alterações climáticas, a par do que é também percecionado por mais de metade dos cidadãos europeus (Guerra et al, 2019, p.39).

Prova desta tomada de consciência generalizada, e no que às instâncias internacionais diz respeito, são as palavras do atual Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, aquando da entrada no ano civil de 2025, o qual se reporta ao aquecimento global na sequência das crescentes alterações climáticas, referindo que «acabamos de viver uma década de calor letal. Os dez anos mais quentes jamais registados foram os últimos dez anos, incluindo 2024. Este é o colapso climático em tempo real [tradução própria]». Acrescenta, no entanto, que «os países têm de pôr o mundo num caminho mais seguro, reduzindo dramaticamente as emissões e apoiando a transição para um futuro renovável. É essencial e é possível [tradução própria]»¹⁵.

Dado o crescente interesse da sociedade pelas temáticas relacionadas com o meio ambiente, a sua cobertura mediática tem vindo a acentuar-se ao longo dos anos, especialmente devido ao significativo impacto das alterações climáticas (Bueno, 2017, pp.25-26). Tal como observado, também por Jorge Sousa (2008), não só os cidadãos têm dado grande relevância às questões ambientais, como estas têm sido cada vez mais incluídas nos conteúdos mediáticos, nomeadamente, na Península Ibérica. O autor refere serem várias as razões que explicam tal fenómeno, como «a experiência, pelos cidadãos, de problemas ambientais concretos e reais», «a expansão da cultura ambientalista (...) a partir da qual se construíram, inclusivamente, políticas ambientais “verdes”», bem como «o lugar na mídia que estas interações proporcionaram [e que] contribuiu, retroativamente, para que se desse maior importância ao ambiente» (Sousa, 2008, p.4).

Mas nem sempre assim foi. Em Portugal, aquando do surgimento do serviço público de televisão, a temática ambiental era pouco noticiada e só aos poucos foi ganhando espaço na agenda mediática. Como demonstra Luísa Schmidt (2003), tal

¹⁵ Declarações do atual Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, no seu discurso de ano novo para 2025, transmitidas a 31 de dezembro de 2024 no programa ‘Bom Dia Portugal’ da RTP1

situação perdurou ao longo das primeiras duas décadas de emissões da RTP. Este período incluiu os primeiros anos após a Revolução de 25 de abril de 1974, onde se denotou uma, ainda maior, desatenção aos temas ambientais por parte dos *media* (Schmidt, 2003, p.403). Isto ter-se-á devido ao facto de, com o fim do regime ditatorial e com o consequente emergir da democracia, a sociedade civil estar centrada nas mudanças políticas e sociais imediatas, acabando por relegar as problemáticas ambientais para segundo plano.

Para a mesma autora, a temática ambiental só se «banaliza» a partir da década de 80, quando começa a ser mais frequentemente abordada nos meios de comunicação social, embora valorizando maioritariamente as suas questões positivas (Schmidt, 2003, p.157). No que se refere à agenda mediática televisiva, Luísa Schmidt (1996) menciona que foi apenas a partir dos anos 90 que se fez notar uma maior incidência sobre a problemática ambiental propriamente dita, sendo este o tempo de «consolidação explícita e relevante dos *problemas ambientais* — assim mesmo designados — na agenda televisiva» (p.6). Os conteúdos de teor ambiental passaram, assim, a ser mais debatidos no seio da sociedade civil.

Na programação da RTP constatou-se, ao longo das várias décadas em que foi detentora do monopólio televisivo, uma «demissão» quanto à representação da realidade ambiental nas suas emissões. Esta situação só se reverteu com a chegada das iniciativas de televisão privadas – a SIC e a TVI –, que vieram «dar grande projeção mediática a todo este conjunto e sobretudo alterar a forma de abordagem dos problemas ambientais, catapultando-os para o palco das preocupações políticas e públicas» (Schmidt, 2003, p.413). A temática ambiental foi propagada, pelo meio televisivo, de tal forma que «em quatro anos (90-94) passaram mais programas sobre o tema do que em toda a década de 80» (Schmidt, 1996, p.6).

De facto, esta mediatização de temas climáticos e ambientais, por parte dos mais variados meios de comunicação social, mas especialmente da televisão, têm vindo a influenciar a opinião pública, sendo notória uma «relação causal entre a cobertura do ambiente e mudanças nas correntes de opinião», uma vez que «a agenda mediática condiciona a agenda pública» (Sousa, 2008, p.5). São diversos os autores que, nesta medida, se reportam à ‘teoria do agendamento’ (*agenda-setting*), tendo por base o trabalho de investigação de dois dos mais sonantes nomes deste modelo teórico – Maxwell E. McCombs e Donald L. Shaw –, que defendem que «os cidadãos, não só

aprendem acerca de determinado assunto, como também a importância a atribuir a esse mesmo assunto, a partir da quantidade de informação presente numa narrativa noticiosa e da sua posição na notícia [tradução própria]» (McCombs & Shaw, 1972, p.176).

Nesta senda, já Bernard Cohen, em 1963, afirmava que «se não virmos uma história nos jornais (nem na rádio ou na televisão), é porque, para nós, efetivamente, ela não aconteceu [tradução própria]», ideia que acaba por se enquadrar na teoria do agendamento. Na mesma linha de pensamento, o autor refere, ainda, que «a comunicação social pode não ser bem sucedida, na maior parte do tempo, em dizer às pessoas *o que* pensar, mas é extremamente bem sucedida em dizer aos cidadãos *sobre* o que pensar [tradução própria]¹⁶» (Cohen, 1963, p.13). Mais de quatro décadas volvidas, o mesmo é corroborado por Anabela de Sousa Lopes (2002) ao referir que «agendar um acontecimento é considerá-lo relevante para a produção da notícia. Neste sentido, afirma-se que os meios de comunicação social não nos dizem como pensar, mas dão-nos os assuntos sobre os quais devemos pensar» (Lopes, 2002, p.122).

Ainda mais recentemente, a autora Raquel Rodríguez-Díaz (2020) também avança que a teoria do agendamento resulta da relação entre os conteúdos emitidos nos meios de comunicação e o público, «estabelecendo quais os temas ou problemas (...) serão considerados importantes pela opinião pública» (p.38). Desta forma, a opinião pública não só reconhece as temáticas destacadas pelos *media*, como também lhes confere valor e importância conforme a visibilidade mediática que têm.

No entanto, nem todos os eventos e acontecimentos adquirem o estatuto de notícia pelo que os jornalistas se veem na contingência de rever uma série de critérios que auxiliam na determinação do que poderá, ou não, ser noticiável. A conhecida e nomeada ‘teoria do *newsmaking*’, na qual se inserem os mais variados valores-notícia, foi, inicialmente, proposta pelos autores Peter Golding e Philip Elliott, e, posteriormente, trabalhada por muitos outros investigadores da área. De acordo com o autor Mauro Wolf (2009), a noticiabilidade considera-se «constituída por um conjunto de requisitos que se exigem dos acontecimentos» de modo a merecerem tratamento jornalístico. Assim, os órgãos de comunicação social têm, quotidianamente, a tarefa de escolher «uma quantidade finita e tendencialmente estável de notícias» de entre a infinitude de acontecimentos diários (p.190).

¹⁶ Itálico apresentado no texto original do autor

Para tal, e de modo a ser possível selecionar as notícias que têm origem em eventos suficientemente significativos e relevantes, são tidos em conta diversos critérios de noticiabilidade – ou valores-notícia – já definidos. Os autores Golding e Elliott (1979) definem os valores-notícia como «qualidades dos acontecimentos, ou da sua construção jornalística, cuja presença ou cuja ausência os recomenda para serem incluídos num produto informativo. Quanto mais um acontecimento exhibe essas qualidades, maiores são as suas possibilidades de ser incluído» (p.114).

Nas redações jornalísticas, local onde tantas vezes é necessário efetuar rápidas tomadas de decisão acerca da noticiabilidade das informações recebidas, os profissionais já recorrem a estes critérios de noticiabilidade de forma intuitiva e «quase automática» (Wolf, 2009, pp.197-198). Tal permite que a seleção do material jornalístico seja concluída de modo célere e eficaz, uma vez que constituem, de modo geral, regras práticas que permitem guiar os métodos de escolha dos jornalistas.

Nelson Traquina (2007) distingue duas principais categorias de valores-notícia – os de seleção e os de construção. Os critérios de seleção referem-se aos critérios presentes na «decisão de escolher um acontecimento como candidato à sua transformação em notícia» em detrimento de outro (p.186). Estes, por sua vez, podem ser divididos em dois subgrupos: substantivos e contextuais.

Assim, estando os critérios substantivos diretamente relacionados com a importância ou interesse do tema, implicando um pressuposto sobre a natureza consensual da sociedade, podem-se considerar os seguintes: morte («onde há morte, há jornalistas»); notoriedade («importância hierárquica dos indivíduos envolvidos»); proximidade («em termos geográficos, mas também em termos culturais»); relevância («preocupação de informar o público dos acontecimentos importantes»); novidade («o que há de novo»); tempo («na forma da atualidade», «utilizado como “cabide” para justificar falar de novo sobre o assunto» acerca de «um acontecimento que já teve lugar no passado, mas nesse mesmo dia», e um acontecimento que «devido ao seu impacto (...) permanece assunto com valor-notícia durante um tempo mais dilatado»); notabilidade («qualidade de ser visível, de ser tangível» no que se refere a características como: cobertura de acontecimentos e não das problemáticas, quantidade de pessoas envolvidas, inversão – enquanto contrário do “normal” –, situações insólitas, falhas causadas por defeitos ou insuficiências – exemplo, acidentes –, e o excesso/escassez); inesperado («irrompe e surpreende a expectativa»); conflito ou controvérsia («violência física ou simbólica»); e

escândalo («jornalista como “cão de guarda” das instituições democráticas») (Traquina, 2007, pp.187-193).

Já os critérios contextuais dizem respeito ao contexto em que é desenvolvido o processo de produção das notícias, não estando relacionados com as características do acontecimento em si. São eles: disponibilidade («facilidade com que é possível fazer a cobertura»); equilíbrio («quantidade de notícias sobre esse evento (...) que já existe»); visualidade («facto de haver elementos visuais»); concorrência (a procura pela «exclusividade»); e o dia noticioso («há dias ricos e pobres em acontecimentos com valor-notícia», ou seja, por vezes, «acontecimentos com pouca noticiabilidade conseguem, no entanto, ser notícia de primeira página») (Traquina, 2007, pp.196-198).

Por fim, os valores-notícia de construção estão, para Nelson Traquina (2007), relacionados com os elementos inerentes ao acontecimento retratado, isto é, às características específicas do produto informativo. Aqui incluem-se: simplificação («o acontecimento é desprovido de ambiguidade e de complexidade»); amplificação («do ato, do interveniente ou das supostas consequências»); relevância («tornar o acontecimento relevante para as pessoas, demonstrar como ele tem significado para elas»); personalização («valorizar as pessoas envolvidas no acontecimento (...) pois facilita a identificação»); dramatização («reforço dos aspetos mais críticos, o reforço do lado emocional»); e consonância («a notícia insere o acontecimento numa narrativa já “estabelecida” (...) deve ser interpretada num contexto conhecido») (Traquina, 2007, pp.198-200).

Todos os critérios de noticiabilidade acima enunciados ajudam a compreender as lógicas subjacentes à seleção e construção das notícias em diferentes áreas temáticas, nomeadamente o tratamento informativo das questões ambientais. É neste contexto que se insere o conceito de jornalismo climático, enquanto vertente jornalística especializada e dedicada à cobertura das alterações climáticas e de outros temas ecológicos e ambientais.

Ainda que, aparentemente, não tenha sido notado um consenso quanto à definição de jornalismo climático ou jornalismo ambiental, a autora Macri Colombo (2010) defende que este mesmo conceito se encontra relacionado com a especialização, seja em contexto académico ou profissional, em fatores relacionados com «o meio ambiente, a ecologia, a

fauna, a flora e a natureza, principalmente quando se trata de relatar sobre a sustentabilidade e a biodiversidade» (p.7).

Quanto à forma como esta área jornalística é abordada profissionalmente, e de acordo com a *European Broadcasting Union* (EBU) [ou União Europeia de Radiodifusão] (2023), a maior parte das redações europeias «encara o jornalismo climático como apenas mais um tema [tradução própria]», ou até mesmo como algo exclusivamente inerente ao domínio científico. No entanto, esta entidade alerta para a necessidade de a proteção do planeta e da vida humana ser o cerne de toda a prática jornalística, tal como acontece com a democracia ou os direitos humanos, independentemente de qual for a temática noticiada. Quer isto dizer que o clima não deve estar apenas sujeito a uma mera análise passiva e descritiva, mas antes «deve ser o pano de fundo [tradução própria]» subjacente a «toda a narrativa jornalística [tradução própria]» (EBU, 2023, p.10).

Assim, o jornalismo climático deve ser visto como uma forma de tratamento noticioso que utiliza uma ‘lente climática’, isto é, parte do pressuposto que tudo o que é notícia pode e deve ser tratado a partir de uma perspetiva ambiental. Portanto, o jornalismo climático não retrata apenas o que se considera, declaradamente, acontecimentos naturais e ambientais, mas pretende aplicar a todos os outros campos noticiosos tudo o que se relacione com a temática ambiental.

Numa tentativa de auxiliar no contorno de eventuais dúvidas e dificuldades aquando da escrita jornalística sobre temas ambientais, as jornalistas e professoras universitárias Ingerid Salvesen e Vera Moutinho (2024) disponibilizam um conjunto de orientações que facilitam a produção noticiosa de questões relacionadas com o clima. Tais recomendações passam por: «ter conhecimentos científicos [tradução própria]» - saber o básico de ciência climática, procurando fontes fidedignas sempre que necessário; «escolher temas triviais [tradução própria]» - é possível colocar uma lente climática em qualquer tema do quotidiano que se noticie, uma vez que as alterações climáticas afetam tudo e todos em qualquer circunstância; «estar atento e chamar a atenção para a desinformação [tradução própria]» - a desinformação afeta a confiança na ciência, na democracia e nos *media*; «ver os problemas mas também as soluções [tradução própria]» - apresentar soluções, depois de confirmadas e investigadas, para que a audiência não se sinta sobrecarregada com a complexidade e dimensão dos problemas ambientais; e «pensar visualmente [tradução própria]» – utilizar o poder da imagem uma vez que o

jornalismo climático pode prender o público através de gráficos, vídeos ou fotografias (Salvesen & Moutinho, 2024, p.1).

Nesta senda, e segundo a EBU (2023), relatar apenas dados factuais não é suficientemente esclarecedor para que o público compreenda as temáticas relacionadas com as questões ambientais. É necessário que o jornalismo climático tenha impacto no destinatário, sendo urgente influenciar uma mudança de comportamentos, nomeadamente através de políticas informadas (p.9). De facto, o jornalismo climático contemporâneo deverá ter um papel primordial e de relevância na consciencialização pública face à gravidade das problemáticas ambientais, nomeadamente as alterações climáticas, «utilizando todas as suas competências, conhecimentos, capacidades e influência [tradução própria]». Isto porque a «janela de oportunidade [tradução própria]» para evitar males maiores «está a fechar-se rapidamente [tradução própria]» (EBU, 2023, p.8).

Reconhece-se, no entanto, que despertar consciências noticiando temas sobre jornalismo climático não é tarefa fácil. São diversos os obstáculos com que os profissionais se deparam ao desenvolver trabalhos jornalísticos relacionados com a temática ambiental. Efetivamente, existem dificuldades de várias ordens: enquanto o jornalismo noticia o presente, a atualidade, o clima é visto como algo pertencente ao futuro e não como um tema que necessite de intervenção imediata, pelo que é preterido face a outros temas; enquanto os temas ambientais, nomeadamente as alterações climáticas, necessitam de uma abordagem positiva e esperançosa, o jornalismo de hoje tende a incidir «no drama, nas omissões e nos fracassos [tradução própria]»; enquanto o jornalismo desejável deve operar aproximando-se do público, e utilizando linguagem que todos compreendam, o jornalismo atual coloca-se «muitas vezes, acima do público, de forma condescendente [tradução própria]»; e, por fim, enquanto o jornalismo contemporâneo continua a focar-se na «era ultrapassada dos *mass media*, em que uma só abordagem teria de servir para todos [tradução própria]», o considerado eficiente jornalismo climático deve apostar em diferentes interlocutores e na diversidade para conseguir abranger diferentes públicos (EBU, 2023, p.10).

Sahana Ghosh (2023) faz, ainda, referência a outra dificuldade observável no jornalismo climático, relacionada com a necessidade de os jornalistas adquirirem literacia climática. Para a autora, a falta de conhecimento por parte dos profissionais impede-os de combater a desinformação ou até mesmo, noutra perspetiva, levá-los a disseminar informações falsas ou pouco precisas (Ghosh, 2023). Assim, torna-se imprescindível que

os jornalistas que trabalham questões climáticas e ambientais agucem o seu sentido crítico quanto a estes temas.

Ainda assim, apesar de este ser um tema cada vez mais premente na sociedade atual, as questões ambientais acabam por ser, muitas vezes, relegadas para segundo plano na agenda mediática, face a «conteúdos aparentemente mais atuais, mais simples de produzir e de mais fácil apreensão por parte do público [tradução própria]» (EBU, 2023, p.9), o que poderá dever-se à complexidade do tema, à sua natureza depressiva ou até à sua falta de noticiabilidade.

No entanto, tal não acontece se o tema a tratar estiver relacionado com catástrofes naturais e ambientais. O crescimento da mediatização, principalmente a nível televisivo, de temáticas relacionadas com o clima, justifica-se, na perspetiva de Wilson Bueno (2017), com a relevância conferida às, cada vez mais frequentes, catástrofes ambientais. Reconhece, portanto, que a expressão ‘catástrofes ambientais’, ou ‘desastres ambientais’, diz respeito a uma considerável diversidade de ocorrências, tenham ou não, origem em fatores naturais (Bueno, 2017, p.27). Ainda na perspetiva do autor, a cobertura mediática destas mesmas catástrofes, bem como das questões relacionadas com toda e qualquer temática ambiental, é feita de forma a tirar partido dos impactos que têm na sociedade e na vida das pessoas, enfatizando, muitas vezes, o espetáculo e o sensacionalismo.

Em contexto nacional, têm vindo a ser efetuadas tentativas, por parte de diversas entidades, para se chegar a um consenso no que à cobertura mediática ambiental, nomeadamente de catástrofes, diz respeito. A Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) é um dos órgãos que mais esforços tem feito no sentido de tentar fornecer diretrizes para esse mesmo fim. Tendo como missão supervisionar e regular as atividades por parte dos diversos órgãos de comunicação social sob jurisdição do Estado Português, foi em 2018 que o Conselho Regulador da ERC publicou um documento orientador. Na sequência de diversas queixas e denúncias sobre a cobertura jornalística de incêndios florestais e outras catástrofes, o intitulado Guia de Boas Práticas para a Cobertura Informativa de Incêndios Florestais e Outras Calamidades pretendia recordar «os princípios que regem a atividade jornalística, apelando ao seu cumprimento por parte dos órgãos de comunicação social (...) no legítimo exercício da liberdade de imprensa e editorial que lhes assiste» (ERC, 2018, p.1).

Este mesmo Guia de Boas Práticas, acabou por dar origem à Diretiva para a Cobertura Informativa de Incêndios Rurais e Outras Catástrofes – a Diretiva/2020/1, de outubro de 2020. Tais orientações foram prontamente rejeitadas por parte dos principais canais generalistas portugueses – a SIC, a TVI e a televisão de serviço público – a RTP. As operadoras televisivas afirmaram, por escrito, «a sua oposição a qualquer tentativa de co-regulação nesta matéria, privilegiando a autorregulação» (ERC, 2020, p.3).

Também o Sindicato dos Jornalistas, instituição que visa defender os direitos profissionais de todos os jornalistas, tem envidado alguns esforços neste sentido. Durante o verão de 2017, ano em que Portugal foi assolado por graves e extensos incêndios florestais, o Sindicato alertou, através de uma publicação no seu ‘sítio’ oficial na *internet*, para a existência de um guia de aconselhamento para a cobertura jornalística de cenários trágicos, nomeadamente incêndios florestais, elaborado pela Escola de Jornalismo da Universidade de Columbia. Assim se demonstra a preocupação nacional quanto à cobertura mediática de temas ambientais, especialmente catástrofes.

Uma apropriada cobertura mediática ambiental, inclua ou não um panorama de catástrofes, encontra-se intimamente relacionada com um melhor jornalismo e um «melhor jornalismo é bom para a sobrevivência da indústria e para a democracia [tradução própria]» (EBU, 2023, p.11).

Nesta mesma linha conceptual, para Luísa Schmidt (1996), os *media* mostram desempenhar um papel fundamental no construto de uma sociedade formada e informada, no que ao conhecimento ambiental diz respeito, dado que esta temática não seria abordada noutros contextos sociais. A televisão acabou por moldar, em grande parte, o que atualmente se entende por ‘ambiente’ (Schmidt, 1996, p.3), tornando-se, assim, um «espelho» da realidade vivida em sociedade, bem como uma «janela» que nos dá conta das diferentes realidades que, de uma outra forma, não seriam percecionadas (Schmidt, 2003, pp.24;47).

2.2 Características do Jornalismo Televisivo

O jornalismo ocupa, desde há muito tempo, um lugar de destaque nas sociedades democráticas, funcionando como uma ferramenta de mediação entre os acontecimentos do mundo e o entendimento que os cidadãos constroem sobre esses mesmos acontecimentos. Mais do que apenas relatar factos, o jornalismo auxilia a interpretação e

atribui sentido à realidade, sendo, portanto, um cada vez mais poderoso instrumento de conhecimento e de construção do espaço público.

É a atividade jornalística, tal como refere o autor Nuno Goulart Brandão (2010), «que principalmente desenha os contornos da realidade» (p.37), assumindo um papel decisivo na definição do que é considerado socialmente relevante. Os jornalistas, assumem, invariavelmente, um importante papel em qualquer comunidade, e devem-no, na perspetiva de Pierre Bourdieu (1997), ao facto de, durante muito tempo, deterem um monopólio «sobre os instrumentos de produção e de difusão a grande escala da informação» bem como sobre o acesso que todo o cidadão comum tem «ao que por vezes se chama "o espaço público"» (p.48), embora hoje compitam pela afirmação de credibilidade face a outros meios, como as redes sociais.

De facto, longe de ser apenas uma fonte que comunica os acontecimentos, o jornalista chega mesmo a «dar-lhes existência» (Brandão, 2005, p.22), sendo, portanto, um mediador que «produz e reproduz conhecimento para os cidadãos» (Brandão, 2010, p.152). Quer isto dizer que, o jornalista não apenas reporta o real, mas contribui ativamente para a sua construção discursiva, reforçando a ideia de que a verdade jornalística é, inevitavelmente, uma construção social do real.

Para tal, como defende Pierre Bourdieu (1997), é utilizada a ‘metáfora dos óculos’ em que, de acordo com o autor, todos os jornalistas possuem óculos com lentes através das quais veem algumas coisas e não outras, justificando-se, assim, a existência de «estruturas invisíveis que organizam o percebido» (p.12). Trata-se, portanto, de um papel de responsabilidade acrescida por parte de todos os profissionais do jornalismo, na medida em que as escolhas editoriais — o que se noticia, com que ângulo de abordagem e com que linguagem — moldam perceções coletivas e influenciam a forma como a sociedade encara a atualidade.

Além disto, o jornalismo, bem como os respetivos profissionais, desempenham funções essenciais numa democracia, como informar e promover o debate público no espaço mediático, entre tantas outras. Estas funções, para serem cumpridas, exigem o exercício de uma responsabilidade social e ética que vá para além da lógica mercantilista. Tal responsabilidade impera para os media possam dar a conhecer as temáticas que tanto têm de ser enfatizadas no mundo moderno, como é o caso das questões ambientais. De acordo com Brandão (2005) a responsabilidade social, e ética informativa, que deverá

estar inerente à prática diária dos *media*, especialmente na área jornalística, encontra-se em crescendo, considerando a sua «representatividade e importância na formação de uma opinião pública esclarecida» (p.201). Ainda assim, o autor defende que tal responsabilidade não pode ser incompatível com a liberdade de expressão dos jornalistas, e respetivos meios de comunicação (Brandão, 2010, p.30), uma vez que a liberdade de imprensa assume um profundo compromisso para com uma cidadania formada e informada.

A importância desta dimensão ética e social do jornalismo demonstra ser ainda mais visível num contexto em que os meios de comunicação, e sobretudo a televisão, têm uma influência crescente na formação das opiniões e atitudes dos cidadãos. A atividade jornalística televisiva torna-se, portanto, como observa Brandão (2005), uma referência para os cidadãos, tendo como uma das principais funções, devido à sua tamanha representação e influência, corresponder ao direito que o público tem de conhecer a verdade (pp.98-99), mesmo que tal verdade seja, como já defendido por diversos autores, uma construção social da realidade. A televisão é, assim, considerada, como defende, em entrevista, o sociólogo francês Dominique Wolton (Almeida & Wolton, 2024), parte integrante da formação da democracia enquanto instrumento capaz de promover a emancipação social.

A responsabilidade social dos *media* e dos jornalistas intensifica-se, assim, quando o meio de difusão é o televisivo, e especialmente quando se trata de serviço público, dadas as suas características de acessibilidade, envolvimento e alcance.

Entre os diversos meios de comunicação, a televisão continua a ocupar um lugar de destaque no panorama informativo contemporâneo. Em Portugal, dados do *Digital News Report Portugal 2025* (Cardoso et al, 2025) indicam que a televisão é utilizada por 67% da população como meio de acesso a notícias, sendo mesmo a principal fonte informativa para 53% dos cidadãos inquiridos (p.102). A hegemonia da televisão é, na verdade, particularmente visível entre os públicos mais velhos — 72% das pessoas com mais de 65 anos recorrem a este meio como principal fonte noticiosa (p.103) —, mas continua a ter um peso significativo em todos os grupos etários, o que revela a sua centralidade na vida social e informativa.

Pierre Bourdieu sublinhava, já em 1997, a importância da televisão como meio dominante na formação da opinião pública, referindo que «há uma proporção muito

importante de pessoas que não leem jornais diários; que se dedicam de corpo e alma à televisão como sua única fonte de informações» (Bourdieu, 1997, p.10). Esta ideia é reforçada por Dominique Wolton, para quem a televisão é «uma abertura para o mundo», um meio de comunicação acessível a todos e, por isso mesmo, intrinsecamente democrático (Almeida & Wolton, 2024, p.6). Trata-se, assim, de um *medium* que consegue alcançar diversos estratos sociais, sem uma noção de fronteiras definida e que excede as limitações de espaço físico, funcionando como um espaço comum de partilha simbólica, algo que poucos outros meios conseguem garantir de forma tão eficaz.

A televisão exerce, portanto, uma função primordial na formação de uma cultura comum, reforçando de forma constante a ligação existente entre os indivíduos e a sociedade atual. São precisamente as emissões televisivas que, para Adelino Gomes (2012), constituem, para todo e qualquer cidadão, «o principal contacto com o que se passa à sua volta» (p. 219).

A primeira vez que os cidadãos portugueses tiveram contacto com noticiários televisivos foi através do Telejornal, emitido na RTP1. Trata-se de um dos mais importantes marcos de informação televisiva nacional, tanto que, hoje, tendemos a atribuir essa mesma nomenclatura a muitos dos noticiários televisivos transmitidos noutros canais. Foi o Telejornal e, de modo geral, a informação emitida pela RTP, que aproximou a população a diversos feitos históricos, tanto nacionais como internacionais.

A televisão é, deveras, uma «poderosa arma de sensibilização» (Brandão, 2010, p.31) que não só contribui para a formação de uma sociedade mais humana, transmitindo conhecimento, como também se constitui uma porta aberta contra a exclusão e a favor da integração social. Tornando-se no «principal representante da sociedade dentro dos lares» (Brandão, 2005, p.220), mais do que mera companhia ou fator de entretenimento, a televisão permite que o mundo esteja ao alcance de um pequeno ecrã.

O jornalismo televisivo distingue-se de outras formas jornalísticas sobretudo pela sua natureza audiovisual e pelas exigências do tempo real. A combinação entre imagem, som, voz e edição cria uma linguagem própria, profundamente marcada pela narrativa visual e pela força simbólica do ecrã. Para Pierre Bourdieu (1997), a imagem televisiva dispõe de uma «força excepcional» (p.14), sendo capaz de produzir efeitos com grande intensidade e impacto. O jornalismo televisivo é ainda condicionado por restrições específicas, como o limitado tempo das peças e a constante busca pela atualidade. A

procura pelo lugar na linha da frente e a exigência de impacto imediato moldam profundamente o que vemos, ou não, emitido nas televisões. Bourdieu (1997) caracteriza tal situação como sendo uma «concorrência temporal pelo scoop» e uma «pressão de urgência» impostas, muitas vezes, pelos índices de audiência (pp.23-24).

A produção de um noticiário exige ainda um grau elevado de planeamento e organização interna. Como sublinha Adelino Gomes (2012), «o planeamento constitui uma das atividades centrais numa redação de televisão», (p.192), sendo essencial para lidar com a simultaneidade, a dispersão geográfica dos acontecimentos e as exigências técnicas de, por exemplo, uma emissão em direto. O jornalismo televisivo implica uma logística complexa e um elevado nível de coordenação e organização profissional.

O apresentador ou *pivot*, figura tão característica do meio televisivo, assume, por sua vez, um papel simbólico relevante — é a figura que estabelece uma ponte de confiança com o público. Segundo Gomes (2012), trata-se de uma das principais funções do meio informativo em televisão, sendo visto como alguém que proporciona sensatez e que transmite «autoridade, segurança e tranquilidade nos momentos de crise» (pp.348-349).

Assim, o jornalismo televisivo é simultaneamente limitado e potenciado pelas especificidades do meio em que opera. A sua linguagem própria, a força da imagem, as dinâmicas de produção e a relação direta com o público conferem-lhe um lugar singular no panorama mediático contemporâneo. Ainda assim, é inevitável que o meio televisivo permita ao jornalismo trazer a descoberto acontecimentos que sejam menos eficientes de cobrir por outros meios de comunicação. O jornalista e autor Vasco Hogan Teves (2007) conta, na primeira pessoa, como, em finais de 1957, fez parte da equipa de enviados à Ilha do Faial, nos Açores, para a realização da primeira grande reportagem transmitida em televisão nacional, na RTP (pp.50-51). Tratava-se de uma questão ambiental, uma catástrofe natural – a erupção do vulcão dos Capelinhos, nesse mesmo Arquipélago.

A televisão continua, portanto, a ser um meio incontornável no ecossistema mediático, especialmente contemporâneo, tendo um papel central nas discussões e na tematização de diversas questões, nomeadamente ambientais. Compreender o jornalismo televisivo implica, assim, reconhecer o papel estruturante que este meio desempenha na vida social, cultural e política das sociedades contemporâneas.

Capítulo III – Estágio na redação da RTP Lisboa

O estágio curricular na RTP foi o que permitiu concretizar o exercício investigativo proposto no presente Relatório de Estágio. Importa, agora, fazer referência a toda a experiência de estágio, às tarefas desenvolvidas, às dificuldades que foram surgindo e às mais relevantes características da empresa.

3.1 RTP - A Televisão de Serviço Público Português

Uma vez que o propósito da presente investigação consiste em elaborar uma análise ao modo como o serviço público de televisão, oferecido em Portugal, efetua a cobertura mediática de temáticas ambientais, torna-se relevante explorar as adaptações a que a RTP foi sujeita ao longo do tempo, nomeadamente aquando da chegada das iniciativas de televisão privadas.

3.1.1 O nascimento da televisão estatal

A Rádio e Televisão de Portugal ocupa, desde sempre, um lugar central na história nacional e nas suas memórias coletivas, marcando presença na vida dos portugueses há mais de seis décadas. Com uma trajetória que abrange dois séculos e a transição para um novo milénio, a RTP foi, para os cidadãos portugueses, uma verdadeira inovação, aliando, de forma inédita, o som e a imagem.

Foi no rescaldo da Segunda Guerra Mundial, que, em 1953, se iniciou o seu período de planeamento a cargo do Gabinete de Estudos e Ensaios da Emissora Nacional de Radiodifusão, de onde resultaram pareceres positivos para a assinatura da sociedade Radiotelevisão Portuguesa, S.A.R.L, em dezembro de 1955. Tal sociedade nasce enquanto entidade mista, pública e privada, em que o Estado português detinha um terço do seu capital inicial – 60 milhões de escudos – a par de emissoras particulares de radiodifusão e do público, através de subscrições (Teves, 2007, p.24). Foi, mais tarde, durante o mês de setembro de 1956, no recinto da Feira Popular de Lisboa, que se transmitiram as emissões experimentais da RTP (Sobral, 2012, p.145).

Uns meses depois, a 7 de março de 1957, iniciaram-se as emissões oficiais da concessionária do serviço público de televisão, cujas três promessas eram «educar, informar e entreter». De facto, nesta altura, a programação da RTP resumia-se, em grande

parte, a transmitir pequenas conversas culturais com o propósito de educar; a entreter o telespectador através de programas musicais e concursos; e a apostar na informação, emitindo o Telejornal e magazines informativos (Cintra Torres, 2011, p.48).

Por esta altura, a RTP ainda consolidava a sua identidade televisiva, embora estivesse já profundamente marcada pelo regime ditatorial em que se inseria. No período que antecedeu a Revolução dos Cravos, a RTP apresentava-se, assim, para Eduardo Cintra Torres (2011), como «um *medium*¹⁷ paradoxal», que «por um lado, cumpria por inteiro nos noticiários a função de megafone do regime salazarista-marcelista». Para Salazar, a televisão não era de confiança, sendo difícil manter o seu perfil «a custo construído, de *ditador à distância*¹⁸», perante a população. Já Marcello Caetano «simulava “conversar” com alguém» adotando uma estratégia de maior intimidade para com os cidadãos. «Por outro lado, [a RTP tinha] liberdade de escolha dos programas» abrindo horizontes ao conhecimento dos telespectadores (Cintra Torres, 2011, pp.49-50).

Cerca de uma década depois do seu surgimento a RTP viu nascer, no dia de Natal de 1968, o seu Segundo Canal, que mais tarde viria a ser nomeado RTP2. A sua programação não era pautada de originalidade, acabando por repetir as emissões já existentes no principal canal. O Telejornal, ou como caracteriza Vasco Hogan Teves (2007), «a Informação», não era exceção, acabando por ser transmitido em ambos os canais em simultâneo (p.94).

Nessa mesma altura, em abril de 1974, o fim do regime ditatorial acabou por alterar o paradigma vivido, até então, pela televisão nacional. A Radiotelevisão Portuguesa acabou por ser nacionalizada, passando para o domínio total do Estado que assumiu, assim, o monopólio televisivo português (Cádima, 1999, p.31). Para Eduardo Cintra Torres (2011), mesmo com o emergir de um regime democrático, a RTP «permaneceu instrumento político de primeira ordem» (p.50).

O que, até então, só se conseguia ver a preto e branco passou a ser transmitido a viva cor, logo no início dos anos 80. Foi durante a transmissão do ‘Festival RTP da Canção’, que a televisão portuguesa mostrou o ecrã a cores pela primeira vez (Teves, 2007, p.143). Comparativamente ao panorama internacional, Portugal deu início a estas

¹⁷ Itálico apresentado no texto original do autor

¹⁸ Itálico apresentado no texto original do autor

emissões tardiamente. Nos Estados Unidos da América o mesmo já teria acontecido 15 anos antes (Sá, 2015, p.147).

Já no início da década de 90, tanto a RTP como todo o panorama audiovisual português, sofreram profundas transformações.

3.1.2 O fim do monopólio

Decorria o ano 1989 quando se procedeu a uma revisão constitucional e legislativa que não só instituiu a Alta Autoridade para a Comunicação Social (hoje denominada Entidade Reguladora para a Comunicação Social – ERC), como também aprovou a nova Lei da Televisão (1990) (Pinto, 2011, p.260). Esta mesma revisão da Constituição abriu, ainda, portas à iniciativa privada, de forma a ser permitida a inauguração de canais comerciais de televisão. O primeiro operador privado, a Sociedade Independente de Comunicação (SIC), deu início às suas emissões em outubro de 1992 e a Televisão Independente (TVI) estreou-se, poucos meses depois, em fevereiro de 1993 (Cádima, 1999, p.32).

Para Eduardo Cintra Torres (2011), a RTP apresentava-se, até essa altura, enquanto «empresa triplamente inchada: tinha a soberba da supremacia absoluta de audiências; uma capacidade financeira que lhe permitia “limpar” o mercado, deixando menos opções aos concorrentes; e uma dimensão exagerada, resultando do caráter de “função pública” e das sucessivas entradas de pessoal político com as mudanças do governo (...)» (Cintra Torres, 2011, pp.51-52). Assim, sabendo de antemão da chegada destes dois canais concorrentes, a RTP «não poupou esforços nem dinheiro para “esmagar as privadas”, numa estratégia de luta sem quartel (...)», apostando na contratação de estrelas de televisão, adquirindo muitas séries e filmes da Lusomundo, e também assegurando a grande maioria das transmissões de jogos de futebol português (Traquina, 1997, p.60). No entanto, todas estas estratégias não surtiram o efeito desejado e a realidade do panorama audiovisual português acabou por se alterar, marcando uma década de crise para a RTP.

Entra, então, em vigor uma «lei da concorrência» onde todos os operadores televisivos, tanto públicos como privados, procuram uma cada vez maior percentagem de audiência, o que acaba por impactar, em larga escala, a programação apresentada (Traquina, 1997, p.17). Tanto a SIC como a TVI apostaram, desde o início, em programas

de entretenimento e a RTP procurou adotar uma postura semelhante (Cintra Torres, 2011, p.53). Ao analisar a programação dos diversos canais portugueses, também o jornalista e autor Nelson Traquina (1997) concluiu que o entretenimento era «claramente dominante na programação de todos os operadores televisivos» portugueses (p.68).

Apesar de todas as dificuldades, e ainda na última década do século findo, assistimos a várias outras inovações no cenário televisivo português. Prova disso foi a inauguração da RTP Internacional, em 1992 (Teves, 2007, pp.224-225). A par deste novo canal, também a RTP África, posteriormente lançada em 1998, tinha como objetivo chegar a todas as comunidades portuguesas para lá do território nacional, especialmente nos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP) (Sobral, 2012, p.148). A RTP passa, assim, a fazer-se ver e ouvir nos cinco continentes. Seguiu-se o lançamento da RTP Memória, bem como da RTP N, que mais tarde viria a ser a que, hoje, conhecemos enquanto RTP3.

Apesar destes vários avanços tecnológicos que a televisão em geral, e a RTP em particular, foram apresentando (através do satélite e da tv por cabo), foi ainda nesta década, em 1997, que a RTP marcou lugar no online (Teves, 2007). Surgiu, assim, o domínio *www.rtp.pt*. Esta entrada no meio digital, por parte da RTP, representou uma resposta às que viriam a ser as grandes mudanças do consumo mediático nacional. O *site* acabou por facilitar o acesso dos seus utilizadores a todos os conteúdos, aproximando a emissora da população.

Tendo investido e apostado, desde muito cedo, nas novas tecnologias e no *online*, a RTP torna-se pioneira no lançamento de um serviço que pode ser disponibilizado em diversos dispositivos. Trata-se da RTP Play, iniciada em 2011, que, enquanto *site*, *app* e plataforma de *on-demand* e *streaming*, passou a permitir o acesso a todos os programas e conteúdos emitidos nos canais e antenas RTP, neste caso, de forma gratuita. A RTP possui, ainda, um conjunto de outros canais digitais, como a RTP Palco, a RTP Ensina, a RTP +, e a RTP Arena; e ainda de diversas aplicações móveis, tais como a *App* RTP Play, a *App* RTP Notícias, a *App* RTP Palco, a *App* Zig Zag Play e a *App* RTP Arquivos (Lopes et al, 2023, p.27). Mais recentemente, e desde 2023, a emissora está, também, presente nas redes sociais através das suas páginas oficiais de Facebook, Instagram e até mesmo de LinkedIn (Lopes et al, 2023, p.28).

Hoje em dia, a televisão já não pode ser considerada um meio de comunicação isolado e dominante, sendo necessário ter em linha de conta a disseminação e diversidade de conteúdos presentes nas diferentes plataformas. Tendo, a televisão, herdado características da imprensa, da rádio, e até do cinema, «a internet veio envolver todas estas possibilidades e dar-lhes a característica que nenhum outro meio havia proporcionado: o espaço quase ilimitado de conteúdos (...)» (Sá, 2015, p.148).

Com 68 anos de história em televisão, a Rádio e Televisão de Portugal tem sido uma constante presença na era da comunicação social em Portugal. Enquanto testemunha privilegiada da evolução da nossa identidade nacional, tem vindo a acompanhar todas as transformações pelas quais Portugal foi passando. A trajetória da RTP atravessou, inevitavelmente, diferentes contextos históricos, políticos, sociais e até mesmo tecnológicos, tendo conseguido, de algum modo, adaptar-se a todas estas mudanças. Manteve, ainda assim, o seu papel, na qualidade da mais antiga televisão portuguesa.

3.2 Organização da redação de informação televisiva

A RTP tem, portanto, a seu cargo uma panóplia de plataformas e canais televisivos e para que o trabalho efetuado em todos eles seja entregue ao público da melhor forma possível, a empresa conta com uma estrutura que engloba diversos centros de produção e delegações espalhadas por todo o país, incluindo os dois arquipélagos. Os quatro Centros de Produção da RTP situam-se em Lisboa, no Porto, nos Açores e na Madeira. Quer isto dizer que estas são as instalações que produzem e emitem os programas transmitidos nos vários canais RTP. As restantes delegações da empresa situam-se em Coimbra, Castelo Branco, Évora, Guarda, Viseu e Faro.

Toda a empresa se rege também por uma hierarquia bem definida - o Diretor de Informação Televisiva (à data, António José Teixeira); os Diretores-adjuntos (à data, Adília Godinho, Joana Garcia e Hugo Gilberto); bem como os Subdiretores (à data, Luísa Bastos e Paulo Cardoso). Na redação de Lisboa, o local de estágio inerente à presente investigação, trabalham 174 profissionais, entre eles 117 jornalistas redatores (78 mulheres e 39 homens), 35 jornalistas repórteres de imagem (2 mulheres e 33 homens) e 22 editores de imagem (8 mulheres e 14 homens) que, não tendo carteira profissional de jornalista, não são reconhecidos pela empresa como tal.

A maior parte da redação encontra-se dividida em editorias que determinam as temáticas trabalhadas, sendo elas sociedade (21 jornalistas), ambiente (2 jornalistas), economia (5 jornalistas), política (7 jornalistas), internacional (5 jornalistas) desporto (9 jornalistas) e cultura (3 jornalistas). Cada editoria tem um responsável - o editor -, que organiza todo o trabalho, isto é, acaba por liderar todos os jornalistas que se encontram a seu cargo. Marca serviços (sejam eles fora ou na redação), delega-os e supervisiona-os. É ao editor que o jornalista tem de responder diretamente. Algum do ‘trabalho de secretária’ também faz parte das suas tarefas diárias, como marcações de horários e contagem de férias ou folgas. Existe também o cargo de editor geral, que auxilia diariamente todas as editorias e que assume maior responsabilidade aos fins de semana, altura em que, geralmente, os editores não estão na redação.

Os apresentadores do Telejornal (José Rodrigues dos Santos, João Adelino Faria e Ana Lourenço) bem como os respetivos coordenadores (Florabela Godinho, Fátima Silva e Rui Alves Veloso) também têm lugar marcado na redação. O coordenador é quem decide que temas da atualidade farão parte do programa emitido nesse dia. As decisões que englobam a sequência em que as peças se encontram no alinhamento e aquelas que, por uma razão ou por outra, já não são emitidas, acabando por cair, também estão nas mãos do coordenador. Tem um cargo de considerável relevância e, estando em permanente contacto com os editores de cada editoria, é quem tem um dos maiores poderes de decisão dentro de uma redação.

No entanto, esta também é constituída por outras equipas - jornalistas do programa Bom Dia Portugal; jornalistas do programa Portugal em Direto; e jornalistas que trabalham multimédia para o *site* da RTP Notícias. Há, ainda, muitos outros profissionais cujo trabalho é essencial para a realização de qualquer programa televisivo, como é o caso do pessoal do Arquivo, pessoal da Agenda e os editores gráficos, bem como os que se encontram na régie aquando da emissão dos programas - realizadores, assistentes de realização, operadores de som, operadores de mistura, operadores de câmara, iluminação, produtores e insersores de caracteres.

É o trabalho de todos estes profissionais que, em uníssono, faz com que todo e qualquer programa chegue a cada casa, a cada televisão, a cada pessoa e a cada realidade.

3.3 O dia a dia na redação

Sendo a RTP1 o canal televisivo alvo de análise no presente exercício de investigação, importa referir que os programas informativos desse mesmo serviço são produzidos entre as redações de Lisboa e do Porto. O Jornal da Tarde é produzido e emitido no Porto, já o Bom Dia Portugal e o Portugal em Direto estão à responsabilidade da redação de Lisboa com equipas próprias e mais reduzidas, como anteriormente referido. Nas instalações de Lisboa, os restantes jornalistas, que são, na verdade, a grande maioria, trabalham sobretudo para o Telejornal, embora muitas das peças sejam transmitidas noutros programas e até mesmo na RTP 3. Desta forma, a maior parte dos jornalistas inicia o seu dia de trabalho por volta das 13h, terminando-o pelas 21h, apesar de a redação estar em funcionamento 24 horas por dia. Este horário acaba, no entanto, por ter muitas exceções, como é o caso de serviços previamente marcados que obriguem os jornalistas a chegar mais cedo.

Outro fator que pode alterar este padrão de horário é a função que os jornalistas assumem. Todos os dias são nomeados os ‘piquetes’ do dia seguinte, ou seja, um jornalista a quem não é destinado qualquer serviço de modo a estar disponível para eventuais acontecimentos de última hora. O piquete da noite, disponível durante a emissão do Telejornal, trabalha entre as 16h e as 00h. Há, também, diariamente, um jornalista de ‘apoio à RTP 3’ cuja função é trabalhar *hard news* - temas da atualidade que necessitem de ser tratados e escrutinados no imediato.

No que respeita ao Telejornal, a rotina da redação inicia-se pelo meio dia quando, diariamente, o coordenador e todos os editores se reúnem para discutir as temáticas que serão alinhadas para o programa desse dia, bem como o ângulo de abordagem de cada uma das peças para perceber de que forma se poderá acrescentar alguma novidade - característica essencial do jornalismo televisivo.

Chegando à redação da RTP, e não tendo qualquer serviço previamente marcado, cada jornalista terá de verificar no alinhamento do Telejornal se lhe foi atribuída alguma peça, seja ela um *off*, uma reportagem, uma notícia, ou um trabalho jornalístico de outro qualquer cariz. Para tal, todos os profissionais têm acesso a uma plataforma específica – o ENPS. Trata-se de um programa informático onde é possível aceder aos alinhamentos, não só do Telejornal, mas de todos os programas emitidos pela RTP, incluindo os que são produzidos no Porto, Madeira e Açores; receber alertas de agências de notícias nacionais

e internacionais, como a Lusa, *Reuters* e *Agence France-Presse*; comunicar internamente com outros profissionais da empresa; aceder à agenda onde já estão marcados grande parte dos serviços; bem como aceder aos contactos guardados pela empresa. Para além disto, é, também, no ENPS que todos os jornalistas escrevem e desenvolvem as suas peças.

Depois de concluído cada serviço, quando regressa de reportagem, o jornalista tem de se dirigir ao AGS, uma espécie de ‘grande computador’ com entradas de áudio e de vídeo onde os profissionais debitam o material que trazem. Só desta forma será possível ter esse material exposto no servidor da RTP, para que os brutos possam ser visionados e se consiga, posteriormente, construir e desenvolver as peças noticiosas. De modo a poder visionar todo e qualquer ficheiro inserido na base de dados do AGS, os jornalistas recorrem ao programa *sQ View*. Por outro lado, utilizam o programa *sQ Cut* para cortar partes de vídeo e/ou áudio que sejam necessários para a conclusão das peças desenvolvidas.

Após a escrita da peça jornalística, é chegada a hora de a editar. O jornalista desloca-se à zona das cabines de edição onde se encontram os editores de imagem. É o editor de imagem que, com base nas explicações e sugestões do jornalista, que melhor conhece o material que recolheu, monta toda a peça obtendo, posteriormente, o produto final.

Este é o normal procedimento de escrita e montagem de uma peça noticiosa, no entanto, por vezes, por uma razão ou por outra, torna-se necessário recorrer a outros profissionais. É o caso do pessoal do arquivo (que cede imagens guardadas pela RTP, caso o material recolhido no dia não tenha sido suficiente ou caso não tenha sido possível recolhê-lo), o pessoal do grafismo (que desenvolve os gráficos quando a peça contém muitos dados, numéricos ou não, e quando tal se justifica), bem como o pessoal da legendagem (que, quando necessário, acrescenta a tradução de discursos em língua estrangeira).

Assim se processa, de modo geral, o dia a dia de qualquer jornalista na redação de informação televisiva da RTP Lisboa.

3.4 A experiência de estágio

O estágio curricular que viabilizou a presente investigação ocorreu entre 3 de fevereiro de 2025 e 9 de maio do mesmo ano, o que perfaz mais de 540 horas de estágio. A grande maioria dos dias passados na redação corresponderam a dias úteis, com horário entre as 13h e as 21h. A estes, acrescem três fins de semana (um por cada mês de estágio) e dois feriados, sendo eles, o dia 25 de abril e o Dia do Trabalhador – 1º de maio. Todo este tempo de trabalho foi alternado entre as editorias de sociedade e de ambiente, compostas por 21 e 2 jornalistas, respetivamente.

Ao contrário do que acontece em muitos outros meios de comunicação social, na RTP, um estagiário curricular, isto é, sem carteira profissional de jornalista estagiário, não pode ver o seu trabalho publicado ou emitido, nem mesmo parte dele. Assim sendo, o dia a dia passava por acompanhar os jornalistas em reportagem e, de volta à redação, escrever uma ‘peça sombra’. Quer isto dizer que, enquanto o jornalista escrevia a peça que, mais tarde, viria a ser emitida no Telejornal, eu desenvolvia, autonomamente, uma reportagem tendo por base exatamente a mesma informação recolhida, sem que a mesma chegasse a ser transmitida pela RTP.

No primeiro dia de estágio fui recebida por um dos membros da Direção de Recursos Humanos que mostrou todos os espaços que compõem as instalações da RTP Lisboa. Chegando à redação, foi uma das editoras de sociedade que explicou o funcionamento do local, nomeadamente, dando a conhecer todos os programas informáticos que seriam utilizados ao longo dos 3 meses de estágio. As restantes práticas de trabalho jornalístico foram sendo explicadas e demonstradas, ao longo do tempo, não só pela editora de sociedade como por outros jornalistas e profissionais.

Geralmente, começava o dia a consultar o alinhamento do Telejornal projetado para essa noite e verificava se continha alguma peça de cariz ambiental. Desta forma, seria possível perceber e controlar se as peças caíam ou se eram, de facto, emitidas. Posteriormente, era atribuído um serviço para acompanhar.

É ainda na redação, antes de sair em reportagem, que se inicia o trabalho de qualquer jornalista. É necessário pesquisar sobre o assunto de modo a conhecer e saber o mais possível sobre o acontecimento que iremos tratar. Tal tarefa demonstrou ser, por vezes, um pequeno entrave a esta experiência uma vez que os jornalistas nem sempre forneciam todas as informações a que tinham acesso, especialmente, comunicados ou

imagens já fornecidas pelas fontes. Esta dificuldade de acesso a algumas informações acabava por dificultar a preparação do tema bem como as primeiras ideias para a construção da peça.

Já a caminho do local de reportagem, na presença do jornalista e de um repórter de imagem, tentava compreender o ângulo de abordagem que deveria ter em consideração na construção da peça. Chegados à localização pretendida, seguia-se o contacto direto com as fontes de informação o que, por vezes, se revelava um desafio. Na maioria dos casos, as fontes são entrevistadas, mas há determinadas situações em que as mesmas pedem para não ser identificadas. Foi o que aconteceu na primeira reportagem que acompanhei¹⁹, em que duas intervenientes não quiseram ser filmadas. Nestas circunstâncias, o jornalista tenta encontrar, junto das fontes, a melhor solução para que as mesmas se sintam confortáveis. Neste caso, as testemunhas aceitaram gravar as entrevistas sob duas condições – não aparecer na câmara e a voz ser distorcida. Todas as entrevistas foram feitas pelos jornalistas, uma vez que o estagiário curricular não está autorizado a realizar tal tarefa.

De regresso à redação, os cartões com todas as imagens recolhidas eram deixados na sala do AGS e, passado algum tempo, as mesmas já se encontravam disponíveis no servidor para visualização e posterior edição. Para construir uma qualquer peça jornalística começava por visionar todas as imagens recolhidas, tanto as entrevistas realizadas como os restantes planos. Depois de interiorizada toda a informação era necessário escolher aquilo que, na redação da RTP, chamam ‘bocas’, isto é, as pequenas partes das entrevistas que serão incluídas na reportagem.

Organizar a informação e redigir as partes que serão ditas pelo jornalista fazem parte do passo seguinte. Termina-se a escrita de uma reportagem com os oráculos, ou seja, a identificação de todas as fontes intervenientes, bem como os títulos, isto é, as expressões que aparecem no ecrã de modo a situar o telespectador na informação que está a ser transmitida. Só no fim de todo este processo mostrava a reportagem para que a editora a pudesse rever e, eventualmente, corrigir.

Nas primeiras semanas de estágio, escrever peças televisivas mostrou ser mais complexo do que o esperado. Embora tenham de ser trabalhos relativamente pequenos, uma vez que o Telejornal tem um tempo consideravelmente reduzido, é necessário

¹⁹ Reportagem sobre mutilação genital feminina, desenvolvida a 7 de fevereiro (Anexo 1A)

desenvolver aptidões para tal. Não repetir informação; adotar frases curtas; utilizar linguagem simples, clara e concisa para compreensão de todos; evitar gerúndios; e evitar pronomes possessivos são algumas das características necessárias à escrita televisiva e que requerem prática. Ter por base as imagens previamente recolhidas é outra exigência inerente ao jornalismo televisivo. Em televisão, não é possível dizer algo que não possa ser mostrado a quem a vê.

Outro método a que, por vezes, os jornalistas recorrem é a personificação das peças, isto é, dar a conhecer a história das pessoas que estão envolvidas no acontecimento tratado. Durante o mês de abril desenvolvi duas reportagens sobre o despejo dos moradores do Cais do Ginjal, em Almada. Com receio de expor demasiado os intervenientes optei por falar menos sobre a sua história e destacar mais a situação por si só. No entanto, a necessidade de humanizar as peças foi umas das questões apontadas.

Para além de tudo isto, escrever e pensar sob pressão faz parte da rotina diária do jornalista, rotina essa a que foi difícil adaptar-me. As primeiras peças que desenvolvi levaram o dobro do tempo necessário, no entanto, ao longo do período de estágio, e à medida que ia escrevendo mais reportagens, esse tempo foi-se tornando mais reduzido. Todas estas pequenas falhas, tanto na forma como no conteúdo das peças jornalísticas, foram sendo gentilmente apontadas, especialmente nas primeiras reportagens, enquanto estagiária curricular totalmente inexperiente. No entanto, e paulatinamente, as chamadas de atenção foram diminuindo.

Sair em reportagem para procurar informação e contactar diretamente as fontes é a forma como um jornalista geralmente trabalha. Ainda assim, nem sempre consegue ser o próprio a escrever a peça. Acontece com alguma regularidade um jornalista recolher a informação no local, mas não ter tempo de voltar para a redação e desenvolver a reportagem a tempo de ser emitida no Telejornal desse dia. Nestes casos, um outro jornalista recebe os brutos que vão sendo enviados para a redação e escreve com base nesse material. Foi nestas condições que desenvolvi uma peça sobre as réplicas do sismo de Lisboa²⁰, recorrendo, também, ao *site* oficial do Instituto Português do Mar e da Atmosfera.

Noutros casos, a informação não é recolhida pela RTP e os jornalistas escrevem os textos tendo por base informações que vão chegando por parte de agências de notícias,

²⁰ Reportagem desenvolvida a 19 de fevereiro (Anexo 1A)

sejam elas nacionais ou internacionais, bem como de comunicados. Também desenvolvi algumas peças nestes moldes, nomeadamente, acerca da expulsão de diversos membros da associação ambientalista Quercus, ou até mesmo de uma tempestade que afetou diversas ilhas gregas²¹. Para tal, foram tidos em consideração *takes* da agência Lusa e da agência *Reuters*.

Depois de escrito todo o texto, os jornalistas recorrem a um editor de imagem de modo a iniciar o processo de edição das peças. Ao longo deste estágio, tive a oportunidade de editar diversas peças escritas por mim. Embora, este tenha sido, para os editores, um trabalho que não deu frutos, uma vez que nenhuma das peças foi emitida, senti que, grande parte deles, se dedicaram e empenharam na edição dessas peças. Um dos últimos trabalhos que editei dizia respeito à interdição das praias do concelho de Oeiras devido a um derrame de combustível no mar²².

Já nas cabines de edição, os jornalistas começam por gravar a voz, depois de um pequeno teste para calibrar o som. De seguida, o jornalista fornece ao editor as bocas previamente cortadas, bem como os brutos com as restantes imagens e planos para que seja possível conjugar todo o texto com as imagens a que tem acesso.

Em grande parte dos dias, na hora que antecede o Telejornal, há muita agitação na redação, uma vez que algum trabalho é deixado para a última hora e alguns jornalistas chegam de reportagem nessa altura, tendo muito pouco tempo para preparar e escrever as peças. Com toda esta azáfama vivida na redação, as cabines de edição começam a não ter lugar para todos os jornalistas, considerando a tamanha afluência. Os jornalistas cujas peças se encontram em primeiro lugar no alinhamento, têm prioridade de edição. Enquanto estagiária curricular, era necessário vagar o lugar junto do editor de imagem para dar prioridade aos jornalistas que necessitassem de editar as suas peças. Ainda assim, na maioria das vezes, algumas peças só ficam concluídas depois de iniciado o Telejornal, e, desta forma, tal como refere uma das coordenadoras do programa, Florbela Godinho, o «alinhamento é, muitas vezes, reconstruído mesmo durante aqueles 60 minutos» (Anexo 5B). Em caso de necessidade, os profissionais podem editar as suas peças sem recorrer a um editor de imagem. Geralmente, são apenas os jornalistas da editoria de desporto que o fazem.

²¹ Notícias desenvolvidas a 3 de fevereiro e 1 de abril, respetivamente (Anexo 1A)

²² Reportagem desenvolvida a 7 de abril (Anexo 1A)

Importa, ainda, referir que, quando um jornalista vai para o terreno, o objetivo final nem sempre é escrever uma reportagem, embora seja sempre recolhido material suficiente caso, posteriormente, seja necessária uma reportagem sobre o tema. Por vezes, alguns acontecimentos demonstram ter importância e impacto suficiente para serem transmitidos em direto. Os primeiros diretos que acompanhei²³ foram na freguesia de Santa Maria Maior onde uma concentração de moradores do bairro da Mouraria se manifestava contra a construção de um hotel social nessa zona. Nestes casos, é necessário preparar a informação que queremos transmitir, bem como estar desperto para eventuais contratemplos que possam acontecer enquanto a câmara está a gravar. Ao longo do tempo de estágio gravei dois falsos diretos²⁴ (a propósito da inauguração de uma cooperação de imigrantes com o apoio da AIMA, e em relação ao aumento de internamentos sociais em Portugal) que ajudaram a compreender a necessidade de preparação, de captar todas as informações que nos são fornecidas, bem como de saber a melhor forma de transmitir a informação ao telespectador.

Durante os três fins de semana passados na redação, o trabalho processava-se da mesma forma. No entanto, não era dada qualquer orientação uma vez que os editores não se encontravam na redação e a quantidade de jornalistas presentes era consideravelmente reduzida. Num desses fins de semana acompanhei um jornalista na cobertura da Convenção das Organizações para um Oceano Limpo²⁵. De regresso à redação, escrevia as peças que só eram revistas na segunda-feira seguinte.

Todo este tempo passado na RTP deu para compreender de que forma se faz jornalismo televisivo. De facto, uma das mais importantes ideias a reter, depois desta experiência de estágio, é que o jornalista tem de ser capaz de se adaptar a toda e qualquer situação que possa prejudicar o bom funcionamento do trabalho jornalístico. Tal aplica-se ao mais pequeno contratempo que possa acontecer numa saída em reportagem ou a alguma casualidade que possa afetar toda a empresa.

No dia 28 de abril houve, em Portugal continental e outros países e cidades europeias, um apagão energético ao início da manhã e as instalações da RTP Lisboa foram severamente afetadas. Sem eletricidade e sem energia, os geradores conseguiram manter a empresa em funcionamento durante grande parte da manhã e início da tarde, mas os

²³ Diretos gravados e acompanhados a 12 de fevereiro (Anexo 1B)

²⁴ Falsos diretos gravados a 15 e 16 de abril, respetivamente (Anexo 1A)

²⁵ Reportagem desenvolvida a 12 de abril (Anexo 1A)

geradores ficaram sem combustível. Luzes, televisões, computadores, impressoras e a maior parte dos telemóveis, nada funcionava. Os canais da RTP ficaram todos sem emissão. Passado algumas horas, e paulatinamente, a situação foi normalizando. Os canais foram restabelecidos com uma emissão do Porto (todos eles com a mesma emissão) e os jornalistas foram conseguindo aceder à *internet* e a algumas plataformas internas, mas o país continuava sem rede e sem comunicações. O meu computador foi um dos primeiros a ter acesso e acabei por cedê-lo a uma jornalista.

Colocar as imagens recolhidas no servidor revelou-se uma das maiores dificuldades, assim como o visionamento dos brutos e edição das peças. O Telejornal foi produzido com os recursos possíveis, na verdade, muito escassos. Poucas peças e muitos diretos, uns atrás dos outros, fizeram o Telejornal daquele dia. O centro de produção de Lisboa não conseguiu ficar em pleno funcionamento em tempo útil e o noticiário foi emitido a partir do Porto. Resta referir a natural agitação e pressão sentidas na redação durante todo o dia e toda a noite, mas, ainda assim, todos os jornalistas, mantendo o foco e uma postura profissional, fizeram o melhor possível com os recursos que tinham disponíveis. Sem dúvida que a resiliência e adaptação fazem parte do trabalho diário de qualquer jornalista.

Embora todo este período de estágio tenha sido consideravelmente enriquecedor e gratificante, uma vez que foi, de facto, a primeira experiência em meio profissional, teve, também, os seus percalços. O dia a dia de um jornalista é muito corrido e, muitas vezes, não há tempo suficiente, nem oportunidade, para acompanhar um estagiário. O facto de ser um estágio curricular acaba por piorar a situação, tendo em conta que o trabalho desenvolvido não pode ser emitido e, por conseguinte, não demonstra qualquer utilidade para a empresa. Desta forma, foram inúmeras as situações em que não me era dado qualquer trabalho e em que tentava perceber se poderia auxiliar em alguma tarefa. Muitas destas tentativas não foram bem sucedidas.

No entanto, fui muito bem recebida por todos os jornalistas que sempre estiveram dispostos a esclarecer eventuais dúvidas, explicar todos os procedimentos e ajudar no que fosse necessário. A última semana de estágio foi um dos, se não o período, com menos acontecimentos agendados e serviços marcados. As campanhas para as eleições legislativas antecipadas ocuparam grande parte da agenda da RTP e, conseqüentemente, do Telejornal. Tal, acabou por se refletir no meu trabalho uma vez que era mais difícil conseguir acompanhar jornalistas e ter trabalho para fazer.

Ainda assim, toda esta experiência não só ajudou a consolidar os conhecimentos adquiridos ao longo do mestrado, como também ampliou a minha compreensão do papel do jornalismo televisivo de serviço público numa sociedade em constante transformação.

Ao longo destes meses foram escritas diversas peças, tendo sido, algumas delas, editadas. Por outro lado, para além daqueles que originaram peças escritas de raiz, acompanhei diversos serviços que tinham pequenos e concretos objetivos como, por exemplo, fazer uma única entrevista ou fazer diretos. Desta forma, a informação recolhida não era suficiente para que pudesse desenvolver uma peça jornalística (Anexo 1B).

Capítulo IV - O cumprimento das obrigações e princípios de serviço público na cobertura de temas ambientais

No presente capítulo pretende-se materializar a proposta de investigação já apresentada. Assim, procura-se dar a conhecer a estratégia metodológica adotada, as técnicas de recolha de informação escolhidas e o respetivo *corpus* de análise, bem como apontar e discutir os resultados obtidos através deste estudo.

4.1 Metodologia

A finalidade que leva à concretização deste trabalho de investigação passa por conhecer e compreender em que medida o canal RTP1, e, especialmente, o noticiário da noite – Telejornal, cumpre o seu propósito de serviço público de televisão, no tratamento jornalístico feito à temática relacionada com o ambiente. Assim sendo, a questão de partida que se considera o mote desta investigação será: *Como são cumpridos e percebidos, pelos jornalistas, os princípios orientadores e obrigações de serviço público, por parte da RTP 1, no tratamento informativo de temáticas ambientais?*

Para que, ao longo da investigação, esta questão possa ser respondida da melhor forma possível, pretende-se atender a diversos objetivos específicos, sendo eles: perceber como os jornalistas põem em prática as indicações do Contrato de Concessão de Serviço Público da RTP; conseqüentemente, analisar a cobertura noticiosa da temática ambiental na RTP; entender a visão dos jornalistas da RTP sobre o seu papel no cumprimento do serviço público de televisão; bem como discutir a atualidade e os desafios que se colocam ao serviço público de televisão em Portugal.

A metodologia que se adotou é mista, cruzando métodos de natureza quantitativa e qualitativa, sendo diversas as técnicas de recolha de informação que permitiram obter todos os dados necessários à concretização do presente estudo.

Tanto a observação-participação como a participação-observação estão inerentes ao desenvolvimento desta investigação, tendo sido elaboradas tarefas, durante o período passado na redação da RTP Lisboa, enquanto estagiária que acompanhou diversos jornalistas ao terreno, e enquanto estagiária que desenvolveu peças jornalísticas. A pesquisa documental e revisão bibliográfica que permite e auxilia a construção do enquadramento teórico é essencial e transversal a todo e qualquer trabalho académico, pelo que também fez parte do estudo que agora se apresenta.

A análise de conteúdo foi a técnica quantitativa que permitiu compreender se o serviço público de televisão é, efetivamente, cumprido por parte da RTP1. Para tal, foi escolhido um *corpus* de análise constituído pelas 117 peças jornalísticas que retrataram temas ambientais no Telejornal ao longo de todo o período de estágio – de 3 de fevereiro a 9 de maio de 2025. Foi escolhido este noticiário, em concreto, por ser o principal programa de informação emitido pela estação, bem como o que tem maior audiência.

São três as fases que, para a autora francesa Laurence Bardin (1977, pp.95-133), constituem uma análise de conteúdo: a pré-análise; a exploração e análise do material; e o tratamento dos resultados com conseqüente interpretação. A mesma autora defende que depois de formulados os objetivos de investigação e de escolhido o *corpus* de análise, é necessário determinar as variáveis que acabam por constituir a materialização do que se pretende estudar. São, na verdade, a representação dos conceitos que o investigador procura apreender com a prática do seu exercício investigativo. Só mais tarde é possível tratar e interpretar os dados obtidos (Bardin, 1977, pp.95-133).

Assim sendo, a análise realizou-se a partir da identificação e sistematização de um conjunto de variáveis, e respetivas categorias, tendo por base uma adaptação da grelha apresentada por Felisbela Lopes na obra *O Telejornal e o Serviço Público* (Lopes, 1999a). As variáveis escolhidas foram, então, inseridas numa grelha de análise previamente construída (Anexo 2) no programa informático *Microsoft Excel*, sendo elas:

Data de emissão; Tema tratado; Duração da peça; Tempo total do Telejornal; Posição no alinhamento; Número da peça; Número total de peças; Género; Autor; Coordenador; Origem geográfica; Intervenientes; Evocação das fontes; Classificação das fontes; Atribuição da informação às fontes; Equilíbrio de posições; Representação das partes interessadas; Elementos especulativos; Linguagem específica / Expressões complexas; Recursos visuais; Linguagem gestual + Teletexto + Audiodescrição.

As categorias inerentes a cada uma destas variáveis, bem como a forma como foram tidas em conta, encontram-se explanas na tabela do Anexo 3.

De forma a contribuir para a interpretação dos dados fornecidos por esta análise de conteúdo, também se recorreu a entrevistas, enquanto técnica qualitativa. Sendo uma entrevista, «uma conversa entre um investigador (alguém que deseja obter informação sobre um tema) e um informador (alguém que presumivelmente tem informação de

interesse sobre o tema) [tradução própria]» acaba por permitir obter informação que não pode ser recolhida pela observação (Berger, 2016, p.278).

Tais entrevistas são semiestruturadas, uma vez que foram elaborados guiões, no entanto, manteve-se um caráter informal e sem que estes tenham sido um entrave à liberdade de fala dos entrevistados. Assim, foi possível conhecer a forma como os jornalistas interiorizam os princípios orientadores e obrigações inerentes ao serviço público de televisão, bem como compreender algumas tomadas de decisão. O *corpus* de análise destas entrevistas é constituído por 11 profissionais.

Os resultados recolhidos através de todas estas técnicas de recolha de informação serão analisados à luz da questão de partida e dos objetivos já enunciados de modo a obter as mais fiáveis conclusões, e a sua conseqüente discussão. Tais resultados têm, também, em vista confirmar ou infirmar algumas hipóteses de trabalho previamente construídas de forma indutiva e tendo por base a teoria já analisada:

H1: A maioria das obrigações e princípios orientadores estipulados no Contrato de Concessão de Serviço Público de Media são praticados pelos jornalistas do Telejornal

H2: A temática ambiental é um dos conteúdos editoriais destacados no Telejornal, conferindo importância ao tema

H3: Os jornalistas da RTP têm interiorizadas as obrigações e princípios orientadores estipulados no Contrato de Concessão na sua prática jornalística diária

H4: A maioria dos jornalistas encara positivamente a reformulação do Contrato de Concessão de Serviço Público de Media

4.2 Análise e discussão de resultados

4.2.1 Análise de Conteúdo

O noticiário analisado foi o Telejornal, emitido todos os dias, de segunda-feira a domingo, às 20h. A sua duração costuma ser de uma hora, à exceção dos domingos, altura em que se prolonga devido ao comentário político semanal com um painel de comentadores.

Das 117 peças de ambiente emitidas neste programa informativo, ao longo de todo o período de estágio, e tal como demonstra o gráfico seguinte (Gráfico 1), são mais os

trabalhos jornalísticos que apresentam fontes de informação do que aqueles que não apresentam qualquer fonte.

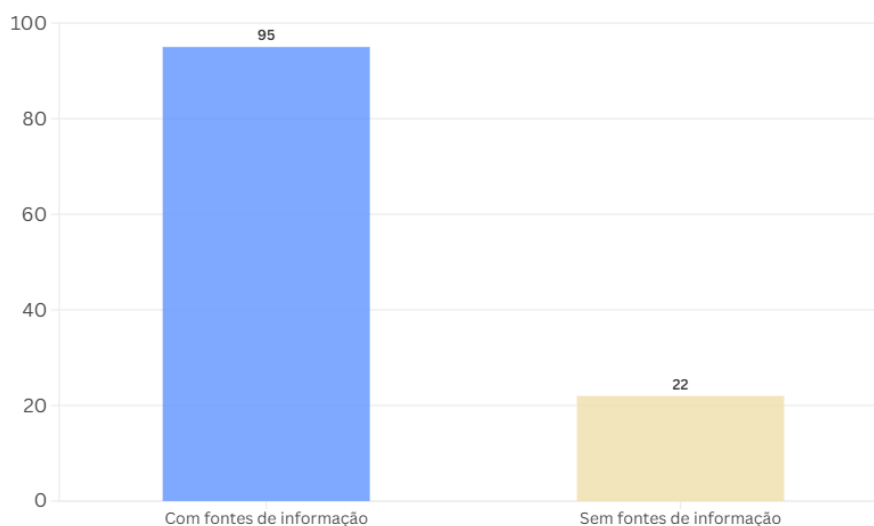


Gráfico 1 - Fontes de informação (n=117, todas as peças)

No entanto, importa referir que, das 22 peças jornalísticas que não apresentam nenhuma fonte de informação, 20 delas dizem respeito a promoções de outras reportagens, reportagens essas que já apresentam as devidas fontes. As outras duas tratam-se de *offs*, isto é, pequenas peças transmitidas apenas pelo pivot.

O gráfico que se segue (Gráfico 2) dá a conhecer a classificação das fontes de informação presentes nas 95 peças que as apresentam, no que a fontes oficiais e não oficiais diz respeito. Tendo por base a classificação de fontes defendida pelo autor Rogério Santos, as fontes oficiais são «governantes, responsáveis de empresas ou outras instituições privadas» e os «designados para falar em interesse público», uma vez que «os seus enunciados e opiniões, em qualquer matéria, são julgados com valor para a informação e (...) o que relatam é sempre matéria publicável». Por outro lado, as fontes não oficiais são pessoas desconhecidas marginais às instituições ou grupos reconhecidos (Santos, 1997, p.28).

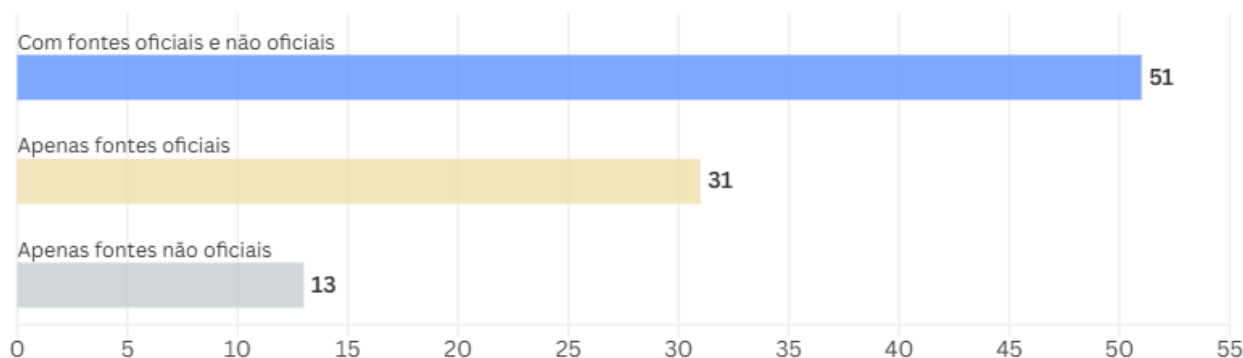


Gráfico 2 - Classificação das fontes: oficiais e não oficiais (n=95, peças com fontes)

É, então, notório que as peças transmitidas no Telejornal, e que retratem temas relacionados com o ambiente, acabam por depender, em larga escala, de fontes consideradas oficiais. Ainda assim, é possível haver diversidade de fontes apresentadas, tal como demonstra a tabela seguinte, que ajuda a perceber quem são as fontes citadas nas muitas peças analisadas.

Tipo de fontes		Número de peças
Oficiais	Organizacionais (onde se inclui ONG's, sindicatos, associações, entre outros)	45
	Figuras de autoridade (Proteção Civil, Autoridade Marítima Nacional, Polícia Marítima, Bombeiros, PSP, GNR, entre outros)	27
	Representantes autárquicos (presidentes de Câmaras e Juntas de Freguesia, Vereadores, entre outros)	13
	Empresariais (no que se refere a empresas privadas)	11
	Presidências e parlamentos internacionais	10
	Governamentais	8
	Deputados parlamentares	2
Não oficiais	Residentes	32
	Outros elementos da sociedade civil	32
	Turistas	7

Tabela 1 - Tipos de fontes (n=95, peças com fontes)

Considerando as distintas categorias encontradas no seio das fontes oficiais e não oficiais, é possível concluir que as peças ambientais transmitidas no programa analisado

apresentam uma considerável diversidade de fontes de informação. A Tabela 1 também contribui para a percepção de que o jornalismo ambiental praticado no Telejornal não aparenta ser dependente de poderes governamentais ou interesses políticos. Das 95 peças que apresentaram fontes, apenas 8 recorreram ao Governo, isto é, as restantes 87 peças não fazem qualquer referência à entidade governamental. Tal premissa foi comprovada presencialmente, durante a experiência de estágio, quando foi explicado, por parte de diversos jornalistas, que algumas peças têm mais texto que o habitual de modo a não dar relevância desmesurada ao vinculado pelo Governo, uma vez que não é esse o trabalho de um jornalista.

Já no que diz respeito à forma como os jornalistas têm acesso à informação é possível distinguir entre fontes pessoais e documentais, tal como apresentado no Gráfico 3.

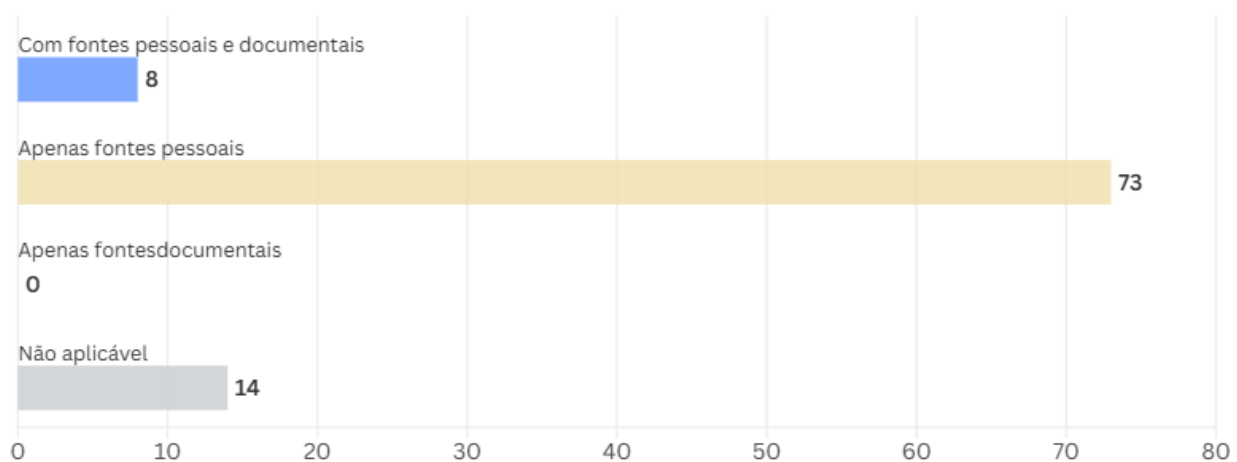


Gráfico 3 - Classificação das fontes: pessoais e documentais (n=95, peças com fontes)

Desta forma, constata-se uma dependência quanto a fontes pessoais, isto é, intervenientes que dão a cara, apresentando um discurso falado. Tal é compreensível tendo em conta o meio de comunicação em causa – a televisão, onde a imagem é o recurso predileto para transmissão de qualquer tipo de informação. Por outro lado, a razão pela qual as peças emitidas no Telejornal recorrem mais a fontes pessoais passa pela necessidade sentida, por parte dos jornalistas, em recolher a informação no local. A jornalista, e também editora de sociedade, Lavínia Leal admite que a temática ambiental obriga «a ir para a rua». Garante, ainda, que embora por vezes as notícias tenham de ser dadas no imediato, «depois vais para a rua ver e fazer reportagem sobre isso. (...) Temos de mostrar as coisas, não há outra forma» (Anexo 5D). Também a jornalista e editora de

ambiente, Daniela Santiago, que procura os temas, recusando-se a correr «atrás da agenda dos outros» assegura que, independentemente de nem sempre haver recursos humanos disponíveis, «o meu trabalho, como sempre foi, é rua, sair em reportagem» (Anexo 5C).

Importa, ainda, referir que as 14 peças incluídas na categoria ‘Não Aplicável’ apenas citam as suas fontes, não apresentando qualquer interveniente. Logo, não é explícito se a informação foi transmitida em pessoa ou por escrito, pelo que não é possível alocar essas mesmas peças a outra categoria.

Ainda no que diz respeito às fontes de informação, pretende-se conhecer as perspetivas apresentadas pelas diferentes fontes nas diversas peças jornalísticas.

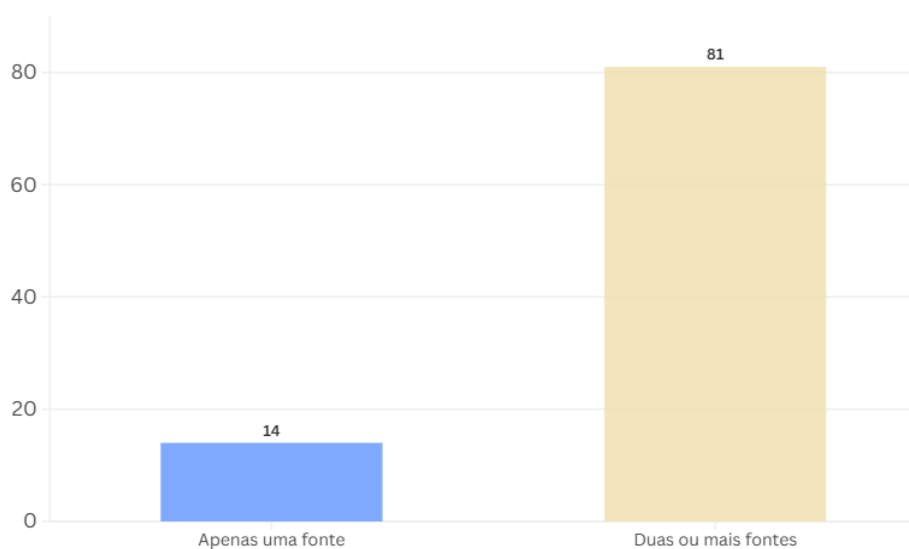


Gráfico 4 - Quantidade de fontes (n=95, peças com fontes)

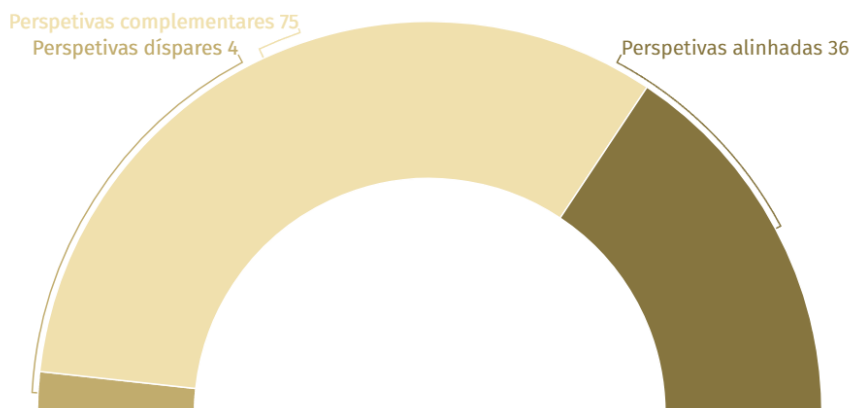


Gráfico 5 - Perspetivas das fontes (n=81, peças com mais de uma fonte)

Considerando que, e tal como demonstra o Gráfico 4, apenas 81 peças apresentam mais do que uma única fonte, só nessas mesmas peças é possível avaliar as diferenças de perspetivas das fontes apresentadas. A grande maioria dos conteúdos jornalísticos analisados evidencia discursos que se complementam, isto é, ideias semelhantes, mas que não se repetem. Por outro lado, e embora sejam poucas, algumas peças apresentam discursos que se contrariam, o que contribui para o pensamento crítico dos telespectadores. Desta forma, são colocadas em confronto diversas correntes de opinião, o que demonstra que a informação transmitida no Telejornal prima pelo pluralismo nos trabalhos relacionados com a temática ambiental.

Importa, também, compreender se, no seio das peças ambientais analisadas, existe, ou não, uma diversidade de temas representados.

Tema	Número de peças
Tempestades e eventos extremos	35
Sismos	18
Cheias e inundações	13
Recursos hídricos e gestão de águas	12
Outros fenómenos meteorológicos	12
Alterações climáticas	6
Investigação científica	6
Poluição ambiental	6
Ecossistemas e biodiversidade	4
Exploração de recursos naturais	3
Incêndios e fogos florestais	2

Tabela 2 - Temas retratados (n=117, todas as peças)

Através da Tabela 2, verifica-se que a lista de temas relacionados com o ambiente inseridos no Telejornal é considerável. Torna-se, então, perceptível a diversidade de temáticas ambientais presentes no programa analisado com grande destaque para peças relacionadas com ‘Tempestades e eventos extremos’ onde se inserem fenómenos como tempestades, depressões e tornados. Seguem-se os ‘Sismos’ e as ‘Cheias e inundações’, enquanto segundo e terceiro tema mais representado, respetivamente. Por outro lado, os ‘Incêndios e fogos florestais’ são o tema menos abordado nas peças ambientais analisadas. Tais considerações são compreensíveis tendo em conta os meses que constituem o *corpus*

de análise – fevereiro, março, abril e início de maio –, altura em que, anualmente, se registam muitas tempestades e raros incêndios.

Algumas das temáticas ambientais abordadas no Telejornal são trabalhadas, para além da editoria de ambiente, pela editoria de sociedade. De acordo com a jornalista Rita Marrafa de Carvalho, uma das editoras de sociedade, a editoria trabalha «tudo o que seja desastres ambientais, violações graves de proteção ambiental e animal, e o desvio da norma ou do que está estabelecido, como atos de poluição ou violações de preceitos de preservação ambiental» (Anexo 5E).

No entanto, o Telejornal não é o único programa que envolve temas ambientais no seu alinhamento. A Tabela 3 dá conta de outros programas informativos que abordam esta temática.

Programa	Tipologia	Canal de transmissão
Minuto Verde	Rubrica informativa	RTP1
Biosfera	Magazine informativa ambiental	RTP2 e RTP1
Impacto Verde	Informação especializada	RTP3
Minuto Energia	Informação especializada	RTP3
Hora de Agir	Informação do Fórum da Energia e Clima	RTP3
Minuto Azul Escuro	Informação especializada	RTP3
Outras Histórias	Grande reportagem	RTP1
Prova dos Factos	Grande reportagem	RTP1

Tabela 3 - Outros programas

O ‘Outras Histórias’ e o ‘Prova dos Factos’ são programas de grande reportagem, mas, apesar de não serem especializados em temas ambientais, transmitiram, entre fevereiro e março, cinco episódios que abordavam a temática²⁶. Assim, no que respeita ao ambiente, a RTP demonstra ter uma programação informativa variada e diversificada destinada a públicos interessados em temáticas ambientais. Tal acontece não só através da emissão de informação especializada, como também inclui espaços em programa de

²⁶ Esses episódios dizem respeito à organização Greenpeace, a programas de apoio a edifícios mais sustentáveis, aos terrenos das paisagens açorianas, à exploração de ouro em áreas protegidas e à poluição ambiental criada pelos crematórios

grande reportagem e rubricas inseridas em noticiários. Desta forma, para além da diversidade de fontes de informação e da diversidade de temas ambientais no Telejornal, anteriormente identificadas, foi possível perceber que a RTP também prima pela diversidade de temas que inclui na sua programação, cedendo um considerável espaço aos temas relacionados com o ambiente.

Pretende-se, agora, compreender a distribuição geográfica das peças ambientais analisadas. Tal pode ser inferido tendo por base o gráfico a seguir apresentado.

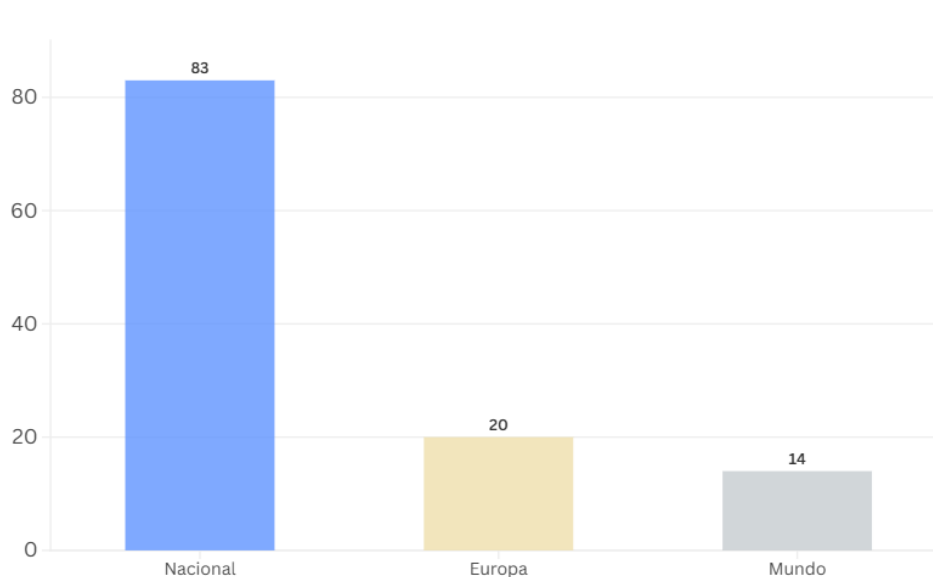


Gráfico 6 - Origem geográfica (n=117, todas as peças)

Tendo em conta que a maioria das peças emitidas retrata acontecimentos ocorridos em Portugal, é notória a valorização do território nacional por parte do Telejornal. Por outro lado, os trabalhos internacionais abordam principalmente países europeus, o que demonstra a estreita relação e a importância que a RTP confere a países do mesmo continente. De referir que as peças incluídas na categoria 'Mundo' não se enquadram no contexto europeu, tendo ocorrido para lá das suas fronteiras, e estão maioritariamente relacionadas com o sismo de Myanmar durante o mês de março.

Ainda que grande parte das peças reflitam o país de origem torna-se necessário conhecer a distribuição feita pelos diversos distritos portugueses a fim de melhor compreender a relevância atribuída às diferentes regiões nacionais.

Distrito	Número de peças	Percentagem (%)
Lisboa	27	32,5
Porto	6	7,2
Vila Real	1	1,2
Évora	6	7,2
Setúbal	5	6
Portalegre	3	3,6
Santarém	5	6
Coimbra	2	2,4
Viana do Castelo	2	2,4
Faro	7	8,4
Açores	3	3,6
Madeira	1	1,2
Guarda	2	2,4
Beja	2	2,4
Outros	21	25,3

Tabela 4 - Por distrito (n=83, peças nacionais)

Região	Número de peças	Percentagem (%)
Norte	11	13,3
Centro	39	46,9
Alentejo	11	13,3
Algarve	7	8,4
Ilhas	4	4,8
Outros	21	25,3

Tabela 5 - Por região (n=83, peças nacionais)

Desta forma, e tendo por base as Tabelas 4 e 5, é possível inferir que cerca de 47% das peças ambientais transmitidas no Telejornal retratam a região Centro do país, nomeadamente o distrito de Lisboa, representado em cerca de 33% das peças analisadas, embora muitas delas tenham feito referência a mais de um único distrito. Ainda assim, foram abordados 12 distritos e os dois arquipélagos portugueses, o que demonstra a preocupação em abordar diferentes regiões do território nacional com espaços de informação que «contribuem para a coesão territorial», tal como estipulado na Carta (p.40) anexa ao atual Contrato de Concessão.

As peças alocadas à categoria ‘Outros’ retratam temas ocorridos a nível nacional, sem que haja menção a qualquer local específico.

Outras características que se notaram inerentes a todas as emissões do noticiário analisado são a interpretação em língua gestual portuguesa, a legendagem em teletexto, bem como a audiodescrição da informação transmitida. Assim, o Telejornal torna-se um noticiário acessível aos mais diferentes públicos, garantindo a possibilidade de cidadãos com necessidades especiais conseguirem acompanhar as suas emissões.

A necessidade da RTP transmitir uma informação aberta ao contraditório não se encontra expressa no atual Contrato de Concessão de Serviço Público. No entanto, é uma responsabilidade plasmada na mais diversa documentação, devendo estar inerente ao jornalismo praticado em qualquer órgão de comunicação social, incluindo o antigo Contrato de Concessão de Serviço Público (2015, cl.4ª). Tal documento ainda se encontrava em vigor aquando do primeiro mês da análise que deu origem ao presente estudo, pelo que se considerou essencial averiguar se esta é, ou não, uma necessidade suprida pela RTP.

Para além disto, é algo que faz parte da cultura profissional de grande parte dos jornalistas da RTP. Para a jornalista Daniela Santiago, «o contraditório é algo inerente à prática jornalística. É absolutamente obrigatório, faz parte do jornalismo e não precisa de estar escrito em lado nenhum» (Anexo 5C). Este ideal é corroborado pela jornalista redatora de sociedade, Soraia Ramos, quando afirma que «não é preciso dizerem-nos isso expressamente. Até poderia ser uma mais valia, eventualmente, mas, não há jornalismo sem contraditório» (Anexo 5G).

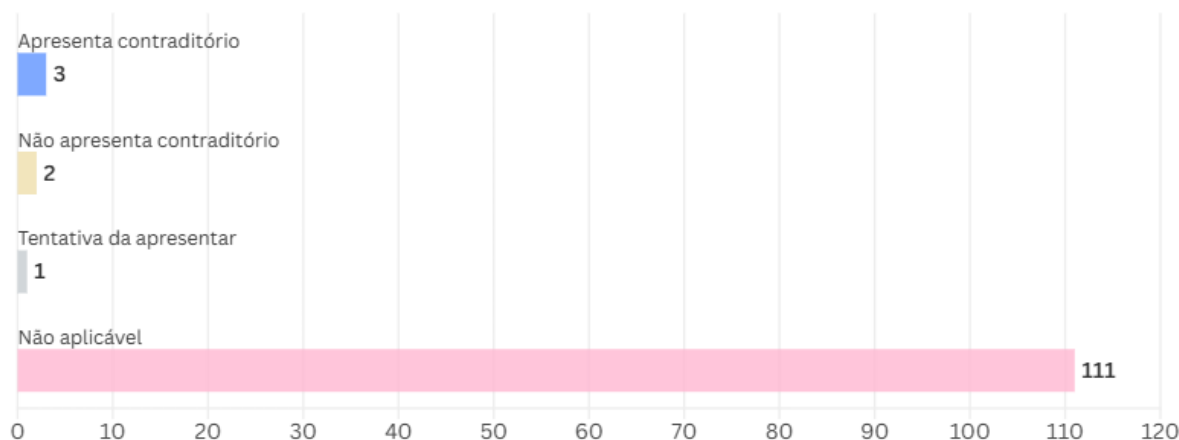


Gráfico 7 - Apresentação das partes interessadas (n=117, todas as peças)

Tendo por base o Gráfico 7 verifica-se que esta variável não se aplica à grande maioria das peças analisadas por não ter sido necessário recorrer ao contraditório, uma vez que não foram retratados conflitos, queixas ou acusações. Quanto às peças onde se considerou ser necessário apresentar todas as partes interessadas no assunto tratado, as duas que não apresentam contraditório dizem respeito ao ruído no aeroporto de Lisboa e ao abate de Jacarandás em Lisboa (peças 4 e 80 da grelha de análise – Anexo 2). Ainda assim, na generalidade das mesmas, foram apresentadas ou foi deixada explícita a intenção de as apresentar, pelo que se considera cumprida a abertura ao contraditório.

De modo a transmitir ao telespectador uma melhor noção dos acontecimentos retratados nas peças jornalísticas, a informação apresentada deve ser contextualizada, nomeadamente através da fala do jornalista com a utilização de expressões que ajudem a situar a informação, tanto no tempo como no espaço. A Tabela 6 que se segue demonstra serem muitas as peças que apresentam tais expressões.

Expressões apresentadas (que contextualizam a informação)	Identificação das peças
«a 6 de dezembro, o Ministério do Ambiente constituiu uma servidão administrativa que permitia à empresa Savannah acesso aos terrenos privados»	Peça 5 – Exploração de lítio suspensa
«em março do ano passado, a empresa foi condenada ao pagamento de uma coima»	Peça 7 – Descargas de esgoto contaminam bacia hidrográfica do Tejo
«em 6 meses, este é o segundo sismo sentido em Lisboa, o primeiro ocorreu em agosto, foi mais forte, teve 5.3 de magnitude»	Peça 11 – Sismo em Lisboa
«China, Vietname e Brasil são os países com mais terras raras no mundo»	Peça 12 – Reserva de minerais na Ucrânia
«Ucrânia tem enormes depósitos de minerais estratégicos como titânio, que está a azul, mas também lítio, grafite, cobalto e terras raras a vermelho»	Peça 13 – Reserva de minerais e terras raras na Ucrânia
«tal como em 2020, novas fotografias denunciam o que alegadamente se passa lá dentro»	Peça 18 – Maus tratos a animais
«4 anos depois da matança (...) o inquérito do Ministério Público ainda não está concluído»	Peça 18 – Maus tratos a animais
«há agora um alívio nos cortes [de água que foram] impostos em maio do ano passado»	Peça 34 – Água no Algarve
«um ano depois do mais seco inverno algarvio desde que há registo, a tempestade trouxe a bonança»	Peça 39 – Barragens Algarve
«há 20 anos que o Algarve não tinha tanta água, também a barlavento»	Peça 39 – Barragens Algarve
«vamos olhar para o mapa (...) aqui é a evolução do que vai acontecer nas próximas horas»	Peça 41 – Depressão Martinho

«estamos a falar de Algés, uma zona que já está escaldada em relação a cheias, os comerciantes já investiram muito dinheiro em sistemas para evitar que a água entre nos comércios»	Peça 42 – Depressão Martinho
«o passado já ensinou que esta zona de Algés costuma inundar»	Peça 42 – Depressão Martinho
«desde que aconteceu a tragédia de Valência, com as inundações que provocaram mais de 200 mortos, todos os cuidados são poucos e foram efetivamente redobrados»	Peça 56 – Mau tempo Espanha
«em 2014 contabilizaram-se 297 alcateias e em 2024, 365»	Peça 66 – Lobo ibérico Espanha
«é preciso recuar até 1946 para se encontrar registos de um sismo tão violento como este»	Peça 71 – Sismo Myanmar/Tailândia
«em 2026 vai ser melhor porque a lua vai tapar mais o sol»	Peça 76 – Eclipse solar
«segundo o serviço geológico dos EUA o sismo de 7.7 foi o mais forte a atingir Myanmar nos últimos 100 anos»	Peça 77 – Novo sismo Myanmar
«[apresentação de imagens de Myanmar – antes e depois do sismo]»	Peça 78 – Sismo Myanmar – consequências Tailândia
«a União Europeia quer uma redução de 90% das emissões de gases com efeito de estufa relacionados com transportes nos próximos 25 anos. Enquanto as cidades se tornam mais verdes, este projeto quer trazer mil carros para o centro da cidade»	Peça 80 – Abate de jacarandás
«os oceanos estão a aquecer quatro vezes mais rápido do que há 40 anos»	Peça 83 – Conferência dos oceanos
«pior sismo do sudoeste asiático em 100 anos»	Peça 84 – Sismo Myanmar atualização
«na costa leste da Austrália, em Queensland, vivem-se as piores enchentes dos últimos 50 anos»	Peça 86 – Cheias na Europa
«em algumas zonas choveu em poucos dias o equivalente a um ano de precipitação»	Peça 86 – Cheias na Europa
«os corais são dos ecossistemas mais vulneráveis às alterações climáticas e podem desaparecer no espaço de 75 anos»	Peça 94 – Descoberta bactéria que ajuda corais
«o último mês foi de extremos na Europa, a chuva intensa registada na península ibérica contrasta com os recordes de temperatura batidos em várias regiões. Março de 2025 fica para já registado como o mais quente do continente europeu»	Peça 96 – Aviso tempestade
«nos últimos 20 anos a taxa de aquecimento do oceano praticamente duplicou, e é exatamente esse calor no oceano com o degelo nos glaciares que está a fazer com que a subida do nível da água do mar seja cada vez mais rápida»	Peça 103 – Investigações oceânicas entre Noruega e Portugal
«a cada segundo os glaciares derretem o suficiente para encher duas piscinas olímpicas»	Peça 103 – Investigações oceânicas entre Noruega e Portugal
«a Europa é o continente que está a aquecer mais. Aquece o dobro da média global»	Peça 104 – Alerta climático Europa

«a Europa está a aquecer duas vezes mais rápido que o resto do mundo. Em 2024 a média global ultrapassou a meta do Acordo de Paris – 1,6º»	Peça 105 – Relatório do clima 2024
«o velho continente aqueceu mais e viveu um dos 10 anos mais chuvosos desde 1950»	Peça 105 – Relatório do clima 2024
«as tempestades e inundações mataram pelo menos 335 pessoas, afetaram a vida de cerca de 413 mil. Os incêndios, por outro lado, consumiram 1100 km ² em Portugal, um quarto da área ardida em toda a Europa»	Peça 105 – Relatório do clima 2024
«a massa glaciária está a perder-se como nunca, a temperatura da superfície do mar também foi a mais elevada desde que há registo»	Peça 105 – Relatório do clima 2024
«o recuo da costa acentuou-se nos primeiros meses deste ano por causa das tempestades»	Peça 110 – Erosão costeira
«entre janeiro e abril o litoral português recuou até 25 metros. Desde 2012 que não se perdia tanta costa em tão pouco tempo»	Peça 110 – Erosão costeira
«no final do século, 55 km de zonas costeiras podem estar inundadas devido ao avanço do mar»	Peça 110 – Erosão costeira
«esta sexta-feira, havia já sido notícia estragos provocados por outros dois tornados»	Peça 117 – Fenómenos extremos em Portugal

Tabela 6 - Expressões que contextualizam a informação

A acrescer a tais observações, considera-se pertinente verificar os géneros jornalísticos, inerentes ao meio televisivo, a que os jornalistas mais recorrem nas peças analisadas. O Gráfico 8 indica que a Reportagem é o género mais presente no Telejornal, no que às peças sobre a temática ambiental diz respeito.

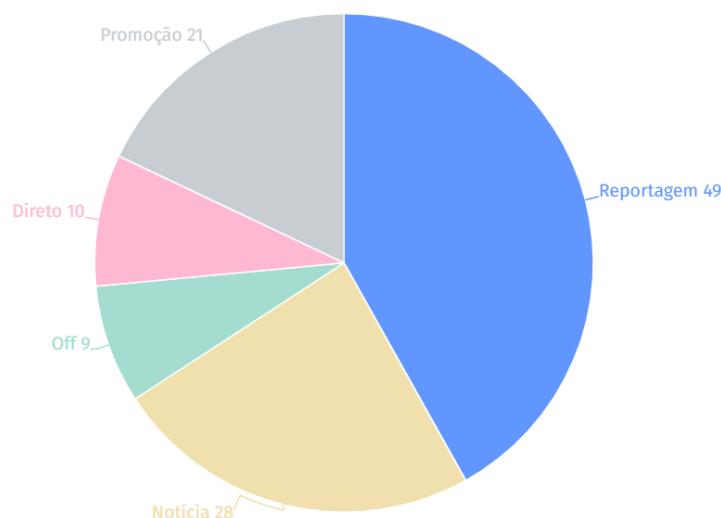


Gráfico 8 - Géneros jornalísticos (n=117, todas as peças)

Importa dar conta da distinção feita entre os géneros Reportagem e Notícia, sendo consideradas ‘Reportagem’ as peças que implicam deslocação do repórter ao local para contactar diretamente as fontes, tratando o acontecimento retratado de modo mais

aprofundado onde é notória uma maior preocupação com o desenvolvimento e explicação do acontecimento. Já as ‘Notícia’ consideraram-se as peças construídas a partir de informações recebidas de agências ou comunicados, sem deslocação do repórter ao local, isto é, as peças que acabam por representar as preocupações do dia a dia e o acompanhamento da agenda.

Assim, considera-se que a reportagem é o género da contextualização por excelência, ou seja, que mais espaço dá para que os telespectadores incorporem a informação transmitida. Sendo este o género mais apresentado, em larga escala, é mais um fator que demonstra que as peças do Telejornal primam pela contextualização. De acordo com Felisbela Lopes (1999a), a contextualização proporciona «a compreensão do alcance e significado dos factos mediatizados», contribuindo para compreender e conhecer a qualidade da informação transmitida. Quer isto dizer que, para a autora, uma informação contextualizada é uma informação de qualidade (pp. 104-105).

Por outro lado, há certas imagens, nomeadamente a apresentação de gráficos que ajudam a esclarecer a informação e, conseqüentemente, a contextualizá-la. Torna-se, assim, pertinente analisar as imagens emitidas nas peças sobre a temática ambiental.

Tipos de imagem	Número de peças
Em diferido	103
Arquivo	1
Em direto	10
Gráficos	10
Imagens amadoras	40
Cedidas por fontes	5
Redes sociais	1
Não identificadas	38

Tabela 7 - Imagens apresentadas nas peças (n=117, todas as peças)

Dos dados fornecidos pela Tabela 7 é possível evidenciar a presença de imagens gráficas em 10 das peças analisadas. Tal demonstra que os trabalhos jornalísticos que contextualizam a informação com base em gráficos são uma considerável minoria. Ainda assim, foi identificada uma variedade de imagens significativa. No entanto, importa referir que nem todas as imagens têm a sua origem identificada. São 38 as peças que não

deixam explícita a origem das suas imagens, e considera-se que 9 delas possam ser arquivos não identificados tendo em conta os temas abordados – por exemplo, previsões de tempestades que ainda não aconteceram. Todas estas considerações levam a crer que possa haver uma certa falta de rigor na identificação das imagens transmitidas nas peças analisadas do Telejornal.

De todas as 117 peças de ambiente analisadas, considerou-se que 11 apresentavam linguagem complexa e de difícil compreensão. Torna-se, então, necessário perceber se essa linguagem foi, ou não, decodificada.

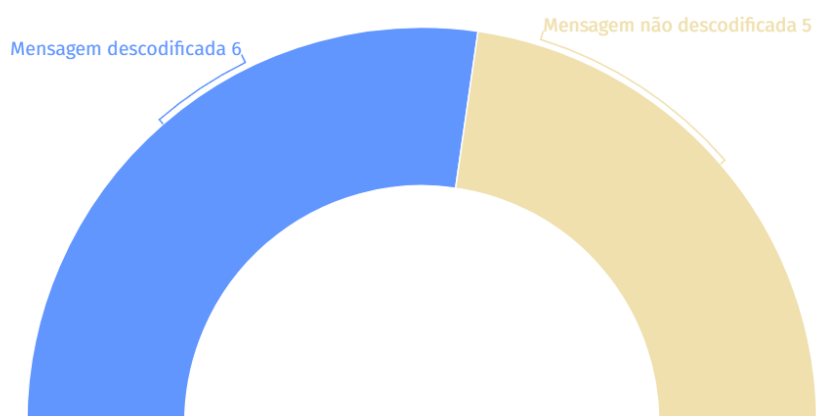


Gráfico 9 - Descodificação de linguagem potencialmente complexa (n=11, peças com linguagem complexa)

O facto de apenas 11 peças serem consideradas detentoras de mensagens complexas demonstra que a grande maioria das peças apresenta uma linguagem considerada perceptível a diferentes tipos de público. Das peças que necessitam de tal decodificação, são mais as que a apresentam, o que contribui para um melhor entendimento por parte da audiência, do que as que não apresentam qualquer explicação da mensagem transmitida. Importa, ainda, referir que, para além das 6 peças decodificadas, foram analisados e interpretados 3 gráficos o que também auxilia a compreensão do telespectador.

Para Andreia Custódio, jornalista redatora da editoria de ambiente, este era um dos maiores desafios ao escrever sobre ambiente nos primeiros tempos de profissão, «perceber que há certos termos mais difíceis de compreender e que as pessoas precisam de saber o que são». Reconhece ser essencial desconstruir os conceitos «numa frase que seja clara. (...) Isso é desafiante, chegar às pessoas» (Anexo 5F).

Seguem-se, nas Tabelas 8 e 9, as expressões consideradas descodificadas e não descodificadas nas peças previamente analisadas.

Expressões apresentadas (descodificadas)	Identificação da peça
«no mapa a cor azul escura reflete os elevados níveis de armazenamento, com mais de metade das bacias hidrográficas a apresentarem um volume de armazenamento já superior a 80%»	Peça 3 – Volume de água nas barragens portuguesas
«as terras raras são determinantes para diversas tecnologias, essenciais para telemóveis, turbinas eólicas, baterias para carros elétricos e ressonâncias magnéticas»	Peça 12 – Reserva de minerais na Ucrânia
«[terras raras] servem para, entre muitas outras coisas, baterias de carros elétricos, motores de aviões a jato, componentes da indústria militar e semicondutores, fundamentais para a economia tecnológica»	Peça 13 – Reserva de minerais e terras raras na Ucrânia
«são um grupo de 17 elementos químicos com propriedades magnéticas e eletroquímicas consideradas essenciais para o desenvolvimento tecnológico»	Peça 13 – Reserva de minerais e terras raras na Ucrânia
«superfície frontal fria vai trazer chuva, vento e até neve em algumas regiões»	Peça 19 – Chuva e vento nos próximos dias
«cianeto de sódio, um composto químico utilizado para dar resistência aos metais e na extração de ouro e prata»	Peça 24 – Colisão cargueiro e petroleiro
«os cortes [de água] eram de 10% no setor urbano, e 13% no turismo e agricultura e passam agora para 5% em todos os setores»	Peça 34 – Água no Algarve
«vamos olhar para o mapa (...) a cor vermelha e púrpura são de maior intensidade, significam maior precipitação»	Peça 41 – Depressão Martinho
«este [sismo] foi sentido na China, Laos, Tailândia e Vietname. O grau de intensidade subiu à medida que nos aproximamos do epicentro, do amarelo claro, a cerca de 600 km, até ao laranja em Mandalay, a segunda maior cidade do país com um milhão e meio de habitantes»	Peça 70 – Sismo Myanmar/Tailândia
«[colocam um interveniente a explicar o que é um eclipse solar]»	Peça 76 – Eclipse solar em Portugal

Tabela 8 - Expressões que descodificam a mensagem transmitida

Expressões apresentadas (não descodificadas)	Identificação da peça
«Portugal quer estar na linha da frente na proteção do oceano com 30% das áreas marinhas protegidas travando a <u>mineração em mar profundo</u> em 2050»	Peça 9 – Investigadores analisam alterações no oceano (Navio RRS Discovery)
«dois terços da <u>agricultura irrigada</u> , ecossistemas, o abastecimento de água de dois mil milhões de pessoas no mundo vão ser afetados pelo recuo das massas de gelo»	Peça 57 – Glaciares a derreter
«em causa está um projeto que irá ocupar o terreno da antiga Feira Popular no âmbito da <u>operação integrada</u> de Entrecampos»	Peça 67 – Abate de jacarandás
«Portugal lidera o processo e já apresentou uma <u>moratória</u> até 2050 sobre a <u>mineração em mar profundo</u> »	Peça 83 – Conferência dos oceanos
«o serviço que monitoriza as alterações climáticas do <u>copernicus da União Europeia</u> (...) detetaram mudanças inquietantes e imprevisíveis»	Peça 105 – Relatório do clima 2024

Tabela 9 - Expressões que não descodificam a mensagem transmitida

A especulação é outro elemento cuja presença se considerou essencial avaliar. Como verificado pela tabela seguinte, apenas duas peças aparentam recorrer à especulação.

Expressões apresentadas (com especulação)	Identificação das peças
«as partículas ultrafinas [emanadas dos aviões] (...) podem estar na origem de milhares de casos de hipertensão, diabetes e demência»	Peça 4 – Ruído no aeroporto de Lisboa
«[Myanmar] é um dos países mais pobres da Ásia, o que se reflete na qualidade das construções»	Peça 71 – Sismo Myanmar/Tailândia

Tabela 10 - Expressões consideradas especulativas

Estas mesmas peças demonstram não ter factos concretos ou fontes que fundamentem a informação transmitida. Não obstante, considera-se que a especulação não impera na informação sobre questões ambientais e catástrofes naturais apresentada no Telejornal.

A identificação das fontes apresentadas é outro fator que permite avaliar o rigor jornalístico das peças ambientais emitidas no Telejornal. O Gráfico 10 esclarece que a esmagadora maioria das peças identifica plenamente as suas fontes, isto é, os intervenientes aparecem explicitamente identificados através de imagem e som.

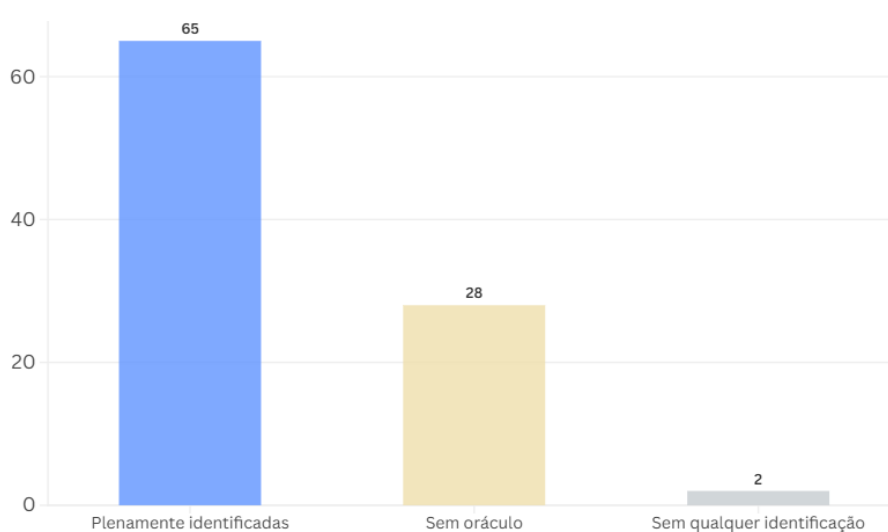


Gráfico 10 - Identificação das fontes apresentadas (n=95, peças com fontes)

De referir que as 28 peças cujas fontes não possuem oráculo²⁷ são identificadas verbalmente pelo jornalista e são, em toda as circunstâncias, fontes não oficiais – nomeadamente residentes no local do acontecimento retratado. Para além disto, são muitas as situações em que, e como constatado presencialmente na redação da RTP ao longo da experiência de estágio, os jornalistas identificam as fontes (com nome e função ou cargo) na plataforma que contém o alinhamento. No entanto, quem está na régie a fazer o lançamento dos títulos²⁸ acaba por não colocar os oráculos. Quer isto dizer que é comum as fontes serem identificadas e essa identificação não chegar ao telespectador por decisão da régie e não por falta de rigor do jornalista que escreveu e desenvolveu a peça.

Por outro lado, em nenhuma das peças analisadas foram encontradas expressões como «a RTP sabe que...», «a RTP apurou que...» ou «fonte próxima de...», entre outras, atribuindo diretamente a informação às fontes correspondentes. Nas únicas duas peças em que as fontes não foram diretamente identificadas, os jornalistas deixaram explícito que as mesmas se recusaram a aparecer frente às câmeras, por vergonha ou medo de represálias. Assim, de forma geral, é também notória uma rigorosa e isenta atribuição da informação às fontes.

Importa, ainda, fazer referência a um caso isolado que também poderá espelhar o rigor jornalístico das peças analisadas. Na 66ª peça analisada²⁹ – sobre o Lobo Ibérico em Espanha – depois de referir a evolução do número de alcateias nos últimos anos entre Portugal e Espanha, o jornalista refere que «estes podem ser números inflacionados porque as alcateias se movem de um sítio para outro». Esta assunção da possibilidade de erro demonstra rigor e, conseqüentemente, qualidade da informação emitida.

Desta forma, foi possível compreender que a grande maioria das peças apresenta linguagem não complexa e acessível a diferentes públicos (e quando se considera complexa, é, geralmente, apresentada a sua descodificação); são muito poucas as peças que demonstram ter traços especulativos; e que a esmagadora maioria dos trabalhos jornalísticos analisados apresenta as suas fontes plenamente identificadas. Quer isto dizer que a informação transmitida no telejornal se pode considerar, na sua generalidade, rigorosa, isenta e de qualidade.

²⁷ Identificação escrita do interveniente – geralmente aparece num dos cantos inferiores da imagem

²⁸ Frases curtas que aparecem no ecrã e que ajudam o telespectador a situar-se na notícia

²⁹ Ver Grelha de Análise apresentada no anexo 2

Agora, é possível concluir que a generalidade das peças analisadas demonstra ser **independente** face a poderes governamentais ou interesses públicos e **pluralista** no que respeita às perspetivas das fontes de informação, colocando em confronto diferentes correntes de opinião. Para além disto, é apresentada uma considerável **diversidade** de fontes de informação, temas nas peças analisadas e temáticas ambientais na programação geral da RTP; bem como uma informação **contextualizada** que recorre a expressões que ajudam a situar a informação no tempo e no espaço, ao género jornalístico que mais espaço tem para desenvolver a informação – reportagem –, e a gráficos, embora tenham sido poucas as peças que os apresentaram. É notório o destaque à **coesão nacional** através da valorização do território nacional nas peças analisadas, bem como o cuidado com a **acessibilidade** uma vez que o programa apresenta língua gestual, legendagem em teletexto e audiodescrição. A abertura ao **contraditório** também foi tida em conta dado que, na maior parte das vezes em que foram retratados conflitos, queixas ou acusações, foram ouvidas todas as partes interessadas. Por fim, tendo em conta que se notou a descodificação de mensagens complexas, pouca especulação, e grande parte das fontes plenamente identificadas, é possível inferir que a informação transmitida é **rigorosa**, **isenta** e, conseqüentemente, de **qualidade**.

Desta forma, é possível confirmar a primeira hipótese de trabalho elaborada: *H1 - A maioria das obrigações e princípios orientadores³⁰ estipulados no Contrato de Concessão de Serviço Público de Media são praticados pelos jornalistas do Telejornal.*

Retomando ao Gráfico 8 anteriormente apresentado, acerca dos géneros jornalísticos mais utilizados nas peças sobre temas ambientais do Telejornal, é possível verificar que as promoções e os diretos são, respetivamente, o segundo e terceiro género jornalístico mais apresentado. Assim, é notória a relevância conferida à temática ambiental uma vez que as peças são promovidas, conferindo-lhes algum destaque, e que os jornalistas se deslocam com frequência aos locais para transmitir diretamente a informação.

³⁰ Todos os princípios orientadores referidos encontram-se na Carta anexa ao atual Contrato de Concessão (2025) entre as páginas 35 e 43. Disponível em: https://media.rtp.pt/empresa/wp-content/uploads/sites/31/2025/03/Revisao-do-contrato-de-concessao-do-servico-publico-de-radio-e-de-televisao_CSPM-RTP_versao-final_-07_03.2025.pdf

Também importa avaliar em que posição do alinhamento se encontram as peças analisadas. Assim, será possível compreender a relevância dada a esta temática no seio da programação do Telejornal.

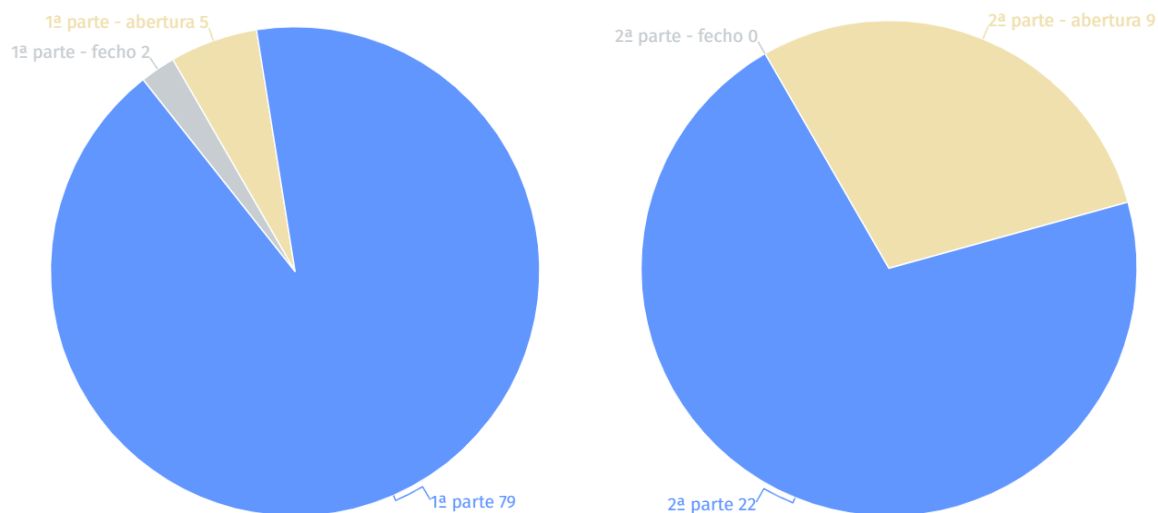


Gráfico 11 A e B - Posição das peças analisadas no alinhamento do Telejornal por partes

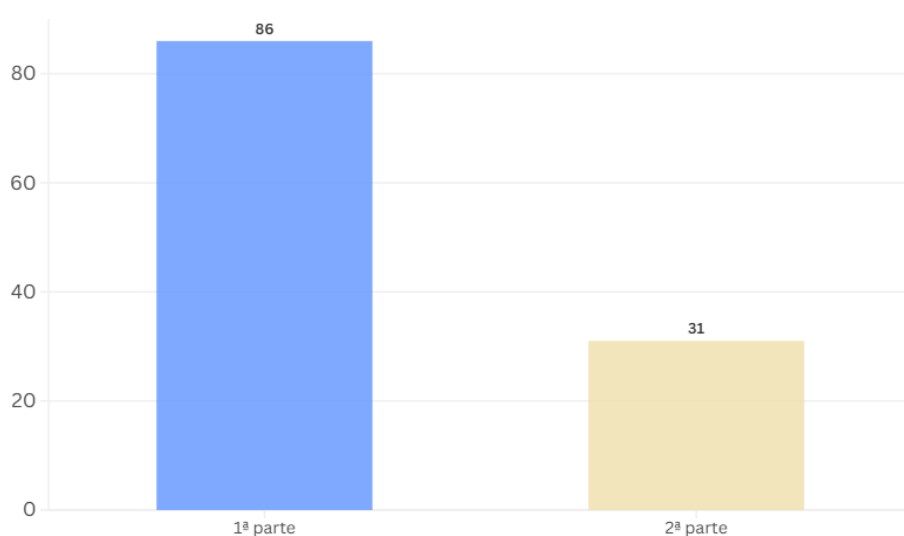


Gráfico 12 - Posição das peças analisadas no alinhamento do Telejornal (n=117, todas as peças)

Com base nos dados apresentados, verifica-se que são poucas as peças emitidas nas extremidades do programa, o que significa que a esmagadora maioria é transmitida a meio de cada uma das partes. Por outro lado, também é possível inferir que há mais peças a iniciar a segunda parte do programa do que a abrir o Telejornal, iniciando a primeira parte. De referir que as cinco peças que abrem o Telejornal dizem respeito a fenómenos

e catástrofes naturais, sendo elas, a depressão Martinho, o sismo em Myanmar e chuvas torrenciais que deram origem a cheias e inundações.

Ainda assim, de modo geral, e considerando o exibido no Gráfico 12, foram emitidas mais peças na primeira parte do noticiário do que na segunda parte, o que poderá demonstrar a importância atribuída aos temas ambientais.

No entanto, uma das coordenadoras do Telejornal, Florbela Godinho, admite que o facto das peças serem emitidas na segunda parte não está diretamente relacionado com a sua relevância, ou falta dela. Afirma que os coordenadores, enquanto decisores editoriais, olham para o alinhamento de forma global de modo a estabelecer hierarquias. Todavia, «essas hierarquias não têm necessariamente a ver com as partes, as peças que entram na segunda parte não são necessariamente menos importantes do que aquelas que entram na primeira e isso é uma questão já ponto assente até porque também temos de definir os pontos de interesse ao longo do jornal» (Anexo 5B).

Ao longo de todo o período de análise, foram 22 as peças sobre a temática ambiental que caíram do alinhamento do Telejornal. A partir do Gráfico 13, é possível verificar se esses trabalhos jornalísticos foram emitidos, ou não, mais tarde, no programa analisado.

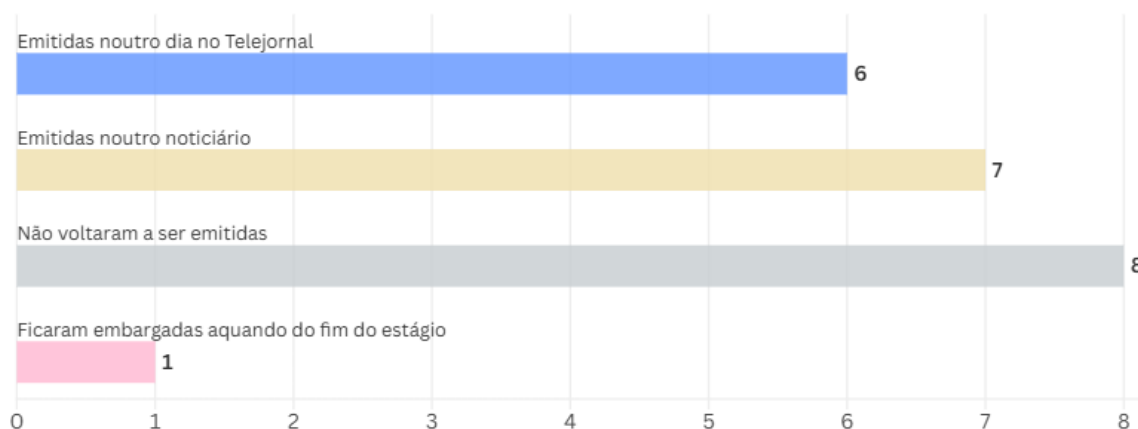


Gráfico 13 - Peças que caíram do alinhamento do Telejornal (n=22, peças caídas do alinhamento)

Depreende-se, assim, que a maioria das peças, neste caso 16, que caíram do alinhamento do Telejornal não passaram nesse mesmo programa, mesmo que mais tarde, sendo que 7 foram emitidas noutra noticiário – Bom dia Portugal, Jornal da Tarde e/ou Portugal em Direto –, 8 não voltaram a ser emitidas e 1 ficou embargada mesmo depois de terminado o período de estágio.

Como refere a jornalista Rita Marrafa de Carvalho, os trabalhos que costumam cair dos alinhamentos são «peças que não perdem atualidade ou que têm uma capacidade de exibição mais lata no tempo. Quando são exclusivos nossos ou quando são coisas que, de facto, estão muito datadas, não me parece que isso aconteça» (Anexo 5E). A coordenadora do Telejornal, Florbela Godinho, corrobora tal premissa uma vez que, e considerando o reduzido tempo do Telejornal, algumas peças acabam por «ser sacrificadas, por terem um tempo de vida mais limitado em termos de interesse noticioso» (Anexo 5B).

Para que fosse possível apresentar os dados acima referidos, especificamente no que concerne às peças emitidas noutros noticiários do canal RTP1, recorreu-se à Tabela 11, que a seguir se expõe.

	Bom Dia Portugal		Jornal da Tarde		Portugal em Direto	
	Peça	Tema	Peça	Tema	Peça	Tema
Fuga metano Antártida (13/02)	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não
Greenpeace em Portugal (17/02)	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim
Réplicas sismo Lx (18/02)	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Fuga amoníaco Prior Velho (26/02)	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Off Bacias hidrográficas (05/03)	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Off Ciclone Austrália (07/03)	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Off Últimas Cargueiro (11/03)	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não
Algarve Barragens (11/03)	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim
Off Sismo Nápoles (13/03)	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não
Abate sobreiros (13/03)	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não
Exploração de ouro (14/03)	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
Incêndios Coreia (26/03)	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não
Jacarandás retirados (27/03)	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim

Off praias Oeiras reabertas (08/04)	Não	Sim	Não	Não	Não	Não
Off sismo Turquia (23/04)	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não

Tabela 11 - Peças que caíram do alinhamento Telejornal e que não passaram no Telejornal

Assim sendo, verifica-se que, durante todo o período de análise, das 8 peças que não foram emitidas nem no Telejornal nem em quaisquer noticiários, os temas de 7 peças foram abordados noutros programas de informação mesmo que com peças diferentes daquelas que caíram. Apenas o tema tratado numa das peças não teve qualquer referência nos outros noticiários da estação – neste caso, acerca de um ciclone na Austrália.

Todas as considerações retiradas dos últimos dados apresentados demonstram que muitas peças caídas do Telejornal foram emitidas noutros programas ou, pelo menos, o tema foi abordado, o que prova que a temática ambiental é importante nos alinhamentos da RTP e os assuntos acabam por não ser deixados cair. Tal como refere a jornalista Andreia Custódio, «nós [a editoria de ambiente] não trabalhamos para o Telejornal, nós trabalhamos para a RTP e se uma peça nossa não cabe no Telejornal, vai caber noutro sítio porque o importante é dá-la. (...) Se fizermos [uma peça] vai entrar porque é preciso que entre» (Anexo 5F).

Todo o tempo de vigência do estágio, coincidente com o período de análise para a concretização do presente estudo, equivale a 96 dias de investigação. Desses, são mais os dias em que foram emitidas peças relativas à temática ambiental do que os dias em que não foram transmitidas tais peças, embora com uma margem significativamente reduzida, tal como demonstra o gráfico seguinte.

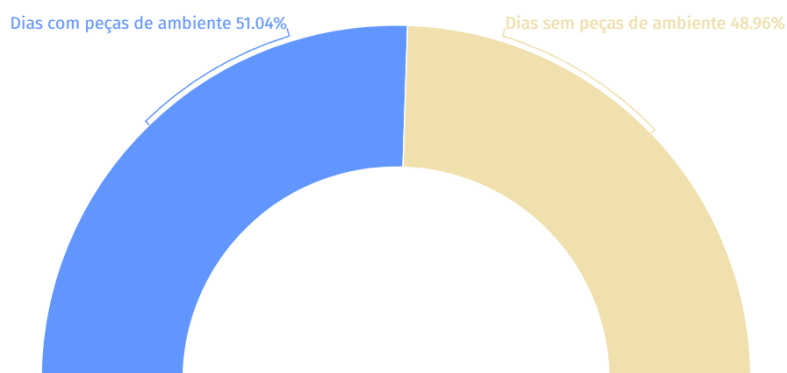


Gráfico 14 - Dias com e sem emissão de peças ambientais (n=96, dias de período de análise)

Ainda assim, e considerando os dados acima apresentados, que demonstram que foram emitidas peças ambientais em cerca de 51% dos dias, pode dizer-se que é conferida determinada importância à temática em apreço. Segundo Florbela Godinho, a coordenadora do Telejornal, tal percentagem decorre do facto de a RTP não ter tido a «capacidade diária de produzir essa informação, uma vez que os recursos são finitos» (Anexo 5B).

Para além de tudo isto, a totalidade dos dias de análise corresponde a 100 horas, 15 minutos e 27 segundos de Telejornal³¹. De todo esse tempo, 3 horas, 51 minutos e 36 segundos dizem respeito a questões relacionadas com o ambiente. Quer isto dizer que 3,9%, ou seja, cerca de 4% do tempo do Telejornal em todo o período de investigação foi dedicado à temática ambiental. Esta acaba por ser uma percentagem considerável uma vez que o intervalo de análise inclui diversos acontecimentos altamente noticiáveis e mediáticos, alguns deles imprevisíveis, como: a queda do Governo de Luís Montenegro; grande parte da campanha para as eleições legislativas antecipadas; a morte do Papa Francisco e tudo o que se sucede, como o seu funeral; o Conclave para a eleição do novo Papa; as celebrações do 25 de abril; o apagão energético a nível nacional; entre outras.

Para António José Teixeira, à data da investigação, Diretor de Informação da RTP, a proporção de ambiente no Telejornal anteriormente citada, advém de uma análise de três meses que equivale a «um curto espaço de tempo», uma vez que se demonstra necessário cruzar as questões ambientais com os «temas que ocuparam mais atenção. E este tempo, especificamente, englobou (...) casos concretos que despertaram muita atenção em termos de investigação jornalística» (Anexo 5A). Já a coordenadora Florbela Godinho acredita que «se dividíssemos o tempo do Telejornal pelas editorias que existem na redação, 4% de ambiente parece pouco, mas proporcionalmente, terá o seu peso». Ainda assim, confessa olhar para esta questão como sendo «ainda um princípio do que deveria ser», até porque esta é «uma questão que preocupa as pessoas e, ao preocupar as pessoas, preocupa os jornalistas e ela deve estar presente» (Anexo 5B).

Após todos os considerandos anteriormente explanados quanto à forma como é tratado o tema ambiental no seio da programação do Telejornal, verifica-se que muitas das peças estão agregadas a uma promoção e que há a preocupação em emitir a

³¹ Para tal, foram contabilizados os tempos totais dos programas Telejornal dos dias em que foram emitidas peças e dos dias em que não foram emitidas (Anexo 4)

informação diretamente do local do acontecimento. Por outro lado, a maioria das peças são apresentadas na primeira parte do Telejornal, para além de que muitos dos trabalhos que caíram foram emitidos noutra noticiário ou, pelo menos, o tema foi abordado. Ademais, são mais os dias com emissão de peças ambientais do que os dias que não fazem referência a tais temas. Por fim, cerca de 4% do tempo de Telejornal foi dedicado a questões relacionadas com o ambiente.

Desta forma, é possível confirmar a segunda hipótese de trabalho elaborada: *H2 - A temática ambiental é um dos conteúdos editoriais destacados no Telejornal, conferindo importância ao tema.*

4.2.2 Entrevistas

Após a análise de conteúdo das peças ambientais emitidas, e para que fosse possível conhecer a forma como os jornalistas interiorizam as obrigações e os princípios estipulados no Contrato de Concessão e compreender algumas tomadas de decisão ao longo do período de análise, nomeadamente a nível editorial, foram elaboradas 11 entrevistas semiestruturadas, cujas transcrições completas se podem encontrar no Anexo 5.

Foram entrevistados o anterior Diretor de Informação da RTP (António José Teixeira), uma das coordenadoras do Telejornal (Florabela Godinho), a editora da editoria de ambiente (Daniela Santiago), as duas editoras da editoria de sociedade (Lavínia Leal e Rita Marrafa de Carvalho), bem como seis jornalistas redatores que trabalharam questões ambientais durante o período de análise (Andreia Custódio, Soraia Ramos, Ana Luísa Alves, Luís Filipe Fonseca, Manuela Sousa e Carla Diogo).

Os temas ambientais têm-se tornado uma questão cada vez mais premente na sociedade atual e isso não passa ao lado dos jornalistas que trabalham diariamente para o principal programa de informação emitido no canal RTP1. A coordenadora do Telejornal, Florabela Godinho, quando questionada sobre o valor noticioso que deve ter um acontecimento ambiental para que seja considerado notícia, faz questão de relembrar que «o ambiente, neste momento, já não é uma coisa do futuro. Todas as alterações a que assistimos diariamente no mundo estão relacionadas com as questões do aquecimento global e com o ambiente». Desta forma, todos os eventos relacionados com as alterações climáticas, e não só, estão, para Florabela Godinho, tão visíveis que acabam por se tornar

notícia, fazendo com que os critérios para tal sejam «a forma como afeta o nosso dia a dia, a proximidade do evento, se for em Portugal tem um critério noticioso ainda mais prevalente, mas, tudo o que afeta o dia a dia das pessoas é uma notícia que nós não ignoramos» (Anexo 5B).

Apesar de a RTP ser, atualmente, o único canal de televisão generalista com uma editoria exclusivamente dedicada ao ambiente e ação climática, este é um tema também muito trabalhado pela editoria de sociedade. A jornalista e editora de sociedade Lavínia Leal esclarece que «até existir a editoria de ambiente, que é bastante recente, nós éramos quem tratava temas ambientais», pelo que, e no que diz respeito, por exemplo, a fenómenos naturais (um dos temas mais tratados em sociedade), «o tema ambiental tem muita importância na editoria de sociedade» (Anexo 5D). Já a jornalista Rita Marrafa de Carvalho, também editora de sociedade, afirma que, na verdade, o ambiente «tem o mesmo peso que todas as outras áreas», uma vez que «tudo aquilo que tem um valor notícia e que reúna condições e características de interesse público tem o mesmo valor» (Anexo 5E).

Podem ser diversos os fatores que definem a posição de uma peça de cariz ambiental no alinhamento dos programas e Florbela Godinho, depois de inquirida sobre esta questão, afirma que «o critério está, muitas vezes, relacionado com a altura em que aconteceu. Ou seja, se a notícia é absolutamente recente pode abrir um jornal». Para além disto, «os critérios de gravidade também se aplicam», tendo em conta que um evento «acaba por ter um lugar de destaque caso tenha afetado mais pessoas ou se for um evento mais catastrófico». Por outro lado, também pode estar relacionado com «as consequências que o evento vai ter, mesmo se forem positivas». Como forma de ilustrar tal situação, Florbela Godinho faz referência a uma eventual «descoberta científica e que minimize efeitos negativos de alguma coisa, essa notícia também deve ter um critério de importância» (Anexo 5B).

Ainda assim, são diversas as peças ambientais que caíram dos alinhamentos do Telejornal durante o período de análise, pelo que se procurou conhecer as perspetivas dos profissionais. É, inclusivamente, algo notado por parte dos jornalistas que trabalham na redação da RTP. Dá-se como exemplo o caso da jornalista Lavínia Leal que afirma que em determinados dias em que acontecem eventos muito mediáticos como «o dia do apagão nacional ou o dia da morte do Papa, (...) as reportagens de ambiente são

canceladas». Refere, ainda, que, na verdade, as peças ambientais «são logo as primeiras a cair» (Anexo 5D).

De facto, os jornalistas entrevistados demonstram ter uma posição comum quanto a esta questão – muitos dizem que são decisões editoriais que acabam por não ser muito questionadas.

Entrevistado/a	Questão: São muitas as peças de ambiente alinhadas para o Telejornal que acabam por cair. Na sua perspetiva, porque isso acontece?
Daniela Santiago (editora ambiente)	«Tem a ver com escolhas editoriais, de coordenação, que eu posso, ou não, contestar, mas a minha voz vale o que vale. Eu participo nas reuniões de alinhamento, mas não posso lutar contra uma ordem superior de alguém que decide o que entra no jornal. Posso é dizer que exerço bastante pressão para que elas não caiam.»
Lavinia Leal (editora sociedade)	«Isto acontece porque, geralmente, há outros assuntos que são de atualidade e esses não podem deixar de entrar. Depois, o coordenador tem de priorizar e decidir o que deve e não deve cair. No fundo, o problema são os assuntos da atualidade que se impõem e que acabam por empurrar o [tema] ambiente. (...) O que quero dizer é que isto não é uma tentativa de desvalorizar as questões ambientais porque todos temos a plena consciência de que é um tema importante.»
Rita Marrafa de Carvalho (editora sociedade)	«(...) as peças caem, normalmente, porque a mensurabilidade do Telejornal é limitada e há opções a fazer, ou porque há uma estratificação de valor notícia e de importância dos temas, mas se o tema do ambiente é, realmente, muito relevante e traz uma notícia que é nova, que é exclusiva, que tem impacto para um vasto número de pessoas e que tem interesse público urgente, normalmente não cai.»
Andreia Custódio (jornalista redatora)	«(...) tem sido uma luta nossa (...). Eu acho que se calhar [as peças caem] do Telejornal porque é um jornal curto e depende do coordenador que está, da importância que dá ao tema, da própria importância do tema porque há peças que (...) são mais intemporais e as outras têm mesmo de sair naquele dia. E também depende da relevância do próprio tema. Temos muitas peças nossas no Telejornal, mas se de facto o jornal for pequeno e se for preciso tirar alguma coisa e se o tema for mais intemporal se calhar vai cair, sim. (...)»
Soraia Ramos (jornalista redatora)	«Não consigo fazer bem essa avaliação porque as peças que caíram não foram minhas. Agora, acho que tem de haver uma maior cultura de empresa quanto à importância do ambiente, acho que isso pode ser melhorado e isto também tem muito a ver com o que vamos ouvindo da editoria de ambiente. Mas, no meu caso, quando faço estas temáticas elas entram [no Telejornal].»

Ana Luísa Alves (jornalista redatora)	«(...) acho que é devido à agenda dos média. Isto pode acontecer porque, por norma, e havendo um tempo muito limitado como sabemos que há, tendo de cair qualquer coisa é preferível que não caia o que tem mais importância nesse momento. O facto das peças caírem não diz que determinado tema não tem importância, é apenas uma questão comparativa em que alguns dos temas terão de cair e outros acabam por se manter.»
Luís Filipe Fonseca (jornalista redator)	«Não é que seja menos importante, mas geralmente são peças que não são datadas e se não entrarem hoje podem entrar amanhã. Portanto, estão sujeitos a essa situação, não por tratar temas ambientais, até porque, por exemplo, uma peça sobre um crime ambiental pode abrir facilmente uma emissão do Telejornal. (...) Considero que há essa sensibilidade, as peças não caem por ser sobre ambiente, mas pode acontecer.»
Manuela Sousa (jornalista redatora)	«Isso acontece porque, muito provavelmente, são peças que não estão na agenda, não estão no topo da atualidade desse dia. O Telejornal é um programa que tende a trabalhar com a plena atualidade e peças que já não tenham essa característica, tendencialmente, acabam por cair. Muitas vezes, isto acontece com o tema ambiental.»
Carla Diogo (jornalista redatora)	«Também caem outras, não é? Não é só ambiente. Mas, com toda a sinceridade, não consigo responder a isso porque são, no fundo, decisões editoriais, não é algo que passe por nós, jornalistas. Depende sempre muito de quem está a coordenar os programas do dia.»

Tabela 12 - Respostas à questão sobre as peças ambientais que caem dos alinhamentos

Por outro lado, também são muitos os jornalistas inquiridos que abordam o tempo reduzido do programa ou até mesmo a intemporalidade das peças ambientais, para justificar o facto de caírem com frequência dos alinhamentos. Ainda assim, uma das respostas que mais se destacou foi a da jornalista Daniela Santiago. Depois de questionada sobre o facto de ter de existir alguma pressão por parte da editoria de ambiente, Daniela confessa que sim, exerce alguma pressão «no sentido de bastante insistência», mas admite saber ver «quando uma peça [de ambiente] pode ser um pouco intemporal, numa questão de dois, três, quatro dias». Refere, ainda, que o facto de as peças ambientais caírem, ou não, dos alinhamentos «também tem a ver com determinados temas, se forem temas em que denunciámos casos, como já tive quase aberturas de jornal, ou processos judiciais que avançaram por causa de uma investigação nossa, esses temas marcam» (Anexo 5C).

Desenvolver trabalhos jornalísticos sobre ambiente, e tendo em conta que, por vezes, é necessário abordar temas considerados sensíveis, pode implicar diferentes desafios do que quando comparado com qualquer outra temática. Para alguns dos

jornalistas da RTP, este é, de facto, um tema que pode e deve ser abordado de forma distinta.

Entrevistado/a	<u>Questão:</u> Escrever sobre temas ambientais acarreta mais desafios do que escrever sobre outra temática? E quais são?
Andreia Custódio (jornalista redatora)	«(...) há certos termos mais difíceis de compreender e que as pessoas precisam de saber o que são. (...) acaba por ser a necessidade de desconstruir essas coisas porque nós temos pouco tempo numa peça televisiva e são temas que nem toda a gente conhece e nós não podemos estar constantemente a explicar porque temos de chegar ao ponto. (...) Outra coisa são as imagens, ou seja, nós temos de escrever para as imagens, mas não conseguimos falar de degelo sem ter glaciares a derreter, não conseguimos falar de mineração em mar profundo sem ter coisas relacionadas com isso. Estamos muito dependentes das agências porque nós não vamos à Antártida ou ao Ártico fazer essas imagens. As alterações climáticas têm termos muito latos e muitas vezes não há imagens concretas para isso e estamos muito dependentes das imagens que surgem. (...) Portanto, o desafio prende-se precisamente em ter uma linguagem clara e ter imagens para ilustrar aquilo que estamos a querer dizer.»
Soraia Ramos (jornalista redatora)	«Sim, (...) eu acho que acarreta mais responsabilidade na medida em que tem impacto para as pessoas, impacto na vida delas. Quando vamos cobrir um incêndio, ou umas cheias, ou terremotos, (...) tem muito impacto porque afeta as pessoas diretamente e nós estamos num dos piores momentos da vida delas, a chateá-las porque queremos falar com elas. Portanto, ou temos noção de como conduzir uma entrevista para ter o melhor delas sem estar a carregar na ferida ou as coisas podem ser mal interpretadas e não é isso que queremos, não na RTP.»
Ana Luísa Alves (jornalista redatora)	«Eu acho que sim (...) O ambiente, apesar de já ser falado e cada vez mais falado, sinto que é um tema não tão explorado em que é preciso perceber bem o que é notícia e o que não é, como se pode escrever e como não escrever determinada coisa, o que realmente importa neste tema, e que impacto tem para as pessoas. O valor notícia também está relacionado com a proximidade, o grau de importância, e, às vezes, em temas ambientais não se percebe tão bem o impacto que isso tem em nós, enquanto editoria de sociedade, enquanto país, enquanto Europa.»
Luís Filipe Fonseca (jornalista redator)	«Na verdade, acho que é uma abordagem similar. De facto, temos de ter muito cuidado com as fontes porque, quando falamos em questões ambientais, é preciso procurar fontes que sejam fidedignas porque, muitas vezes, quer seja do lado dos negacionistas ou do lado dos ambientalistas, há informações que não são as mais exatas. Quando escrevemos sobre ambiente há um objetivo a atingir e um impacto que pode ser potenciado pela notícia e pelos

	dados ou valores apresentados, portanto, é preciso ter sempre algum cuidado. Ainda assim, não acho que seja diferente das outras áreas.»
Manuela Sousa (jornalista redatora)	«Para mim, pode acarretar alguns desafios porque não é um tema que eu faça frequentemente e, portanto, pode haver conceitos que eu não domine. (...) Por outro lado, daquilo que vou vendo e ouvindo, acho que a dificuldade em conciliar propostas económicas com a defesa do ambiente, por vezes, também está presente. Por exemplo, há uns dias vi uma reportagem que, teoricamente, seria uma proposta ambiental mas tinha uma raiz puramente económica, não passava de uma estratégia de <i>marketing</i> de uma determinada empresa que fazia bandeira das questões ambientais. Este é um desafio que os jornalistas têm de saber contornar.»
Carla Diogo (jornalista redatora)	«Na verdade, eu acho que todos os temas são relevantes, importantes e desafiantes. Todos eles nos pedem responsabilidade, mas a temática ambiental tem estado mais presente nas nossas vidas nos últimos tempos, nos últimos anos, e acho que acaba por ser um tema de especial importância porque cada vez se sente mais. (...) acaba por ser desafiante para quem está deste lado, ir à procura de encontrar respostas e questionar a atualidade neste sentido.»

Tabela 13 - Respostas à questão sobre os desafios de escrever sobre temas ambientais

Assim, tendo por base as respostas apresentadas, é possível inferir que existe, por parte da generalidade dos jornalistas entrevistados, um cuidado especial quando trabalham temas ambientais, seja pela complexidade de grande parte dos conceitos inerentes à temática, seja pela necessidade de obter fontes de informação autênticas e incontestáveis ou até mesmo pelo impacto que pode ter na vida do cidadão comum. A jornalista Manuela Sousa alerta, ainda, para a necessidade de o jornalista se posicionar isento e conseguir detetar os temas ambientais que possam ter na sua génese algum tipo de interesse privado.

Embora para alguns jornalistas esta seja uma temática de grande interesse, pelo que procuram voluntariar-se para desenvolver tais trabalhos, para outros, os temas relacionados com o ambiente não passam de peças que lhes são concedidas. Procurou-se, assim, apreender a forma como os jornalistas que trabalham estas questões olham para as mesmas, de modo a compreender quem é escolhido para desenvolver tais peças.

Entrevistado/a	Questão: Há algum interesse pessoal em escrever sobre ambiente ou são apenas serviços que lhe são atribuídos?
Andrea Custódio (jornalista redatora)	«Há, eu acho que há... (...) eu antes não era tão sensível às questões do ambiente (...) mas sempre fui muito sensível às questões dos direitos humanos, dos conflitos armados, etc. (...) Já existia uma curiosidade que foi crescendo para uma admiração (...). Eu comecei por nem saber muito bem o que eram alterações climáticas para agora ser, se calhar, uma das pessoas que mais domina o assunto aqui. (...)»
Soraia Ramos (jornalista redatora)	«Eu gosto da adrenalina, eu gosto das confusões, gosto do última hora, identifico-me com esse estilo de reportagem. (...) os serviços são atribuídos mas, às vezes também me ofereço para fazer. Por exemplo, o caso dos grandes incêndios de verão, significa fazer viagens, há incêndios em todo o lado (...) e isso também exige alguma disponibilidade. É uma coisa com a qual me identifico e que gosto muito de cobrir.»
Ana Luísa Alves (jornalista redatora)	«Eu interesso-me pela área. Fiz uma tese de mestrado que envolve o tema ambiental e uma das coisas que eu percebi com esse trabalho é que ambiente e política estão muito interligados. (...) Com esta tese sobre a gestão dos recursos hídricos na Península Ibérica foi fácil perceber, nestes dois países, que impacto é que o que um faz tem no outro. (...)»
Luís Filipe Fonseca (jornalista redator)	«Eu gosto, são temas que me dizem respeito e que muito me preocupam. Para ser sincero, não é a área pela qual mais me interesso, mas são questões que gosto, de facto, de trabalhar.»
Manuela Sousa (jornalista redatora)	«Não, não tenho propriamente um interesse especial em escrever sobre esta área como tenho, por exemplo, com outras áreas. Portanto, no que diz respeito a temas ambientais, são apenas serviços que me são atribuídos.»
Carla Diogo (jornalista redatora)	«Acaba por ser um gosto pessoal, embora não seja a temática sobre a qual estou mais habituada a escrever. Acho que, talvez no futuro possa escrever mais sobre isso, sobre a questão ambiental. Ainda assim, quando escrevo, gosto de o fazer (...) por ser um tema extremamente atual e que vai fazer cada vez mais parte das nossas vidas daqui para a frente.»

Tabela 14 - Respostas à questão sobre o interesse que existe em escrever sobre ambiente

Conclui-se, portanto, a partir das respostas exibidas, que a maioria dos jornalistas inquiridos tem interesse e gosto pela área, embora, para muitos, este não seja um tema que trabalhem com frequência. Importa também referir que não há, na redação da RTP, jornalistas que sejam especializados na área, tratam-se apenas de profissionais que já trabalham o tema há muitos anos ou que sejam interessados no assunto, o que faz com

que ganhem experiência, conhecimento e, conseqüentemente, sejam uma das primeiras escolhas quando se trata de trabalhar temas relacionados com o ambiente.

Para que fosse possível compreender melhor o posicionamento da redação da RTP quanto à produção de peças relacionadas com temas ambientais, considerou-se pertinente verificar se os jornalistas costumam ver as suas propostas de trabalho, no que ao ambiente diz respeito, recusadas por parte de editores, coordenadores ou outros profissionais.

Entrevistado/a	Questão: Já aconteceu propor trabalhar temas ambientais que não tenham sido aceites?
Soraia Ramos (jornalista redatora)	«Com temas ambientais especificamente, não. Já me aconteceu propor reportagens que não foram feitas por não ser o melhor momento, mas até serem feitas mais tarde. Tem muito a ver com o tipo de reportagem e com as equipas que temos disponíveis porque essa logística tem de ser avaliada. Mas não é por ser uma coisa de ambiente, comigo nunca aconteceu.»
Ana Luísa Alves (jornalista redatora)	«Não, comigo não é algo que tenha acontecido. (...) No entanto, pode depender do <i>timing</i> em que estás a propor determinada história. Sinceramente, acho que tem mais a ver com o <i>timing</i> da proposta do que com a proposta em si.»
Luís Filipe Fonseca (jornalista redator)	«Curiosamente a pasta do ambiente e da ciência foi-me atribuída, durante algum tempo, aqui na RTP. O problema é que me foram dando outras coisas para fazer e o tempo para tratar questões ambientais foi-se esgotando. Ainda assim, cheguei a propor algumas coisas e foram sempre aceites (...).»
Manuela Sousa (jornalista redatora)	«Não, comigo nunca aconteceu até porque, como disse, não tenho particular interesse na área. Já pode ter, de facto, acontecido com outros colegas meus, mas não é nada de que tenha conhecimento ou que tenha acontecido comigo.»
Carla Diogo (jornalista redatora)	«Não, nunca, mas também não é um tema que eu costume propor. E também acho que não é muito recorrente mesmo com os outros colegas (...). Nós temos agora uma editoria de ambiente na redação, até bastante recente, e isto é um fator que mostra que há precisamente essa consciência para despertar a sociedade para este tema e para a importância que ele tem.»

Tabela 15 - Respostas à questão sobre propostas para trabalhar temas ambientais

Através da tabela apresentada é, então, possível verificar duas premissas – os jornalistas não se interessam o suficiente pela área, o que faz com que não tenham por hábito propor temas relacionados com ambiente; e os temas propostos, mais cedo ou mais tarde, acabam por ser aceites. Desta forma, e considerando que a maioria dos jornalistas

entrevistados não tem conhecimento de que estes trabalhos sejam recusados, fica perceptível que é, ainda assim, uma temática geralmente aceite pela redação como um todo.

São diversos os documentos onde é possível encontrar as obrigações a que todos os jornalistas e seus respetivos trabalhos devem estar sujeitos. Sendo o Contrato de Concessão de Serviço Público o documento particularmente direccionado à RTP, e um dos principais motes para a realização da presente investigação, resta perceber se os jornalistas da estação de televisão pública, sejam, ou não, jornalistas redatores, têm interiorizados os princípios orientadores estipulados.

De facto, todos os entrevistados demonstram ter uma posição idêntica no que respeita à falta de domínio dos termos do Contrato de Concessão, sendo que apenas a coordenadora do Telejornal, Florbela Godinho, demonstrou estar relativamente por dentro das questões estipuladas. Desta forma, houve a necessidade de evocar, logo de seguida, algumas dessas obrigações para que fosse possível conhecer e compreender o entendimento dos jornalistas inquiridos quanto a essas incumbências.

Entrevistado/a	[Refiro-me à necessidade de haver uma informação independente, pluralista, diversa, contextualizada, rigorosa, isenta, enfim...]
Daniela Santiago (editora ambiente)	«A RTP é o canal mais livre e independente que existe neste momento. Tenho todas essas questões presentes desde o início da minha vida profissional. Os princípios pelos quais eu me rejo sempre foram esses, e orgulho-me de trabalhar numa empresa que nunca me disse “não podes fazer isto” ou “vai fazer aquilo”. (...) somos o canal mais escrutinado de todos, temos várias entidades a fiscalizar e temos de prestar contas se não fizermos o nosso trabalho como deve ser. (...)»
Lavínia Leal (editora sociedade)	«Sim, isso acaba por ser a ética e deontologia do jornalismo. Tudo isso são obrigações dos jornalistas, seja na RTP ou noutra sítio qualquer. Portanto, eu olho para tudo isso como obrigações de todo e qualquer trabalho jornalístico.»
Rita Marrafa de Carvalho (editora sociedade)	«(...) o contrato vai muito além disso. É um documento dirigido ao serviço público que tem preocupações e responsabilidades acrescidas e políticas editoriais muito mais rigorosas, até porque há um escrutínio público muito maior e que faz todo o sentido. Nós temos espaços de informação que outros meios de comunicação social comerciais e privados não têm, como o foco em notícias mais regionais e dirigidas a minorias (...) Neste campo, nós não temos esta espetacularização da informação nem este pacote de

	atratividade da informação. Por isso, o Contrato de Concessão, e que acho que todos nós fazemos com imenso gosto, já é endémico em quem é repórter na RTP.»
Andreia Custódio (jornalista redatora)	«Eu acho que é isso que faz sentido, pelo menos, eu tento não trabalhar de outra forma que não essa. (...) Já aconteceu termos de fazer o direito de resposta precisamente porque as pessoas questionam e faz parte do nosso trabalho saber contextualizar, saber defender aquilo que fizemos e saber que estamos do lado certo da questão na medida em que é o lado factual, estamos a expor uma situação quer as pessoas gostem, quer não. É o nosso trabalho.»
Soraia Ramos (jornalista redatora)	«Eu trabalho na RTP porque eu quis trabalhar aqui e queria desde sempre (...) pela forma como me identificava com os valores da RTP e continuo a cá trabalhar precisamente (...) porque me identifico com a forma como se faz jornalismo aqui e com os valores que estão no Contrato de Concessão. (...) é a minha forma de estar, é aquilo com que, de facto, me identifico, é a forma como eu acho que se deve fazer jornalismo. Se fazemos tudo bem? Acredito que não, todos nós erramos. Agora, também há uma massa crítica interna, às vezes muito dura, mas que nos permite ir para o caminho mais correto. Esse pluralismo, essa diversidade, também faz parte da cultura interna, e, para mim, só faz sentido fazer jornalismo dessa maneira.»
Ana Luísa Alves (jornalista redatora)	«Vejo com bons olhos porque acho que somos serviço público por alguma razão e com algum objetivo. Ou seja, há uma cota parte de assuntos que têm de ser tratados e, não só no jornalismo, temos coisas que não temos nos outros canais. São coisas que, se calhar, sem o apoio do serviço público, não poderíamos fazer. Portanto, não tendo lido afinadamente o Contrato de Concessão, mas percebendo a forma como se materializa, até porque já trabalho aqui na RTP há algum tempo, eu concordo com o que está estipulado.»
Luís Filipe Fonseca (jornalista redator)	«Tudo isso faz parte do nosso trabalho e todos nós nos esforçamos para as cumprir. Agora, claro que é sempre uma tentativa por aproximação.»
Manuela Sousa (jornalista redatora)	«Todas essas questões não precisam de estar inscritas no Contrato de Concessão, tudo isso está relacionado com a nossa ética profissional. Tudo isso tem de estar e, quanto a mim, está inerente a todo e qualquer trabalho jornalístico.»
Carla Diogo (jornalista redatora)	«Não vejo nenhum desses termos como obrigações às quais o meu trabalho tem de corresponder, é algo que já faz parte da minha ética profissional desde que sou jornalista. E nunca fui pressionada por escrever isto ou aquilo, sempre tive liberdade para escrever como acho que deve ser escrito. Até agora, não me tenho dado mal.»

Tabela 16 - Respostas à questão sobre as obrigações e princípios orientadores do jornalismo de serviço público

Conseguiu-se, portanto, aferir que, embora não conhecendo o Contrato de Concessão em detalhe, todos os jornalistas entrevistados reconhecem e identificam os princípios orientadores que correspondem às obrigações da deontologia profissional, isto é, enquanto parte da génese da profissão como um todo.

De facto, estas são incumbências expressas noutros documentos, alguns deles legislativos, destinados a todos os meios jornalísticos, como é o caso da Lei da Televisão ou do Código Deontológico dos Jornalistas. Assim, tratam-se de normas que vão ao encontro da conduta profissional estabelecida pelos próprios jornalistas. Esta é a razão pela qual alguns dos inquiridos evocaram a ética e os padrões deontológicos da profissão. É o caso da jornalista Soraia Ramos que reforça a ideia de que para trabalhar questões ambientais, nomeadamente temas como fenómenos ou desastres naturais, é necessário ter presente «todos os padrões de ética e um valor (...) fundamental que é a empatia – por mim no lugar daquela pessoa» (Anexo 5G).

Ainda assim, para além de perceber que a maioria dos jornalistas conhece as obrigações deontológicas que devem estar agregadas ao seu trabalho diário, foi possível inferir que os princípios que orientam a informação emitida na estação televisiva de serviço público, são tidas em consideração diariamente no seio da redação da RTP. Por outro lado, não são vistas, na sua generalidade, como uma limitação à prática jornalística diária.

Entrevistado/a	Questão: Mas sente estas obrigações [deontológicas] como uma limitação ao seu trabalho jornalístico?
Andreia Custódio (jornalista redatora)	«Eu acho que não, porque já escreves com isso intrínseco, já nem pensas e quando comesças a fazer percebes o caminho que queres tomar. (...) Tentamos fazer as coisas da forma que achamos mais corretas e também temos coordenadores precisamente para darem essa validação (...) Tento ter esse aval e é bom ter o feedback de pessoas com mais experiência.»
Soraia Ramos (jornalista redatora)	«Acho que são referências, mais do que limitações. Ou seja, se trabalhar na RTP me impede de escrever uma palavra ou uma expressão? Não me impede, nada me impede, mas faz-me pensar duas vezes, e esse pensar duas vezes faz-nos ser melhor todos os dias.»
Luís Filipe Fonseca (jornalista redator)	«Penso que sim, mas de forma positiva. Quer dizer, temos de saber distinguir factos e a nossa opinião. Ou seja, limita-nos e ainda bem que o faz porque, a meu ver, é um método que nos dá a garantia de que somos isentos, ouvimos todas as partes, todas essas coisas. (...) O problema é que antes havia tempo para fazer isso, mas hoje em dia as notícias podem

	perder validade ao longo do dia, ou seja, chegam ao fim do dia e já nem são notícia porque já foram esgotadas. (...) às vezes, no meio de tudo isto, as coisas não saem perfeitas.»
Manuela Sousa (jornalista redatora)	«Não, não as vejo como qualquer limitação. Para mim, são apenas regras pelas quais me reajo desde sempre e que estão sempre presentes nos meus trabalhos.»

Tabela 17 - Respostas à questão sobre as possíveis limitações dessas obrigações e princípios orientadores

O jornalista Luís Filipe Fonseca é, na verdade, o único entrevistado que considera tais imposições como um entrave à profissão, embora numa perspetiva não limitativa, mas encaminhadora de boas práticas. Também a jornalista Soraia Ramos afirma que, apesar de não olhar para estas incumbências como uma limitação ao seu trabalho, acabam por ser uma referência que a leva a refletir enquanto desenvolve uma peça jornalística televisiva.

É, então, possível concluir que, apesar dos jornalistas não conhecerem os termos do Contrato de Concessão de Serviço Público de Media, dominam as orientações e obrigações nele estipuladas. No entanto, importa ressaltar que reconhecem essas mesmas exigências enquanto questões que são inerentes à sua profissão, ou seja, à prática jornalística de qualquer meio de comunicação, e não enquanto parte integrante do Contrato. Para além disto, todos admitem ser algo tido em conta na sua atividade profissional diária, sem que estas constituam uma limitação ao trabalho desenvolvido.

Posto isto, poderá confirmar-se a terceira hipótese de trabalho elaborada: *H3 – Os jornalistas da RTP têm interiorizadas as obrigações e princípios orientadores estipulados no Contrato de Concessão na sua prática jornalística diária.*

Depois de todo o período de estágio na redação da RTP, e após observar a forma como a estação retrata as temáticas ambientais, nomeadamente no canal 1, considerou-se oportuno tentar conhecer a forma como os próprios jornalistas entendem a aposta da RTP face a estes temas, enquanto missão que decorre do novo Contrato. Isto porque é destacada a necessidade de «alimentar o diálogo com fontes de conhecimento (...) designadamente esclarecendo os cidadãos sobre as alterações climáticas e as suas consequências sobre a biodiversidade e a sustentabilidade do planeta» (CCSPM, 2025, Carta, p.39). A maioria dos jornalistas confirma tal empenho, especialmente depois de

criada a editoria que trabalha especificamente temas relacionados com o ambiente e ação climática.

Entrevistado/a	Questão: Acredita que há, de facto, uma aposta efetiva na temática ambiental, ou acaba por ser deixada para trás?
Daniela Santiago (editora ambiente)	«Acho que, à exceção do Azul do [jornal] Público, é dos poucos órgãos de comunicação social generalistas que aposta, de facto. A RTP, enquanto televisão é a única que tem uma editoria, que eu julgo que se destaca pela tentativa de marcar a atualidade com temas de ambiente, ação climática e tudo o que está relacionado com isso, porque o tema é transversal a todas as áreas. Não é só trabalhado por esta editoria, é trabalhado por todas. (...) Portanto, eu acho que há uma aposta forte tendo em conta que temos um jornal, o Telejornal, mais pequeno do que os outros canais generalistas, e tendo em conta todas as limitações que temos que os privados não têm. Eu julgo que a RTP faz mesmo uma grande aposta em manter e pôr no ar temas relacionados com esta área.»
Lavinia Leal (editora sociedade)	«Se não houvesse uma aposta crescente não teriam criado uma editoria de ambiente. (...)»
Rita Marrafa de Carvalho (editora sociedade)	«Há, principalmente nos últimos anos com uma maior consciencialização de que a questão do ambiente é premente para a sobrevivência humana, e com tudo o que seja a mais recente perceção de que o ambiente necessita de mais enfoque e atenção, até com as alterações climáticas. Acho que a nossa aposta é muito visível, quer nos programas que dedicamos ao tema, quer à criação de algo inédito nas redações televisivas como a editoria de ambiente.»
Soraia Ramos (jornalista redatora)	«Já ouvi isso a ser dito aqui já ouvi essa queixa [que era deixada para trás], mas não é nada que eu tenha notado com o meu trabalho, com as peças que são feitas por mim.»
Ana Luísa Alves (jornalista redatora)	«Eu acho mesmo que há uma aposta, sim. Temos inclusivamente uma editoria de ambiente que não tínhamos até há poucos anos. Portanto, para mim, só o facto de já haver essa editoria é um excelente passo que nos mostra que, realmente, é um tema que importa.»
Luís Filipe Fonseca (jornalista redator)	«Eu acho que hoje em dia aposta um bocadinho mais porque temos pessoas especificamente dedicadas a este tema. Ou seja, estamos melhor do que já estivemos, mas é uma editoria muito pequena por isso, não me parece ser uma prioridade, naturalmente.»
Manuela Sousa (jornalista redatora)	«Eu acho que apostam nas questões ambientais como apostam nas outras áreas. E o que quero dizer é que, se houvesse um tema forte relacionado com o ambiente acabaria por ser abordado no Telejornal e a verdade é que isso já aconteceu inúmeras vezes. (...) Portanto, não considero que haja uma maior ou menor aposta nos temas ambientais comparativamente com os outros temas abordados numa redação.»

Tabela 18 - Respostas à questão sobre a aposta da RTP na temática ambiental

No entanto, para além da criação da editoria de ambiente e da programação dedicada ao tema, às quais muitos dos jornalistas fazem referência, ainda há quem afirme que a aposta no ambiente deverá ser mais evidente. Exemplo disso são os jornalistas Soraia Ramos, que confessa já ter ouvido na redação que o ambiente é um tema deixado para trás – coisa para a qual as peças ambientais caídas dos alinhamentos contribuem –, e Luís Filipe Fonseca, que acredita que a empresa não faz deste tema uma prioridade, face à reduzida editoria, embora esteja a investir mais do que outrora.

Já António José Teixeira, à data, Diretor de Informação da estação, depois de questionado sobre o tratamento de temas ambientais por parte da RTP, refere que esta é «uma preocupação antiga, mesmo no tempo em que estas questões não tinham a visibilidade e relevância que mereciam» e que «tem sido uma questão que, com o passar do tempo, foi ganhando mais relevância na nossa oferta, nos alinhamentos dos jornais, nas reportagens que marcamos, sendo elas de grande, média ou pequena dimensão». Tal como os restantes jornalistas, também faz referência à «criação de uma editoria de ambiente e ação climática» enquanto uma das principais respostas à valorização da área. Para o diretor de informação, a RTP investe em temas ambientais, «não apenas naquilo que é o trabalho diário ou regular de reportagem para os jornais, mas também temos tido a preocupação de criar alguns espaços dedicados a esta matéria» (Anexo 5A).

Quanto à forma como são retratados tais temas, especialmente no Telejornal, e aos cuidados que existem por parte dos jornalistas, foi-lhes questionado se existem algumas recomendações para escrever sobre a temática ambiental.

Entrevistado/a	<u>Questão:</u> Existem recomendações específicas para trabalhar estas questões ambientais?
Rita Marrafa de Carvalho (editora sociedade)	«Para além do bom senso? Tivemos, há muitos anos, um Livro de Estilo que condensava as boas práticas que ainda hoje implementamos. Mas, o bom senso é totalmente imperativo nestes casos e, por vezes, por não termos o distanciamento e estarmos muito envolvido na história, mostramos os textos uns aos outros para perceber se estou a fazer uma boa avaliação e análise do que escrevi e de como abordei, ou se alguém, mais experiente ou com distanciamento necessário, me pode alertar para algumas alterações. Acabamos por trabalhar nesta comunidade em que todos nos auxiliamos a centrar no que é essencial – o serviço público.»

Andrea Custódio (jornalista redatora)	«Não, não, a única pessoa que me dá <i>guidelines</i> é a Daniela. Mas, por exemplo, nós trabalhamos muito com o oceanário e temos sugestões da parte deles e há outras agências de comunicação que sugerem coisas, mas depois nós, aqui, avaliamos (...)»
Soraia Ramos (jornalista redatora)	«Que eu tenha conhecimento, não. O que nós temos entre nós é falarmos muito uns com os outros, e essas são as melhores <i>guidelines</i> . Perguntamos a opinião, mostramos os textos, identificamo-nos, e (...) eu vou ter com as pessoas que mais respeito aqui dentro e que, para mim, fazem o melhor jornalismo ou o jornalismo com que mais me identifico, aquelas que acredito que me vão ajudar mais e ajudar a fazer um melhor serviço público.»
Ana Luísa Alves (jornalista redatora)	«Acaba por ser o jornalista a procurar a melhor forma de abordar determinado tema que considerará importante e, depois, avaliado pela coordenação, haverá o consenso do que é realmente importante.»
Luís Filipe Fonseca (jornalista redator)	«Sinceramente, acho que não. Acho que até são temas tratados com alguma benevolência e, na minha opinião, até se questiona pouco, devemos questionar mais, ser mais desconfiados.»
Manuela Sousa (jornalista redatora)	«Não, tratar este tema é como tratar outro tema qualquer. Aquilo por que nós temos de reger são os princípios básicos do jornalismo, nada mais que isso.»

Tabela 19 - Respostas à questão sobre as recomendações internas para trabalhar temas ambientais

Os jornalistas inquiridos afirmam, portanto, que, na falta de recomendações ou *guidelines* específicas, a técnica geralmente adotada, quando surge alguma dúvida ou questão, é falar com os colegas e discutir algumas ideias. Por conseguinte, não se considera que, tendo por base as respostas anteriormente apresentadas, os jornalistas entrevistados precisem ou queiram tais recomendações.

No entanto, apesar de não serem apresentadas quaisquer recomendações quanto à forma de tratar as temáticas ambientais, questionou-se o Diretor de Informação sobre as indicações específicas quanto a este tema estipuladas no Contrato de Concessão. António José Teixeira garante que «é uma área que nos preocupa, mas ela está, de facto, enunciada». Acrescenta, ainda, que «não é por um Contrato de Concessão ter mais ambição ou menos ambição que isso influencia o trabalho feito e as condições que temos para o produzir». Remata dizendo que «esse dever e essa preocupação é permanente e o Contrato de Concessão não a altera» (Anexo 5A).

Já a editora da editoria de ambiente, a jornalista Daniela Santiago, acredita que «este é, neste momento, um dos temas que devia estar na ordem do dia». Depois de

questionada sobre se, na sua perspetiva, a temática ambiental está, de facto, na ordem do dia, nomeadamente no que diz respeito ao Contrato de Concessão, a jornalista considera que «vai estando, e acho que nós também podemos fazer escola nisso». De facto, para Daniela Santiago, «ao irmos fazendo cada vez mais [trabalhos sobre ambiente], faz com que as pessoas estejam mais atentas e que os outros órgãos de comunicação social também vão mais atrás dos temas» (Anexo 5C). Assim, e sendo que a temática ambiental, acaba por nunca se esgotar, necessita sempre da máxima atenção tanto por parte dos jornalistas como da estação televisiva como um todo.

Uma das questões que mais se impõe ao jornalismo de serviço público é se deverá trabalhar temas que sejam ‘de interesse público’ ou ‘do interesse do público’³². A perspetiva da generalidade dos jornalistas entrevistados assenta na necessidade de trabalhar ambas as vertentes.

Entrevistado/a	Questão: Considera que a RTP trabalha temas ambientais que são ‘de interesse público’ ou ‘do interesse do público’?
Florbela Godinho (coordenadora TJ)	«Eu acho que nós não podemos distanciar-nos do público e, portanto, o que é do interesse do público deve ser trabalhado bem como o que é de interesse público. Ou seja, quando trabalhamos um tema de interesse público, deve ser trabalhado de forma a que seja suscitado o interesse do público. (...) Acho que é nossa obrigação, enquanto RTP, como serviço público, trabalhar as coisas da forma mais objetiva e enquadrada possível, ou seja, dar corpo às notícias e não ficar pela rama. (...)»
Daniela Santiago (editora ambiente)	«Eu faço sempre para que sejam de interesse público e do interesse do público, os dois. Também pode acontecer passarem a ser do interesse do público, depois de serem de interesse público. Ou seja, alertar as pessoas para a realidade que passa a ser um tema das próprias pessoas. (...) É muito importante que nós coloquemos alguns temas na agenda ou façamos essa tal literacia e pedagogia para dar a conhecer realidades que as pessoas desconhecem.»

³² Foram utilizados os conceitos trabalhados pelo autor Jorge Pedro Sousa (1999) na obra *As Notícias e Os Seus Efeitos*. ‘Interesse do público’ enquanto informação com um «ângulo de cobertura [que vai] ao encontro das crenças e expectativas da audiência» (p.26), isto é, baseia-se nas «perceções dos jornalistas sobre aquilo que a audiência quer» (p.55). ‘Interesse público’, embora sem uma definição bem explícita e sendo parte integrante do que se considera o senso comum, enquanto informação que os jornalistas entendem que o público necessita conhecer, informação essa que seja «fiel à realidade» seguindo «procedimentos de objetividade» de modo a «legitimar [os jornalistas] aos olhos do público» (p.71). Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/232516947/80160037-as-Noticias-e-Os-Seus-Efeitos-Jorge-Pedro-Sousa>

Lavínia Leal (editora sociedade)	«Eu acho que há reportagens tão bem feitas que são de interesse público e tornam-se do interesse do público. Às vezes, as pessoas podem achar que não têm interesse, mas começam a ver e ficam agarradas. Isto também se faz com base no talento do jornalista enquanto contador de histórias. (...)»
Rita Marrafa de Carvalho (editora sociedade)	«Eu acho que acaba por ser ambos, de interesse público e do interesse do público e, se calhar, as duas até são sinónimos. Damos, também, muita importância aos movimentos cívicos e às sociedades de proteção ambiental, quando há alertas dos cidadãos comuns nós tomamos algum cuidado para perceber se se verifica essa denúncia ou não. Acaba por englobar as duas questões.»
Soraia Ramos (jornalista redatora)	«Eu acho que, daquilo que já vi, e estando muito relacionado com a editoria de ambiente, são de interesse público, muitas vezes podem não ser do interesse do público porque acho que o próprio público nem sequer sabe que existe. Por isso, no meu ponto de vista, é essa a razão por que é importante e interessante mostrar-lhes que existe para que também passe a ser interesse deles, do público. (...)»
Ana Luísa Alves (jornalista redatora)	«Ambas, mas sobretudo de interesse público ao invés do interesse do público. Por exemplo, nos outros meios de comunicação vêes peças que são quase <i>fait divers</i> e que aqui [na RTP] talvez não tivessem tanto espaço. Nós temos informação muito segmentada e, portanto, nós primamos, pelo menos é esta a minha interpretação, pelo interesse público e não pelo interesse do público.»
Luís Filipe Fonseca (jornalista redator)	«Acho que fazemos coisas de interesse público. Em termos quantitativos acho que devíamos fazer mais coisas, relacionadas com esta temática, mas fazemos coisas que sejam de interesse público.»

Tabela 20 - Respostas à questão sobre o interesse público e o interesse do público

Conclui-se que muitos dos profissionais entrevistados afirmam que se deve conjugar, na informação emitida pela estação, questões que sejam de interesse público e do interesse do público em simultâneo. Alguns dos jornalistas referem que, por vezes, os temas de interesse público passam, posteriormente, a ser do interesse do público, considerando a forma como são apresentados. Por outro lado, a coordenadora do Telejornal, Florbela Godinho, apresenta a perspetiva contrária, onde é necessário fazer com que os temas do interesse do público, onde muitas vezes se inserem as catástrofes naturais, se tornem de interesse público.

Sendo a RTP um meio de comunicação que presta serviço público, acaba por ter diferentes responsabilidades e, por vezes, mais acrescidas do que outros meios de

comunicação social. Neste sentido, os jornalistas foram questionados sobre a eventual maior responsabilidade da concessionária na educação ambiental do público em geral.

Entrevistado/a	Questão: Considera que a RTP, enquanto estação de serviço público, tem maior responsabilidade na educação ambiental do público?	Questão: E sente que essa missão é, de facto, cumprida?
António José Teixeira (diretor de informação)	«Sim, acho que sim, acho que as nossas preocupações pedagógicas e de alerta para boas práticas são recorrentes. (...) Isso é uma das obrigações do serviço público, ser pedagógico e fazer alguma ação educativa, preocupar-se com questões de sustentabilidade. Nós, de facto, fazemos isso em muitos espaços e, genericamente, julgo que a RTP cumpre esse papel.»	
Florbelá Godinho (coordenadora TJ)	«Eu acho que nós, como RTP, entendemos que temos essa responsabilidade. Se temos mais ou menos que os outros? Isso acho que só os outros é que podem responder, na medida em que eu, enquanto jornalista, assumiria a mesma responsabilidade em qualquer órgão privado. (...) A nossa obrigação, como serviço público, sem dúvida, está lá e é forte.	«Sim, sem dúvida, claramente.»
Daniela Santiago (editora ambiente)	«Tem uma grande responsabilidade. É importante esclarecer dúvidas e prova disso é um dos programas que apresento, o Impacto Verde, que é exatamente um programa de literacia ambiental, para esclarecer temas, para desmistificar e até fazer o contraditório. (...) essa função pedagógica é essencial até para alertar consciências. (...) Ganhei um prémio com uma reportagem que explicava a importância do pinhal bravo. Qual é o [meio de comunicação] privado que vai fazer uma reportagem sobre a importância do pinhal bravo? Mas é possível contar esta história, fazer isso de forma a chegar às pessoas.»	
Lavínia Leal (editora sociedade)	«Deve ter mais responsabilidade em relação a tudo, na realidade. (...) Nós temos a obrigação de ser pedagogos, de falar um pouco de tudo. Quanto ao ambiente acho que é algo que temos andado a fazer. (...) acho que sempre houve essa preocupação por parte da RTP. Mas o tratamento de questões	

	ambientais tem de ser muito cuidado porque, às tantas, pode ser uma seca para o público, podem pensar “lá estão eles a falar outra vez de alterações climáticas, já ninguém aguenta”. (...)»	
Rita Marrafa de Carvalho (editora sociedade)	«Sim, também. No entanto, não é suposto que o jornalista eduque, é suposto informar. A RTP tem outras valências para além do jornalismo, onde estão incluídos programas, projetos e plataformas de maior formação e educação. Portanto, acho que acabamos por cumprir essa missão.»	
Andreia Custódio (jornalista redatora)	«Antes de falar da temática ambiental especificamente, eu acho que a RTP tem maior responsabilidade no geral. Quanto à educação ambiental, acho que sim especialmente por sermos a única televisão com uma editoria de ambiente. (...) Portanto, é importante que mantenhamos a responsabilidade do serviço público. No caso do ambiente ainda mais, por sermos públicos, por termos pessoas dedicadas a esse tema e por tentarmos fazer coisas diferentes para diferentes públicos.»	«Eu acho que sim, logo a partir do momento em que decidem criar uma editoria para isso. Acho que existe essa abertura para despertar consciências e para trazer mais o tema para cima da mesa. (...)»
Soraia Ramos (jornalista redatora)	«Eu acho que sim e não é só neste tópico. Acho que a RTP tem uma responsabilidade acrescida que eu sinto, todos os dias, em qualquer reportagem, e nestas [sobre desastres ambientais] em especial porque são coisas que mexem muito com as pessoas. (...) Portanto, nós, na RTP, não só por sermos o canal público, mas especialmente pela forma como fazemos jornalismo e como tratamos o jornalismo, temos que ter essa responsabilidade ainda mais presente.»	«Sinto que sim, e é uma responsabilidade tão grande que tento [fazer com] que todas as perguntas sejam bem refletidas para também fazer jus ao respeito que tenho por esta casa.»
Ana Luísa Alves (jornalista redatora)	«Sim, apesar de eu achar que ainda não estamos nesse patamar. Como já te disse acho que é, ainda, um tema muito pouco explorado, quando comparado com outros meios. Portanto, acredito que, eventualmente, um dia, poderemos contribuir ainda mais para essa literacia ambiental de quem nos vê e ouve.»	
Luís Filipe Fonseca (jornalista redator)	«Sim, eu diria que sim. Precisamente por isso, porque é uma entidade de serviço público e, de uma forma ou de outra, acaba por ter responsabilidades acrescidas face a outros meios de comunicação.»	«No geral acho que sim. (...) A questão é que nós temos que ver a empresa como um todo, há uma série de sites e plataformas com conteúdos muito

		educativos. O problema é que as pessoas veem muito pouco, mas as coisas estão lá e são feitas por nós, ou seja, ainda assim, a RTP oferece os conteúdos, mas se as pessoas os consomem, ou não, já é outra questão.»
Manuela Sousa (jornalista redatora)	«Eu acho que sim, mas não considero que seja através do Telejornal. (...) Não me parece que o Telejornal sirva para educar o público, mas é um programa que serve para dar notícias e para relatar factos relacionados com o ambiente.»	«Para ser muito sincera, eu não conheço muito bem a programação da RTP, mas não me parece que haja muitos programas relacionados com esse tema. Existem alguns, de facto, mas, para mim, deveria haver mais programas desses, principalmente no primeiro canal, com horários onde possa ter uma maior visibilidade.»
Carla Diogo (jornalista redatora)	«Sim, diria que sim, e não só nestes temas ambientais. (...) pessoalmente, não vejo outra forma de fazer jornalismo sem que nos responsabilizemos pela informação que estamos a transmitir e pelo impacto que pode, ou não, ter no público que a vê. Tudo isto está intrínseco ao que é a RTP, e ao que é o serviço público de televisão.»	

Tabela 21 - Respostas à questão sobre a responsabilidade da RTP na educação ambiental do público

Fica, então, perceptível que, enquanto alguns jornalistas acreditam que, de facto, a estação de serviço público assume uma grande responsabilização a nível da educação ambiental coletiva; outros, como é o caso das jornalistas Rita Marrafa de Carvalho e Manuela Sousa, acreditam que o jornalismo, nomeadamente o Telejornal, tem como principal objetivo informar ao invés de educar, função essa que, na sua perspetiva, caberá a outros programas de televisão mais especificamente direcionados para tal.

Como já referido no presente estudo, o Contrato de Concessão de Serviço Público foi alterado já depois de iniciada a análise feita, pelo que se considerou pertinente questionar os jornalistas sobre as diferenças encontradas entre os dois documentos. Notou-se que, de modo geral, os jornalistas no ativo inquiridos não têm conhecimento pormenorizado do estipulado no atual Contrato de Concessão.

No entanto, considerando a recente assinatura do novo Contrato, aquando da realização das entrevistas, este poderá ser um fator justificativo para o ainda desconhecimento dos jornalistas quanto aos termos do novo documento.

Entrevistado/a	Questão: Este novo Contrato aborda a necessidade de haver uma literacia mediática mais acentuada e um processo de <i>fact checking</i> mais presente. Como vê estas alterações?
Daniela Santiago (editora ambiente)	«Há muito essa preocupação da questão da literacia e do <i>fact checking</i> . É essencial, principalmente em termos de imagens e de informação. É uma coisa que está cada vez mais presente, até porque a atualidade e o dia a dia nos obriga a isso.»
Lavínia Leal (editora sociedade)	«Acho que tudo é importante. Na verdade, acho que a questão da literacia mediática já faz parte do papel do jornalista. Entendo a literacia mediática como sendo o facto das pessoas terem de compreender o que estamos a dizer (...) Quanto ao <i>fact checking</i> também acho que é uma boa observação porque, na realidade, cada vez estamos mais sujeitos ao imediatismo e ao que aparece nas redes sociais. A inteligência artificial também torna tudo mais difícil, mas acho que temos estado a cumprir essa missão (...)»
Rita Marrafa de Carvalho (editora sociedade)	«Isso faz todo o sentido porque nestes 10 anos as redes sociais trouxeram-nos este grande desafio, extra jornalístico, que é combater a desinformação e aqueles que têm um palco mediático como forma de propagação massiva de informação não fidedigna, incoerente e, muitas vezes, falsa. (...) é um novo desafio que temos e que vamos ter nos próximos tempos, para o qual muitos de nós ainda não estão preparados porque exige um conhecimento mais profundo do funcionamento das redes sociais e da informação digital onde vamos ter de fazer todo o processo inverso da informação que nos chega. (...) Mas, isto leva tempo e o problema é que em televisão tens pouco tempo e, muitas vezes, na ânsia de se ser o primeiro a dar a novidade, não se faz este percurso (...)»
Andreia Custódio (jornalista redatora)	«São muito importantes, basta olhar para as redes sociais e nós sabemos perfeitamente a desinformação que anda por aí (...) como funciona essa bola de neve. Agora, acho que tem, de facto, de haver uma maior literacia mediática (...) O nosso trabalho é precisamente um bocadinho desconstruir conceitos para ajudar as pessoas a aproximarem-se do nosso texto, ou seja, garantir que o texto que estamos a elaborar vai chegar a toda a gente, a todo o tipo de escolaridade. (...)»
Soraia Ramos (jornalista redatora)	«O <i>fact checking</i> é mesmo muito importante em todos os trabalhos, e às vezes até fazemos isso com a ajuda uns dos outros, fazemos uma peça e há colegas que nos

	ajudam a confirmar algumas informações e a ter a certeza de que tudo o que pomos no ar está correto e validado.»
Ana Luísa Alves (jornalista redatora)	«Acho que todas essas alterações se tornaram uma necessidade. As redes sociais e a desinformação que lá encontramos é tão constante, tão gritante e tão frequente que eu acho que é preciso duplicar este trabalho do jornalista, de <i>fact checking</i> , para confirmar qualquer coisa antes de avançar com a informação. Parece que a opinião pública muda muito mais com as redes sociais do que com o jornalismo (...) parece que se dá mais crédito a alguém que manipula informação nas redes sociais do que ao jornalista que conta as coisas como elas são (...).»
Luís Filipe Fonseca (jornalista redator)	«Sinceramente, vejo-as como coisas que se escrevem no papel, mas depois não há meios para as fazer porque, na verdade, isso não acontece. Eu não tenho acesso a nenhum sistema de <i>fact checking</i> . Aliás, as próprias agências de notícias chegam a demitir-se desse papel. Já vi coisas publicadas pelas agências nas redes sociais em que as próprias agências dizem que não tiveram oportunidade de verificar a informação que estão a partilhar. (...) Portanto, os jornalistas podem ter alguma prudência e até algum bom senso, mas não há ferramentas para confirmar esse tipo de informação e, às vezes, em situações de grande pressão, pode haver falhas.»
Manuela Sousa (jornalista redatora)	«Acho que tudo isso faz sentido tendo em conta o tempo em que vivemos. Atualmente, grande parte das fontes do jornalismo são as redes sociais que espalham informações, muitas vezes, não comprovadas. Na verdade, muitas delas, são informações que nem chegam a ser informações porque são mentiras. Portanto, nós, enquanto jornalistas, temos de ter um cuidado cada vez maior de cada vez que afirmamos qualquer coisa com a informação que nos seja dada através desse tipo de fontes.»
Carla Diogo (jornalista redatora)	«Confirmar a informação daquilo que escrevemos é, diria eu, um dos maiores, senão o maior pilar do jornalismo televisivo e não só, obviamente. E isso acaba por contribuir também para a literacia mediática. Trabalhar com a verdade é algo de que não se pode escapar.»

Tabela 22 - Respostas à questão sobre as mudanças no Contrato de Concessão

A generalidade dos jornalistas demonstra, desta forma, estar em concordância com as alterações referidas, nomeadamente no que respeita à importância da literacia mediática e ao cuidado com a desinformação que circula, nomeadamente, nas redes sociais. A constante e rápida evolução da inteligência artificial é uma das questões que, nesta matéria, mais preocupa os jornalistas inquiridos, uma vez que imagens e vídeos propositalmente construídos ou manipulados podem contribuir para uma desinformação

massiva. Assim, todos acreditam que o *fact checking* e, conseqüentemente a literacia mediática, são fatores cada vez mais essenciais ao jornalismo contemporâneo. Nesta senda, a jornalista Rita Marrafa de Carvalho confessa que a verificação exaustiva das informações acaba por ser «um trabalho acrescido» a todos os profissionais da área.

Já o Diretor de Informação, António José Teixeira, depois de questionado sobre as alterações ao Contrato que considera mais relevantes, não só aborda a literacia mediática e o combate à desinformação, como também faz referência ao facto de o Contrato «em vez de considerar apenas o serviço público de rádio e de televisão, passou a considerar o serviço público de media, ou seja, o digital também passou a estar muito presente». Para além disto, «as métricas que se consideram em relação ao cumprimento de determinados objetivos» também são, na sua perspetiva, mais evidentes no atual documento (Anexo 5A).

Por outro lado, também se considerou pertinente questionar o então Diretor de Informação sobre o facto dos termos constantes no Contrato de Concessão serem, ou não, suficientemente abrangentes para enquadrar o que se pretende de um jornalismo de serviço público. O entrevistado afirma que caso o documento fosse mais exaustivo, «correria o risco de limitar fortemente a autonomia e a independência do serviço público». Assim sendo, para António José Teixeira, o atual Contrato de Concessão «tem o essencial das preocupações que hoje atravessam a sociedade e resulta de um compromisso entre a empresa e o poder político que, obviamente, é sempre suscetível de ser aperfeiçoado e melhor avaliado» (Anexo 5A).

É, então, possível concluir que, embora os jornalistas não conheçam em pormenor os termos do Contrato de Concessão de Serviço Público de Media, avaliam de modo positivo as alterações de que tomaram conhecimento no decorrer das entrevistas realizadas.

Posto isto, na sua generalidade, poderá confirmar-se a quarta hipótese de trabalho elaborada: *H4: A maioria dos jornalistas encara positivamente a reformulação do Contrato de Concessão de Serviço Público de Media.*

Conclusão

Na sequência dos dados anteriormente apresentados, provenientes de exaustiva pesquisa empírica, pôde-se verificar todas as hipóteses de trabalho elaboradas, confirmando-as. Sendo as questões ambientais temas tratados, na redação da RTP Lisboa, por duas editorias distintas, o estágio inerente ao presente estudo foi realizado tanto na editoria de Ambiente como na editoria de Sociedade.

Conclui-se, portanto, que a esmagadora maioria das obrigações e princípios orientadores estipulados no Contrato de Concessão de Serviço Público de Media são cumpridas nas peças emitidas no programa informativo Telejornal, quando relacionadas com questões ambientais. Para tal, foram consideradas as seguintes incumbências: independência, pluralismo, diversidade, contextualização, coesão nacional, acessibilidade, abertura ao contraditório, rigor, isenção e qualidade. A esporádica referência a membros governamentais; a exposição de diferentes correntes de opinião e, conseqüentemente, as diferentes fontes de informação; a utilização de expressões com linguagem perceptível; o facto do género jornalístico mais recorrente ser a reportagem; a valorização do território nacional; a apresentação de língua gestual, legendagem em teletexto e audiodescrição; a apresentação de todas as partes interessadas quando necessário e os raros exemplos de especulação, são fatores incontornáveis de contribuíram para tal conclusão.

Nesta senda, durante o tempo passado na redação, foi possível observar a criteriosa escolha de notícias e temas atuais e relevantes; o cuidado dos jornalistas em não expor em demasia os discursos governamentais; a exaustiva procura e os contactos feitos com distintas fontes de informação; ou até mesmo a preocupação na escrita das peças de modo a serem perceptíveis pelo público em geral. Todo este trabalho era iniciado na redação, nomeadamente com a procura e síntese da informação necessária, posteriormente na ida para o terreno e, mais tarde, durante a elaboração das peças jornalísticas.

Denota-se, ainda, o destaque, ou até mesmo relevância, paulatinamente conferida à temática ambiental, principalmente, no seio da programação do Telejornal. Para tal consideração, foram tidas em conta as inúmeras promoções de reportagens e emissões em direto; o facto de a generalidade das peças estar presente na primeira parte do programa;

as peças caídas passarem noutros programas; bem como o tempo de Telejornal dedicado ao ambiente – 4%.

Efetivamente, há reconhecido mérito no facto de a redação da RTP conseguir dedicar tal percentagem de tempo a temas ambientais. No decorrer do estágio, foi notado o grande *handicap* que constitui a reduzida dimensão da editoria de ambiente – apenas duas jornalistas. Para além disto, a editora e jornalista Daniela Santiago é, muitas vezes, convocada a apresentar outros programas, o que retira algum do, já escaço, tempo de produção de peças ambientais para o Telejornal.

No que respeita ao Contrato de Concessão de Serviço Público de Media, verifica-se que os jornalistas do Telejornal têm interiorizadas as obrigações e orientações estipuladas, aplicando-as na sua prática jornalística diária. De facto, apesar de bem conhecidos todos estes princípios por parte dos jornalistas inquiridos, os profissionais afirmam não conhecer em pormenor os termos do documento em questão, pelo que, na redação da RTP, tais obrigações e orientações são reconhecidas apenas como inerentes à profissão, e não enquanto parte integrante do Contrato de Concessão de Serviço Público de Média.

Dado o facto de, à data das entrevistas, as alterações feitas ao documento serem recentes, não foi notado um conhecimento pormenorizado do Contrato por parte dos jornalistas, pelo que desconhecem as suas mais recentes alterações. Ainda assim, depois de conhecidas tais modificações, todos os profissionais garantiram estar em concordância com as propostas relativas à aposta na literacia mediática e combate à desinformação, comprovando-se, assim, que encaram positivamente a reformulação do Contrato de Concessão.

No decorrer do período de estágio, e na convivência diária em redação, não foram registadas quaisquer referências ao Contrato de Concessão, tanto o anterior como o que agora se encontra em vigor. Desta forma, pode depreender-se que o conhecimento que os jornalistas têm destes documentos são empiricamente apreendidos, pelo que são inerentes à sua prática diária.

A experiência de estágio foi, de facto, extremamente enriquecedora, principalmente enquanto primeira experiência profissional em meio jornalístico e televisivo. Acompanhar os jornalistas até ao terreno; escrever peças por conta própria, embora não tenham sido emitidas; e o auxílio prestado a outros jornalistas quando

necessário, contribuiu para aprofundar conhecimentos e incrementar o interesse por aquele que é, por mais anos que passem, o mais revolucionário meio de comunicação – a televisão.

Referências Bibliográficas

- Almeida, A. & Wolton, D. (2024). *O Papel da Televisão na Definição da Democracia: Um Velho Sonho com um Grande Futuro?*. Comunicação e Sociedade, 45. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/92120>
- Ascensão, P. (2021). *O País nas Notícias: Estudo Sobre a Informação de Proximidade no Serviço Público de Rádio e Televisão*. Universidade Nova de Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10362/123228>
- Bardin, L. (1977). *Análise de Conteúdo*. Edições 70: Lisboa.
- Berger, A. A. (2016). *Media and Communication research methods – An introduction to qualitative and quantitative approaches*. 4th Edition. Sage Publications: London.
- Blumler, J. G. (1992) *Vulnerable Values at Stake*. In Blumler, J. G. (ed.) (1992). *Television and the Public Service* (pp. 39-63). Sage Publications: London.
- Blumler, J. G., & Hoffmann-Riem, W. (1992). *Toward Renewed Public Accountability in Broadcasting*. In Blumler, J. G. (ed.) (1992). *Television and the Public Service* (pp. 277-290). Sage Publications: London.
- Bourdieu, P. (1997). *Sobre a Televisão*. Celta Editora: Oeiras.
- Brandão, N. G. (2010). *As notícias nos telejornais – Que serviço público para o século XXI?*. Guerra e Paz Editores.
- Brandão, N. G. (2005). *Prime Time – Do que falam as notícias dos telejornais*. Coleção Media&Sociedade. Casa das Letras / Editorial Notícias.
- Bueno, W. C. (2017). *A cobertura jornalística de catástrofes ambientais: entre a vigilância e a espetacularização da notícia*. Comunicação & Sociedade, São Bernardo do Campo, 39(1) janeiro/abril, 21-41. Disponível em: https://www.academia.edu/54629777/A_cobertura_jornal%C3%ADstica_de_cat%C3%A1strofes_ambientais_entre_a_vigil%C3%A2ncia_e_a_espetaculariza%C3%A7%C3%A3o_da_not%C3%ADcia
- Cádima, F. R. (1999). *Desafios dos Novos Media - A nova Ordem Política e Comunicacional*. Coleção Media&Sociedade. Notícias Editorial.

- Cardoso, G. & Baldi, V. (2024). *European Media Freedom Act – Considerações sobre o impacto no ecossistema Mediático Português*. Publicações OberCom. OberCom – Observatório da Comunicação. Disponível em: <https://www.obercom.pt/european-media-freedom-act-consideracoes-sobre-o-impacto-no-ecossistema-mediatico-portugues/>
- Cardoso, G., Paisana, M., & Pinto-Martinho, A. (2025). Digital News Report Portugal 2025. Publicações OberCom. OberCom – Observatório da Comunicação. Disponível em: <https://www.obercom.pt/digital-news-report-portugal-2025/>
- Arons de Carvalho, A. (2009). *A RTP e o Serviço Público de Televisão*. Edições Almedina.
- Arons de Carvalho, A., Cardoso, A. M., & Figueiredo, J. P. (2012). *Direito da Comunicação Social*. Texto Editores: Lisboa.
- Cebrián Herreros, M. (1998). *Información Televisiva – Mediaciones, Contenidos, Expresión y Progamación*. Editorial Síntesis: Madrid.
- Cintra Torres, E. (2016). *Por um serviço público de conteúdos*. Mediapolis – Revista de Comunicação, Jornalismo e Espaço Público, (2), 35-39. Disponível em: https://impactum-journals.uc.pt/mediapolis/issue/view/2183-6019_2
- Cintra Torres, E. (2011). *A Televisão e o Serviço Público*. Coleção Ensaios da Fundação. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Código de Ética e Conduta RTP. (2017). Rádio e Televisão de Portugal: Conselho de Administração RTP. Disponível em: https://media.rtp.pt/empresa/wp-content/uploads/sites/31/2015/07/Codigo-Etica-Conduta-da-RTP_1-Fev-2017-1.pdf
- Código Deontológico do Jornalista. (2017). Aprovado no IV Congresso dos Jornalistas. Sindicato dos Jornalistas portugueses. Disponível em: <https://jornalistas.eu/codigo-deontologico/>
- Cohen, B. (1963). *Press and Foreign Policy*. Princeton: Princeton University Press.
- Colombo, M. E. (2010). Jornalismo ambiental: a sua história e conceito no contexto social. XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Intercom. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/r5-2674-1.pdf>

Constituição da República Portuguesa [CRP] (art. 38º). Diário da República, Série I – N.º 86. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/decreto-aprovacao-constituicao/1976-34520775-49411375>

Contrato de Concessão do Serviço Público de Media. (2025). Rádio e Televisão de Portugal. Disponível em: https://media.rtp.pt/empresa/wp-content/uploads/sites/31/2025/03/Revisao-do-contrato-de-concessao-do-servico-publico-de-radio-e-de-televisao_CSPM-RTP_versao-final_-07_03.2025.pdf

Contrato de Concessão do Serviço Público de Rádio e Televisão. (2015). Rádio e Televisão de Portugal. Disponível em: <https://media.rtp.pt/empresa/wp-content/uploads/sites/31/2015/07/contratoConcessao2015.pdf>

EBU. (2024). *Annual Report 2023-2024*. European Broadcasting Union [União Europeia de Radiodifusão]. Disponível em: <https://www.ebu.ch/resources/annual-report-2023-2024>

EBU. (2023). *Climate Journalism that works – Between knowledge and impact*. European Broadcasting Union [União Europeia de Radiodifusão]. Disponível em: <https://www.ebu.ch/guides/open/report/news-report-2023-climate-journalism-that-works>

ERC. (2020). *Diretiva para a cobertura informativa de incêndios rurais e outras catástrofes. (Diretiva/2020/1)*. Conselho Regulador da Entidade Reguladora para a Comunicação Social. Disponível em: <https://www.erc.pt/pt/deliberacoes/diretivas-erc/diretiva-2020-1/>

ERC. (2018). *Guia de Boas Práticas para a Cobertura Informativa de Incêndios Florestais e outras Calamidades*. Conselho Regulador da Entidade Reguladora para a Comunicação Social. Disponível em: <https://www.erc.pt/download/YToyOntzOjg6ImZpY2hlaXJvIjtzOjM5OiJtZWRpYS9maWNoZWlyb3Mvb2JqZWNoY2VvZmZsaW5lLzY1MS5wZGYiO3M6NjoidGl0dWxvIjtzOjUwOiJndWlhLWRILWJvYXMTcHJhdGljYXMTaW5jZW5kaW9zLWUtb3V0cmFzLWNhbGFtaWRhZCI7fQ==/guia-de-boas-praticas-incendios-e-outras-calamidad>

Estatuto do Jornalista. Lei nº 1/1999, de 13 de janeiro. Diário da República, Série I-A – N.º 10. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/1-1999-196219>

- Fidalgo, J. (2003). *De que é que se fala quando se fala em Serviço Público de Televisão?*. In Pinto, M., & Sousa, H. (coord.) (2003). *Televisão e cidadania : contributos para o debate sobre o Serviço Público*. CECS - Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade. Campo das Letras: Braga. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1822/7363>
- Ghosh, S. (2023). *To help journalists cover rising temperatures, newsrooms need to start with climate literacy*. Reuters Institute: University of Oxford. Disponível em: <https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/news/help-journalists-cover-rising-temperatures-newsrooms-need-start-climate-literacy>
- Golding, P. & Elliott, P. R. C. (1979). *Making the news*. Longman.
- Gomes, A. (2012). *Nos bastidores dos telejornais – RTP1, SIC e TVI*. Tinta da China Edições.
- Guerra, J., Horta, A., Dias Santos, M., & Schmidt, L. (2019). *Alterações climáticas – Vulnerabilidades, Desempenhos e Perceções*. In Ferrão, J. & Delicado, A. (2019). *Portugal Social em Mudança - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável* (pp. 37-46). Universidade de Lisboa. ICS: Instituto de Ciências Sociais. Disponível em: <https://www.ics.ulisboa.pt/flipping/PortugalEmMudanca2019/36/>
- Jakubowicz, K. (2011). *Serviço Público de Televisão na Europa: O Princípio do Fim ou um Novo Começo no Século XXI?*. Alicerces - Revista de Investigação, Ciência, Tecnologia e Artes, IV(4), 11-32. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.21/1868>
- Lei nº 27/2007, de 30 de julho. *Lei da Televisão e dos Serviços Audiovisuais a Pedido* [LTSAP]. Diário da República, Série I – N.º 145. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/lei/2007-34561375-48783075>
- Lopes, A. S. (2002). *As formas de agendamento*. Media & Jornalismo, Minerva: Coimbra, I(1), 122-125. Disponível em: <http://cicdigitalpolo.fcsh.unl.pt/pt/revista-media-jornalismo-no-1/>
- Lopes, F. (coord.) (2023). *Serviço Público de Média – Livro Branco*. Ministério da Cultura, Lisboa. Disponível em:

<https://www.portugal.gov.pt/pt/gc23/comunicacao/documento?i=livro-branco-do-servico-publico-de-radio-e-de-televisao>

Lopes, F. (1999a). *O Telejornal e o Serviço Público*. Coleção Comunicação. Minerva: Coimbra.

Lopes, F. (1999b). *Serviço Público de Televisão: a Crise, a Identidade e os Desafios* [Comunicação]. I Congresso das Ciências da Comunicação, Lisboa. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/8733>

McCombs, M. E., & Shaw, D. L. (1972). *The Agenda-setting Function of Mass Media*. Public Opinion Quarterly: Oxford Academic, 36(2), 176-187. Disponível em: <https://doi.org/10.1086/267990>

McQuail, D. (2003). *Teoria da Comunicação de Massas*. Fundação Calouste Gulbenkian.

ObCiber. (2024). *Prémios de Ciberjornalismo 2024 distinguem a excelência do jornalismo digital português*. ObCiber – Observatório do Ciberjornalismo. Disponível em: <https://obciber.com/2024/11/21/premios-de-ciberjornalismo-2024-distinguem-a-excelencia-do-jornalismo-digital-portugues/>

Pinto, M. (2011). *O Debate Sobre o Serviço Público de Televisão em Portugal: Algumas Notas*. Alicerces - Revista de Investigação, Ciência, Tecnologia e Artes. Lisboa, Edições Colibri/IPL, 255-266. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1822/29979>

Plano de Ação para a Comunicação Social. (2024). Ministério dos Assuntos Parlamentares. XXIV Governo da República Portuguesa. Disponível em: <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc24/comunicacao/documento?i=plano-de-acao-para-a-comunicacao-social>

Projeto Estratégico RTP 2024-2026. (2024). *A RTP em Multiplataforma – Transição Digital*. Rádio e Televisão de Portugal: Conselho de Administração RTP. Disponível em: <https://media.rtp.pt/empresa/orgaos-sociais/projeto-estrategico-rtp/>

Rodríguez Díaz, R. (2020). *Agendamento e opinião pública, um binómio inseparável*. In Camponez, C., Ferreira, G. B. & Rodríguez Díaz, R. (org.) (2020). *Estudos do Agendamento: Teoria, desenvolvimentos e desafios — 50 anos depois* (pp. 37-56). Universidade da Beira Interior: LabCom Comunicação e Artes. Disponível em:

<https://labcom.ubi.pt/estudos-do-agendamento-teoria-desenvolvimentos-e-desafios-50-anos-depois/>

RTP. (2024). *História*. Rádio e Televisão de Portugal. Disponível em: <https://media.rtp.pt/empresa/rtp/historia/>

Sá, S. (2015). *O Espectador em Alta Definição*. In Serra, P., Sá, S., & Filho, W. S. (orgs.) (2015). *A Televisão Ubíqua* (pp. 145-168). Livros LabCom, Universidade da Beira Interior. Disponível em: <https://www.labcom.ubi.pt/livro/136>

Salvesen, I. & Moutinho, V. (2024). *Climate Journalism: Handbook for future journalists*. ESCS/OsloMet. Disponível em: <https://mailchi.mp/bbc53e7c83a8/k8mg4n0pq8>

Santos, R. (1997). *A negociação entre jornalistas e fontes*. Coleção Comunicação. Minerva: Coimbra.

Santos, S. C. (2013). *Os Media de Serviço Público*. Livros LabCom, Universidade da Beira Interior. Disponível em: <https://www.labcom.ubi.pt/livro/99>

Schmidt, L. (2003). *Ambiente no Ecrã – Emissões e Demissões no Serviço Público Televisivo*. ICS: Imprensa de Ciências Sociais.

Schmidt, L. (1996). *Televisão: da natureza ao ambiente*. III Congresso Português de Sociologia. Celta Editora. Disponível em: https://aps.pt/wp-content/uploads/2017/08/DPR4926ebcdb98d3_1.pdf

Soares, T. M. (coord.) (2025). *Relatório de avaliação dos deveres de rigor e isenção na informação televisiva diária de horário nobre – RTP1, RTP2, SIC, TVI e CMTV em 2023*. Departamento de Análise de Media da ERC, Entidade Reguladora para a Comunicação Social. Disponível em: <https://www.erc.pt/pt/estudos/media-imprensa-radio-tv-/relatorio-de-avaliacao-dos-deveres-de-rigor-e-isencao-na-informacao-televisiva-diaria-de-horario-nobre-e2-80-93-rtp1-rtp2-sic-tvi-e-cmtv-em-2023/>

Sobral, F. A. (2012). *Televisão em Contexto Português: Uma Abordagem Histórica e Prospetiva*. Millenium: Instituto Politécnico de Viseu, 42 (janeiro/junho), 143-159. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.14/19660>

Sousa, J. P. (2008). *A teoria do agendamento e as responsabilidades do jornalista ambiental: uma perspectiva ibérica*. Biblioteca Online de Ciências da

Comunicação, Universidade da Beira Interior. Disponível em:
<https://arquivo.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-teoria-do-agendamento.pdf>

Teves, V. H. (2007). *RTP 50 Anos de História*. RTP: Rádio e Televisão de Portugal – Lisboa.

Traquina, N. (2007). *O que é jornalismo*. 2ª Edição. Quimera.

Traquina, N. (1997). *Big Show Media - Viagem pelo Mundo do Audiovisual Português*. Coleção Media&Sociedade. Notícias Editorial.

Wolf, M. (2009). *Teorias da Comunicação*. 10ª Edição. Editorial Presença.

Anexos

Anexo 1 – Trabalhos desenvolvidos em estágio / Diário de Bordo

A – Peças desenvolvidas

Data	Género	Tema	Terreno ou Redação	Jornalista acompanhado	Peça foi editada?	Observações
3 fevereiro	Notícia	Associação ambientalista Quercus expulsa quatro elementos	Trabalho em redação com base em notícia da Lusa	Não se aplica	Não	A escrita jornalística para televisão e escrever uma peça que apenas dure dois minutos revelaram-se dificuldades. Parece haver pouco tempo para acompanhar um estagiário - muito tempo para atribuir tarefas e para dar o respetivo <i>feedback</i> .

4 fevereiro	Notícia	Caso do processo Tutti Frutti	Trabalho em redação com base em notícia da Lusa	Não se aplica	Não	A rapidez de escrita que é necessária também se revelou uma dificuldade.
5 fevereiro	Reportagem	Legado fundação Aga Khan	Trabalho em redação com base em entrevistas de 2022	Não se aplica	Não	Acompanhei a edição da peça que foi emitida.
7 fevereiro	Reportagem	Casos mutilação genital feminina	Ida à Maternidade Alfredo da Costa e a casa de duas vítimas de MGF	Rita Ribeiro Silva	Sim	Não esperava que fosse tanto, o tempo de gravação de entrevistas. Recorri a imagens de arquivo para edição da peça.
13 fevereiro	Reportagem	Negócio das flores	Ida a duas floristas, em Lisboa e Cascais	Rita Ribeiro Silva	Sim	Acompanhar jornalistas em reportagem permite compreender bem a forma como a informação é recolhida.
19 fevereiro	Reportagem	Réplicas do sismo em Lisboa	Trabalho em redação com base em entrevistas feitas e na informação publicada pelo IPMA	Não se aplica	Sim	Ainda são consideráveis as correções apontadas.

21 fevereiro	Reportagem	Cruz Vermelha - aumento do número de sem- abrigo	Ida a uma conferência da Cruz Vermelha em Santarém	Andreia Custódio	Sim	Acompanhei a edição da peça que foi emitida.
24 fevereiro	Reportagem	<i>Bullying</i> nas escolas portuguesas	Ida a uma conferência numa escola de Lisboa para conhecer os resultados da investigação e entrevistar a ministra da Juventude	Rita Ribeiro Silva	Sim	Tendo apenas entrevistas da ministra, foi explicado que não se deverá dar demasiado 'palco' ao governo, pois não é esse o trabalho do jornalista. Assim, os <i>offs</i> devem ser um pouco mais extensos do que o normal.
26 e 27 fevereiro	Reportagem	Casos de covid longa	Ida ao local de trabalho de dois doentes de covid longa	Manuela Sousa	Não	Demorei menos tempo para escrever a peça, mas o tema já estava a ser desenvolvido há uns dias Dada a extensão do material recolhido, principalmente as entrevistas, foi difícil escrever a peça com um tamanho adequado para o Telejornal.

28 fevereiro	Reportagem	Assinatura de novo protocolo entre INEM e Liga dos Bombeiros Portugueses	Ida à sede da Liga dos Bombeiros Portugueses	Carla Diogo	Não	Esta saída foi prova de que, por vezes, o jornalista procura conhecer um determinado tema, mas acaba por também recolher informação sobre outra temática relacionada com os entrevistados.
7 março	Off	Manifestação ucraniana em frente à embaixada dos EUA	Ida à embaixada dos Estados Unidos da América	Andreia Custódio	Não	
12 março	Reportagem	Bolsa de Turismo de Lisboa	Ida à Feira Internacional de Lisboa para cobrir a abertura da BTL	Joana Machado	Não	Notório que a RTP não faz a cobertura de certos temas relevantes devido à falta de tempo e recursos humanos.
17 março	Reportagem	Demolições num bairro em Lisboa	Trabalho em redação com base em entrevistas já feitas	Não se aplica	Não	Por vezes, a rapidez da escrita ainda é uma dificuldade, embora seja mais reduzido.
18 março	Off	Aviso laranja de mau tempo	Trabalho em redação com base em	Não se aplica	Não	

			conferência da Proteção Civil e relatório da APA			
24 março	Reportagem	Manifestação de alunos do Instituto Superior Miguel Torga	Ida ao local da manifestação, no centro de Alvalade	Carla Diogo	Não	
26 março	Reportagem	Oficinas de trabalho no Estabelecimento Prisional de Coimbra	Ida às oficinas de trabalho no E. P. de Coimbra	Rita Ribeiro Silva	Sim	Mais uma vez, foi necessário um dia inteiro de gravações para elaborar uma peça de três minutos.
1 abril	Notícia	Tempestade em várias ilhas gregas	Trabalho em redação com base em material recolhido pela Reuters	Não se aplica	Não	Continua a ser muito demorado obter feedback do trabalho desenvolvido.
7 abril	Reportagem	Derrame de combustível no mar – praias do concelho de	Ida a diversas praias do concelho de Oeiras	Andreia Custódio	Sim	

		Oeiras interditas				
8 abril	Off	Atualização da interdição das praias de Oeiras	Trabalho em redação com base em comunicado da Polícia Marítima	Não se aplica	Não	
10 abril	Reportagem	Despejos no Cais do Ginjal em Almada	Ida ao Cais do Ginjal para fazer diretos e recolher material	Carla Diogo	Não	
12 abril	Reportagem	Convenção das Organizações para um Oceano Limpo	Ida ao Oceanário de Lisboa para assistir à convenção	Andreia Custódio	Não	
14 abril	Reportagem	Moradores do Cais do Ginjal alojados temporariamente numa escola do concelho	Ida à escola onde estão instalados os antigos moradores do Cais	Rita Ribeiro Silva	Não	

15 abril	Falso Direto	Inauguração de uma Cooperação para imigrantes com o apoio da AIMA	Ida ao Martim Moniz para assistir à inauguração do espaço	Ana Luísa Alves	Não se aplica	A dificuldade de gravar diretos relaciona-se com a domínio do tempo e da informação que temos.
16 abril	Falso Direto	Aumento do número de internamentos sociais	Ida ao Hospital Amadora-Sintra assistir a conferência	Filipe Canhoto Ribeiro	Não se aplica	
22 abril	Reportagem	Cardeais portugueses a caminho do Vaticano para o Conclave	Ida ao aeroporto de Lisboa para entrevistar os cardeais antes do embarque	Soraia Ramos	Não	
24 abril	Reportagem	Restrições à venda livre de melatonina	Ida a uma farmácia para entrevistas a farmacêuticos	Ana Luísa Alves	Não	
25 abril	Reportagem	Descida/Marcha na Avenida da Liberdade	Ida à Avenida da Liberdade	Rita Marrafa de Carvalho	Não	

1 maio	Reportagem	Concentração da União Geral de Trabalhadores	Ida ao Estádio do Jamor, em Oeiras	Fernanda Fernandes	Não	
5 maio	Notícia	Como se processa o Conclave	Trabalho em redação com base em informação previamente recolhida pela RTP e agências de notícias (Lusa e Reuters)	Não se aplica	Não	

B – Serviços acompanhados que não originaram peças

Data	Tema	Jornalista acompanhado	Observações
12 fevereiro	Concentração de moradores em Santa Maria Maior – contra hotel social	Ana Luísa Alves	Assisti à gravação de dois diretos
14 fevereiro	Incêndio urbano em Algés	Tiago Imaginário	Assisti à gravação de dois diretos
5 março	40 anos do Museu Nacional de Teatro	Filipa Marques Henriques	Assisti à gravação de um 'live' - visita guiada que não sofre edição posterior
13 março	Reservas de água subterrâneas	Ana Luísa Alves	Na Universidade Nova de Lisboa e na Golegã, assisti a entrevistas com professores e agricultores
2 abril	Abate de jacarandás	Ana Serapicos	Assisti à recolha de material no Fórum de Lisboa. A peça foi desenvolvida por outro jornalista na redação
4 abril	Aniversário Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil	Soraia Ramos	Assisti à recolha de material na sede da Proteção Civil. Esta saída foi prova de que, por vezes, o jornalista procura conhecer um determinado tema, mas acaba por também recolher informação sobre outra temática relacionada com os entrevistados

15 abril	Urgências fechadas na Páscoa	Carla Diogo	Assisti à gravação de uma entrevista que foi imediatamente enviada para a redação para ser incluída numa peça que já estava a ser desenvolvida por outro jornalista
----------	------------------------------	-------------	---

Anexo 2 – Grelha de Análise

TJ	Data de emissão	Tema tratado	Duração da peça	Tempo total TJ	Posição no alinhamento	Nº da peça	Nº total peças	Género	Origem geográfica	Intervenientes	Evocação das Fontes	Equilíbrio de posições	Classificação das fontes	Atribuição da informação às fontes	Representação das partes interessadas	Presença/Ausência elementos especulativos	Presença/Ausência expressões e linguagem específica/complexa não perceptível	Recursos Visuais	Autor peça	Coordenação TJ
Peça 1	04/02/2025	Crise sísmica em Santorini	00:01:41	01:02:49	1ª parte	15	27	Notícia	Internacional (Santorini, Grécia)	Residentes Turistas	Residentes (2) Turistas (2) + Autoridades gregas	Complementares + Alinhadas (queremos sair + tremores muito fortes)	Pessoais (4) Não oficiais (4) Oficiais (1)	Direta	Não se aplica	Ausência	Ausência	Imagens em diferido + Vídeo amador (no entanto, não identificam o repórter de imagem, ou seja, assumem que as imagens podem não ser deles ou podem ser arquivo)	José Manuel Levy	Florbelá Godinho
Peça 2	05/02/2025	Volume de água nas barragens portuguesas	00:00:14	01:02:35	1ª parte	16	26	Promoção (destaque)	Nacional	Não se aplica (por ser promo)	Não citadas (por ser promo)	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Ausência	Ausência	Imagens em diferido (repórter não identificado)	Pivot	Rui Alves Veloso
Peça 3	05/02/2025	(Cont. Peça 2) Volume de água nas barragens portuguesas	00:03:57	01:02:35	2ª parte	20	26	Reportagem	Nacional	Presi da Associação Portuguesa do Ambiente (APA) Associação de Regantes e Beneficiários de Silves, Lagoa e Portimão Residente do Barlavento Algarvio	Presi da Associação Portuguesa do Ambiente (APA) Associação de Regantes e Beneficiários de Silves, Lagoa e Portimão Residente do Barlavento Algarvio + Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos - SNIRH (APA) Ministério do Ambiente	Complementares + Alinhadas (houve aumentos / estamos preparados / aumento assimétrico no algarve + sotavento beneficia e barlavento não + falta de água é estrutural)	Pessoais (3) Documentais (1) - dados estatísticos Oficiais (4) Não oficial (1) (1 fonte governamental)	Direta	Não se aplica	Ausência	Ausência	Imagens em diferido + Gráfico - mapa de Portugal com áreas coloridas	Andria Custódio Francisco Graça Paulo Nobre Helena Figueiras Duarte Baltazar	Rui Alves Veloso
Peça 4	05/02/2025	Ruído no Aeroporto de Lisboa	00:02:30	01:02:35	2ª parte	21	26	Reportagem	Nacional (Lisboa)	Associação Zero Presi da Associação Portuguesa do Ambiente (APA)	Associação Zero Presi da Associação Portuguesa do Ambiente (APA)	Complementares	Pessoais (2) Oficiais (2)	Direta	(a acusada AVX ou a inspeção geral do ambiente não aparecem na peça e não é referida a inspeção)	Presença	Ausência	Imagens em diferido	Daniela Santiago	Rui Alves Veloso
Peça 5	06/02/2025	Exploração de lítio suspensa	00:02:20	01:03:05	1ª parte	10	27	Reportagem	Nacional (Covas do Barroso, Boticas, Vila Real)	Proprietário de terreno Filha de proprietário de terreno Presi Baldios Covas do Barroso Empresa Savannah Resources (por escrito - sem entrevista) Presi Associação Unidos em Defesa do Barroso	Proprietário de terreno Filha de proprietário de terreno Presi Baldios Covas do Barroso Empresa Savannah Resources (por escrito - sem entrevista) Presi Associação Unidos em Defesa do Barroso + Ministério do Ambiente	Complementares + Alinhadas (é um descanso + vamos estar atentos + já paramos os trabalhos - empresa)	Pessoais (4) Documentais (1) - resposta escrita Oficiais (4) Não oficiais (2) (1 fonte governamental)	Direta	(os proprietários - quem acusou - e a empresa - a acusada -, estão presentes na peça) Apresenta contraditório	Ausência	Ausência	Imagens em diferido	Francisco Graça Helena Cruz Lopes	Fátima Silva
Peça 6	08/02/2025	Descargas de esgoto contaminam bacia hidrográfica do Tejo	00:00:14	01:01:44	1ª parte	3	26	Promoção (destaque)	Nacional (Montemor-o-Novo, Alentejo)	Não se aplica (por ser promo)	«População de Montemor»	Não se aplica	Não oficiais	Indireta	Não apresenta (por ser promo)	Ausência	Ausência	Imagens em diferido (repórter não identificado)	Pivot	Fátima Silva
Peça 7	08/02/2025	(Cont. Peça 6) Descargas de esgoto contaminam bacia hidrográfica do Tejo	00:03:56	01:01:44	1ª parte	11	26	Reportagem	Nacional (Montemor-o-Novo, Alentejo)	Residente Presi. Câm. Montemor-o-Novo Ass. Regeneração e monitorização Almansor Tribunal Judicial da Comarca de Évora (por escrito, com sentença de 2024)	Residente Presi. Câm. Montemor-o-Novo Ass. Regeneração e monitorização Almansor Tribunal Judicial da Comarca de Évora (por escrito, com sentença de 2024) + Tribunal da Relação Águas Púb. do Alentejo (sem resposta) Grupo Águas de Portugal (sem resposta) Ass. Portuguesa do Ambiente (sem resposta)	Complementares + Alinhadas (água de esgoto vai para as ribeiras + descargas existem, avarias + a empresa foi advertida)	Pessoais (3) Documentais (1) - documento oficioso, sentença de 2024 Oficiais (4) Não oficiais (1)	Direta	Tentativa de obtenção	Ausência	Ausência	Imagens em diferido + Vídeo amador	Daniela Santiago	Fátima Silva
Peça 8	08/02/2025	Crise sísmica em Santorini (ilha deserta)	00:02:24	01:01:44	1ª parte	17	26	Notícia	Internacional (Santorini, Grécia)	Turistas (sem oraculo) (2)	Turistas (sem oraculo) (2)	Alinhadas (não querem sair e não têm medo)	Pessoais (2) Não oficiais (2)	Direta	Não se aplica	Ausência	Ausência	Imagens em diferido (no entanto, não identificam o repórter de imagem, ou seja, assumem que as imagens podem não ser deles ou podem ser arquivo)	Luis Filipe Fonseca	Fátima Silva

Peça 9	16/02/2025	Investigadores analisam alterações no oceano (Navio RRS Discovery)	00:03:53	01:17:23 (devido a Pinto da Costa)	2ª parte	26	27	Reportagem	Nacional (Lisboa)	Oceanógrafo físico da NOC Oceanógrafa física da NOC Capitão do RRS Discovery Steward RRS Discovery (portuguesa) Embaixadora Reino Unido em Portugal	Oceanógrafo físico da NOC Oceanógrafa física da NOC Capitão do RRS Discovery Steward RRS Discovery (portuguesa) Embaixadora Reino Unido em Portugal	Complementares + Alinhadas (queremos perceber a circulação + pode impactar o clima + queremos fomentar parcerias entre Pt e UK)	Pessoais (5) Oficiais (4) Não oficiais (1)	Direta	Não se aplica	Ausência	«travando mineração em mar profundo» Presença	Imagens do arquivo da empresa que foram cedidas + Imagens em diferido	Daniela Santiago	Florbela Godinho
Peça 10	17/02/2025	Sismo em Lisboa	00:03:04	01:02:45	1ª parte	10	27	Reportagem	Nacional (Fonte da Telha + Seixal + Alvalade - Lisboa + Setúbal)	Dono de café (sem oraculo) Cliente de café (sem oraculo) Nadador salvador (sem oraculo) Dono de bar de praia (sem oraculo) Esteticista (sem oraculo) Dona de loja (sem oraculo) Dona de restaurante (sem oraculo) Transeunte (sem oraculo) Treinador SL Benfica	Dono de café (sem oraculo) Cliente de café (sem oraculo) Nadador salvador (sem oraculo) Dono de bar de praia (sem oraculo) Esteticista (sem oraculo) Dona de loja (sem oraculo) Dona de restaurante (sem oraculo) Transeunte (sem oraculo) Treinador SL Benfica	Alinhadas (sentiram o sismo, bastante forte)	Pessoais (9) Não oficiais (9)	Direta	Não se aplica	Ausência	Ausência	Imagens em diferido + Vídeos amadores de câmeras de vigilância	Filipe Canhoto Ribeiro Tiago Inaginario Filipa Burnay Ana Serapicos João Domingos	Fátima Silva
Peça 11	17/02/2025	Cola Sismo em Lisboa	00:02:34	01:02:45	1ª parte	11	27	Reportagem	Nacional (Fonte da Telha, Costa Caparica - Setúbal)	Antigo presi do IPMA Presi da Câmara Municipal de Lisboa Geofísico do IPMA	Antigo presi do IPMA Presi da Câmara Municipal de Lisboa Geofísico do IPMA + Proteção Civil Lisboa	Complementares (sismo superficial + sem registos de danos ou ajuda + intensidade 4)	Pessoais (3) Oficiais (4)	Direta	Não se aplica	Ausência	Ausência	Imagens em diferido + Vídeos amadores de câmara de vigilância	Manuela Sousa Rita Ribeiro Silva Ana Serapicos Cristina Esteves	Fátima Silva
Peça 12	23/02/2025	Reserva de minerais na Ucrânia	00:02:49	01:16:53	1ª parte	11	27	Notícia	Internacional (Ucrânia)	Presi EUA (declarações de 3/02) Ex-Ministro da Economia e do Mar (declarações de 18/02) Especialista Geomilitar (declarações de 09/02)	Presi EUA (declarações de 3/02) Ex-Ministro da Economia e do Mar (declarações de 18/02) Especialista Geomilitar (declarações de 09/02) + Presi Ucrânia	Complementares (queremos acordo com Ucrânia + o que são terras raras, quem as tem + metais fundamentais para eletrónica + alguns minerais estão sob ocupação russa)	Pessoais (3) Oficiais (4)	Direta	Não se aplica	Ausência	«terras raras» Presença	Imagens em diferido (no entanto, não identificam o repórter de imagem, ou seja, assumem que as imagens podem não ser deles ou podem ser arquivo) + Gráfico - para que servem terras raras + Gráfico - reservas mundiais + Gráfico - mapa Ucrânia com áreas coloridas e ocupação russa	Filipe Canhoto Ribeiro Márcia Rodrigues	Fátima Silva
Peça 13	25/02/2025	Reserva de minerais e terras raras na Ucrânia	00:03:01	01:03:43	1ª parte	5	26	Notícia	Internacional (Ucrânia)	Presi Rússia Presi EUA	Presi Rússia Presi EUA + Serviço geológico EUA	Alinhadas + Complementares (queremos negociar com EUA + queremos negociar com Rússia + reserva da Ucrânia é 5ª maior)	Pessoais (2) Oficiais (3)	Direta	Não se aplica	Ausência	«terras raras» Presença	Imagens em diferido (no entanto, não identificam o repórter de imagem, ou seja, assumem que as imagens podem não ser deles ou podem ser arquivo) + Gráfico - mapa Ucrânia com áreas coloridas	João Botas	Florbela Godinho
Peça 14	04/03/2025	Inundações em Avis	00:00:12	01:01:20	1ª parte	13	30	Promoção (destaque)	Nacional (Ervedal, Avis, Portalegre - Alentejo)	Não se aplica (por ser promo)	Não citadas (por ser promo)	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Ausência	Ausência	Imagens em diferido (repórter não identificado)	Pivot	Adília Godinho
Peça 15	04/03/2025	(Cont. peça 14) Inundações em Avis	00:02:11	01:01:20	1ª parte	18	30	Reportagem	Nacional (Ervedal, Avis, Portalegre - Alentejo)	Moradores (3)	Moradores (3) + Serviços municipais de Avis	Alinhadas + Complementares (nunca vi nada assim, foi 15 min + água dentro de casa + os trabalhos vão começar)	Pessoais (3) Não oficiais (3) Oficiais (1)	Direta	Não se aplica	Ausência	Ausência	Imagens em diferido + Video amator	Paulo Nobre	Adília Godinho
Peça 16	04/03/2025	Inundações em Espanha	00:01:48	01:01:20	2ª parte	26	30	Notícia	Internacional (Gran Canária e Málaga - Espanha)	Habitante Homem (sem qualquer identificação)	Habitante Homem (sem qualquer identificação)	Complementares (chuva levou muitos carros + estradas cortadas e casas inundadas)	Pessoais (2) Não oficiais (1)	Direta	Não se aplica	Ausência	Ausência	Imagens em diferido + Vídeos amadores (não identificam o repórter de imagem, ou seja, assumem que as imagens podem não ser deles ou podem ser arquivo)	Ana Serapicos	Adília Godinho
Peça 17	06/03/2025	Chuva e vento nos próximos dias	00:00:11	01:01:22	1ª parte (fecho)	18	26	Promoção (destaque)	Nacional	Não se aplica (por ser promo)	Não citadas (por ser promo)	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Ausência	Ausência	Imagens em diferido (repórter não identificado)	Pivot	Florbela Godinho

Peça 18	06/03/2025	Maus tratos a animais	00:03:00	01:01:22	2ª parte	20	26	Reportagem	Nacional (Azambuja)	Deputada PAN Empresa Acisa (sem entrevista, por escrito) Vice-presi Câmara Azambuja Veterinária Municipal (relatório escrito da denúncia de maus tratos de fevereiro 2024)	Deputada PAN Empresa Acisa (sem entrevista, por escrito) Vice-presi Câmara Azambuja (relatório escrito da denúncia de maus tratos de fevereiro 2024) + Funcionários (não dão a cara) ICNF (não presta declarações) Advogada dos proprietários	Complementares + Dispareas (vamos fazer queixa, desrespeita lei + equipa cumpriu protocolo + empresa tem responsabilidade + não se verificaram maus tratos + refutação dos maus tratos)	Pessoais (2) Documentais (2) Oficiais (5) Não oficiais (1)	Direta + Indireta	Apresenta contraditório	Ausência	Ausência	Imagens em diferido + Imagens amadoras + Imagens de redes sociais	Daniela Santiago	Florbela Godinho
Peça 19	06/03/2025	(Cont. peça 17) Chuva e vento nos próximos dias	00:00:46	01:01:22	2ª parte	22	26	Off	Nacional	Não se aplica (por ser off)	IPMA Proteção Civil	Complementares (pode haver neve + cuidado nas estradas)	Oficiais (2)	Direta	Não se aplica	Ausência	«superfície frontal fria» Presença	Imagens em diferido (repórter não identificado) (possível arquivo não identificado devido ao tema - ainda não aconteceu)	Pivot	Florbela Godinho
Peça 20	08/03/2025	Depressão Jana	00:00:40	01:02:28	2ª parte (abertura)	25	32	Off	Nacional	Não se aplica (por ser off)	Proteção Civil IPMA	Complementares (registo de 600 ocorrências + aviso laranja)	Oficiais (2)	Direta	Não se aplica	Ausência	Ausência	Imagens em diferido (repórter não identificado)	Pivot	Rui Alves Veloso
Peça 21	09/03/2025	Depressão Jana	00:00:37	01:15:38	1ª parte	6	30	Off	Nacional	Não se aplica (por ser off)	Proteção Civil	Não se aplica	Oficiais (1)	Direta	Não se aplica	Ausência	Ausência	Imagens em diferido (repórter não identificado)	Pivot	Rui Alves Veloso
Peça 22	09/03/2025	Estratégia para melhor gestão de água	00:02:45	01:15:38	1ª parte	7	30	Reportagem	Nacional	Primeiro-Ministro Ministra do Ambiente e Energia Ministro da Agricultura e Pesca	Primeiro-Ministro Ministra do Ambiente e Energia Ministro da Agricultura e Pesca	Complementares (é uma transformação estrutural + vai acrescentar + temos capacidade)	Oficiais (3) (Todas fontes governamentais - 3)	Direta	Não se aplica	Ausência	Ausência	Imagens em diferido	Mariana Flor Paula Costa	Rui Alves Veloso
Peça 23	10/03/2025	Colisão cargueiro e petroleiro	00:00:11	01:00:42	1ª parte	13	30	Promoção (destaque)	Internacional (Mar do Norte - Reino Unido)	Não se aplica (por ser promo)	Não citadas (por ser promo)	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Ausência	Ausência	Videos amadores + Gráfico - mapa que indica o local da colisão	Pivot	Fátima Silva
Peça 24	10/03/2025	(Cont. peça 23) Colisão cargueiro e petroleiro	00:02:36	01:00:42	1ª parte	20	30	Notícia	Internacional (Mar do Norte - Reino Unido)	Oceanógrafo inglês	BBC Empresa proprietária do cargueiro português	Complementares (navios estão incapacitados + um hospitalizado + um desaparecido + combustível está a arder + podia ter sido evitado)	Pessoais (1) Oficiais (2) Não oficiais (1)	Direta	Não se aplica	Ausência	«cianeto de sódio» Presença	Imagens em diferido + Videos amadores + Imagens cedidas pela Guarda Costeira de Humber + (não identificam o repórter de imagem, ou seja, assumem que as imagens podem não ser deles ou podem ser arquivo)	Luis Filipe Fonseca	Fátima Silva
Peça 25	11/03/2025	Sismo Açores	00:00:09	01:05:33	1ª parte	9	17	Promoção (destaque)	Nacional (São Miguel, Açores)	Não se aplica (por ser promo)	Não citadas (por ser promo)	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Ausência	Ausência	Mapa - com localização do epicentro	Pivot	Fátima Silva
Peça 26	11/03/2025	(Cont. peça 25) Sismo Açores	00:02:13	01:05:33	2ª parte	14	17	Reportagem	Nacional (São Miguel, Açores)	População (sem oráculo) (3) Diretora Centro de Info e Vigilância Sismo vulcânica dos Açores (CIVISA)	População (sem oráculo) (3) Diretora Centro de Info e Vigilância Sismo vulcânica dos Açores (CIVISA)	Alinhadas + Complementares (foi assustador + filhas choraram + medo + natureza tectónica, tem replicas)	Pessoais (4) Oficiais (1) Não oficiais (3)	Direta	Não se aplica	Ausência	Ausência	Imagens em diferido + Videos amadores de câmeras de vigilância	Patricia Machado Eduardo Mota	Fátima Silva
Peça 27	12/03/2025	Tempestade Konrad	00:00:10	01:01:26	1ª parte	10	32	Promoção (destaque)	Nacional	Não se aplica (por ser promo)	Não citadas (por ser promo)	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Ausência	Ausência	Imagens em diferido (repórter não identificado) (possível arquivo não identificado devido ao tema - ainda não aconteceu)	Pivot	Fátima Silva
Peça 28	12/03/2025	(Cont. peça 27) Tempestade Konrad	00:01:53	01:01:26	1ª parte	20	32	Notícia	Nacional	Meteorologista IPMA	Meteorologista IPMA	Não se aplica	Pessoais (1) Oficiais (1)	Direta	Não se aplica	Ausência	Ausência	Imagens em diferido (possível arquivo não identificado devido ao tema - ainda não aconteceu)	Ana Luísa Alves	Fátima Silva
Peça 29	12/03/2025	Avária barragem	00:00:10	01:01:26	1ª parte	23	32	Promoção (destaque)	Nacional (Monte Novo, Évora)	Não se aplica (por ser promo)	Não citadas (por ser promo)	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Ausência	Ausência	Imagens em diferido (repórter não identificado)	Pivot	Fátima Silva

Peça 30	12/03/2025	(Cont. peça 29) Avaria barragem	00:01:43	01:01:26	2ª parte (abertura)	25	32	Reportagem	Nacional (Monte Novo, Évora)	Moradora Monte Novo Agência Portuguesa do Ambiente - APA (por escrito)	Moradora Monte Novo Agência Portuguesa do Ambiente - APA (por escrito) + Serviço Municipal da Proteção Civil	Complementares (funcionamento hidráulico limitado, vamos repará-lo + alerta para subida do rio + se não chovesse não haveria perigo)	Pessoais (1) Documentais (1) Oficiais (2) Não oficiais (2)	Direta	Não se aplica	Ausência	Ausência	Imagens em diferido	Carla Diogo	Fátima Silva
Peça 31	13/03/2025	Alqueva no limite	00:00:15	01:02:49	1ª parte (fecho)	9	24	Promoção (destaque)	Nacional (Alqueva, Alentejo)	Não se aplica (por ser promo)	Não citadas (por ser promo)	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Ausência	Ausência	Imagens em diferido (repórter não identificado)	Pivot	Fátima Silva
Peça 32	13/03/2025	(Cont. peça 31) Alqueva no limite	00:02:11	01:02:49	2ª parte	21	24	Reportagem	Nacional (Alqueva, Alentejo)	População (sem oráculo) (2) Presi Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva (EDIA)	População (sem oráculo) (2) Presi Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva (EDIA)	Complementares + Alinhadas (vim esperar + gostava de ver descarregar + não vai descarregar sem chegar ao nível máximo)	Pessoais (3) Oficiais (1) Não oficiais (2)	Direta	Não se aplica	Ausência	Ausência	Imagens em diferido	Teresa Marques	Fátima Silva
Peça 33	14/03/2025	Água no Algarve	00:00:11	01:02:56	1ª parte	19	29	Promoção (destaque)	Nacional (Algarve)	Não se aplica (por ser promo)	Não citadas (por ser promo)	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Ausência	Ausência	Imagens em diferido (repórter não identificado)	Pivot	Fátima Silva
Peça 34	14/03/2025	(Cont. peça 33) Água no Algarve	00:02:23	01:02:56	2ª parte (abertura)	21	29	Reportagem	Nacional (Algarve)	Ministra do Ambiente Presi APA	Ministra do Ambiente Presi APA	Complementares (este nível não era atingido há mais de 20 anos, é pouco mais do que o consumo total de 1 ano + aquífero - recuperação lenta, chuvas consistentes podem ajudar, vem uma frente do atlântico que traz mais água)	Pessoais (2) Oficiais (2) (1 fonte governamental)	Direta	Não se aplica	Ausência	salvivo nos cortes de água» Presença	Imagens em diferido + Vídeos amadores	Helena Figueiras	Fátima Silva
Peça 35	15/03/2025	Cheias em Itália	00:02:00	01:02:33	1ª parte	18	31	Notícia	Internacional (Florença, Toscana, Itália)	Governador da região da Toscana Presi Cãm Florença Moradores (3) + Proteção Civil	Governador da região da Toscana Presi Cãm Florença Moradores (3) + Proteção Civil	Complementares + Alinhadas (onda de água sem precedentes + níveis mais altos desde 1992, preciso atenção + casa inundada + as paredes absorvem + começa a ser grave)	Pessoais (5) Oficiais (3) Não oficiais (3)	Direta	Não se aplica	Ausência	Ausência	Imagens em diferido (não identificam o repórter de imagem, ou seja, assumem que as imagens podem não ser deles) Neste caso imagens são da RAI - Radio Audizioni Italiane, tv estatal italiana	Joana Machado	Fátima Silva
Peça 36	15/03/2025	Aquíferos secos	00:00:15	01:02:33	1ª parte	22	31	Promoção (destaque)	Nacional	Não se aplica (por ser promo)	Não citadas (por ser promo)	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Ausência	Ausência	Imagens em diferido (repórter não identificado)	Pivot	Fátima Silva
Peça 37	15/03/2025	(Cont. peça 36) Aquíferos secos	00:02:48	01:02:33	2ª parte (abertura)	24	31	Reportagem	Nacional	Presi Sociedade Portuguesa de Ecologia Agricultor ProFª Facul Ciências Uni Lisboa	Presi Sociedade Portuguesa de Ecologia Agricultor ProFª Facul Ciências Uni Lisboa	Complementares (há muitos furos não conhecidos + os furos têm de estar registados para receber apoios públicos + (explica como funciona o furo) + há monitorização mas em espaços restritos)	Pessoais (3) Não oficial (2) Oficial (1)	Direta	Não se aplica	Ausência	Ausência	Imagens em diferido + Imagens de arquivo identificado + Imagens cedidas por fonte	Ana Luísa Alves	Fátima Silva
Peça 38	16/03/2025	Aviso laranja Açores	00:00:41	01:17:02	1ª parte	12	29	Off	Nacional (Açores)	Não se aplica (por ser off)	Instituto Português do Mar e da Atmosfera Bombeiros Regionais Proteção Civil dos Açores	Complementares	Oficiais (3)	Direta	Não se aplica	Ausência	Ausência	Imagens em diferido (repórter não identificado) (possível arquivo não identificado devido ao tema)	Pivot	Fátima Silva
Peça 39	18/03/2025	Barragens Algarve	00:01:43	01:03:12	1ª parte	10	21	Reportagem	Nacional (Algarve)	Porta-voz da Águas do Algarve Moradores (2) Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos (SNIRH - APA)	Porta-voz da Águas do Algarve Moradores (2) Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos (SNIRH - APA) (mapa informativo)	Complementares (temos de abrir comportas, vamos continuar a descarregar + é bon ver correr assim + algarve com muita água + quis vir passear e ver a descarga)	Pessoais (3) Documentais (1) Oficiais (2) Não oficiais (2)	Direta	Não se aplica	Ausência	Ausência	Imagens em diferido + Gráfico - mapa de Portugal com volume de armazenamento das barragens	Duarte Baltazar Ana Scrapicos	Florbel Godinho
Peça 40	18/03/2025	Depressão Martinho	00:00:53	01:03:12	1ª parte	11	21	Off	Nacional	Não se aplica (por ser off)	IPMA Proteção Civil	Complementares (vai haver chuva, vento e agitação marítima + atenção risco de inundações, evitar circular)	Institucionais (2) Oficiais (2)	Direta	Não se aplica	Ausência	Ausência	Imagens em diferido (repórter não identificado) (possível arquivo não identificado devido ao tema - ainda não aconteceu)	Pivot	Florbel Godinho

Peça 41	19/03/2025	Depressão Martinho	00:04:37	01:02:30	1ª parte (abertura)	1	24	Reportagem	Nacional	Proprietários de lojas Algés (3) IPMA (mapa - avisos amarelo e laranja) Ministra da Administração Interna Turista	Proprietários de lojas Algés (3) IPMA Ministra da Administração Interna Turista	Complementares + Alinhadas (estou preocupado + estou a colocar as comportas, medo + se voltar a acontecer fecho a loja + não saiam de casa + voo atrasado devido ao tempo)	Pessoais (5) Documentais (1) Oficiais (2) Não oficiais (4)	Direta	Não se aplica	Ausência	Ausência	Gráfico - mapa de Portugal com áreas amarelas e laranjas (avisos) + Gráfico - mapa de Portugal que retrata a evolução da depressão + Imagens em diferido + Vídeos amadores	Filipe Canhoto Ribeiro Ana Serapicos Angelino Câmara	Florbela Godinho
Peça 42	19/03/2025	Cola Depressão Martinho	00:01:26	01:02:30	1ª parte	2	24	Direto	Nacional (Algés, Lisboa)	Sem intervenientes (por ser direto)	Câmara Municipal Oeiras	Não se aplica	Oficiais (1)	Direta	Não se aplica	Ausência	Ausência	Imagens em direto	Ana Serapicos	Florbela Godinho
Peça 43	19/03/2025	Cola Depressão Martinho	00:02:05	01:02:30	1ª parte	3	24	Direto	Nacional (Cascais, Lisboa)	Sem intervenientes (por ser direto)	Autoridade Marítima Nacional	Não se aplica	Oficiais (1)	Direta	Não se aplica	Ausência	Ausência	Imagens em direto	Soraia Ramos	Florbela Godinho
Peça 44	19/03/2025	Cola Depressão Martinho	00:01:30	01:02:30	1ª parte	4	24	Direto	Nacional (Faro, Algarve)	Sem intervenientes (por ser direto)	Comando Distrital da Proteção Civil	Não se aplica	Oficiais (1)	Direta	Não se aplica	Ausência	Ausência	Imagens em direto	Duarte Baltazar	Florbela Godinho
Peça 45	20/03/2025	Depressão Martinho consequências	00:03:57	00:28:03	1ª parte (abertura)	1	14	Reportagem	Nacional (Lisboa)	Moradores (sem oraculo) (3) Presi Cãm. Municipal Lisboa Pescador	Moradores (sem oraculo) (3) Presi Cãm. Municipal Lisboa Pescador + Centro de comando operacional municipal	Alinhadas + Complementares (estrondo enorme + o meu carro teve sorte + há registo de feridos ligeiros + chuva sem risco de cheia + cheiro a gasóleo na marina)	Pessoais (5) Oficiais (2) Não oficiais (4)	Direta	Não se aplica	Ausência	Ausência	Imagens em diferido + Imagens amadoras + Gráfico com dados numéricos	Rita Ramos Ana Serapicos Josna Machado Tiago Imaginário	Florbela Godinho
Peça 46	20/03/2025	Cola Depressão Martinho consequências	00:02:07	00:28:03	1ª parte	2	14	Reportagem	Nacional (Cascais e Oeiras)	Administradora aeródromo de Tires Vice-Presi Cãm. Municipal Cascais Pescador	Administradora aeródromo de Tires Vice-Presi Cãm. Municipal Cascais Pescador	Complementares (prejuizo de milhares de euros + prioridade é limpar as vias de circulação + não me lembro de apanhar este mau tempo)	Pessoais (3) Oficiais (2) Não oficiais (1)	Direta	Não se aplica	Ausência	Ausência	Imagens em diferido + Imagens amadoras + Vídeos amadores	Filipe Canhoto Ribeiro Paula Cardona Filipa Burnay	Florbela Godinho
Peça 47	20/03/2025	Cola Depressão Martinho consequências	00:02:09	00:28:03	1ª parte	3	14	Reportagem	Nacional (Lourinhã, Estremadura)	Moradores (sem oraculo) (2)	Moradores (sem oraculo) (2)	Alinhadas (vi tudo no ar + tive de sair de casa + tudo partido + medo de outro vendaval + medo de mais chuva)	Pessoais (2) Não oficiais (2)	Direta	Não se aplica	Ausência	Ausência	Imagens em diferido	Manuela Sousa Rita Ribeiro Silva	Florbela Godinho
Peça 48	20/03/2025	Cola Depressão Martinho consequências	00:02:11	00:28:03	1ª parte	4	14	Reportagem	Nacional (Porto)	Presi Associação Desportiva Nogueirense Jogadores futebol (3) População (sem oráculo) (3)	Presi Associação Desportiva Nogueirense Jogadores futebol (3) População (sem oráculo) (3)	Alinhadas + Complementares (sem danos pessoais, bancada ruiu + susto grande + tive sorte, poste caiu ao lado + madrugada má)	Pessoais (7) Não oficiais (7)	Direta	Não se aplica	Ausência	Ausência	Imagens em diferido + Vídeos amadores	Eduardo Dias Susana Barros Pacheco Filipa Venâncio	Florbela Godinho
Peça 49	20/03/2025	Cola Depressão Martinho consequências	00:01:12	00:28:03	1ª parte	5	14	Direto	Nacional (Tapada das Necessidades, Lisboa)	Sem intervenientes (por ser direto)	Bombeiros Sapadores de Lisboa Proteção Civil Técnicos da Higiene Urbana	Não se aplica	Oficiais (3)	Direta	Não se aplica	Ausência	Ausência	Imagens em direto	Ana Serapicos	Florbela Godinho
Peça 50	20/03/2025	Cola Depressão Martinho consequências	00:01:51	00:28:03	1ª parte	6	14	Direto	Nacional (Bairro do Talude - Loures, Lisboa)	Moradora (sem identificação, não quis dar a cara)	Moradora (sem identificação, não quis dar a cara) + Câmara Municipal Loures	Complementares (casas destruídas + plano de emergência)	Pessoais (1) Oficiais (1) Não oficiais (1)	Direta + Indireta	Não se aplica	Ausência	Ausência	Imagens em direto	Soraia Ramos	Florbela Godinho
Peça 51	20/03/2025	Cola Depressão Martinho consequências	00:01:50	00:28:03	1ª parte	7	14	Reportagem	Nacional (Pinhal Novo + Oeiras + Algarve)	Segundo comandante bombeiros Pinhal Novo Comandante bombeiros Cascais Capitão do Porto de Cascais - Policia Maritima	Segundo comandante bombeiros Pinhal Novo Comandante bombeiros Cascais Capitão do Porto de Cascais - Policia Maritima	Alinhadas + Complementares (é grave, queda de arvores, tivemos de evacuar + queda de arvores, cabos e viaturas destruídas + embarcações destruídas)	Pessoais (3) Oficiais (3)	Direta	Não se aplica	Ausência	Ausência	Imagens em diferido	Luis Filipe Fonseca Soraia Ramos Andrea Custódio Filipa Venâncio Helena Figueiras	Florbela Godinho
Peça 52	20/03/2025	Cola Incêndios em noite de Depressão Martinho	00:02:05	00:28:03	1ª parte	8	14	Reportagem	Nacional (Arcos de Valdevez, Viana do Castelo)	Moradores (sem oraculo) (2) Comandante Bombeiros Arcos de Valdevez Ministra Administração Interna	Moradores (sem oraculo) (2) Comandante Bombeiros Arcos de Valdevez Ministra Administração Interna	Alinhadas + Complementares (foi muito rápido, perto de casa + é mão criminosa + situação anormal nesta altura, é mão humana + equipas no terreno)	Pessoais (4) Oficiais (2) Não oficiais (2) 1 fonte governamental	Direta	Não se aplica	Ausência	Ausência	Imagens em diferido	João Miguel Nunes Núria Melo Raquel Gomes	Florbela Godinho

Peça 53	21/03/2025	Depressão Martinho consequências	00:03:16	01:02:44	1ª parte (abertura)	1	26	Reportagem	Nacional	Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa Morador Bairro do Talude, Loures Coordenador Muni. Proteção Civil Loures Moradora, Pombal (sem oraculo) Moradora, Cascais Morador, Lourinhã	Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa Morador Bairro do Talude, Loures Coordenador Muni. Proteção Civil Loures Moradora, Pombal (sem oraculo) Moradora, Cascais Morador, Lourinhã + Proteção Civil	Complementares + Alinhadas (viaturas danificadas + sem casa, caiu tudo, nunca tinha visto + escolas encerradas + tudo no ar, tivemos de fugir + parecia uma bomba + foi um terror)	Pessoais (6) Oficiais (3) Não oficiais (4)	Direta	Não se aplica	Ausência	Ausência	Imagens em diferido	Luis Filipe Fonseca Soraia Ramos Filipa Venâncio Paula Cardona Paula Costa	Florbela Godinho
Peça 54	21/03/2025	Cola Depressão Martinho consequências	00:01:46	01:02:44	1ª parte	2	26	Direto	Nacional (Foz, Porto)	Sem intervenientes (por ser direto)	Presi Câmara Porto Serviços Municipais IPMA	Complementares (circulação será restabelecida +previsão de agravamento)	Oficiais (3)	Direta	Não se aplica	Ausência	Ausência	Imagens em direto	Núria Melo	Florbela Godinho
Peça 55	21/03/2025	Cola Depressão Martinho consequências	00:02:43	01:02:44	1ª parte	3	26	Reportagem	Nacional (Torres Vedras, Lisboa + Cantanhede, Coimbra)	Membro estufa Hortiart (morangos) Trabalhador estufa de morangos Produtores kiwis e abacates Ministro da agricultura e pescas	Membro estufa Hortiart (morangos) Trabalhador estufa de morangos Produtores kiwis e abacates Ministro da agricultura e pescas	Complementares + Alinhadas (temos de vender a menos dinheiro para ultracongelar + ferros a abanar, plásticos no ar + postes partidos no chão + prejuízo acima de 30% é apoiado)	Pessoais (4) Oficiais (1) Não oficiais (3) 1 fonte governamental	Direta	Não se aplica	Ausência	Ausência	Imagens em diferido + Videos amadores	Soraia Ramos Ana Engenheiro Francisco Graça	Florbela Godinho
Peça 56	21/03/2025	Mau tempo Espanha	00:02:04	01:02:44	1ª parte	13	26	Reportagem	Internacional (Madrid, Espanha)	Moradores (sem oraculo) (2) Estudante	Moradores (sem oraculo) (2) Estudante + Bombeiros Proteção Civil	Alinhadas + Complementares (rio costuma ser pequeno + estamos a monitorizar + aulas foram canceladas)	Pessoais (3) Oficiais (2) Não oficiais (3)	Direta	Não se aplica	Ausência	Ausência	Imagens em diferido	Ana Romeu	Florbela Godinho
Peça 57	21/03/2025	Glaciares a derreter	00:01:52	01:02:44	1ª parte	16	26	Notícia	Internacional	Diretor Serviço Monitorização Glaciares Agricultor peruano Glaciologista (2) Organização Meteorológica Mundial	Diretor Serviço Monitorização Glaciares Agricultor peruano Glaciologista (2) Organização Meteorológica Mundial ONU	Complementares (há mais pessoas expostas a inundações + as lagoas têm aumentado volume + deve-se às temp. elevadas, podem ser estabilizadas + abastecimento de água e segurança alimentar e energética estão em risco)	Pessoais (5) Oficiais (5) Não oficiais (2)	Direta	Não se aplica	Ausência	«agricultura irrigada» Presença	Imagens em diferido (não identificam o repórter de imagem, ou seja, assumem que as imagens podem não ser deles ou podem ser arquivo)	Andreia Custódio	Florbela Godinho
Peça 58	21/03/2025	Depressão Martinho consequências	00:02:19	01:02:44	2ª parte	24	26	Reportagem	Nacional (Samora Correia + Costa Caparica)	Moradores Samora Correia (sem oraculo) (2) Moradores Campismo Costa Caparica (sem oráculo) (2)	Moradores Samora Correia (sem oraculo) (2) Moradores Campismo Costa Caparica (sem oraculo) (2)	Alinhadas	Pessoais (4) Não oficiais (4)	Direta	Não se aplica	Ausência	Ausência	Imagens em diferido	Ana Raquel Leitão Rita Ribeiro Silva	Florbela Godinho
Peça 59	22/03/2025	Temporal Matosinhos	00:02:28	01:02:29	1ª parte	2	26	Reportagem	Nacional (Leça do Balio, Matosinhos, Porto)	Empresário Diretor Departamento Conservação Câm. Muni. Matosinhos	Empresário Diretor Departamento Conservação Câm. Muni. Matosinhos	Complementares (empresa alagada, não há escoamento + há materiais projetados, temos de desmontar o edificio)	Pessoais (2) Oficiais (1) Não oficiais (1)	Direta	Não se aplica	Ausência	Ausência	Imagens em diferido	Cláudia Viana	Florbela Godinho
Peça 60	22/03/2025	Cola Temporal Matosinhos	00:02:43	01:02:29	1ª parte	3	26	Direto	Nacional (Leça do Balio, Matosinhos, Porto)	Empresário	Empresário	Não se aplica	Pessoal (1) Não oficial (1)	Direta	Não se aplica	Ausência	Ausência	Imagens em direto	Patrícia Cracel	Florbela Godinho
Peça 61	22/03/2025	Cola Depressão Martinho consequências	00:03:12	01:02:29	1ª parte	4	26	Reportagem	Nacional (Salvaterra, Cascais, Sintra, Tapada Necessidades - Santarém + Lisboa)	Morador Salvaterra (sem oraculo) Comerciante Morador Cascais (sem oraculo) Turista	Morador Salvaterra (sem oraculo) Comerciante Morador Cascais (sem oraculo) Turista + Proteção Civil	Alinhadas + Complementares (ficou tudo destruído, muito vento e chuva + consegui salvar o negocio + nunca tinha visto, muita coisa destruída + aviso amarelo)	Pessoais (4) Oficiais (1) Não oficiais (4)	Direta	Não se aplica	Ausência	Ausência	Imagens em diferido	Manuela Sousa Silvana Cunha Ana Raquel Leitão Isabel Gomes	Florbela Godinho
Peça 62	22/03/2025	Cola Rios com caudais elevados	00:02:04	01:02:29	1ª parte	5	26	Direto	Nacional (Vila Nova da Barquinha, Santarém)	Sem intervenientes (por ser direto)	Proteção Civil APA Serviços Municipais	Alinhadas	Oficiais (3)	Direta	Não se aplica	Ausência	Ausência	Imagens em direto	Ana Raquel Leitão	Florbela Godinho
Peça 63	23/03/2025	Caudais dos rios	00:00:40	00:29:31	1ª parte	11	15	Off	Nacional (Santarém)	Não se aplica (por ser off)	Proteção Civil	Não se aplica	Oficiais (1)	Direta	Não se aplica	Ausência	Ausência	Imagens em diferido (repórter não identificado) (possível arquivo não identificado devido ao tema)	Pivot	Fátima Silva

Peça 64	23/03/2025	Cola Inundações Matosinhos	00:01:59	00:29:31	1ª parte	12	15	Reportagem	Nacional (Leça do Balio, Matosinhos, Porto)	Empresários (2) Diretora Departamento Proteção Civil	Empresários (2) Diretora Departamento Proteção Civil	Alinhadas + Disparres (máquinas caras estragadas e tempo parados + chão levantado, material perdido + a proteção civil sabia e demorou, podia ter sido evitado + não podia ter sido evitado)	Pessoais (3) Oficiais (1) Não oficiais (2)	Direta	(quem acusa - empresários - e quem é acusado - prot. civil) Apresenta contraditório	Ausência	Ausência	Imagens em diferido	Cláudia Viana	Fátima Silva
Peça 65	24/03/2025	Inundações barragens	00:02:27	01:00:57	1ª parte	7	30	Reportagem	Nacional (Alviela + Almourol + Constância - Santarém)	Carteira CTT (sem oraculo) Taxista (sem oraculo) Morador Alviela (sem oraculo) Comandante Sub-Regional do Médio Tejo Moradora Almourol (sem oraculo) Morador Constância (2) (sem oraculo)	Carteira CTT (sem oraculo) Taxista (sem oraculo) Morador Alviela (sem oraculo) Comandante Sub-Regional do Médio Tejo Moradora Almourol (sem oraculo) Morador Constância (2) (sem oraculo)	Complementares + Alinhadas (não consigo passar + cheias são boas para as terras + não deverá aumentar + está tudo cheio de agua)	Pessoais (7) Oficiais (1) Não oficiais (6)	Direta	Não se aplica	Ausência	Ausência	Imagens em diferido	Manuela Sousa Filipa Venâncio Ana Serapicos	Fátima Silva
Peça 66	24/03/2025	Lobo Ibérico Espanha	00:03:09	01:00:57	1ª parte	19	30	Reportagem	Internacional (Espanha)	Criador gado bovino espanhol Porta-voz VOX para o Campo Coordenador Conservação WWF - World Wide Fund for Nature CCAA (dados numéricos) Ministra do Ambiente portuguesa	Criador gado bovino espanhol Porta-voz VOX para o Campo Coordenador Conservação WWF - World Wide Fund for Nature CCAA (dados numéricos) Ministra do Ambiente portuguesa	Complementares + Disparres (tenho de proteger o gado dos lobos + há um aumento de ataques a gado + não faz sentido matá-los vão caçar mais por estarem sozinhos, afeta pt)	Pessoais (4) Documentais (1) Oficiais (4) Não Oficiais (1) 1 fonte governamental	Direta	Não se aplica	Ausência	Ausência	Imagens em diferido + Imagens e vídeos amadores + Gráfico numérico - evolução nº alcateias	Ana Romeu	Fátima Silva
Peça 67	25/03/2025	Abate de Jacarandás	00:02:37	01:01:12	2ª parte	25	29	Reportagem	Nacional (Lisboa)	Plataforma em defesa da árvores 'The Lisbon Gardener' (Influencer botânico) Vereadora Urbanismo Câm. Municipal Lisboa Autarquia	Plataforma em defesa da árvores 'The Lisbon Gardener' (Influencer botânico) Vereadora Urbanismo Câm. Municipal Lisboa	Complementares (já há muito estacionamento + estas arvores demoram a crescer + vamos ter parque subterrâneo e passeios maiores + vão haver mais plantas da espécie)	Pessoais (3) Oficiais (3) Não oficiais (1)	Direta	Não se aplica	Ausência	«operação integrada» Presença	Imagens em diferido + Mapas - mostram o local do abate das árvores + Imagens amadoras	Mariana Morais	Fátima Silva
Peça 68	26/03/2025	Incêndios Coreia do Sul	00:00:50	01:01:58	1ª parte	17	32	Off	Internacional (Coreia do Sul)	Não se aplica (por ser off)	Não citadas	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Ausência	Ausência	Imagens em diferido (reporter não identificado)	Pivot	Fátima Silva
Peça 69	28/03/2025	Sismo Myanmar - Tailândia	00:03:57	01:01:55	1ª parte	3	25	Notícia	Internacional (Myanmar + Tailândia)	Moradores Bangkok, Tailândia (2) Primeira-ministra Tailândia Jornalista Associated Press Cruz Vermelha Internacional Myanmar Líder Junta Militar de Myanmar	Moradores Bangkok, Tailândia (2) Primeira-ministra Tailândia Jornalista Associated Press Cruz Vermelha Internacional Myanmar Líder Junta Militar de Myanmar + Autoridades locais ONU	Complementares + Alinhadas (saí, vi o prédio a cair, estou em choque + já é seguro voltar aos edifícios + estava tudo a tremer, teto ruíu + foi um choque + houve 12 réplicas + infraestruturas destruídas, estamos preocupados + aceitamos ajuda internacional)	Pessoais (6) Oficiais (3) Não oficiais (3)	Direta	Não se aplica	Ausência	Ausência	Imagens em diferido + Imagens e vídeos amadores (não identificam o repórter de imagem, ou seja, assumem que as imagens podem não ser deles) Neste caso imagens são da MRTV - Myanmar Radio and Television	João Botas	Fátima Silva
Peça 70	28/03/2025	Cola Sismo Myanmar Tailândia	00:03:19	01:01:55	1ª parte	4	25	Notícia	Internacional (Myanmar + Tailândia)	Turista português Tailândia	Turista português Tailândia	Não se aplica	Pessoal (1) Não oficial (1)	Direta	Não se aplica	Ausência	Ausência	Vídeos amadores (todos cedidos pelo turista interveniente)	Raquel Gomes	Fátima Silva
Peça 71	28/03/2025	Cola Sismo Myanmar Tailândia	00:02:21	01:01:55	1ª parte	5	25	Notícia	Internacional (Myanmar + Tailândia)	Sismólogo Instituto D. Luiz Diretor Departamento Sismologia IPMA Prof Facul Ciências e Tec, Uni Nova Lisboa	Sismólogo Instituto D. Luiz Diretor Departamento Sismologia IPMA Prof Facul Ciências e Tec, Uni Nova Lisboa	Complementares (falha tem 240km, zona com nº de sismos 10 vezes superior a Pt + energia dos sismo foi grande, muito violento + há mais vítimas mortais do que se pensava, intensidade)	Pessoais (3) Oficiais (3)	Direta	Não se aplica	Presença	Ausência	Imagens em diferido + Vídeos amadores	Ana Raquel Leitão	Fátima Silva
Peça 72	29/03/2025	Sismo Myanmar Tailândia	00:03:10	01:02:28	1ª parte (abertura)	1	29	Notícia	Internacional (Myanmar + Tailândia)	Diretora Organização Humanitária Care ProP Engenharia Sismológica Plano Internacional Cultura Myanmar Líder equipa de salvamento chinesa Exército EUA Diretor serviços médicos Tailândia	Diretora Organização Humanitária Care ProP Engenharia Sismológica Plano Internacional Cultura Myanmar Líder equipa de salvamento chinesa Exército EUA Diretor serviços médicos Tailândia + Serviço Geológico EUA	Complementares + Alinhadas (estruturas caíram, há pessoas nos escombros + há uma brecha no solo, edifícios sem estrutura antissísmica + mortos devem ser mais de 10.000 + há pessoas presas, sem comunicações + ajudamos em cuidados médicos e logísticos + estamos a avaliar)	Pessoais (6) Oficiais (7)	Direta	Não se aplica	Ausência	Ausência	Imagens em diferido + Vídeos amadores (não identificam o repórter de imagem, ou seja, assumem que as imagens podem não ser deles) Neste caso imagens são da MRTV - Myanmar Radio and Television	João Botas	Fátima Silva

Peça 73	29/03/2025	Cola Sismo Myanmar Tailândia	00:01:31	01:02:28	1ª parte	2	29	Notícia	Internacional (Tailândia)	Mãe tailandesa	Mãe tailandesa	Não se aplica	Pessoal (1) Não oficial (1)	Direta	Não se aplica	Ausência	Ausência	Imagens e vídeos amadores + Imagens em diferido (não identificam o repórter de imagem, ou seja, assumem que as imagens podem não ser deles ou podem ser arquivo)	Filipe Canhoto Ribeiro	Fátima Silva
Peça 74	29/03/2025	Cola Sismo Myanmar Tailândia	00:02:47	01:02:28	1ª parte	3	29	Notícia	Internacional (Myanmar + Tailândia)	Morador Myanmar (sem oraculo) Moradoras Tailândia (3) (sem oraculo)	Morador Myanmar (sem oraculo) Moradoras Tailândia (3) (sem oraculo)	Complementares (nunca senti nada tão forte + não sei se os meus estão vivos + a minha família não conseguiu sair + agora só esperar)	Pessoais (4) Não oficiais (4)	Direta	Não se aplica	Ausência	Ausência	Imagens e vídeos amadores + Imagens em diferido (não identificam o repórter de imagem, ou seja, assumem que as imagens podem não ser deles ou podem ser arquivo)	Luis Filipe Fonseca	Fátima Silva
Peça 75	29/03/2025	Bom tempo e calor	00:01:26	01:02:28	2ª parte	27	29	Reportagem	Nacional (São Pedro do Estoril, Cascais)	População na praia (sem oraculo) (3)	População na praia (sem oraculo) (3) + IPMA	Complementares (praia está linda + muito bom tempo, muita gente a vir + quis vir dar o 1º mergulho do ano + vêm aí más temperaturas e chuva)	Pessoais (3) Oficiais (1) Não oficiais (3)	Direta	Não se aplica	Ausência	Ausência	Imagens em diferido	Andreia Custódio	Fátima Silva
Peça 76	29/03/2025	Cola Eclipse Solar	00:02:20	01:02:28	2ª parte	28	29	Reportagem	Nacional (Algarve)	População a observar (sem oraculo) (5) Centro Ciência Viva Algarve	População a observar (sem oraculo) (5) Centro Ciência Viva Algarve	Complementares	Pessoais (6) Oficiais (1) Não oficiais (5)	Direta	Não se aplica	Ausência	«eclipse solar» Presença	Imagens em diferido	Helena Figueiras	Fátima Silva
Peça 77	30/03/2025	Novo sismo Myanmar	00:02:46	01:16:31	1ª parte	4	30	Notícia	Internacional (Myanmar)	Equipa resgate Myanmar Membro da ONU em Myanmar UNICEF Morador (sem oraculo)+ Serviço Geológico EUA	Equipa resgate Myanmar Membro da ONU em Myanmar UNICEF Morador (sem oraculo)+ Serviço Geológico EUA	Complementares (acabamos de resgatar um homem + não temos eletricidade, água e comida, estamos a mobilizar estes bens + estamos a dar bens essenciais especialmente a crianças + não sabemos se há corpos para resgatar)	Pessoais (4) Oficiais (4) Não oficiais (1)	Direta	Não se aplica	Ausência	Ausência	Imagens em diferido + Vídeos amadores (não identificam o repórter de imagem, ou seja, assumem que as imagens podem não ser deles) Neste caso imagens são da MRTV - Myanmar Radio and Television	João Botas	Fátima Silva
Peça 78	30/03/2025	Cola Sismo Myanmar consequências Tailândia	00:03:35	01:16:31	1ª parte	5	30	Notícia	Internacional (Tailândia)	Morador (sem oraculo) Vice-primeiro-ministro Tailândia Comandante Unidade de Patrulha e Proteção	Morador (sem oraculo) Vice-primeiro-ministro Tailândia Comandante Unidade de Patrulha e Proteção	Complementares (espero que os encontrem + estamos a trabalhar e temos esperança + temos de ter cuidado, é difícil entrar +	Pessoais (3) Oficiais (2) Não oficiais (1)	Direta	Não se aplica	Ausência	Ausência	Imagens em diferido + Vídeos amadores (não identificam o repórter de imagem, ou seja, assumem que as imagens podem não ser deles) Neste caso imagens são da MRTV - Myanmar Radio and Television	Luis Filipe Fonseca	Fátima Silva
Peça 79	30/03/2025	Cola Sismo Myanmar consequências Tailândia	00:01:43	01:16:31	1ª parte	6	30	Notícia	Internacional (Tailândia)	Moradora (3)	Departamento de obras públicas de Bangkok Especialistas	Alinhadas + Complementares (as paredes estavam rachadas, tive de sair + quem vive em arranha-céus não quer voltar a casa + podem registar estruturas que precisem de intervenção + a minha casa estava inundada e cheia de fendas)	Pessoais (3) Oficiais (2) Não oficiais (3)	Direta	Não se aplica	Ausência	Ausência	Imagens em diferido + Vídeos amadores (não identificam o repórter de imagem, ou seja, assumem que as imagens podem não ser deles) Neste caso imagens são da Deutsche Welle (DW) - radiodifusão pública alemã	Joana Machado	Fátima Silva
Peça 80	30/03/2025	Abate de Jacarandás	00:02:17	01:16:31	1ª parte	12	30	Reportagem	Nacional (Lisboa)	Morador (3)	Morador (3) + PAN	Complementares (não faz sentido tirar as árvores + culpa da autarquia + mais carros em lisboa não faz sentido + providencia cautelar)	Pessoais (3) Oficiais (1) Não oficiais (3)	Direta	(sem qualquer fonte da câmara municipal) Não apresenta contraditório	Ausência	Ausência	Imagens em diferido	Andreia Custódio	Fátima Silva

Peça 81	31/03/2025	Sismo Myanmar resgates	00:02:00	01:01:42	1ª parte	6	27	Notícia	Internacional (Myanmar)	Equipa busca e salvamento chinesa (2)	Equipa busca e salvamento chinesa (2)	Complementares (há réplicas, escombros caem + não podemos desistir de ninguém)	Pessoais (2) Oficiais (2)	Direta	Não se aplica	Ausência	Ausência	Imagens em diferido + Vídeos amadores (não identificam o repórter de imagem, ou seja, assumem que as imagens podem não ser deles) Neste caso imagens são da Equipa de resgate chinesa	Luis Filipe Fonseca	Florbela Godinho
Peça 82	31/03/2025	Cola Sismo Myanmar atualização	00:02:38	01:01:42	1ª parte	7	27	Notícia	Internacional (Myanmar + Tailândia + China)	Enf. Maternidade de Ruili, China Responsável Unicef Mandalay, Myanmar Familiar de desaparecido, Tailândia	Enf. Maternidade de Ruili, China Responsável Unicef Mandalay, Myanmar Familiar de desaparecido, Tailândia	Complementares (só queremos proteger os bebés + isto é catástrofe para as crianças, precisamos de ajuda + espero que todos sobrevivam)	Pessoais (3) oficiais (1) Não oficiais (2)	Direta	Não se aplica	Ausência	Ausência	Imagens em diferido + Vídeos amadores (não identificam o repórter de imagem, ou seja, assumem que as imagens podem não ser deles) Neste caso imagens são da CCTV (Televisão Central da China), TPTV (Talking Pictures TV, canal britânico)	Ligia Veríssimo	Florbela Godinho
Peça 83	31/03/2025	Conferência dos oceanos	00:01:55	01:01:42	2ª parte	26	27	Notícia	Internacional (França)	Presidente do conselho europeu Presidente França Fundação oceano azul	Presidente do conselho europeu Presidente França Fundação oceano azul	Complementares (vai ser apresentado o pacto europeu para os oceanos + não há financiamento americano, a responsabilidade de manter o projeto é nossa + alguns países ratificaram o tratado)	Pessoais (3) Oficiais (3)	Direta	Não se aplica	Ausência	«moratória até 2050» «mineração em mar profundo» Presença	Imagens em diferido (não identificam o repórter de imagem, ou seja, assumem que as imagens podem não ser deles ou podem ser arquivo) (possível arquivo não identificado devido ao tema)	Andreia Custódio	Florbela Godinho
Peça 84	01/04/2025	Sismo Myanmar atualização	00:02:19	01:02:36	1ª parte	20	31	Notícia	Internacional (Myanmar + Tailândia)	Líder junta militar Myanmar Porta voz OMS Governador Bangueoque, Tailândia	Líder junta militar Myanmar Porta voz OMS Governador Bangueoque, Tailândia + ONU	Complementares (há x mortos, feridos e desaparecidos + hospitais lotados, preocupação com doenças infecciosas + esperança, temos de continuar + continuação da ajuda internacional)	Pessoais (4) Oficiais (4)	Direta	Não se aplica	Ausência	Ausência	Imagens em diferido + Vídeos amadores (não identificam o repórter de imagem, ou seja, assumem que as imagens podem não ser deles) Neste caso são da MRTV - Myanmar Radio and Television	Ligia Veríssimo	Florbela Godinho
Peça 85	02/04/2025	Cheias na Europa	00:00:14	01:02:48	1ª parte	20	28	Promoção (destaque)	Internacional (Europa)	Não se aplica (por ser promo)	Não citadas (por ser promo)	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Ausência	Ausência	Imagens em diferido (repórter não identificado) + Vídeos amadores	Pivot	Florbela Godinho
Peça 86	02/04/2025	(Cont. peça 85) Cheias na Europa	00:02:57	01:02:48	2ª parte (abertura)	22	28	Notícia	Internacional (Europa)	Pessoas (sem qualquer identificação) (2) População (sem oráculo) (2) Primeiro-ministro Queensland, Austrália	Pessoas (sem qualquer identificação) (2) População (sem oráculo) (2) Primeiro-ministro Queensland, Austrália	Complementares + Alinhadas (chouve muitas horas + estamos a lidar com a situação + momentos traumáticos, o meu porão inundou + água inundou a casa + animais desaparecidos está a aumentar)	Pessoais (5) Oficiais (1) Não oficiais (2)	Direta	Não se aplica	Ausência	Ausência	Imagens em diferido + Vídeos amadores (não identificam o repórter de imagem, ou seja, assumem que as imagens podem não ser deles) Neste caso são da ERT - Elliniki Radiofonia Tileórasí - Radiotelevisão Grega Também da MPT - Maryland Public Television - EUA	Daniela Santiago	Florbela Godinho
Peça 87	03/04/2025	Tempestade Núria	00:00:18	01:01:46	1ª parte	13	26	Promoção (destaque)	Nacional	Não se aplica (por ser promo)	Não citadas (por ser promo)	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Ausência	Ausência	Imagens em diferido (repórter não identificado)	Pivot	Florbela Godinho
Peça 88	03/04/2025	Tempestade Núria	00:00:13	01:01:46	1ª parte	20	26	Promoção (destaque)	Nacional	Não se aplica (por ser promo)	Não citadas (por ser promo)	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Ausência	Ausência	Imagens em diferido (repórter não identificado)	Pivot	Florbela Godinho
Peça 89	03/04/2025	(Cont. peças 87 e 88) Tempestade Núria	00:02:14	01:01:46	2ª parte	23	26	Reportagem	Nacional (Madeira)	Moradores Madeira (sem oráculo) (2) Presi Junta Freguesia Curral das Freiras Meteorologista IPMA	Moradores Madeira (sem oráculo) (2) Presi Junta Freguesia Curral das Freiras Meteorologista IPMA	Complementares (ia trabalhar, tive de voltar para trás + muita chuva + pessoas ficaram retidos, alunos + idosos, é preocupante + vai para o continente, mais chuva e vento)	Pessoais (4) Oficiais (2) Não oficiais (2)	Direta	Não se aplica	Ausência	Ausência	Imagens em diferido	Carla Diogo Angelino Câmara	Florbela Godinho

Peça 90	05/04/2025	Depressão Martinho consequências	00:00:14	01:01:22	1ª parte	16	25	Promoção (destaque)	Nacional (Sintra)	Não se aplica (por ser promo)	Não citadas (por ser promo)	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Ausência	Ausência	Imagens em diferido (repórter não identificado)	Pivot	Florbela Godinho
Peça 91	05/04/2025	(Cont. peça 90) Depressão Martinho consequências	00:02:37	01:01:22	2ª parte	19	25	Reportagem	Nacional (Sintra)	Engenheiro florestal / Coordenador de operações florestais da Sintra Parques Presi Conselho Administração Sintra Parques Turistas (sem oráculo) (2)	Engenheiro florestal / Coordenador de operações florestais da Sintra Parques Presi Conselho Administração Sintra Parques	Complementares (local muito visitado foi afetado, muitos danos + temo de retirar as arvores destruídas, depois a reflorestação com arvores autóctones)	Pessoais (4) Oficiais (2) Não oficiais (2)	Direta	Não se aplica	Ausência	Ausência	Imagens em diferido	Carla Diogo	Florbela Godinho
Peça 92	06/04/2025	Tempestade Núria	00:00:24	01:15:56	1ª parte	14	30	Off	Internacional (Canárias, Espanha)	Não se aplica (por ser off)	Não citadas	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Ausência	Ausência	Imagens em diferido (repórter não identificado)	Pivot	Fátima Silva
Peça 93	07/04/2025	Derrame combustivel no Tejo	00:02:07	01:00:42	2ª parte	23	33	Reportagem	Nacional (Oeiras)	Pessoa na praia Capitão Porto de Lisboa Vereadora Ambiente Cãm. Muni. Lisboa	Pessoa na praia (1) Capitão Porto de Lisboa Vereadora Ambiente Cãm. Muni. Lisboa + Autoridades locais	Complementares (estava gente no mar portanto fui na mesma + (explicação do que aconteceu e onde) + depois das analises à água é que se determina o alcance e a interdição das praias)	Pessoais (3) Oficiais (3) Não oficiais (1)	Direta	Não se aplica	Ausência	Ausência	Imagens em diferido	Filipe Canhoto Ribeiro Andrea Custódio	Rui Alves Veloso
Peça 94	07/04/2025	Descoberta bactéria que ajuda corais	00:03:06	01:00:42	2ª parte	26	33	Reportagem	Nacional (Lisboa)	Investigadora Instituto Sup. Técnico Responsável projetos de produção de corais do Oceanário de Lisboa	Investigadora Instituto Sup. Técnico Responsável projetos de produção de corais do Oceanário de Lisboa	Complementares + Alinhadas (são pequenas, passam despercebidas, queremos perceber se capturam ferro, reduz hidratos a detritos - descoberta mostra que os corais estão bem e com saúde, podem auxiliar os animais)	Pessoais (2) Oficiais (2)	Direta	Não se aplica	Ausência	Ausência	Imagens em diferido	Daniela Santiago	Rui Alves Veloso
Peça 95	08/04/2025	Aviso tempestade	00:00:12	01:01:43	1ª parte	5	33	Promoção (destaque)	Nacional	Não se aplica (por ser promo)	Não citadas (por ser promo)	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Ausência	Ausência	Imagens em diferido (repórter não identificado devido a tema - ainda não aconteceu)	Pivot	Fátima Silva
Peça 96	08/04/2025	(Cont. peça 95) Aviso tempestade	00:01:25	01:01:43	1ª parte	13	33	Notícia	Nacional	Meteorologista	Meteorologista	Não se aplica	Pessoais (1) Oficial (1)	Direta	Não se aplica	Ausência	Ausência	Imagens em diferido (possível arquivo não identificado devido a tema - ainda não aconteceu) + Gráfico - mostra a península ibérica com cores - cada vez mais quente	Tiago Imaginário	Fátima Silva
Peça 97	08/04/2025	Semana oceânica Noruega	00:03:56	01:01:43	2ª parte	32	33	Reportagem	Internacional (Noruega)	Ativista ambiental Peru Ativista ambiental Guiné-Bissau CEO Statsraad Lehmkuhl (veleiro) Coordenadora científica expedição - veleiro Enviado especial ONU oceano Ministro clima e ambiente Noruega	Ativista ambiental Peru Ativista ambiental Guiné-Bissau CEO Statsraad Lehmkuhl (veleiro) Coordenadora científica expedição - veleiro Enviado especial ONU oceano Ministro clima e ambiente Noruega	Complementares (muitas emissões, excesso de pesca, subida da água do mar, como implementar, há crises hídricas + há que haver soluções globais + (diz o percurso) + recolhemos amostras para ver microplásticos + Portugal assume liderança nas questões do oceano + Portugal e noruega estão habituados às tempestades)	Pessoais (6) Oficiais (4) Não oficiais (2)	Direta	Não se aplica	Ausência	Ausência	Imagens em diferido	Daniela Santiago	Fátima Silva
Peça 98	09/04/2025	Praias cheias em abril	00:02:20	00:34:58	1ª parte	18	21	Reportagem	Nacional (Carcavelos + Matosinhos)	População na praia (sem oráculo) (7) Coordenador do Sistema de Salvamento Balnear Capitania de Cascais	População na praia (sem oráculo) (7) Coordenador do Sistema de Salvamento Balnear Capitania de Cascais	Complementares + Alinhadas (tem estado calor + não fui para o mar + olhamos uns pelos outros + mar está agitado + tenho medo do mar + molho só o pé + o mar está a puxar muito + agueiros são perigosos)	Pessoais (9) Oficiais (2) Não oficiais (7)	Direta	Não se aplica	Ausência	Ausência	Imagens em diferido	Ana Serapicos Francisca Fortuna Rita Ribeiro Silva	Fátima Silva

Peça 99	10/04/2025	Investigação marinha	00:03:50	01:01:57	2ª parte	33	34	Reportagem	Internacional (Noruega)	Diretor Contro Investigação IMR Investigadora da Marinha da Noruega Aluna espanhola (sem oráculo) Diretor Instituto Investigação Marinha Noruega	Diretor Contro Investigação IMR Investigadora da Marinha da Noruega Aluna espanhola (sem oráculo) Diretor Instituto Investigação Marinha Noruega	Complementares	Pessoais (4) Oficiais (3) Não oficiais (1)	Direta	Não se aplica	Ausência	Ausência	Imagens em diferido	Daniela Santiago	Fátima Silva
Peça 100	12/04/2025	Mau tempo	00:02:41	01:03:56	1ª parte (abertura)	1	32	Reportagem	Nacional (Camarate, Loures, Lisboa + Odivelas, Lisboa)	Moradores Camarate (sem oráculo) (3) Comandante Bombeiros Voluntários Camarate Morador Odivelas (sem oráculo)	Moradores Camarate (sem oráculo) (3) Comandante Bombeiros Voluntários Camarate Morador Odivelas (sem oráculo) + Proteção civil	Complementares + Alinhadas	Pessoais (5) Oficiais (2) Não oficiais (4)	Direta	Não se aplica	Ausência	Ausência	Imagens em diferido + Vídeos amadores	Não identificado	Fátima Silva
Peça 101	12/04/2025	Cola Mau tempo	00:02:20	01:03:56	1ª parte	2	32	Direto	Nacional (Loures, Lisboa)	Moradores (2)	Moradores (2)	Complementares	Pessoais (2) Não oficiais (2)	Direta	Não se aplica	Ausência	Ausência	Imagens em direto	Soraia Ramos	Fátima Silva
Peça 102	12/04/2025	Cola Mau tempo	00:02:40	01:03:56	1ª parte	3	32	Direto	Nacional (Odivelas, Lisboa)	Morador (sem oráculo)	Morador (sem oráculo)	Não se aplica	Pessoal (1) Não oficial (1)	Direta	Não se aplica	Ausência	Ausência	Imagens em direto	Andreia Custódio	Fátima Silva
Peça 103	13/04/2025	Investigações oceánicas entre Noruega e Portugal	00:03:40	01:16:11	1ª parte	19	31	Reportagem	Internacional (Noruega)	Investigador NORCE Diretora Investigação Biologia Peixes NORCE Secretária de Estado Negócios Estrangeiros Noruega Ministro clima e ambiente Noruega	Investigador NORCE Diretora Investigação Biologia Peixes NORCE Secretária de Estado Negócios Estrangeiros Noruega Ministro clima e ambiente Noruega	Complementares (testamos os equipamentos antes de irem para Pt + desperdício de agricultura e insetos para alimentar peixe + podemos usar o oceano de forma mais sustentável + temos estratégia de adaptação climática para estarmos preparados para as alterações climáticas)	Pessoais (4) Oficiais (4)	Direta	Não se aplica	Ausência	Ausência	Imagens em diferido	Daniela Santiago	Fátima Silva
Peça 104	15/04/2025	Alerta climático Europa	00:00:13	01:02:20	1ª parte	20	28	Promoção (destaque)	Internacional (Europa)	Não se aplica (por ser promo)	Não citadas (por ser promo)	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Ausência	Ausência	Imagens em diferido (repórter não identificado)	Pivot	Florbela Godinho
Peça 105	15/04/2025	(Cont. peça 105) Relatório do Clima 2024	00:03:15	01:02:20	2ª parte (abertura)	22	28	Notícia	Internacional (Europa)	Diretor Instituto Goddard (NASA) Presi Associação Zero Presi Conselho Nacional Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	Diretor Instituto Goddard (NASA) Presi Associação Zero Presi Conselho Nacional Ambiente e Desenvolvimento Sustentável + Organização Meteorológica Mundial Organização Greenpeace	Complementares + Alinhadas (alterações veem-se o calor extremo, chuva extrema, subida do mar + temos de sair à rua, incêndios florestais e subida do mar são importantes + mudanças inquietantes e imprevisíveis + circulação geral da atmosfera permitiu uma depressão + são dados alarmantes)	Pessoais (3) Oficiais (5)	Direta	Não se aplica	Ausência	«Copernicus da União Europeia» Presença	Imagens em diferido (não identificam o repórter de imagem, ou seja, assumem que as imagens podem não ser deles ou podem ser arquivo)	Daniela Santiago	Florbela Godinho
Peça 106	15/04/2025	Neve na primavera	00:01:50	01:02:20	2ª parte	23	28	Reportagem	Nacional (Arcos de Valdevez, Serra Lousã, Serra Estrela - Norte)	Crianças na neve (sem oráculo) (2)	Crianças na neve (sem oráculo) (2) + IPMA	Complementares (aviso amarelo para 5 distritos + muito divertido + gosto de neve, já tinha visto)	Pessoais (2) Oficial (1) Não oficial (2)	Direta	Não se aplica	Ausência	Ausência	Imagens em diferido + Imagens e vídeos amadores	Francisca Fortuna Paulo Braz	Florbela Godinho
Peça 107	18/04/2025	Navios cruzeiro elétricos	00:03:53	01:02:34	1ª parte	18	27	Reportagem	Internacional (Noruega)	Gestora de negócios PLUG Diretor porto Bergen / EPI Diretora Turismo marítimo Porto Lisboa Presi administração Porto de Lisboa	Gestora de negócios PLUG Diretor porto Bergen / EPI Diretora Turismo marítimo Porto Lisboa Presi administração Porto de Lisboa	Complementares (motores podem desligar, não há poluição, havia poluição que reduziu 80 mil toneladas de CO2 + há diferentes taxas, piores escalas ambientais têm mais Texas + chega a Pt a 1 de maio, é só para cruzeiros mas em Pt há projeto piloto para navios de carga, permite perceber as emissões dos navios + não havia potência nesta zona, estamos a resolver)	Pessoais (4) Oficiais (4)	Direta	Não se aplica	Ausência	Ausência	Imagens em diferido	Daniela Santiago	Florbela Godinho

Peça 108	18/04/2025	Neve na Páscoa	00:03:07	01:02:34	2ª parte	24	27	Reportagem	Nacional (Serra da Estrela)	Direção pousada da juventude serra da estrela Turistas (sem oráculo) (3) Guia animação turística e turismo de natureza 'Charme Lusitano' Agroturismo Chefe de cozinha 'Charme Lusitano'	Direção pousada da juventude serra da estrela Turistas (sem oráculo) (3) Guia animação turística e turismo de natureza 'Charme Lusitano' Agroturismo Chefe de cozinha 'Charme Lusitano'	Complementares + Disparés (caiu neve, as pessoas procuram mais a serra à procura de neve + nevão foi uma casualidade + infelizmente está neve, não gosto + a paisagem é bonita + temos caminhadas e turismo cultural com aldeias históricas + há procura pela natureza e animais + as pessoas podem confeccionar a própria comida com produtos nossos)	Pessoais (7) Oficial (4) Não oficial (3)	Direta	Não se aplica	Ausência	Ausência	Imagens em diferido	Jorge Esteves	Florbela Godinho
Peça 109	19/04/2025	Erosão costeira	00:00:13	01:03:15	1ª parte	19	27	Promoção (destaque)	Nacional	Não se aplica (por ser promo)	Não citadas (por ser promo)	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Ausência	Ausência	Imagens em diferido (repórter não identificado)	Pivot	Florbela Godinho
Peça 110	19/04/2025	(Cont. peça 110) Erosão costeira	00:02:57	01:03:15	2ª parte (abertura)	21	27	Reportagem	Nacional	Docente e Investigador da Uni do Algarve Turista (sem oráculo)	Docente e Investigador da Uni do Algarve Turista (sem oráculo) + Agência Portuguesa do Ambiente	Complementares (as arribas podem cair e pode haver deslizamentos, quando as praias recuam as arribas ficam mais expostas + gosto de ver as arribas, só têm esta cor em Portugal + fazer injeções de emergência)	Pessoais (2) Oficiais (2) Não oficiais (1)	Direta	Não se aplica	Ausência	Ausência	Imagens em diferido	Helena Figueiras	Florbela Godinho
Peça 111	19/04/2025	Aviso laranja	00:00:41	01:03:15	2ª parte	22	27	Off	Nacional	Não se aplica	Bombeiros Montalegre	Não se aplica	Oficiais (1)	Direta	Não se aplica	Ausência	Ausência	Vídeos amadores	Pivot	Florbela Godinho
Peça 112	27/04/2025	Praias cheias	00:00:17	01:16:58	1ª parte	13	29	Promoção (destaque)	Nacional	Não se aplica (por ser promo)	Não citadas (por ser promo)	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Ausência	Ausência	Imagens em diferido (repórter não identificado)	Pivot	Rui Alves Veloso
Peça 113	27/04/2025	(Cont. peça 112) Praias cheias	00:02:21	01:16:58	1ª parte	19	29	Reportagem	Nacional (Cascais + Oeiras + Faro)	População na praia (sem oráculo) (11) Porta-voz Autoridade Marítima Nacional	População na praia (sem oráculo) (11) Porta-voz Autoridade Marítima Nacional	Alinhadas + Complementares (dia bom + está muita gente + a água está fria + está muito calor + dia de verão + estávamos a precisar + dia agradável + mar é de inverno, há aguieiros e zonas de perigo, não devem ir ao mar, socorremos 18 pessoas)	Pessoais (12) Oficiais (1) Não oficiais (11)	Direta	Não se aplica	Ausência	Ausência	Imagens em diferido	Soraia Ramos Helena Figueiras	Rui Alves Veloso
Peça 114	02/05/2025	Tornado em Beja	00:00:12	01:02:38	1ª parte	22	29	Promo (destaque)	Nacional (Beja)	Não se aplica (por ser promo)	Não citadas (por ser promo)	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Ausência	Ausência	Vídeos amadores + Imagens em diferido (repórter não identificado)	Pivot	Florbela Godinho
Peça 115	02/05/2025	(Cont. peça 114) Tornado em Beja	00:02:20	01:02:38	2ª parte (abertura)	24	29	Reportagem	Nacional (Porto Peles, Beja + Campo Maior)	Moradores de Porto Peles (3) Junta de Freg Nossa Sp das Neves Presi Cãm Municipal de Beja	Moradores de Porto Peles (3) Junta de Freg Nossa Sp das Neves Presi Cãm Municipal de Beja	Alinhadas + Complementares (ouvi muito barulho, tive de segurar a porta + minha casa foi atingida - telhados, muro e arvores + grande barulho + estava um caos, estamos a tentar limpar tudo + não houve feridos nem desalojados, apenas danos materiais)	Pessoais (5) Oficiais (2) Não oficiais (3)	Direta	Não se aplica	Ausência	Ausência	Vídeos amadores + Imagens em diferido	Carla Diogo Teresa Marques	Florbela Godinho
Peça 116	03/05/2025	Fenómenos extremos Portugal	00:00:12	01:03:40	1ª parte	26	31	Promo (destaque)	Nacional	Não se aplica (por ser promo)	Não citadas (por ser promo)	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Ausência	Ausência	Vídeos amadores + Imagens em diferido (repórter não identificado)	Pivot	Florbela Godinho
Peça 117	03/05/2025	(Cont. peça 116) Fenómenos extremos Portugal	00:02:32	01:03:40	2ª parte (abertura)	28	31	Reportagem	Nacional (Sardoal + Sesimbra)	Proprietário de posto de combustível Sardoal Comandante dos Bombeiros Sardoal IPMA	Proprietário de posto de combustível Sardoal Comandante dos Bombeiros Sardoal IPMA	Complementares (foi muito rápido, vento tinha muita intensidade + linhas telefónicas e arvores afetadas e duas habitações + também não tenho água + a severidade deverá diminuir, são situações pontuais)	Pessoais (3) Oficiais (2) Não oficiais (1)	Direta	Não se aplica	Ausência	Ausência	Imagens cedidas por fontes + Imagens em diferido + Vídeos amadores	Luis Filipe Fonseca João Santos Costa Soraia Ramos Helena Sousa e Silva	Florbela Godinho

	OBSERVAÇÕES:
Peça 1	Ilha sob alerta de terramoto e tsunami Mais de 36 sismos numa só noite e deslizamentos de terras A população já começou a sair da ilha Escolas foram fechadas pelas autoridades gregas Mostraram imagens captadas pelas autoridades gregas «uma onda sísmica implacável em torno da ilha continua a abalar a região» «as autoridades gregas e os serviços de emergência estão em alerta máximo» mas sem relatos de feridos e apenas danos mínimos; parece haver algum sensacionalismo
Peça 2	Metade das bacias hidrográficas tem volume superior a 80% devido à chuva das últimas semanas
Peça 3	Peça caiu no dia 4 fev. O pivot fez uma descodificação inicial com a apresentação de um gráfico «a cor azul escura reflete os elevados níveis de armazenamento, com mais de metade das bacias hidrográficas a apresentarem um volume de armazenamento já superior a 80%» Fazem referência a barragens de todo o país O algarve, especialmente o barlavento, regista valores baixos, os mais baixos
Peça 4	ANA-Aeroportos poderá pagar coima por não cumprir as medidas de ação de ruído A APA notificou a inspeção geral Inspeção geral do ambiente é quem determina as sanções «as partículas ultrafinas ... podem estar na origem de milhares de casos de hipertensão, diabetes e demência» - não referem a fonte desta informação - especulação e falta de rigor
Peça 5	Três proprietários de terrenos interuseram uma providência cautelar Os trabalhos tinham sido autorizados pelo Ministério do Ambiente Empresa britânica Savannah obrigada a parar as máquinas pelo tribunal de Mirandela Empresa confirmou, à RTP, a paragem dos trabalhos «a 6 de dez. o ministério do ambiente constituiu uma servidão administrativa que permitia à empresa Savannah acesso aos terrenos privados...» - contextualização do antecedente
Peça 6	Descargas diretas de esgoto no rio Almansor Denúncias por parte da população RTP testemnhou
Peça 7	Águas Públicas do Alentejo condenada pelo tribunal da relação Crime ambiental - centenas de descargas de águas residuais não tratadas para rios e ribeiras Coima no valor de 80.000 euros, mas já tinha sido condenada outras vezes (ex: março 2024) RTP confirmou que as descargas ainda se mantêm «em março do ano passado, a empresa foi condenada no pagamento de uma coima...» - contextualização do antecedente
Peça 8	Relacionado com Peça 1 12.000 pessoas já abandonaram a ilha Governo declarou estado de emergência Escolas encerradas pela proteção civil Turistas não se arrependeram de ter ficado Não há registo de vítimas ou danos
Peça 9	Peça caiu no dia 13 fev. Estudam a influência que a circulação oceânica tem nas alterações climáticas na Europa e não só Neste caso, o sistema de circulação do Atlântico está a abrandar Os principais investigadores estão em Lisboa AMOC - circulação oceânica NOC - national oceanography centre «Portugal quer estar na linha da frente na proteção do oceano com 30% das áreas marinhas protegidas travando a mineração em mar profundo até 2050» - sem explicação da mensagem, não é descodificada linguagem que alguns possam não compreender
Peça 10	Sismo de magnitude 4.7 atinge Lisboa Epícentro a sudoeste do Seixal Esta peça é mais sobre a reação da população «epícentro localizou-se a 24 km a sul da capital, mais concretamente a sudoeste do seixal» «foi de facto um sismo de magnitude 4.7» - não citam a fonte desta informação - falta de rigor no entanto, esta peça é mais relativa às reações, a peça seguinte explicita todas as fontes
Peça 11	Fonte da Telha foi onde mais se sentiu o sismo Não foram registados danos nem feridos «em 6 meses este é o segundo sismo sentido em Lisboa, o primeiro ocorreu em agosto, foi mais forte, teve 5.3 de intensidade» - contextualização do antecedente

Peça 12	Muito relacionado com política Reserva de minerais é uma das mais valiosas da Europa (classificada em mais de 14 bilhões) Ucrânia também tem terras raras - grupo de 17 elementos importantes Essenciais para indústrias como aeronáutica e defesa Trump está interessado «as terras raras são determinantes para diversas tecnologias, essenciais para telemóveis, turbinas eólicas, baterias para carros elétricos e ressonâncias magnéticas» «China, Vietname e Brasil são os países com mais terras raras no mundo» explicam para que servem os minerais, quem os tem, e porque Trump os quer - descodificação/contextualização
Peça 13	Muito relacionado com política EUA querem negociar os minerais da Ucrânia com a Rússia Ucrânia tem grandes depósitos de minerais estratégicos Contextualização inicial do pivot com recurso a gráfico colorido do mapa da Ucrânia (explica os depósitos da Ucrânia e quais os minerais estratégicos que tem: «Ucrânia tem enormes depósitos de minerais estratégicos como titânio, que está a azul, mas também lítio, grafite, cobalto e terras raras, aqui a vermelho» «servem para, entre muitas outras coisas, baterias de carros elétricos, motores de aviões a jato, componentes da indústria militar e semi condutores, fundamentais para a economia tecnológica» - explicação/descodificação e contextualização «terras raras são um grupo de 17 elementos químicos com propriedades magnéticas e eletroquímicas consideradas essenciais para o desenvolvimento tecnológico» - explicação/descodificação
Peça 14	Muita chuva provocou inundações em várias casas
Peça 15	Casas ficaram inundadas depois de fortes chuvas com queda de granizo Sem registo de danos pessoais, apenas materiais
Peça 16	Chuva provoca cheias em Espanha - sul do país e Gran Canaria Automóveis arrastados pela água - correntes muito fortes Não há registo de danos pessoais nem vítimas, apenas materiais No sul de Espanha, Málaga, também houve terrenos inundados e estradas cortadas Um dos intervenientes não apresenta qualquer identificação, verbal ou escrita - falta de rigor
Peça 17	Agravamento do estado do tempo nos próximos dias - chuva, vento intenso e neve
Peça 18	Foram abatidos 540 animais numa montaria na Azambuja em 2020 - 16 caçadores Agora, os trabalhadores tinham ordem para não soltar e ajudar veados que ficam presos São assim deixados Muitos hectares transformaram-se num parque solar - é lá que ficam presos Empresa espanhola Acisa (responsável pela obra) acusada de coação por parte dos funcionários Veterinária municipal não verificou maus tratos Empresa diz que equipa cumpriu protocolo - proprietários refutam os maus tratos ICNF diz estar a avaliar - sem declarações «tal como em 2020, novas fotografias denunciam o que alegadamente se passa lá dentro» «4 anos depois da matança... o inquérito do ministério público ainda não está concluído» contextualização do antecedente
Peça 19	Agravamento do estado do tempo nos próximos dias Aviso amarelo para Portugal continental - chuva, vento e neve Abordou várias regiões e distritos do país IPMA alerta para queda de neve Proteção civil pede cuidado nas estradas «superfície frontal fria vai trazer chuva, vento e até neve em algumas regiões» - embora seja utilizado vocabulário específico, a explicação que se segue mostra que o termo é explicado
Peça 20	600 ocorrências - depressão Jana provocou queda de árvores e inundações 12 distritos do Continente e Madeira com aviso laranja - agitação marítima e queda de neve 240 ocorrências só hoje
Peça 21	Mais de 700 ocorrências Deverá agora tornar-se menos grave Quedas de árvores, estruturas e limpezas de rua - é o que tem acontecido Mais de 2800 operacionais 17 distritos com aviso amarelo

Peça 22	Governo quer investir na melhoria de gestão da água - estratégia a longo prazo 300 medidas (muitas ainda em estudo) - construção de barragens, unidades de dessalinização Investimento de 5 mil milhões - promover uso racional, reduzir desperdício
Peça 23	Cargueiro português colide com petroleiro americano Petroleiro estava carregado de combustível militar
Peça 24	Acidente ocorreu ao largo da costa de Inglaterra Cargueiro transportava químicos tóxicos e cargueiro está a derramar combustível de jatos para o oceano Apenas uma pessoa hospitalizada «cianeto de sódio, um composto químico utilizado para dar resistência aos metais e na extração de ouro e prata» - explicação de um composto que nem todos sabem o que é
Peça 25	Sismo com réplicas nos Açores «sismo e réplicas provocaram o pânico nos açores» - aparenta algum sensacionalismo
Peça 26	magnitude de 5.2 - dezenas de réplicas algum pânico - por volta das 7h da manhã epicentro a 25km a sul do Faial - sentido em São Miguel, Santa Maria e Terceira «já se registaram dezenas de réplicas tendo havido algum pânico junto da população» - assim, contextualizado já não aparenta ser sensacionalista
Peça 27	Mais uma tempestade a caminho
Peça 28	Mais chuva e vento forte para os próximos dias Avisos amarelos por parte do IPMA - litoral centro do continente mais afetado
Peça 29	Avaria nas comportas da barragem de Évora Risco de inundações
Peça 30	Problema mecânico - pode provocar inundações Chuva encheu albufeira Funcionamento hidráulico limitado Há preocupação, principalmente com o aumento do caudal do rio - estradas foram cortadas
Peça 31	Barragem do Alqueva perto do nível máximo
Peça 32	Alqueva a 40 cm do máximo - não se prevê abertura das comportas
Peça 33	Menos cortes no abastecimento de água no Algarve
Peça 34	Alívio nos cortes de água - passam para 5% - chuva tem ajudado O corte foi imposto em maio do ano passado É ainda necessário poupar - aquíferos não recuperaram em parte nenhuma do país Mais chuva pode aumentar aquíferos e provocar descargas em barragens «os cortes eram de 10% no setor urbano, e 13% no turismo e agricultura e passam agora para 5% em todos os setores» - explicação dos cortes de água «alívio nos cortes [que foram] impostos em maio do ano passado» - contextualização do antecedente
Peça 35	Cheias na Toscana - pessoas tiveram de sair de casa - alerta vermelho nos próximos dias Em 6h choveu o mesmo que se costuma registar no mês inteiro Subida do rio é preocupação - em Florença pessoas tiveram de deixar a casa Escolas encerradas - proteção civil mantém alerta vermelha
Peça 36	Excesso de furos no solo - reservas não são repostas Níveis muito abaixo do habitual nesta altura do ano
Peça 37	Peça caiu no dia 14 mar. Muitos furos de água - chuva não consegue repor a água subterrânea Santarém e Setúbal em nível vermelho Monitorização e fiscalização dos lençóis freáticos não são suficientes
Peça 38	Avisos laranja para vento e agitação marítima IPMA registou rajada máxima no Faial - portos encerrados e voos cancelados Serviço regional de bombeiros e proteção civil dos Açores - registaram cerca de 400 ocorrências quedas de árvores, deslizamento de terras, inundações de vias e casas

Peça 39	Barragens do Algarve começaram a libertar água para o Guadiana As chuvas ajudaram todas as barragens do país 40 m3 de água por segundo - depois do mais seco inverno algarvio Algarve não tinha tanta água há 20 anos «um ano depois do mais seco inverno algarvio desde que há registo, a tempestade trouxe a bonança» «há 20 anos que o algarve não tinha tanta água, também a barlavento» - contextualização do antecedente
Peça 40	Tempestade atinge Portugal nos próximos 2 dias Leiria e Setúbal - zonas mais afetadas - chuva persistente, ventos fortes e agitação marítima intensa Proteção Civil já envia SMS à população Evitar circular - perigos de quedas de árvores e inundações
Peça 41	Contextualização inicial do pivot - com dois mapas que mostram os movimentos previstos da depressão 6 distritos em aviso laranja - vento e chuva fortes aumentam na madrugada, prolongam-se amanhã Reduzir circulação - zonas mais afetadas algarve, Alentejo e Lisboa Proteção Civil registou perto de 350 ocorrências - quedas de estruturas e árvores Emissão de avisos amarelo e laranja - evitar sair Duas pontes sobre o Tejo com restrições de velocidade «vamos olhar para o mapa... a cor vermelha e púrpura são de maior intensidade, significam maior precipitação... aqui é a evolução do que vai acontecer nas próximas horas» - explicação e contextualização do que está a acontecer «aviso laranja, o segundo mais grave numa escala de 4» - contextualização
Peça 42	Chuva começou mais cedo - muito vento também - agora acalmou mas vai piorar Zona de Algés - onde acontece com frequência Câmara Municipal Oeiras - tem Proteção civil, polícia, bombeiros, retroscavadoras e gruas estão a postos caso seja necessário «estamos a falar de Algés, uma zona que já está escaldada em relação a cheias, os comerciantes já investiram muito dinheiro em sistemas para evitar que a água entre nos comércios» «o passado já ensinou que esta zona de Algés costuma inundar» - contexto
Peça 43	Agitação marítima - difícil aguentar de pé - vento muito forte Veleiro encalhou - proprietários foram avisados pela autoridade marítima nacional para recolha Pescadores não saíram para o mar Estruturas destruídas - Toldos rasgados - esplanadas estão amarradas
Peça 44	Pouco vento - sem chuva - mas proteção civil está preocupada - período mais preocupante começa daqui a pouco Comando distrital de proteção civil - tem 600 operacionais prontos a responder
Peça 45	Início do pivot - dados numéricos: nº de ocorrências, força do vento, nº de desalojados e feridos, nº de quedas de arvore registadas Continua a esperar-se vento, chuva e agitação marítima Rajadas com mais de 120km/h - estádio do restelo sem bancada, centro comercial Saldanha partido Árvores que partem muros e carros Mais de 900 ocorrências nos últimos dois dias - 6 feridos, 4 operacionais - Lisboa toda destruída
Peça 46	Quedas de árvores e estruturas metálicas e aeronaves no aeródromo de tíres Vento a 120km/h - colisão de comboio e arvore caída - árvores tombadas Danos em viaturas e na estação do Estoril - linha de cascais interrompida Embarcações que afundaram Lisboa com aviso amarelo nos próximos dias
Peça 47	13 pessoas desalojadas - telhados arrancados pelo vento - receio que o interior se danifique Carros destruídos - janelas partidas - sistemas de aquecimento de água avariado Foi incidente mais grave na zona oeste - cabo de eletricidade no chão
Peça 48	Equipamentos desportivos destruídos - estádio do rio ave e do Nogueirense Equipa estava a treinar - bancada ruí - sem danos pessoais Sem desalojados mas coberturas voaram - escolas afetadas por todo o país Campus destruídas Postes de energia afetados - muitos sem luz
Peça 49	Cidade ainda está a ser limpa - mais de 400 árvores caídas - uma está a ser cortada agora Bombeiros Sapadores Lisboa, Proteção Civil e Técnicos da Higiene Urbana - todos no terreno Comandante dos Bombeiros diz que situação está difícil
Peça 50	Barracas usadas como casas - senhora não quis aparecer - vento complicado, casa voou Muitas habitações destruídas - centenas de pessoas afetadas Autarquia de Loures diz não ter informações e reportes desta situação - ativação do plano municipal de emergência com escolas fechadas
Peça 51	Pessoas desalojadas no parque de campismo Pinhal Novo - entre 50 e 60 pessoas Proteção civil ajudou Rajada mais forte a 107km/h e marginal cortada - isto em Oeiras Postes e viaturas destruídas - embarcações afundaram Algarve - telheiros arrancados e árvores caídas

Peça 52	Incêndios constantes - 18 em 5 dias - suspeita de origem criminoosa - foi aberto inquérito Fogo perto das habitações - chamas intensas Corte de estradas 100 operacionais envolvidos - 50 hectares queimados
Peça 53	Intensificação de mau tempo no norte do país - chuva e vento forte - aviso laranja Estradas já encerradas no porto Hoje - 865 ocorrências registadas pela proteção civil em todo o país Limpezas já começaram - viaturas danificadas Loures muito afetado Escolas e pavilhões encerrados por estarem danificados Rajada mais forte a 169 km/h - coberturas de habitações voaram Muitos operacionais no terreno Muitas pessoas sem energia em casa
Peça 54	Estradas cortadas - forte agitação marítima Presi Cãm Porto garante que circulação será restabelecida - vento intenso Serviços municipais no terreno - pedem cuidado IPMA prevê agravamento das condições do tempo Porto sob aviso laranja - tal como outros 11 distritos
Peça 55	Estufas e frutas estragadas pelo temporal - Governo diz que vai ajudar mas com condições Trabalhadores tentam recuperar fruta destruída - milhares de euros de prejuizo Torres vedras (morangos) e Cantanhede (abacates e kiwis)
Peça 56	Peça caiu no dia 18 mar. Muita chuva em Espanha - aulas suspensas e recomendação de teletrabalho Rio Manzanares em Madrid com risco de inundação Algumas estradas foram cortadas - bombeiros e proteção civil monitorizam o rio As descargas das barragens cheias fazem transbordar os rios «desde que aconteceu a tragédia de valência com as inundações que provocaram mais de 200 mortos, todos os cuidados são poucos e foram efetivamente redobrados» - contextualização do antecedente
Peça 57	Glaciares estão a derreter muito rápido - 3 piscinas olímpicas por segundo, sem precedentes Estão em risco ecossistemas e abastecimento de água de milhões de pessoas Alerta da ONU Glaciares são 70% dos recursos de água doce usada para produção de alimentos Os glaciares podem desaparecer até ao fim só século África oriental perdeu 80% destas áreas geladas Alpes e Pirinéus são os mais afetados na Europa - em 40% nos últimos 25 anos «dois terços de toda a agricultura irrigada, ecossistemas, o abastecimento de água de dois mil milhões de pessoas no mundo vão ser afetados pelo recuo destas massas de gelo» - explicação das implicações que terá na população mundial No entanto «agricultura irrigada» - expressão que pode não ser percebida por todos - falta de descodificação
Peça 58	Tempestade deixou famílias desalojadas Saimora Correia - o vento arrancou telhado e destruiu o interior Costa da Caparica - parque de campismo - muitas estruturas destruídas Os prejuizos ainda não estão definidos
Peça 59	Estragos em Leça do Balio, Matosinhos - inundações, viaturas submersas e estruturas que cederam Prejuizos ainda não estão calculados - várias empresas afetadas - colapso de ribeira Pisos cederam - possibilidade de desmoronamento - 8 corporações de bombeiros no local - corte de eletricidade e gás
Peça 60	Fazem-se limpezas - Começam a calcular-se os prejuizos Esta situação já era previsível - as pessoas queixam-se da falta de atuação das autoridades - agora estão no terreno Os trabalhos deverão levar dias ou semanas
Peça 61	Proteção civil mantém alerta amarelo - 700 ocorrências Família desalojada em salvaterra de magos - telhado levado pelo vento Cascais - muitas casas e negócios destruídos Sintra - estradas encerradas e monumentos inacessíveis Tapada das necessidades - carros destruídos por muros e árvores
Peça 62	Vila Nova da Barquinha - caudal da barragem tem de estar sob vigilância constante Proteção civil, APA e serviços municipais - monitorizam Caudal tem influencia no Tejo Proteção civil recomenda especial atenção com medidas preventivas Descargas em barragens podem provocar inundações
Peça 63	Proteção civil aconselha a retirada de animais perto dos rios - barragens em Portugal e Espanha estão a fazer descargas - aumenta caudais dos rios - risco de inundações Alerta para distrito de Santarém

Peça 64	A zona empresarial foi limpa - muitos estragos devido à inundação Prejuizos ainda não estão contados - empresários dizem que autoridades demoraram na resposta Proteção Civil desmente
Peça 65	Descargas das barragens inundam zonas ribeirinhas - subida do tejo isolou Reguengos do Alviela, santarém As cheias são boas para estas zonas Estradas cortadas - não se espera que aumente Almoural e Constância também inundaram
Peça 66	Lobo Ibérico deixa de ser espécie protegida em Espanha - pode influenciar as alcateias portuguesas que passam a fronteira Passou a ser espécie protegida em 2021 - ataques a gado dispararam - mais de 13 mil denúncias Em 10 anos nº de alcateias aumentaram Portugal votou a favor para deixar de ser espécie protegida mas mantém preservação «em 2014 contabilizaram-se 297 alcateias e em 2024, 365. Estes podem ser números inflacionados porque as alcateias se movem de um sítio para outro» - contextualização da evolução, assumem a possibilidade de erro - explicação
Peça 67	Petição contra abate de jacarandás em Lisboa - deverá dar lugar a estacionamento - algumas árvores vão ser transplantadas Milhares de assinaturas em 5 dias - Projeto que ocupa terreno da antiga feira popular Autarquia garante que vão haver mais espaços verdes Gestão ecológica é contestada «em causa está o projeto que irá ocupar o terreno da antiga feira popular no âmbito da operação integrada de entrecarpas» - sem explicação concreta e explícita do projeto
Peça 68	Maior de que há registo no país - 24 mortos - pessoas tiveram de abandonar casas Centenas de edifícios destruídos - pessoas vivem em pavilhões desportivos
Peça 69	Mais de 150 mortos e milhares de feridos - 7.7 magnitude - estado de catástrofe declarado Epicentro no Myanmar Prédios desabaram - pessoas presas - 90 segundos de pânico Autoridades locais registaram 12 replicas Capital tailandesa - declarada zona de catástrofe - hospitais foram evacuados Myanmar - declarada estado de emergência - pediram ajuda internacional ONU mobilizou ajuda «São mais de 150 mortos e milhares de feridos, a terra tremeu em Myanmar» - um início algo sensacionalista
Peça 70	Explicação inicial do pivot - sentido em China, Laos, Tailândia e Vietname «Este foi sentido na china, Laos, Tailândia e Vietname. O grau de intensidade subiu à medida que nos aproximamos do epicentro. Do amarelo claro, a cerca de 600 km, até ao laranja em Mandalay a segunda maior cidade do país com 1 milhão e meio de habitantes. Aqui os efeitos foram devastadores. Mandalay situa-se a 270km da capital de Myanmar» Apresentação de um gráfico com o epicentro do sismo (Myanmar) e as diferentes intensidades nas zonas periféricas. Aborda as cidades mais devastadas e afetadas Portugês na Tailândia filmou tudo
Peça 71	Myanmar em zona de grande atividade tectónica - sismo foi devido a uma falha sísmica Myanmar está assente em grande falha geológica - Evacuações na Tailândia e na China Grande historial de sismos - só em 1946 houve tanta violência quanto agora A má qualidade das construções pode ter aumentado o prejuizo Especialistas falam em devastação catastrófica «é preciso recuar até 1946 para encontrar registos de um sismo tão violento como este» - contextualização «é um dos países mais pobres da Ásia, o que se reflete na qualidade das construções» - sem qualquer citação de fonte - aparenta possível especulação
Peça 72	Mais de 1600 mortos - serviço geológico dos EUA estimam que sejam mais de 10.000 Vários países enviaram busca e salvamento - como china, Índia e Rússia Muitas dificuldades - resgates complexos com muitos destroços
Peça 73	Grávida dá à luz durante o sismo - no partamar do hospital - tem 36 anos
Peça 74	Uma centena de pessoas desaparecidas - pessoas têm sido resgatadas Tanto em Myanmar como na Tailândia
Peça 75	O calor levou pessoas à praia - temperaturas acima dos 20°C O sol regressou com muito calor - mas vão voltar a baixar IPMA prevê vários dias de chuva

Peça 76	Lua tapou parte do sol - eclipse visto em todo o país Telescópios no centro da cidade de Faro Em 2026 a lua vai tapar mais o sol Colocam um interveniente a explicar o que é um eclipse - explicação «Em 2026 vai ser melhor porque a lua vai tapar mais o sol» - contextualização
Peça 77	Réplica de 5,1 - vítimas mortais são 1700 e 4000 feridos e 300 desaparecidos - dados provisórios Impediu trabalhos de busca - mas há resgates bem sucedidos Há equipas locais e internacionais com comida e medicamentos - muita destruição Serviço geológico dos EUA - sismo anterior foi o mais forte em Myanmar nos últimos 100 anos «segundo o serviço geológico dos EUA o sismo de 7.7 foi o mais forte a atingir Myanmar nos últimos 100 anos» - contextualização
Peça 78	Contextualização inicial do pivot - com imagens de Myanmar do antes e depois do grande sismo Ficaram destruídos 3000 edifícios, 30 estradas e 7 pontes Sismo libertou energia equivalente a 334 bombas atómicas Tailândia - 18 mortos - resgatados mais corpos - as 72h esgotam-se
Peça 79	Muitos ficaram desalojados - fendas e inundações - sem segurança Departamento de obras públicas de Bangkok criou linha de emergência - registo de estruturas frágeis Especialistas dizem que edifícios sem código antisísmico estão vulneráveis
Peça 80	Moradores mobilizaram-se - querem um compromisso com sustentabilidade Árvores serão abatidas para construir parque subterrâneo Há uma petição a decorrer União Europeia quer redução dos gases de efeito de estufa - contraditório com a câmara Providência cautelar do PAN parou os trabalhos «a união europeia quer uma redução de 90% das emissões de gases com efeito de estufa relacionadas com os transportes nos próximos 25 anos. Enquanto as cidades se tornam mais verdes, este projeto quer trazer 1000 carros para o centro da cidade» - contextualização - demonstra a postura da câmara municipal
Peça 81	Esgotou-se a janela temporal onde é mais provável encontrar sobrevivente - alguns resgates são considerados milagres Uma mulher resistiu mais de 60 horas sozinha Equipas de salvamento trabalham - réplicas atrapalham
Peça 82	Atualização oficial - mais de 2000 mortos e quase 4000 feridos em Myanmar Governates decretam luto nacional - BBC diz que sismo não parou ataques e bombardeamentos China também sentiu o sismo com intensidade - sem mortos ou feridos - país ajudou Myanmar tal como outros países Myanmar vive um conflito civil
Peça 83	Assinatura do contrato do alto mar - vai acontecer na conferência das nações unidas em França Prioridades -Proteção dos oceanos, combate da pesca ilegal, descarbonização do transporte marítimo São 60 países envolvidos - Portugal já apresentou propostas - moratória até 2050 Conferência dos oceanos acontece em junho, em Nice, França «os oceanos estão a aquecer 4 vezes mais rápido do que há 40 anos» - contextualização «Portugal lidera o processo e já apresentou uma moratória até 2050 sobre a mineração em mar profundo» - linguagem que muitos poderão não entender - linguagem específica e não explicação
Peça 84	Mortos confirmados ultrapassou os 2700 - recio-se aumento de doenças Um minuto de silêncio pelos mortos - ainda encontram alguns com vida, mas a probabilidade é pouca Hospitais e crematórios lotados - falta água, comida, abrigo e paz - ONU pede continuação de ajudas As buscas continuam também na Tailândia - mortos são 200 e muitos desaparecidos «pior sismo no sudeste asiático, em 100 anos» - contextualização
Peça 85	Grandes tempestades inesperadas provocam inundações em toda a Europa

Peça 86	Grécia - ilhas de Paros e Mykonos inundadas e Austrália - maiores cheias dos últimos 50 anos Ilha de Paros - tudo inundado, casas, carros - chuvas intensas e repentinas - escolas fechadas em várias ilhas Fenómenos extremos cada vez mais frequentes - Croácia, Bósnia, Macedónia - têm localidades inundadas Austrália - piores enchentes depois da passagem de ciclone tropical - 50000km2 inundados Animais estão desaparecidos - moradores retirados de casa
Peça 87	Chuva e mau tempo regressa com a depressão Núria - todos os distritos sob aviso amarelo
Peça 88	Depressão Núria a caminho do continente depois da Madeira - Aviso amarelo para todos os distritos 2º promo sem que houvesse peça - possível erro no alinhamento
Peça 89	Depressão atingiu primeiro a Madeira - chega ao continente esta noite Câmara de Lobos em limpeza - derrocada - 300 moradores isolados Prevista acalmia para um dia mas depois a chuva regressa
Peça 90	Queda de mais de 90 mil árvores na serra de Sintra - consequência da depressão Martinho
Peça 91	Prioridade é limpeza - depois é reforestação - serra de Sintra tem acessos vedados Milhares de árvores no chão, tombadas e arrancadas - equiva a 280 hectares Perímetro da serra fechado - há quem arrisque por não respeitar ou não saber Monumentos sem danos
Peça 92	Tempestade chegou a Espanha - chuva e ventos intensos - alerta vermelho Escolas fechadas em Tenerife, la palma e graciosa - voos cancelados
Peça 93	17h na praia da torre em Oeiras - estava interdita - aviso nas redes sociais não teve efeito Autoridades falam numa mancha de 400 litros de combustível Autoridades dizem que podem haver mais praias interditas
Peça 94	Descoberta nova bactéria que pode ajudar os corais - descoberta no oceânico de Lisboa Pode dar saúde aos corais - por isso se distingue das outras Corais são muito vulneráveis às alterações climáticas - podem desaparecer dentro de 75 anos - isto pode ajudar Aumento da temperatura do oceano é ameaça - perdem a cor e a vida que deles depende «os corais são dos ecossistemas do planeta mais vulneráveis às alterações climáticas (...) podem desaparecer no espaço de 75 anos» - contextualização
Peça 95	Depois do calor, vem aí mais uma tempestade
Peça 96	Temperaturas a subir - mas quinta volta a chuva Nos próximos dois dias temperaturas de verão - também uma vaga de poeiras de africa Depois volta a chuva - nova depressão - último mês foi de records na Europa «o último mês foi de extremos na Europa, a chuva intensa registada na península ibérica contrasta com os records de temperatura batidos em várias regiões. Março de 2025 fica para já registado como o mais quente do continente europeu» - contextualização
Peça 97	Portugal como caso de sucesso na defesa do oceano - jovens foram à noruega para que os políticos se mobilizem na defesa dos oceanos Veleiro vai numa investigação oceânica por 3 continentes - no próximo ano percorre o mundo para estudar os oceanos - destino principal é França para a conferência dos oceanos - passa também em Pt
Peça 98	Num dia foram resgatadas 45 pessoas nas praias - autoridades alertam para mar perigoso de inverno Muitos foram à água em Carcavelos - correntes ainda são perigosas Matosinhos também com muita gente - muitos não vão ao mar com medo Matosinhos e Oeiras com vigilância todo o ano - só em Matosinhos foram salvas 30 pessoas Esta terça feira registados 45 salvamentos em todo o país

Peça 99	Noruega investe na aquacultura marinha e no estudo das espécies face às alterações climáticas Até 2050 são 9 mil milhões de pessoas para alimentar Noruega estuda o bacalhau para que não desapareça - também linguados com uma espécie de maternidade - cada fêmea decide quando liberta os ovos IMR - Centro de investigação de um dos maiores centros de pesquisa marinha - alunos de todo o mundo vêm aprender A Agência da ONU Para a Alimentação - apenas a aquacultura satisfaz a procura de peixe As áreas marinhas protegidas portuguesas são exemplo para outros países Objetivo do centro é o bem estar animal - preocupação com alterações climáticas e a forma de consumir peixe sem destruir o oceano
Peça 100	Chuva intensa e granizo - inundações em Lisboa - Loures e Odivelas principalmente Camarate - prédio rodeados de água - água entra em casas Quartel dos bombeiros de Camarate ficou alagado - sem condições de ajudar Odivelas - muita chuva também - proteção civil com centenas de ocorrências sobretudo em casas
Peça 101	Água chegou a atingir 3 metros de altura - arcações inundadas - material estragado e prejuizo Muito trabalho pela frente - poço de água - 60 famílias afetadas com água dentro de casa
Peça 102	Prejuizos por estabilizar - lojas, garagens e prédios com idosos acamados - estão todos bem Forte queda de água dentro de lojas e casas - muita destruição Água até 1 metro - chão alagado - situação não é novidade - vizinhos atribuem culpa à câm. Muni.
Peça 103	Peça caiu no dia 11 abr. Portugal e Noruega querem prever os efeitos da erosão costeira e combater a subida do mar - têm projetos para monitorizar o litoral Também desenvolveram nova fonte proteica para peixes à base de insetos Vários programas de inovação e investigação oceânica entre Noruega e Portugal Taxa de aquecimento do oceano duplicou - isso faz com que o nível da água do mar suba - países trabalham em conjunto NORCE - Norwegian Research Centre «nos últimos 20 anos, a taxa de aquecimento do oceano praticamente duplicou, e é exatamente esse calor no oceano com o degelo nos glaciares que está a fazer com que a subida do nível da água do mar seja cada vez mais rápida» - contextualização «a cada segundo os glaciares derretem o suficiente para encher duas piscinas olímpicas» - contextualização
Peça 104	Alerta de perigo climático «a Europa é o continente que está a aquecer mais. Aquece o dobro da média global» - contextualização
Peça 105	Relatório do clima na Europa revela contraste entre leste e oeste - fenómenos extremos efeitos visíveis e incontornáveis Europa aquece mais rápido que resto do mundo - 2024 média ultrapassou meta do acordo de Paris Um dos anos mais chuvosos Tempestades e inundações mataram 375 pessoas - incêndios consumiram 1100 km em Pt Mudanças - massa glacial a perder-se como nunca - temperatura da superfície do mar mais elevada de sempre «a Europa está a aquecer duas vezes mais rápido que o resto do mundo. Em 2024 a média global ultrapassou a meta do acordo de Paris - 1,6%» «o velho continente aqueceu mais e viveu um dos 10 anos mais chuvosos desde 1950» «as tempestades e inundações mataram pelo menos 375 pessoas, afetaram a vida de cerca de 413 mil. Os incêndios, por outro lado, consumiram 1100 km2 em Portugal, um quarto da área arida em toda a Europa» - contextualização «o serviço que monitoriza as alterações climáticas do Copernicus da União Europeia... detetaram mudanças inquietantes e imprevisíveis» - falta da descodificação «a massa glacial está a perder-se como nunca, a temperatura da superfície do mar também foi a mais elevada desde que há registo» - contextualização
Peça 106	Neve nas terras altas - serra da estrela com acessos encerrados IPMA emite aviso amarelo para vários distritos - possível queda de neve Arcos de Valdevez com neve - previsão cumprida-se Serra da Joush também com neve Serra da estrela com corte de estradas Aviso amarelo do IPMA para Guarda, Castelo Branco, Vila Real, Viana Castelo e Braga
Peça 107	Peça caiu no dia 15 e 16 abr. Emissões de gases dos cruzeiros no porto de Lv são ser medidas - sanções para os mais poluentes Navios com carregadores de automóvel mais maiores - navios elétricos na Noruega - apenas estes podem atacar - objetivo é tornar a cidade mais limpa Lisboa vai seguir o exemplo - coimas para quem polui mais - eletrificação dos cruzeiros dentro de 3 anos Investimento em 36 milhões - Reduzir poluição atmosférica, e sonora EPI - índice ambiental portuário

Peça 108	Serra da Estrela - destino muito procurado para Páscoa - queda de neve ajuda à procura Também há experiências na natureza - procura por alojamento rurais
Peça 109	Linha de costa a recuar devido a tempestades - há praias a ficar sem areia
Peça 110	Linha da costa recuou 25 metros - perigo se derrocada - praias sem areal Portimão e todas as praias com arribas - recuo da costa devido a tempestades Desde 2012 não se perdia tanta costa Algarve - costa recuou 10 metros APA quer fazer injeções de emergência - não será possível fazer em todo o país «o recuo da costa acentuou-se nos primeiros meses deste ano por causa das tempestades» «entre janeiro e abril o litoral português recuou até 25 metros. Desde 2012 que não se perdia tanta costa em tão pouco tempo» «no final do século, 55 km de zonas costeiras podem estar inundadas devido ao avanço do mar» contextualização
Peça 111	7 distritos sob aviso laranja devido à agitação marítima - outros 2 devido a queda de neve Montalegre com neve - 4 limpa neve dos bombeiros acionados - veículos rebocados Aviso laranja - costa entre viana do castelo e lisboa + guarda e castelo branco
Peça 112	O calor leva as pessoas à praia - espécie de dia de verão
Peça 113	Milhares de pessoas na praia Mar de inverno - autoridade marítima nacional pede que não se vá a banhos Só hoje - 18 salvamentos em cascais Oeiras e Faro com muito calor Autoridades em alerta - agueiros e perigos no mar
Peça 114	Arrancou árvores e telhados, deixou um rasto de destruição
Peça 115	Sem registo de vítimas - árvores e telhados arrancados Receio aos moradores - ruas ficaram intransitáveis Prejuízos ainda a ser avaliados - autarquia garante que não há desalojados Depois o tornado foi registado em Campo Maior
Peça 116	Mau tempo de regresso - dois tornados em Portugal
Peça 117	Tornados em Sesimbra e Sardoal - embarcação virou, habitações danificadas Várias zonas do país com aviso amarelo Estragos ao longo de vários kms - telhas arrancadas e dezena de árvores derrubadas Embarcação virada - sem registo de danos pessoais IPMA garante que acontece todos os anos - pode acontecer também amanhã «esta sexta feira haviam já sido notícia estragos provocados por dois tornados» - contextualização

Anexo 3 – Tabela com variáveis e categorias analisadas

Variável	Categorias	Explicação
Data de emissão	De 3 de fevereiro a 9 de maio de 2025	Considerou-se o dia em que a peça ambiental foi, de facto, transmitida no programa Telejornal
Tema tratado	<ul style="list-style-type: none"> - Sismos - Cheias e inundações - Incêndios e fogos florestais - Tempestades e eventos extremos - Recursos hídricos e gestão de águas - Alterações climática <ul style="list-style-type: none"> - Investigação científica - Ecossistemas e biodiversidade - Poluição ambiental <ul style="list-style-type: none"> - Exploração de recursos naturais - Outros fenómenos meteorológicos 	<p>Considerou-se o assunto predominante na peça apresentada.</p> <p>Consideraram-se ‘Tempestades e eventos extremos’ os fenómenos relacionados com tempestades, depressões e tornados.</p> <p>As peças que se consideraram retratar a temática ‘Recursos hídricos e gestão de águas’ abordam temas como a monitorização, disponibilidade e escassez de água, nomeadamente em barragens.</p> <p>Consideraram-se peças relacionadas com ‘Ecossistemas e biodiversidade’, aquelas que retratam a fauna, a flora, bem como a preservação da vida selvagem e de habitats naturais.</p> <p>Na categoria ‘Alterações climáticas’ consideraram-se as peças que dizem respeito aos mais variados efeitos das mudanças climáticas.</p> <p>As peças alojadas na categoria ‘Poluição ambiental’ retratam contaminações do meio ambiente, sejam residuais ou sonoras.</p>
Duração da peça	Sem categorias predefinidas	Considerou-se o tempo total de emissão do trabalho jornalístico incluindo sempre o lançamento do pivot
Tempo total do Telejornal	Sem categorias predefinidas	Considerou-se a duração total que o noticiário teve em cada um dos dias, desde o cumprimento até à despedida do pivot
Posição no alinhamento	<ul style="list-style-type: none"> - 1ª parte abertura - 1ª parte - 1ª parte fecho 	A 1ª e 2ª partes do Telejornal foram consideradas o antes e depois do único intervalo do programa.

	<ul style="list-style-type: none"> - 2ª parte abertura - 2ª parte - 2ª parte fecho 	<p>Considerou-se ‘1ª parte abertura’ e ‘1ª parte fecho’, a primeira e a última peça da primeira parte do Telejornal, respetivamente. As restantes peças apresentadas na primeira parte, excluindo a primeira e a última, foram apenas consideradas ‘1ª parte’. O mesmo acontece com a 2ª parte.</p> <p>De referir que a ‘1ª parte abertura’ é também a abertura de todo o Telejornal e que a ‘2ª parte fecho’ é também o fecho de todo o Telejornal.</p>
Número da peça	Sem categorias predefinidas	Considerou-se a posição exata e numérica da peça analisada
Número total de peças	Sem categorias predefinidas	Considerou-se o total de peças emitidas em cada noticiário
Género	<ul style="list-style-type: none"> - Notícia - Reportagem - Off - Direto - Promoção 	<p>Consideraram-se ‘Reportagem’, as peças que implicam deslocação do repórter ao local para contactar diretamente as fontes, tratando o acontecimento retratado de modo mais aprofundado onde é notória uma maior preocupação com o desenvolvimento e explicação do acontecimento.</p> <p>Consideraram-se ‘Notícia’, as peças construídas a partir de informações recebidas de agências ou comunicdos, sem deslocação do reporter ao local, ou seja, são as peças que representam as preocupações do dia a dia e o acompanhamento da agenda.</p> <p>Consideraram-se ‘Off’, as peças que são apenas transmitidas pelo pivot; ‘Direto’, as transmissões feitas pelo repórter no local do acontecimento; e ‘Promoção’, os destaques feitos a outras peças inseridas no alinhamento.</p>
Autor	Sem categorias predefinidas	Consideraram-se todos os jornalistas envolvidos na peças, tanto na escrita como na recolha da informação em cada uma das peças analisadas

Coordenador	Sem categorias predefinidas	Considerou-se o coordenador do Telejornal destacado para cada dia
Origem geográfica	- Nacional - Internacional	Considerou-se de origem ‘Nacional’, as peças cujo assunto retratado aconteceu em território nacional, e ‘Internacional’ quando diz respeito a outros países. As peças nacionais foram, posteriormente, distribuídas pelos diversos distritos e arquipélagos.
Intervenientes	Sem categorias predefinidas	Consideraram-se os intervenientes incluídos na peça, através de entrevistas ou comunicados por escrito
Evocação das fontes	Sem categorias predefinidas	Consideraram-se todas as fontes evocadas, mesmo que não tenham sido entrevistadas
Classificação das fontes	- Pessoais - Documentais - Oficiais - Não oficiais	Consideraram-se ‘Pessoais’ e ‘Documentais’ as fontes que apresentaram um discurso falado ou um documento escrito, respetivamente. Tendo por base a definição do autor Rogério Santos (1997), consideraram-se fontes ‘Oficiais’ os governantes, responsáveis de empresas ou outras instituições privadas e os designados para falar em interesse público uma vez que «os seus enunciados e opiniões, em qualquer matéria, são julgados com valor para a informação e (...) o que relatam é sempre matéria publicável» (p.28). Consideraram-se fontes ‘Não oficiais’, e segundo o mesmo autor, as pessoas desconhecidas marginais às instituições ou grupos reconhecidos (Santos, 1977).
Atribuição da informação às fontes	- Direta - Indireta	Considerou-se atribuição ‘Direta’ quando é explícito quem forneceu a informação divulgada e atribuição ‘Indireta’ quando as fontes não são diretamente identificadas como divulgadoras de tal informação
Equilíbrio de posições	- Alinhadas - Dísparas - Complementares	Consideraram-se as perspetivas apresentadas pelas diversas fontes. ‘Alinhadas’ quando os discursos da fonte caminham exatamente no mesmo sentido; ‘Complementares’ quando os discursos não se repetem

		mas se complementam; e ‘Dísparos’ quando os discursos se desencontram ou se contradizem.
Representação das partes interessadas	<ul style="list-style-type: none"> - Não apresenta contraditório - Apresenta contraditório - Tentativa de apresentar - Não se aplica 	<p>Considerou-se ser necessária a apresentação de contraditório em peças que reflitam casos de conflitos, queixas ou acusações.</p> <p>Considerou-se que uma peça ‘Não apresenta contraditório’ quando há um conflito retratado e o trabalho jornalístico não dá conta de ambos os lados; ‘Apresenta contraditório’ quando são transmitidas todas as versões dos acontecimentos; e considerou-se haver uma ‘Tentativa de apresentar’ quando o jornalista deixa claro que um dos lados não quis prestar declarações.</p> <p>Tal situação não acontece em todas as peças pelo que também se predefiniu a categoria ‘Não se aplica’.</p>
Elementos especulativos	<ul style="list-style-type: none"> - Presença - Ausência 	Consideraram-se expressões como «parece que...», «talvez...», ou «possivelmente...» para além da informação que não tem agregada qualquer fonte
Linguagem específica / expressões complexas	<ul style="list-style-type: none"> - Presença - Ausência 	Consideraram-se expressões pouco claras e de difícil compreensão bem como linguagem específica sobre o tema retratado
Recursos visuais	<ul style="list-style-type: none"> - Imagens em diferido - Imagens em direto - Imagens de arquivo - Imagens de redes sociais - Gráficos - Vídeos amadores - Imagens cedidas por fontes 	<p>Foram consideradas ‘Imagens em diferido’ todas as gravações feitas pela RTP com o propósito de fazerem parte da peça analisada e ‘Imagens em direto’ as emissões feitas em tempo real.</p> <p>Consideraram-se ‘Imagens de arquivo’ todos os clips que já se encontravam nos servidores da RTP e ‘Imagens de redes sociais’ todos os conteúdos retirados dessas mesmas plataformas. Já para os ‘Gráficos’ foram consideradas todas as representações visuais de dados sejam numéricos ou não.</p>

		Consideraram-se ‘Vídeos amadores’, as imagens que não foram captadas por profissionais da RTP mas sim por cidadãos comuns e ‘Imagens cedidas por fontes’ todos os vídeos fornecidos por fontes, sejam elas intervenientes ou não.
Linguagem gestual + teletexto + audiodescrição	- Presença - Ausência	Considerou-se a tradução gestual dos conteúdos transmitidos, a transcrição do que é emitido, bem como a sua descrição em áudio

Anexo 4 – Tabela com a duração total do Telejornal

Dias com ambiente	Tempo total TJ
04/02/2025	01:02:49
05/02/2025	01:02:35
06/02/2025	01:03:05
08/02/2025	01:01:44
16/02/2025	01:17:23
17/02/2025	01:02:45
23/02/2025	01:16:53
25/02/2025	01:03:43
04/03/2025	01:01:20
06/03/2025	01:01:22
08/03/2025	01:02:28
09/03/2025	01:15:38
10/03/2025	01:00:42
11/03/2025	01:05:33
12/03/2025	01:01:26
13/03/2025	01:02:49
14/03/2025	01:02:56
15/03/2025	01:02:33
16/03/2025	01:17:02
18/03/2025	01:03:12
19/03/2025	01:02:30
20/03/2025	00:28:03
21/03/2025	01:02:44
22/03/2025	01:02:29

23/03/2025	00:29:31
24/03/2025	01:00:57
25/03/2025	01:01:12
26/03/2025	01:01:58
28/03/2025	01:01:55
29/03/2025	01:02:28
30/03/2025	01:16:31
31/03/2025	01:01:42
01/04/2025	01:02:36
02/04/2025	01:02:48
03/04/2025	01:01:46
05/04/2025	01:01:22
06/04/2025	01:15:56
07/04/2025	01:00:42
08/04/2025	01:01:43
09/04/2025	00:34:58
10/04/2025	01:01:57
12/04/2025	01:03:56
13/04/2025	01:16:11
15/04/2025	01:02:20
18/04/2025	01:02:34
19/04/2025	01:03:15
27/04/2025	01:16:58
02/05/2025	01:02:38
03/05/2025	01:03:40

Dias sem ambiente	Tempo total TJ
03/02/2025	01:02:21
07/02/2025	01:01:19
09/02/2025	01:15:48
10/02/2025	01:02:59
11/02/2025	01:03:31
12/02/2025	01:03:18
13/02/2025	01:01:33
14/02/2025	01:01:23
15/02/2025	01:12:29
18/02/2025	01:02:17
19/02/2025	01:01:14
20/02/2025	01:01:28
21/02/2025	00:34:49
22/02/2025	01:01:13
24/02/2025	01:02:32
26/02/2025	00:33:57
27/02/2025	00:32:16
28/02/2025	01:09:52
01/03/2025	01:01:10
02/03/2025	01:17:08
03/03/2025	01:01:14
05/03/2025	01:04:08
07/03/2025	01:02:43

17/03/2025	01:02:40
27/03/2025	01:00:52
04/04/2025	00:28:22
11/04/2025	01:00:38
14/04/2025	01:00:44
16/04/2025	01:01:04
17/04/2025	01:02:06
20/04/2025	01:17:28
21/04/2025	01:26:30
22/04/2025	00:34:18
23/04/2025	01:01:41
24/04/2025	01:01:48
25/04/2025	01:01:02
26/04/2025	01:02:45
28/04/2025	01:44:46
29/04/2025	01:03:12
30/04/2025	00:30:21
01/05/2025	01:02:22
04/05/2025	01:30:50
05/05/2025	01:02:38
06/05/2025	01:01:39
07/05/2025	01:03:00
08/05/2025	01:35:15
09/05/2025	01:02:14

Anexo 5 – Entrevistas

A - António José Teixeira – Diretor de Informação Televisiva, aquando da entrevista

Quais são as principais diferenças que assinala como sendo relevantes entre o anterior Contrato de Concessão e o que se encontra em vigor?

Isso seria uma temática enorme, muito exaustiva e que abrange muitas áreas. O contrato já deveria ter sido revisto há mais tempo, já devia ter tido duas revisões e, portanto, já estava a necessitar de alguma atualização. Como ponto de partida, em vez de considerar apenas o serviço público de rádio e de televisão, passou a considerar o serviço público de média, ou seja, o digital também passou a estar muito presente. Essa é uma das grandes alterações estruturais. Depois há outras, como a publicidade, a publicidade institucional, as métricas que se consideram em relação ao cumprimento de determinados objetivos que envolvem a rádio, a televisão e o digital. Reforça que devemos ter espaços de debate, de reportagem e aí passa a considerar-se a totalidade da oferta do serviço público. Essas são, sobretudo, as grandes mudanças e preocupações. A literacia mediática e o combate à desinformação são também duas questões que se tornam mais evidentes nesta atualização do contrato. O contrato de concessão sublinha e valoriza essas dimensões. Ainda assim, é importante referir que o jornalismo, enquanto disciplina profissional, já pressupõe, por exemplo, *fact checking*. Não existe jornalismo com *fact checking* e jornalismo sem *fact checking*. Devemos ter sempre presente que os mecanismos de verificação são uma disciplina básica do jornalismo, desde sempre e não só agora. O que há de novo nestas matérias é que, hoje, o combate à desinformação e a sofisticação da desinformação obriga a maiores cuidados em relação a esta matéria, havendo a necessidade de utilizar ferramentas tecnológicas e outro tipo de cuidados em relação a imagens e conteúdos com aparência que possa conduzir a considerá-los factuais quando não são, ou são factuais mas não correspondem ao mesmo acontecimento. Tudo isto obriga a cuidados redobrados do que aqueles que a verificação já exige e exigiu sempre ao jornalismo.

Considera que os termos que constam no atual Contrato de Concessão são suficientemente abrangentes para enquadrar o que se pretende de um jornalismo de serviço público?

Nós podemos sempre tornar as coisas mais exaustivas e produzir um contrato com mais alíneas e pontos, mas, muitas vezes, isso não é necessariamente uma boa ideia porque

uma das questões subjacentes ao serviço público é a sua autonomia e independência. Um contrato de concessão que, mesmo sendo bem intencionado, fosse mais substantivo em relação às matérias que trata, correria o risco de limitar fortemente a autonomia e a independência do serviço público. Temos de ter algum cuidado em relação às obrigações que devemos observar no nosso trabalho e que o Estado delega no serviço público, mas tem de ser compatível com a liberdade, autonomia e independência do jornalismo, embora o contrato não seja apenas sobre informação. Acho que o contrato tem o essencial das preocupações que hoje atravessam a sociedade e resulta de um compromisso entre a empresa e o poder político que, obviamente, é sempre suscetível de ser aperfeiçoado e melhor avaliado. No entanto, deve ter sempre estas balizas porque num Estado democrático é importante que o serviço público mantenha a sua independência, a sua autonomia, um financiamento adequado para poder cumprir os seus objetivos. Isto porque podemos ser muito exigentes nos objetivos, mas se não formos consequentes com o financiamento, não teremos condições para cumprir com este contrato. Todas essas questões são muito relevantes e tornaram-se ainda mais relevantes porque vivemos tempos em que assistimos, em várias latitudes, a um ataque aos serviços públicos de média e a Europa tem tido algumas preocupações nessa matéria. A aprovação do *Media Freedom Act* sobre a informação e o jornalismo é um contributo muito importante para assegurar mais transparência e o fortalecimento dos serviços públicos na área da informação. Julgo que tudo isto também foi tido em conta [no atual Contrato de Concessão].

Relativamente à temática ambiental e à presença que tem tido na vida do cidadão comum, como considera ser o tratamento dessas questões por parte da RTP?

Acho que é uma preocupação antiga, mesmo no tempo em que estas questões não tinham a visibilidade e relevância que mereciam. Em 1973, a RTP tinha um programa chamado ‘Há só uma terra’ que mostrava essas preocupações ambientais sobre o que estava a acontecer e isso já era um trabalho pioneiro de televisão e que se pode visitar nas plataformas da RTP. Portanto, tem sido uma questão que, com o passar do tempo, foi ganhando mais relevância na nossa oferta, nos alinhamentos dos jornais, nas reportagens que marcamos, sendo elas de grande, média ou pequena dimensão...

Também com a criação da editoria...

Sim, isso já numa fase mais posterior. Levamos essa preocupação de uma forma mais sustentada com a ideia de que seria preciso autonomizar essa área que, habitualmente, na segmentação das redações, passava pela editoria de sociedade que também já via nas alterações climáticas uma preocupação. No entanto, com todas estas questões ambientais cada vez mais evidentes, a criação de uma editoria de ambiente e ação climática foi uma das nossas respostas à valorização desta área. Temos vindo a trabalhar o tema não apenas naquilo que é o trabalho diário ou regular de reportagem para os jornais, mas também temos tido a preocupação de criar alguns espaços dedicados a esta matéria. O 'Impacto Verde' na RTP3, ou o 'Hora de Agir' são exemplos de programas que acolhemos. Debates dedicados a esta área temos incluído em programas como o 'Fronteiras 21', ou o 'É Ou Não É', programas especiais e específicos que fomos fazendo ao longo do tempo. Esta é, sem dúvida, uma temática que nos interessa valorizar.

Considera que há, ou se justificaria haver, indicações mais específicas no contrato de concessão quanto ao tratamento desta temática?

Eu acho que estão as suficientes. Obviamente que esta é uma área que nos preocupa, mas ela está, de facto, enunciada. Não é por um contrato de concessão ter mais ambição ou menos ambição que isso influencia o trabalho feito e as condições que temos para o produzir, porque obviamente não basta quereremos fazer, temos de criar condição para, de facto, o poder fazer sistematicamente e não ocasionalmente. Portanto, esse dever e essa preocupação é permanente e o contrato de concessão não a altera.

No meu estudo, ao longo destes últimos 3 meses, percebi que cerca de 4% do tempo de Telejornal diz respeito a questões ambientais. Como vê estes resultados?

Uma análise de três meses é pequena porque temos, de algum modo, cruzar tudo isso com os temas que ocuparam mais atenção. E este tempo, especificamente, englobou crises políticas, campanhas eleitorais, pré-campanhas, casos concretos que despertaram muita atenção em termos de investigação jornalística. Também o Papa, a morte do Papa, a eleição do novo Papa, o apagão. É tudo um grande conjunto de acontecimentos que

acabam por ganhar mais espaço e três meses é, de facto, um curto espaço de tempo. Depois, o Telejornal é apenas um dos espaços que nós trabalhamos. Só na RTP1, por exemplo, temos também o ‘Bom Dia Portugal’, o ‘Jornal da Tarde’, o ‘Portugal em Directo’, o ‘Linha de Frente’, o ‘Outras Histórias’, o ‘Investigação Europa’, a ‘Prova dos Factos’. Na RTP3 temos ainda mais, por exemplo, temos programas de temática europeia em que estas questões também são relevantes. De facto, na RTP3 temos mais espaços dedicados a esta matéria.

Sente que a RTP, enquanto serviço público, tem maior responsabilidade na educação ambiental do público face a outros meios de comunicação?

Sim, acho que sim, acho que as nossas preocupações pedagógicas e de alerta para boas práticas são recorrentes. Por exemplo, o ‘Minuto Verde’ é um programa muito antigo que continua a existir e resulta de uma parceria com uma associação ambiental, e é fruto dessa preocupação, de fazer alguma pedagogia nesta área, de mostrar boas práticas, de dar conselhos e alertar para determinadas temáticas. Isso é uma das obrigações do serviço público, ser pedagógico e fazer alguma ação educativa, preocupar-se com questões de sustentabilidade. Nós, de facto, fazemos isso em muitos espaços e, genericamente, julgo que a RTP cumpre esse papel.

B - Florbela Godinho – Coordenadora do Telejornal

Que valor noticioso deve ter um acontecimento ambiental para que seja considerado notícia e incluído no Telejornal?

As questões ambientais são cada vez mais fundamentais no alinhamento de qualquer noticiário, seja ele televisivo ou de outro cariz qualquer. O ambiente, neste momento, já não é uma coisa do futuro. Todas as alterações a que assistimos diariamente no mundo estão relacionadas com as questões do aquecimento global e com o ambiente. Neste momento, qualquer evento ligado a questões ambientais acaba por saltar para a atualidade, como por exemplo, os recentes tornados em Portugal, coisa que não se via com tanta frequência. Eventos relacionados com as alterações climáticas, como por exemplo, um inverno mais rigoroso, a seca, as cheias, tudo isso é, de tal forma visível, que obviamente se torna notícia. Os critérios são a forma como afeta o nosso dia-a-dia, a proximidade do evento, se for em Portugal tem um critério noticioso ainda mais prevalente, mas, tudo o que afeta o dia-a-dia das pessoas é uma notícia que nós não ignoramos.

E que fatores podem influenciar a posição que uma peça deste cariz tem no alinhamento do Telejornal?

Se falares de um noticiário inserido num canal de notícias, o critério está, muitas vezes, relacionado com a altura em que aconteceu. Ou seja, se a notícia é absolutamente recente pode abrir um jornal de notícias. Depende também de muitas outras coisas como, se afetou muita gente ou pouca gente, se teve consequências mais ou menos graves, tudo isto tem a ver com a hierarquia que se estabelece no alinhamento. Os critérios da gravidade também se aplicam a um noticiário da televisão generalista, neste caso, o Telejornal. Acaba por ter um lugar de destaque caso tenha afetado mais pessoas ou se for um evento mais catastrófico. Nesses casos, mais depressa sobe no alinhamento e mais depressa a notícia é dada. Também pode ter a ver com as consequências que o acontecimento vai ter, mesmo se forem positivas, mas sabemos que normalmente, no que respeita a eventos climatéricos, o que mais afeta as pessoas de modo negativo acaba por ter mais peso. No entanto, claro que nós, enquanto serviço público, e todos os jornalistas de modo geral, devem ter em consideração que, por exemplo, um evento que seja uma descoberta científica e que minimize efeitos negativos de alguma coisa, essa notícia

também deve ter um critério de importância. Depois, é uma questão de conjugar com as notícias do dia e como se articulam em nível de importância para definirmos o seu alinhamento.

O Telejornal é um noticiário que deixa cair peças de forma sistemática, nomeadamente sobre a temática ambiental. Que critérios tem em consideração para deixar cair uma peça do alinhamento?

Muitas vezes, gostaríamos de dizer que as coisas estão absolutamente controladas e que quando começa o noticiário, já está plenamente definido o que entra e o que não entra. Como sabes, em quase todos os telejornais, há peças que não estão prontas antes do Telejornal começar e, portanto, o alinhamento é, muitas vezes, reconstruído mesmo durante aqueles 60 minutos, que não são 60 minutos úteis. Portanto, o que acontece, muitas vezes, é que nós, coordenadores, olhamos para o alinhamento de uma forma global e estabelecemos umas hierarquias. Essas hierarquias não têm necessariamente a ver com as partes, as peças que entram na segunda parte não são necessariamente menos importantes do que aquelas que entram na primeira e isso é uma questão já ponto assente até porque também temos de definir os pontos de interesse ao longo do jornal. Em relação às peças que caem, quando olho para o alinhamento já sei quais são as peças que, caso haja tempo a mais, não quero deixar cair e quero privilegiar. As peças que estão planeadas para o final do jornal, por vezes, acabam por sofrer e, para que isso não aconteça, tento fazer todas estas alterações a montante e não a jusante, ou seja, fazer toda esta gestão mais na parte inicial. Tento perceber quais é que quero que entrem e quais é que terão de ser sacrificadas, por terem um tempo de vida mais limitado em termos de interesse noticioso. Depois, hoje em dia, os alinhamentos dos canais generalistas também sofrem com a forma como olhamos para as notícias. Antigamente só havia canais generalistas e hoje há canais por cabo, antigamente não havia a quantidade de informação que nós temos na *internet* a ser veiculada constantemente, e tudo isto faz com que o valor de determinada notícia seja um de manhã e seja outro ao final do dia, pode perder alguma relevância face a outros acontecimentos.

No meu estudo, concluí que, nos últimos três meses, cerca de 4% do tempo do Telejornal foi dedicado ao ambiente. Como vê estes resultados?

Vejo, obviamente, como sendo ainda um princípio do que deveria ser. A editoria de ambiente é recente na RTP e isso já significa que nós temos consciência dessa importância, e acho que isso já é um primeiro passo. No entanto, também temos de ter consciência de que se dividíssemos o tempo do Telejornal pelas editorias que existem na redação, 4% de ambiente parece pouco mas, proporcionalmente, terá o seu peso. Se eu acho que 4% é suficiente? Se fosse algo constante, não era mau mas o problema é que nem sequer é constante. Nota-se claramente que é uma questão que preocupa as pessoas e, ao preocupar as pessoas, preocupa os jornalistas e ela deve estar presente. Este é o caminho e, daqui para a frente, terá mais importância, seguramente, embora não por boas razões, como todos sabemos.

Na minha análise também concluí que a quantidade de dias em que foram emitidas peças sobre ambiente é muito semelhante à quantidade de dias em que não foram emitidas peças ambientais. De facto, são mais os dias com peças ambientais, mas a margem é bastante reduzida. Na sua perspetiva, enquanto coordenadora do Telejornal, o que é que isto pode querer dizer?

Desde logo, também está relacionado com a nossa capacidade de fazer uma produção constante de peças de ambiente relevantes para incluir em noticiários. Infelizmente, e porque os recursos são finitos, isso significa que nós não temos tido essa capacidade diária de fazer e produzir essa informação. No entanto, nós temos acesso a uma grande quantidade de redes internacionais, de agências internacionais, que também produzem informação nessa área, na área do ambiente. Portanto, quando nós não temos capacidade de produzir a nossa própria informação, ela pode ser feita através de peças com as agências internacionais. E depois também é uma questão de recursos humanos, a editoria de ambiente é muito pequena e quem está em reportagem não consegue fazer uma peça para o próprio dia. Esta repartição do trabalho acaba por resultar no que dizes, metade dos dias com presença no Telejornal e a outra metade não. Há também um tempo de produção e dos recursos humanos que é finito.

Relativamente ao Contrato de Concessão, tem conhecimento dos termos e das obrigações estipuladas?

O Contrato de Concessão foi agora revisto e confesso que ainda não me debrucei sobre ele mas vou fazê-lo. De modo geral, tenho consciência do que foi o nosso contrato de concessão até aqui e das obrigações que temos, sendo que o contrato de concessão de serviço público, apesar de estar muito direcionado para a RTP, tem obrigações gerais que são transversais a todos os órgãos de comunicação social.

E das alterações que o Contrato sofreu? Tem conhecimento?

Em concreto, especificamente, ainda não me debrucei sobre elas, confesso.

Regressando à temática ambiental, considera que a RTP trabalha temáticas de interesse público ou do interesse do público?

Eu acho que nós não podemos distanciar-nos do público e, portanto, o que é do interesse do público deve ser trabalhado bem como o que é de interesse público. Ou seja, quando trabalhamos um tema de interesse público, deve ser trabalhado de forma a que seja suscitado o interesse do público. Portanto, acho que não nos podemos distanciar das pessoas e, para sermos relevantes, toda a informação tem de ter interesse para o público, tem de suscitar o interesse do público. Acho que é nossa obrigação, enquanto RTP, como serviço público, trabalhar as coisas da forma mais objetiva e enquadrada possível, ou seja, dar corpo às notícias e não ficar pela rama. Por exemplo, as catástrofes ambientais são, obviamente, interesse do público, tem um pendor muito *voyerista*, sensacionalista, e a nossa obrigação é olhar para aquilo e perceber porque é que as coisas acontecem, dar-lhes contexto e corpo. É esse trabalho jornalístico que nós tentamos fazer de forma muito séria e é aí que o interesse público se deve conjugar com o interesse do público.

A RTP acaba por ter maior responsabilidade na educação ambiental do público, precisamente por ser serviço público?

Eu acho que nós, como RTP, entendemos que temos essa responsabilidade. Se temos mais ou menos que os outros? Isso acho que só os outros é que podem responder, na medida

em que eu, enquanto jornalista, assumiria a mesma responsabilidade em qualquer órgão privado. Hoje, sabemos que as características que fazem um órgão privado e as que fazem um órgão público, até por questões de financiamento e comercialização, englobam muitos fatores. A nossa obrigação, como serviço público, sem dúvida, está lá e é forte.

E considera que a RTP assume, de facto, esse papel e cumpre essa missão?

Sim, sem dúvida, claramente.

C - Daniela Santiago – jornalista e editora da editoria de ambiente

Considera que há uma aposta efetiva, por parte da RTP, nesta temática ambiental?

Acho que, à exceção do Azul do [jornal] Público, é dos poucos órgãos de comunicação social generalistas que aposta, de facto. A RTP, enquanto televisão é a única que tem uma editoria, que eu julgo que se destaca pela tentativa de marcar a atualidade com temas de ambiente, ação climática e tudo o que está relacionado com isso, porque o tema é transversal a todas as áreas. Não é só trabalhado por esta editoria, é trabalhado por todas. Durante muito tempo estive sozinha [na editoria] e agora tenho a Andreia Custódio comigo, mas como vou fazendo muitas outras coisas, peço, muitas vezes, a colaboração das pessoas nas delegações que também fazem os temas, de alguns correspondentes e algumas pessoas aqui, por exemplo, em economia e sociedade. Portanto, eu acho que há uma aposta forte tendo em conta que temos um jornal, o Telejornal, mais pequeno do que os outros canais generalistas, e tendo em conta todas as limitações que temos que os privados não têm, eu julgo que a RTP faz mesmo uma grande aposta em manter e pôr no ar temas relacionados com esta área.

Tendo em conta todas essas limitações do Telejornal, considera que este é, ainda assim, um noticiário que acaba por emitir a temática?

Acaba sempre por passar, passa muita coisa. Tudo o que é tema desta área importa dizer que passa no Jornal da Tarde, na informação da [RTP] 3, no Portugal em Direto repete sempre e dá também no Telejornal. Mesmo o Telejornal sendo tão limitado e as peças de ambiente sendo sempre peças um pouco maiores, porque o tema não é fácil, deve ser bem explicado e é uma característica minha fazer as coisas bem completas, com protagonistas, contar uma história, e, portanto, tendo em conta tudo isto acho que o destaque que nós damos é grande. Queria também distinguir que somos a única televisão que acompanha todas as cimeiras do clima. Há televisões que nem sequer estão presentes, há outras que vão lá num toca e foge, vão num dia e vêm no outro porque uma determinada entidade patrocina essa viagem. Só eu já fiz cinco e nós estamos praticamente em permanência, do início ao fim, duas semanas, a acompanhar essas cimeiras. O mesmo se passa, agora, com a cimeira dos oceanos e outros eventos relacionados com isto. Eu ainda agora estive na Noruega, na *One Ocean Week*, portanto, tentamos marcar, de facto, a diferença em tudo o que se faz em prol destes temas.

No meu estudo, percebi que todos os dias caem peças do Telejornal. Quanto à temática ambiental...

É mais fácil cair...

Por que acha que isso acontece?

Tem a ver com escolhas editoriais, de coordenação, que eu posso, ou não, contestar, mas a minha voz vale o que vale. Eu participo nas reuniões de alinhamento, mas não posso lutar contra uma ordem superior de alguém que decide o que entra no jornal. Posso é dizer que exerço bastante pressão para que elas não caiam.

Tem de existir essa pressão da sua parte?

Pressão no sentido de bastante insistência, mas também sei ver quando uma peça pode ser um pouco intemporal, numa questão de dois, três, quatro dias. Não é obrigatório que entre naquele dia. Depois, também tem a ver com determinados temas, se forem temas em que denunciemos casos, como já tive quase aberturas de jornal, ou processos judiciais que avançaram por causa de uma investigação nossa, esses temas marcam. Tudo isto exige-se que entre, mas se forem peças que podem entrar hoje ou amanhã, obviamente que são mais fáceis de cair. Agora, é uma questão editorial e, infelizmente, muitas vezes o ambiente vem depois de outros temas. Eu acredito que em algum momento isso possa começar a não acontecer, mas hoje em dia ainda acontece um bocadinho.

Há pouco falava da sua viagem à Noruega em reportagem. Nesta editoria [ambiente] é frequente sair em reportagem...

Depende das fases, há fases e fases. Eu procuro os temas, mas ultimamente tem sido um bocadinho diferente do habitual. Eu tenho sido muito requisitada para apresentar, mas mesmo estando a apresentar eu vou gerindo e fazendo peças, ainda esta semana fiz uma da polémica no mar dos Açores das áreas marinhas protegidas que ainda está embargada e não sei quando vai entrar. Isto porque estamos num contexto diferente, com o Papa, as eleições, o campeonato de futebol, e tudo isso limita. Mas há alturas em que entra uma peça por dia, por exemplo se for a COP, até mesmo com diretos e essas coisas todas. Mas

sou eu que procuro os temas e que os sugiro, não vou atrás da agenda dos outros. Outras vezes, pelos contactos e experiência que tenho, apesar de não ser muita, já tenho muitas fontes a virem ter comigo. Portanto, ou eu procuro, ou os temas chegam até mim e eu vejo se devo fazer ou não. No último mês rejeitei 3 convites para ir ao estrangeiro fazer reportagem. Portanto, há muita coisa para fazer, mas muitas vezes não há recursos humanos, não há pessoas suficientes para podermos fazer todas essas coisas.

E recorre-se muito a agências e comunicados?

Não, raríssimo, é ir para a rua, sempre. Os comunicados, ou seja o que for, podem servir para desencadear uma investigação ou para termos a resposta de uma entidade que não responda de outra maneira, mas tento sempre fugir a isso. Agora, o meu trabalho, como sempre foi é rua, sair em reportagem.

Relativamente ao Contrato de Concessão, tem conhecimento dos termos do documento?

Sei que também engloba estas questões, este tema. E este é um desafio lançado pelo Diretor de Informação, foi ele que teve a ideia de fazer esta editoria quando eu regresssei de Espanha no início de 2022 e me convidou. Eu julgo que isto é mais do que interesse e serviço público. Este é, neste momento, um dos temas que devia estar na ordem do dia.

E considera que está? Por exemplo, está suficientemente explanado no Contrato?

Considero que vai estando e acho que nós também podemos fazer escola nisso. O que sinto é que, ao irmos fazendo cada vez mais, faz com que as pessoas estejam mais atentas e que os outros órgãos de comunicação social também vão mais atrás dos temas. Já, muitas vezes, vi que depois de fazer uma reportagem, no dia a seguir os jornais começaram a pegar e a fazer notícia disso.

E quanto às obrigações estipuladas para aquilo que deve ser o jornalismo de serviço público?

Obrigações...

Refiro-me à necessidade de ter de haver uma informação com independência, pluralismo diversidade, contextualização, rigor, isenção, entre outros. Como vê todas estas obrigações?

A RTP é o canal mais livre e independente que existe neste momento. Tenho todas essas questões presentes desde o início da minha vida profissional. Os princípios pelos quais eu me rejo sempre foram esses, e orgulho-me de trabalhar numa empresa que nunca me disse “não podes fazer isto” ou “vai fazer aquilo”. Tenho plena consciência e confiança no meu trabalho, tal como tenho nas pessoas que trabalham comigo, embora às vezes possa dar uma indicação ou outra porque estou mais dentro do assunto ou porque, como sigo o tema há mais tempo, acho que um determinado ângulo é novo e os outros já foram abordados. Confio plenamente e, enquanto sinto que o poder económico tem um poder imenso sobre as outras televisões, dizem que há uma influência de poder político aqui. Não há e somos o canal mais escrutinado de todos, temos várias entidades a fiscalizar e temos de prestar contas se não fizermos o nosso trabalho como deve ser. Fiz reportagens em que fui ameaçada por alguns dos protagonistas com processos judiciais, ou seja, podemos correr esse risco, mas nenhum chegou a concretizar-se. Portanto, o nosso trabalho é muito escrutinado e temos de ter todo o cuidado do mundo para não correr o risco de o fazer mal. É um trabalho de exposição pública, temos de ter todos os cuidados.

O Contrato que agora está em vigor foi assinado há poucos meses. Tem conhecimento das alterações feitas?

De modo geral, não.

O novo documento faz referência a uma maior importância de fatores como literacia mediática e *fact checking*. Como vê estas mudanças?

Sim, isso sim, quando eu digo que não tenho conhecimento estou a referir-me a ir ler o documento e de saber linha por linha e alínea por alínea. Nas reuniões diárias de coordenação e de editorias, há muito essa preocupação da questão da literacia e do *fact checking*. É essencial, principalmente em termos de imagens e de informação. É uma coisa que está cada vez mais presente, até porque a atualidade e o dia a dia nos obriga a isso. No fundo, o Contrato de Concessão e essas regras todas não têm de estar escritas para nós termos noção que o temos de fazer, já há muito tempo, ainda antes de qualquer Contrato entrar em vigor já nós o fazíamos.

Pegando nessa ideia de que as coisas não precisam de estar escritas para serem feitas. O novo Contrato não faz qualquer referência à necessidade de contraditório. Ainda assim, continua a fazer parte da escrita jornalística diária?

O contraditório é algo inerente à prática jornalística. É absolutamente obrigatório, faz parte do jornalismo e não precisa de estar escrito em lado nenhum.

A nível ambiental, considera que as temáticas tratadas pela RTP são de interesse público ou do interesse do público?

Eu faço sempre para que sejam de interesse público e do interesse do público, os dois. Também pode acontecer passarem a ser do interesse do público, depois de serem de interesse público. Ou seja, alertar as pessoas para a realidade que passa a ser um tema das próprias pessoas. Eu constato isso, muitas vezes, quando várias pessoas se dirigem a mim a falar de uma reportagem minha que viram e que não tinham consciência de que fosse assim. Mas isso é [com o] ambiente e outras coisas. É muito importante que nós coloquemos alguns temas na agenda ou façamos essa tal literacia e pedagogia para dar a conhecer realidades que as pessoas desconhecem.

Sente que a RTP, enquanto serviço público, tem maior responsabilidade pedagógica, a nível ambiental?

Tem uma grande responsabilidade. É importante esclarecer dúvidas e a prova disso é um dos programas que apresento, o 'Impacto Verde', que é exatamente um programa de

literacia ambiental, para esclarecer temas, para desmistificar e até fazer o contraditório. Digo isto porque há coisas engraçadas como, afinal o saco de plástico é melhor para o ambiente ou o saco de algodão natural? Se formos ver pelo uso e pela água que consome, se calhar o saco de plástico, se for reutilizado, é mais amigo do ambiente do que o saco de algodão natural que gastou litros e litros de água, com uma pegada ambiental muito maior. Portanto, essa função pedagógica é essencial até para alertar consciências. Sempre que faço reportagens é com esse intuito, que sejam pedagógicas, que tenham uma linguagem direta para que as pessoas percebam o que está em causa, e, se puder, dar sempre exemplos para que se coloquem naquele papel. Por exemplo, créditos de carbono, os novos usos da terra, o combate aos fertilizantes, a importância da minhoca, o decréscimo dos polinizadores, os ratinhos dispersores que estão a morrer, a contaminação e importância das fábricas da água, tudo isto é muito pequenino mas importa que entre na agenda e no dia a dia. Ganhei um prémio com uma reportagem que explicava a importância do pinhal bravo. Qual é o [meio de comunicação] privado que vai fazer uma reportagem sobre a importância do pinhal bravo? Mas é possível contar esta história, fazer isso de forma a chegar às pessoas.

D - Lavínia Leal – jornalista e editora da editoria de sociedade

Qual o peso que considera que a temática ambiental tem no trabalho realizado por esta editoria [sociedade]?

Até existir a editoria de ambiente, que é bastante recente, nós éramos os únicos que tratavam temas ambientais. Agora, eu não sei dizer bem a quantidade de peças ou as percentagens que representam, até porque depende dos assuntos. Por exemplo, se estivermos a falar só de pradarias marinhas, não é algo que trabalhemos muito, mas se juntares catástrofes naturais, que aconteçam sobretudo em Portugal porque tudo o que não for cá é feito pela editoria do internacional, ou incêndios e cheias, acaba por ter um peso muito grande. Há alturas em que só fazemos isso, praticamente. Portanto, e principalmente no que diz respeito a estes fenómenos naturais, o tema ambiental tem muita importância na editoria de sociedade.

As catástrofes naturais são, então, os temas ambientais mais retratados na editoria [sociedade]?

Sim, quando falamos em ambiente, sim. Mas é sempre importante referir que não são os únicos. Por exemplo, quando é altura das cimeiras do clima, temos reportagens que antecipam a cimeira e os temas que vão ser debatidos. Nessas alturas há mais sensibilidade para esses temas e nós acabamos por falar deles.

Considera que, por parte da RTP, há uma aposta crescente em trabalhar estas temáticas?

Se não houvesse uma aposta crescente não teriam criado uma editoria de ambiente. Agora, claro que há dias, por exemplo o dia do apagão ou o dia da morte do Papa, em que as reportagens de ambiente são canceladas. São logo as primeiras a cair para dar lugar ao tema para o qual as atenções estão viradas. Peças de ambiente e temas regionais geralmente são as que caem primeiro.

Mas qual é, na sua perspetiva, a razão para serem as primeiras a cair?

Isto acontece porque, geralmente, há outros assuntos que são de atualidade e esses não podem deixar de entrar. Depois, o coordenador tem de priorizar e decidir o que deve e não deve cair. Portanto, no fundo, o problema são os assuntos da atualidade que se impõem e que acabam por empurrar o [tema] ambiente. Mas existem outros programas, e ainda bem, como o Portugal em Direto, que acaba sempre por ir buscar estas peças. O que quero dizer é que isto não é uma tentativa de desvalorizar as questões ambientais porque todos temos a plena consciência de que é um tema importante.

Quando estes temas são trabalhados aqui, em sociedade, considera que se recorre muito a informação que chega por parte de agências internacionais e comunicados?

Para os temas ambientais, diria que não, só mesmo quando são assuntos internacionais e não temos oportunidade de ir ao local. Mas eu gosto tanto de ambiente precisamente por conta disso, obriga-nos a ir para a rua. Por exemplo, quando as barragens andavam secas, às vezes tem de ser no imediato porque acaba de chegar um relatório e não tens tempo de ir para a rua e não tens outra forma de dar a notícia, mas depois vais para a rua ver e fazer reportagem sobre isso.

Então o que pesa mais, aquilo a que dão mais importância, é recolher informação no terreno...

Claro que sim, temos de mostrar as coisas, não há outra forma.

Tem conhecimento dos termos do atual Contrato de Concessão, das obrigações estipuladas?

Não, nem por isso... Eu acho que já li, cheguei a ler mas não sei dizer...

Refiro-me à necessidade de ter de haver uma informação com independência, pluralismo diversidade, contextualização, rigor, isenção, entre outros. Como vê todas estas obrigações?

Ah sim, isso acaba por ser a ética e deontologia do jornalismo. Tudo isso são obrigações dos jornalistas, seja na RTP ou noutra sítio qualquer. Portanto, eu olho para tudo isso como obrigações de todo e qualquer trabalho jornalístico. Mas depois também temos o outro lado, as peças têm de ter conteúdo, não podemos escrever as coisas só porque sim. Por exemplo, no serviço público tem de se ouvir todos os lados, e nós fazemos isso, mas se há alguém que não diz nada de jeito ou se se repete constantemente, por mim, não se põe na peça. Acho que também pode depender um bocadinho de como vemos as coisas, isenção e rigor também pode ser tratar os assuntos com objetividade, mas outras pessoas, se calhar, acham que serviço público é estar sempre a dar voz a toda a gente.

Tem conhecimento das alterações feitas ao novo Contrato de Concessão de serviço público, assinado há uns meses?

Pois, eu não li, se calhar devia ter lido. O anterior li mas este não. Aliás, eu lembro-me de fazermos uma peça sobre essas alterações mas sinceramente já não me lembro muito bem.

O atual Contrato aborda a necessidade de uma literacia mediática mais acentuada e um *fact checking* mais presente no meio jornalístico. Como vê estas alterações?

Acho que tudo é importante. Na verdade, acho que a questão da literacia mediática já faz parte do papel do jornalista. Entendo a literacia mediática como sendo o facto das pessoas terem de compreender o que estamos a dizer e às vezes, por exemplo, em economia, às tantas, estão a falar «economês» em vez de falarem português, usam termos muito fechados. Isto acontece também com questões de religião, com justiça e às vezes é bom que nos voltem a pôr no lugar e que nos lembrem que somos jornalistas e não economistas nem juristas e que estamos a falar para o público em geral. Portanto, é importante. Quanto ao *fact checking* também acho que é uma boa observação porque, na realidade, cada vez estamos mais sujeitos ao imediatismo e ao que aparece nas redes sociais. A inteligência artificial também torna tudo mais difícil, mas acho que temos estado a cumprir essa missão, por exemplo, agora nas campanhas, temos tentado comprovar ou desmentir algumas coisas que são ditas em debates políticos. Isto é mesmo muito importante, ainda esta noite houve um ataque na Índia e alguns jornalistas foram logo às redes sociais à procura de imagens, e uma imagem específica começou a ser muito

partilhada. Enfim, com o *fact checking*, chegou-se à conclusão que a imagem tinha mais de 2 anos. Portanto, isso é mesmo muito importante.

Sente que a RTP, por ser a televisão de serviço público, acaba por ter mais responsabilidade na educação ambiental do público face a outros órgãos de comunicação?

Deve ter mais responsabilidade em relação a tudo, na realidade.

Em que medida?

É isso, nós temos a obrigação de ser pedagogos, de falar um pouco de tudo. Quanto ao ambiente acho que é algo que temos andado a fazer. Por exemplo, nós temos o [programa] ‘Minuto Verde’, somos a única televisão com algo deste género. Portanto, acho que sempre houve essa preocupação por parte da RTP. Mas o tratamento de questões ambientais tem de ser muito cuidado porque, às tantas, pode ser uma seca para o público, podem pensar “ai lá estão eles a falar outra vez de alterações climáticas, já ninguém aguenta”. Então, temos de procurar uma forma de contar as coisas que sejam notícia mas que não faça as pessoas mudar de canal, porque se não tiveres público não adianta nada fazeres as coisas.

Essa é outra questão. Considera que a RTP trata temas ambientais que são de interesse público ou do interesse do público?

Eu acho que há reportagens tão bem feitas que são de interesse público e tornam-se do interesse do público. Às vezes, as pessoas podem achar que não têm interesse mas começam a ver e ficam agarradas. Isto também se faz com base no talento do jornalista enquanto contador de histórias. O público pode pensar que não tem interesse, mas depois contamos a história bem contada e até acham piada.

E - Rita Marrafa de Carvalho – jornalista e editora da editoria de sociedade

Qual considera ser o peso que a temática ambiental tem nesta editoria [sociedade]?

Tem o mesmo peso que todas as outras áreas que nós temos de cobrir. Na verdade, não há uma prioridade entre saúde, justiça, etc... Tudo aquilo que tenha um valor notícia e que reúna condições e características de interesse público tem o mesmo valor.

E que temas ambientais acabam por ser tratados de forma mais recorrente, aqui, em sociedade?

Fazemos muito tudo o que seja desastres ambientais, violações graves de proteção ambiental e animal, e o desvio da norma ou do que está estabelecido, como atos de poluição ou violações da preservação ambiental. Tudo isso, nós acabamos sempre por fazer.

Considera que há de facto uma aposta, por parte da RTP, nesta área?

Há, principalmente nos últimos anos com uma maior consciencialização de que a questão do ambiente é premente para a sobrevivência humana, e com tudo o que seja a mais recente percepção de que o ambiente necessita de mais enfoque e atenção, até com as alterações climáticas. Acho que a nossa aposta é muito visível, quer nos programas que dedicamos ao tema, quer à criação de algo inédito nas redações televisivas como a editoria de ambiente.

No telejornal há sempre peças que acabam por cair e muitas vezes são sobre a temática ambiental. Na sua perspectiva, porque é que isto acontece?

Isso acontece apenas quando têm o critério de atualidade, e acontece com todas as outras temáticas, na verdade. Ou seja, são peças que não perdem atualidade ou que têm uma capacidade de exibição mais lata no tempo. Quando são exclusivos nossos ou quando são coisas que, de facto, estão muito datadas não me parece que isso aconteça. Portanto, as peças caem, normalmente, porque a mensurabilidade do telejornal é limitada e há opções a fazer, ou porque há uma estratificação de valor-notícia e de importância dos temas, mas

se o tema do ambiente é, realmente, muito relevante e traz uma notícia que é nova, que é exclusiva, que tem impacto para um vasto número de pessoas e que tem interesse público urgente, normalmente não cai.

Já que aborda a questão do interesse público, as temáticas ambientais tratadas pela RTP são de interesse público ou do interesse do público?

Eu acho que acaba por ser ambos, de interesse público e do interesse do público e, se calhar, as duas até são sinónimos. Damos, também, muita importância aos movimentos cívicos e às sociedades de proteção ambiental, quando há alertas dos cidadãos comuns nós tomamos algum cuidado para perceber se se verifica essa denúncia ou não. Acaba por englobar as duas questões.

Para elaborar peças sobre a temática ambiental, esta editoria recorre muito a publicações de agências ou comunicados que chegam à redação?

No nosso caso isso não acontece. Se for ambiente internacional não temos outra forma que não seja recorrer às imagens de envios das agências internacionais para fazer a peça, mas, regularmente, até pela editoria de ambiente, nós vamos aos locais e entrevistamos as pessoas em causa. Nessa questão, fazemos um jornalismo muito mais presencial e próximo do problema porque não é possível, em televisão, fazermos o jornalismo de secretária sem que o repórter lá esteja. Por isso, acho que fazemos muito mais reportagem do que propriamente notícias de *hard news*.

Tem conhecimento dos termos do atual contrato de concessão de serviço público, das obrigações estipuladas?

Eu não tenho presente...

Refiro-me à necessidade de ter de haver uma informação com independência, pluralismo diversidade, contextualização, rigor, isenção, entre outros. Como vê todas estas obrigações?

Isso não tem nada a ver com o contrato de concessão, o contrato vai muito além disso. É um documento dirigido ao serviço público que tem preocupações e responsabilidades acrescidas e políticas editoriais muito mais rigorosas, até porque há um escrutínio público muito maior e que faz todo o sentido. Nós temos espaços de informação que outros meios de comunicação social comerciais e privados não têm, como o foco em notícias mais regionais e dirigidas a minorias, que dizem respeito a preocupações que talvez não sejam tão atrativas para os órgãos de comunicação privados porque não dão tanta audiência ou porque não são muito espetaculares. Neste campo, nós não temos esta espetacularização da informação nem este pacote de atratividade da informação. Por isso, o contrato de concessão, que acho que todos nós fazemos com imenso gosto, já é endémico em quem é repórter na RTP.

Então todas estas obrigações estão inerentes ao seu trabalho jornalístico diário?

São inerentes, exatamente. Aliás, às vezes lemos algumas coisas que potencialmente serão notícia mas pensamos “isto não se enquadra na política editorial da RTP, mas faria sentido no canal X ou no canal Y”. Muitos de nós trabalham aqui há muitos anos e sabemos que há coisas que não se enquadram, em termos de cobertura, naquilo que é a política editorial da RTP, de sobriedade, de cuidado e preocupação para com as minorias e com a identidade dos menores, com a salvaguarda da privacidade e do direito ao bom nome e imagem dos intervenientes, em tudo o que sejam notícias que podem desencadear processos miméticos como incêndios e barricadas ou suicídios. Tudo isto são temas que, para nós, são trabalhados com um cuidado acrescido.

Existe algum tipo de recomendação para tratar este tipo de temática?

Para além do bom senso? Tivemos, há muitos anos, um Livro de Estilo que condensava as boas práticas que ainda hoje implementamos. Mas, o bom senso é totalmente imperativo nestes casos e, por vezes, por não termos o distanciamento e estarmos muito envolvido na história, mostramos os textos uns aos outros para perceber se estou a fazer

uma boa avaliação e análise do que escrevi e de como abordei, ou se alguém, mais experiente ou com o distanciamento necessário, me pode alertar para algumas alterações. Acabamos por trabalhar nesta comunidade em que todos nos auxiliamos a centrar no que é essencial, o serviço público.

Voltando ao contrato de concessão, o que se encontra em vigor é bastante recente. Tem conhecimento das alterações feitas face ao antigo contrato?

Não, não li.

Por exemplo, o atual contrato de concessão aborda a maior necessidade de literacia mediática e *fact checking* inerente ao trabalho jornalístico. Como vê estas mudanças?

Isso faz todo o sentido porque nestes 10 anos as redes sociais trouxeram-nos este grande desafio, extra jornalístico, que é combater a desinformação e aqueles que têm um palco mediático como forma de propagação massiva de informação não fidedigna, incoerente e, muitas vezes, falsa. Esse é um tema que me é muito caro e sobre o qual eu tenho estado muito preocupada, quer nas aulas que dou, quer aqui na redação para sensibilizar chefias e colegas.

Acaba por ser um trabalho acrescido para os jornalistas?

Exatamente, é um trabalho acrescido porque não podemos confiar em absolutamente nada. Quando isto não se faz, cometemos erros e sempre que um jornalista comete erros perde pontos na credibilidade que tem junto do público e o nosso maior garante de confiança numa audiência é fazer com que as pessoas olhem para nós e percebam que há credibilidade e veracidade naquilo que dizemos. Se falharmos constantemente as pessoas perdem a confiança em nós, e se perdemos a confiança perdemos público, e se perdemos público passamos a ser só um serviço e deixamos de ser serviço público. Portanto, esse *fact checking* é um novo desafio que temos e que vamos ter nos próximos tempos, para o qual muitos de nós ainda não estão preparados porque exige um conhecimento mais profundo do funcionamento das redes sociais e da informação digital onde vamos ter de

fazer todo o processo inverso da informação que nos chega. Perceber de onde vem, que meta dados é que traz, quando é que foi criada, se as imagens correspondem ao que nos dizem e à data que nos dizem. Mas, isto leva tempo e o problema é que em televisão tens pouco tempo e, muitas vezes, na ânsia de se ser o primeiro a dar a novidade, não se faz este percurso de *fact checking* e o que tem acontecido é que muitos órgãos de comunicação social acabam por colocar imagens, dados e informações que não correspondem à verdade e caem no ridículo, prova disso é o famoso carrinho nas poças de água.

Podemos dizer que a RTP enquanto única televisão serviço público em Portugal, acaba por ter uma responsabilidade acrescida na educação ambiental do público?

Sim, também. No entanto, não é suposto que o jornalista eduque, é suposto informar. A RTP tem outras valências para além do jornalismo, onde estão incluídos programas, projetos e plataformas de maior formação e educação. Portanto, acho que acabamos por cumprir essa missão.

F - Andreia Custódio – jornalista redatora na editoria de ambiente

Como e quando começou a trabalhar na editoria de ambiente?

Eu entrei [na RTP] diretamente para a editoria de ambiente. No fundo, eu candidatei-me para estágio profissional e a direção, quem me fez a entrevista, viu ali qualquer coisa de potencial para esta área e um dia ligaram-me e propuseram-me vir integrar uma equipa que ainda não existia, ou seja, era a Daniela [Santiago] a coordenar-se a si mesma. Ela tinha esta editoria que é única nas televisões, acho eu, e a ideia era ter alguém para ajudar e criar coisas.

Mas há algum interesse pessoal por esta área ou foi só porque decidiram que faria parte da editoria de ambiente?

Há, eu acho que há... Vou ser muito sincera, eu antes não era tão sensível às questões do ambiente mas também acho que não era tão sensível às questões do dia a dia como sou agora, mas sempre fui muito sensível às questões dos direitos humanos, dos conflitos armados, etc. Eu lembro-me que na entrevista perguntaram-me se eu tinha feito algum curso fora e eu disse que, por acaso, estava a fazer um curso da ONU online e estava a fazer um específico que era sobre o impacto das alterações climáticas nas populações, especificamente nas crianças, e acho que foi por aí. Depois, a partir do momento em que entrei ganhei um amorzinho novo à área, não vou mentir, especialmente porque sempre gostei do mar e tudo o que é questões do oceano, eu adoro. E eu tive a oportunidade de fazer aquelas duas [reportagens] de ir no barco com a Marinha e é sempre incrível. Já existia uma curiosidade que foi crescendo para uma admiração e uma curiosidade ainda maior sobre o tema. Portanto eu comecei por nem saber muito bem o que eram alterações climáticas para agora ser, se calhar, uma das pessoas que mais domina o assunto aqui. A Daniela também sempre semeou o bichinho e tudo isto ajuda a que a pessoa vá estando mais dentro dos temas e vá percebendo como é que tudo se interliga... alterações climáticas é muito abrangente, e perceber que tudo funciona em cadeia também entusiasma.

No trabalho que faz, quais são os desafios mais comuns quando escreve sobre estes temas ambientais?

Transpondo para televisão eu sinto que, no início, era perceber que há certos termos mais difíceis de compreender e que as pessoas precisam de saber o que são.

Por exemplo, mineração em mar profundo... nem todos sabem o que é...

Exatamente, acaba por ser a necessidade de desconstruir essas coisas porque nós temos pouco tempo numa peça televisiva e são temas que nem toda a gente conhece e nós não podemos estar constantemente a explicar porque temos de chegar ao ponto. Portanto, tens de os explicar numa frase que seja clara de forma a que fique bem dentro do contexto para que depois se perceba o resto. Isso é desafiante, chegar às pessoas. Outra coisa são as imagens, ou seja, nós temos de escrever para as imagens, mas não conseguimos falar de degelo sem ter glaciares a derreter, não conseguimos falar de mineração em mar profundo sem ter coisas relacionadas com isso. Estamos muito dependentes das agências porque nós não vamos à Antártida ou ao Ártico fazer essas imagens. As alterações climáticas têm termos muito latos e muitas vezes não há imagens concretas para isso e portanto estamos muito dependentes das imagens que surgem. Já aconteceu várias vezes ter de fazer peças e ir buscar as mesmas imagens porque são coisas muito específicas e é difícil ter [material suficiente] para alimentar isso. Portanto, o desafio prende-se precisamente em ter uma linguagem clara e ter imagens para ilustrar aquilo que estamos a querer dizer. Tudo isto de forma direta o suficiente para conseguir chegar às pessoas, não pode ficar só no etéreo.

Essa questão das imagens pode querer dizer que, nesta editoria, acabam por trabalhar mais em redação do que no terreno?

Não, não quer dizer isso, eu acho que depende. Nós temos reportagens nossas e aí somos nós que estamos na rua, o que acontece muito, e depois temos as reportagens que são mais internacionais. Mas, muitas reportagens somos nós que fazemos, e isto não implica sair menos. Há aqui essas duas componentes que são, de vez em quando, porque faz sentido e porque tens ganchos para isso, usares material mundial [de agências internacionais], digamos assim - por exemplo ainda há pouco tempo saiu aquele estudo sobre os glaciares

derreterem três piscinas olímpicas por segundo. Mas depois também tens os outros ganchos do dia a dia através dos quais consegues chegar às pessoas, por exemplo mostrando pranchas de surf e cápsulas de café mais amigas do ambiente. Estas pequenas coisas também são possíveis e é importante haver estas componentes micro e macro, que eu acho interessante, e que nos dá este equilíbrio de sair à rua ou não sair.

Há algum tipo de recomendação ou *guidelines* de como tratar estas questões?

Não, não, a única pessoa que me dá *guidelines* é a Daniela. Mas, por exemplo, nós trabalhamos muito com o oceanário e temos sugestões da parte deles e há outras agências de comunicação que sugerem coisas, mas depois nós, aqui, avaliamos, neste caso a Daniela avalia se queremos ou não fazer. Também já aconteceu ter uma componente meio publicitária, essa das cápsulas de café, por exemplo, e nós decidimos que não vamos tornar isto publicidade porque não é esse o nosso trabalho. O nosso trabalho é mostrar que é possível criar cápsulas biodegradáveis e fazer compostagem e no que isso ajuda o ambiente, portanto, nós fugimos sempre da marca.

Tenho vindo a perceber que as peças de ambiente, geralmente, acabam por cair dos alinhamentos. Concorda? Porque acha que acontece?

Pois, realmente tendo a concordar com isso, tem sido uma luta nossa porque os jornais são muito curtos. Agora, também há uma coisa que é clara e eu e a Daniela temos isso bem ciente - nós não trabalhamos para o Telejornal, nós trabalhamos para a RTP e se uma peça nossa não cabe no Telejornal vai caber noutra sítio porque o importante é dá-la. E eu acho que se calhar [as peças caem] do Telejornal porque é um jornal curto e depois depende do coordenador que está, da importância que dá ao tema, da própria importância do tema porque há peças, por exemplo, essa das cápsulas de café ou essas mais micro, se calhar são mais intemporais e as outras têm mesmo de sair naquele dia e portanto também depende da relevância do próprio tema. Temos muitas peças nossas no Telejornal, mas se de facto o jornal for pequeno e se for preciso tirar alguma coisa e se o tema for mais intemporal se calhar vai cair, sim. Mas mesmo que caia no Telejornal, ou entra no Jornal da Tarde ou entra no Portugal em Direto, entra sempre nalgum lado, nós somos chatas nisso. Se fizermos vai entrar porque é preciso que entre.

Tem conhecimento dos termos do atual Contrato de Concessão e das obrigações que estão estipuladas?

Podes só dar-me alguns pontos para me situar e perceber onde queres chegar?

Refiro-me à necessidade de ter de haver uma informação com independência, pluralismo diversidade, contextualização, rigor, isenção, entre outros. Como vê todas estas obrigações?

Eu acho que é isso que faz sentido, pelo menos, eu tento não trabalhar de outra forma que não essa. Sei que a Daniela pensa da mesma forma porque eu aprendo com ela e, especificamente em ambiente, existem muitos casos de projetos que estão a ser feitos que tecnicamente são legais, mas se são bons para o ambiente? Não, e então há aqui uma certa... a Daniela costuma fazer mais esse trabalho de investigação e de expor os problemas. Já aconteceu termos de fazer o direito de resposta precisamente porque as pessoas questionam e faz parte do nosso trabalho saber contextualizar, saber defender aquilo que fizemos e saber que estamos do lado certo da questão na medida em que é o lado factual, estamos a expor uma situação quer as pessoas gostem, quer não. É o nosso trabalho.

Todas estas obrigações são algo presente na sua atividade diária enquanto jornalista?

Sim, eu acho que sim, também sou uma jornalista mais recente, não é? Mas eu acho que quando te metes nisto, quando entras para esta área já sabes o que te espera e sabes que tens determinadas obrigações que tens de cumprir. Eu escolhi esta área e sei que não posso fazer determinadas coisas e tenho de aceitar, mas posso fazer outras e também sei que tenho direitos. Eu ando sempre com o código deontológico na carteira porque, quando trabalhava noutro órgão de comunicação, fui sempre com a premissa de fazer aquilo que eu acho correto, acho que tenho um sentido de justiça apurado, e aprendi que o ponto 6 [do Código Deontológico] diz que tu podes recusar qualquer prática jornalística que violente a tua consciência...

Sim, a Cláusula de Consciência...

Exatamente, e fui sempre com essa... se me quiserem tirar daqui eu vou alegar [essa Cláusula] e espero que o próximo sítio que me empregue valorize essa minha atitude. Eu sei aquilo em que acredito e defendo os meus valores. Já aconteceu em reportagem os assessores quererem que tu faças de determinada forma, por exemplo falar só com os chefões ou CEO's, mas eu quero falar com quem está no terreno, a fazer as atividades. Tu fazes o que achas melhor para o público.

Sendo que estas obrigações são, e pegando nas suas palavras, «o que faz sentido» acabam por ser uma espécie de limitação ao seu trabalho?

Eu acho que não, porque já escreves com isso intrínseco, já nem pensas e quando comesças a fazer percebes o caminho que queres tomar. Por exemplo, uma vez fui fazer uma reportagem sobre a forma como os agricultores começam a usar centrais de painéis solares. Fui a algumas centrais que já tinham um acordo com agricultores locais para terem ali uma relação simbiótica e, na altura, questionei-me um bocadinho porque as pessoas do parque fotovoltaico só diziam «nós fazemos isto, nós fazemos aquilo» e eu comecei a pensar, será que estou a fazer publicidade ao parque? Parecia que lhes estava a afagar o ego e não é esse o objetivo. Depois, olhando para o meu texto não havia outra forma de dar a volta, mas eu acho que não estava a fazer publicidade. Agora, claro que as pessoas vão interpretar da maneira que querem, mas acho que é preciso ter a consciência de que o nosso trabalho pode gerar este tipo de conclusões, mas eu não estou a fazer para que isso aconteça. As pessoas têm livre arbítrio, pensamento próprio, e eu não posso condicionar isso, posso é fazer o meu melhor para que o resultado assimilado [pelo público] seja a minha mensagem e não a publicidade. Tentamos fazer as coisas da forma que achamos mais corretas e também temos coordenadores precisamente para darem essa validação, não faço nenhuma peça sem mostrar a alguém, que geralmente é a Daniela, a não ser que ela não esteja. Tento ter esse aval e é bom ter o *feedback* de pessoas com mais experiência.

Voltando ao Contrato de Concessão, o que se encontra em vigor foi assinado há uns meses e o anterior esteve em vigor durante cerca de 10 anos. Tem conhecimento das alterações feitas?

Não, assim de repente não consigo precisar.

Por exemplo, o novo Contrato aposta mais na necessidade de uma literacia mediática mais acentuada e de um *fact checking* mais presente no trabalho jornalístico. Por outro lado, não faz qualquer referência à necessidade de haver contraditório. Como vê estas mudanças?

Acho que, as primeiras, são muito importantes, basta olhar para as redes sociais e nós, a malta nova, sabemos perfeitamente a desinformação que anda por aí. A partir do momento em que tens, por exemplo, líderes partidários a dizer mentiras durante debates e que são perpetuadas como verdade, isso abre uma porta gigante para que depois as pessoas tirem as suas ilações e vão para as redes sociais disseminar essas reações ou isolam aquilo que é dito em televisão e que é mentira. Sabemos perfeitamente como funciona essa bola de neve. Agora, acho que tem, de facto, de haver uma maior literacia mediática porque senão esta nova geração chega às redes sociais e não vai ter sentido crítico nenhum, vai só acreditar naquilo que vê e claramente não pode. Acho que o nosso trabalho é precisamente um bocadinho desconstruir conceitos para ajudar as pessoas a aproximarem-se do nosso texto, ou seja, garantir que o texto que estamos a elaborar vai chegar a toda a gente, a todo o tipo de escolaridade.

Quanto ao contraditório, tem de haver, é uma das regras básicas do jornalismo. Tu não podes dizer uma coisa sem que dêes espaço à outra pessoa para se defender, quer para o bom quer para o mau.

A RTP, enquanto televisão de serviço público, acaba por ter maior responsabilidade na educação ambiental do público, face a outros órgãos?

Antes de falar da temática ambiental especificamente, eu acho que a RTP tem maior responsabilidade no geral. Acho que estamos a caminhar para o pensamento de: onde vai um vão todos. Isto não é uma crítica às escolhas e decisões editoriais, mas, a nível pessoal, acho que há temas onde agora vão todos os meios de comunicação e anteriormente a RTP

não ía, por exemplo. Mesmo assim, a RTP ainda mantém uma postura muito firme para o que merece e não merece ser notícia e eu gosto disso, gosto de que haja esse espírito crítico e acho que é isso que nos distingue enquanto serviço público. Quanto à educação ambiental, acho que sim [a RTP tem maior responsabilidade] especialmente por sermos a única televisão com uma editoria de ambiente. Acho que a ideia é crescermos, de modo a trazer essa consciência ambiental talvez para os públicos mais velhos porque a malta mais nova já cresceu a ouvir sobre as questões ambientais. É importante deixarmos as pessoas a pensar sem alarmar, ou seja, despertar as consciências. E nós, enquanto serviço público com uma editoria de ambiente, faz sentido que sintamos essa responsabilidade de que aquilo que estamos a dizer é importante. Portanto, é importante que mantenhamos a responsabilidade do serviço público. No caso do ambiente, ainda mais, por sermos públicos, por termos pessoas dedicadas a esse tema e por tentarmos fazer coisas diferentes para diferentes públicos.

Então a RTP cumpre, de facto, essa missão, na sua perspectiva...

Eu acho que sim, logo a partir do momento em que decidem criar uma editoria para isso. Acho que existe essa abertura para despertar consciências e para trazer mais o tema para cima da mesa. Na reunião de coordenação discutem-se todos os dias coisas de ambiente e a Daniela tem toda uma experiência na área, e tem muito conhecimento acima de tudo, tudo isto é uma mais valia. Lá está, as peças podem cair mas não quer dizer que não sejam importantes, depende da coordenação, da agenda, mas todos os temas têm o seu espaço e a RTP dar esse espaço já é muito bom.

G - Soraia Ramos – jornalista redatora na editoria de sociedade

Escrever sobre temas relacionados com o ambiente acaba por acarretar mais desafios ou diferentes desafios do que escrever sobre outra temática do dia a dia?

Sim, eu acho que há uma noção... e quando falas em ambiente vejo na perspetiva de alterações climáticas ou de incêndios, que também é o que eu mais gosto de fazer. Eu acho que acarreta mais responsabilidade na medida em que tem impacto para as pessoas, impacto na vida delas. Quando vamos cobrir um incêndio, ou umas cheias, ou terremotos, já fiz inclusive fora do país para a RTP a cobertura do vulcão em Espanha, incêndios na Grécia e do terremoto em Marrocos - coisas em que fui enviada especial, tudo isto tem muito impacto porque afeta as pessoas diretamente e nós estamos num dos piores momentos da vida delas, a chateá-las porque queremos falar com elas. Portanto, ou temos noção de como conduzir uma entrevista para ter o melhor delas sem estar a carregar na ferida ou as coisas podem ser mal interpretadas e não é isso que queremos, não na RTP.

Portanto, ao trabalhar esta temática acaba por ser necessário ter em consideração todos os padrões de ética que devem estar inerentes ao jornalismo...

Certo, todos os padrões de ética e um valor, para mim, fundamental que é a empatia - pormo-nos no lugar daquela pessoa. Eu já falei com pessoas que perderam tudo o que tinham e, de um momento para o outro, nem sequer sabem o que hão-de fazer, portanto, ou de facto nos colocamos no lugar daquela pessoa e percebemos o que está a sentir ou perdemos a nossa humanidade.

Há pouco falou na responsabilidade que os temas ambientais acarretam. Considera que a RTP, enquanto estação pública, acaba por ter mais responsabilidade na educação ambiental do público?

Eu acho que sim e não é só neste tópico. Acho que a RTP tem uma responsabilidade acrescida que eu sinto, todos os dias, em qualquer reportagem, e nestas [sobre desastres ambientais] em especial porque são coisas que mexem muito com as pessoas. Não é uma reportagem qualquer quando falamos de cheias, de incêndios, de uma qualquer situação que vai afetar as pessoas na sua vida para sempre, nunca mais se vão esquecer naquele dia. Portanto, nós, na RTP, não só por sermos o canal público, mas especialmente pela

forma como fazemos jornalismo e como tratamos o jornalismo, temos que ter essa responsabilidade ainda mais presente.

E sente que essa missão é, de facto, cumprida?

Sinto que sim, e é uma responsabilidade tão grande que tento [fazer com] que todas as perguntas sejam bem refletidas para também fazer jus ao respeito que tenho por esta casa.

Existem recomendações específicas, por parte da empresa, para tratar estas questões ambientais?

Que eu tenha conhecimento, não. O que nós temos entre nós é falarmos muito uns com os outros, e essas são as melhores guidelines. Perguntamos a opinião, mostramos os textos, identificamo-nos, e eu não vou ter com as pessoas que são as minhas melhores amigas, não é esse o meu critério, eu vou ter com as pessoas que mais respeito aqui dentro e que, para mim, fazem o melhor jornalismo ou o jornalismo com que mais me identifico, aquelas que acredito que me vão ajudar mais e ajudar a fazer um melhor serviço público.

Há pouco referiu que os desastres, ou catástrofes, são o que mais gosta de trabalhar dentro da temática ambiental. Isso é, de facto, um interesse pessoal ou são apenas serviços atribuídos?

Eu gosto da adrenalina, eu gosto das confusões, gosto do última hora, identifico-me com esse estilo de reportagem, e aqui [na RTP] toda a gente sabe isso. Aquilo com que me identifico mais é a parte da Administração Interna que engloba a Proteção Civil, são muitos os cursos e formações que já fiz nessa área porque me identifico com isso, e os editores sabem que gosto de fazer isso, apesar de não trabalhar só essa área. Portanto, a resposta direta à pergunta é que os serviços são atribuídos mas às vezes também me ofereço para fazer. Por exemplo, o caso dos grandes incêndios de verão, isso significa fazer viagens anuais, há incêndios em todo o lado, são no norte, no sul, no centro, onde forem e isso também exige alguma disponibilidade. É uma coisa com a qual me identifico e que gosto muito de cobrir.

Já aconteceu propor temas ambientais que não tenham sido aceites por editores ou coordenadores, por exemplo?

Com temas ambientais especificamente, não. Já me aconteceu propor reportagens que não foram feitas por não ser o melhor momento, mas até serem feitas mais tarde. Tem muito a ver com o tipo de reportagem e com as equipas que temos disponíveis porque essa logística tem de ser avaliada. Mas não é por ser uma coisa de ambiente, comigo nunca aconteceu.

Geralmente, as peças de ambiente acabam por cair do alinhamento. Porque acha que acontece?

Não consigo fazer bem essa avaliação porque as peças que caíram não foram minhas. Agora, acho que tem de haver uma maior cultura de empresa quanto à importância do ambiente, acho que isso pode ser melhorado e isto também tem muito a ver com o que vamos ouvindo da editoria de ambiente. Mas, no meu caso, quando faço estas temáticas elas entram [no Telejornal].

Então, de modo geral, é uma temática que acaba por ser desvalorizada?

Já ouvi isso a ser dito aqui, já ouvi essa queixa, mas não é nada que eu tenha notado com o meu trabalho, com as peças que são feitas por mim.

Relativamente ao Contrato de Concessão, tem conhecimento dos termos e das obrigações estipuladas?

Na verdade, não tenho bem presente todos os detalhes do Contrato...

Refiro-me à necessidade de ter de haver uma informação com independência, pluralismo diversidade, contextualização, rigor, isenção, entre outros. Como vê todas estas obrigações?

Eu trabalho na RTP porque eu quis trabalhar aqui e queria desde sempre...

Por ser pública?

Por ser a RTP, por me identificar e porque queria ser jornalista desde sempre, desde que me lembro. Eu queria trabalhar aqui pela forma como me identificava com os valores da RTP e continuo a cá trabalhar precisamente por isso. Houve outras propostas e outros convites que recusei porque me identifico com a forma como se faz jornalismo aqui e com os valores que estão no Contrato de Concessão. Portanto, quando me perguntas como os vejo, é a minha forma de estar, é aquilo com que, de facto, me identifico, é a forma como eu acho que se deve fazer jornalismo. Se fazemos tudo bem? Acredito que não, todos nós erramos. Agora, também há uma massa crítica interna, às vezes muito dura, mas que nos permite ir para o caminho mais correto. Esse pluralismo, essa diversidade, também faz parte da cultura interna, e, para mim, só faz sentido fazer jornalismo dessa maneira.

Acaba por ser algo intrínseco ao seu trabalho jornalístico diário?

Sim, claro que sim. Sem dúvida.

Mas pode ser também alguma limitação?

Acho que são referências, mais do que limitações. Ou seja, se trabalhar na RTP me impede de escrever uma palavra ou uma expressão? Não me impede, nada me impede, mas faz-me pensar duas vezes, e esse pensar duas vezes faz-nos ser melhor todos os dias.

O Contrato de Concessão que atualmente se encontra em vigor foi assinado apenas há uns meses. Tem conhecimento das alterações face ao Contrato anterior?

Na verdade não tenho muitos detalhes, para te ser honesta...

Por exemplo, este novo Contrato aborda a necessidade de haver uma literacia mediática mais acentuada e um processo de *fact checking* mais presente. Como vê estas alterações?

Para começar, o fact checking é mesmo muito importante em todos os trabalhos, e às vezes até fazemos isso com a ajuda uns dos outros, fazemos uma peça e há colegas que

nos ajudam a confirmar algumas informações e a ter a certeza de que tudo o que pomos no ar está correto e validado.

Por outro lado, não faz qualquer referência à necessidade de haver contraditório...

Quanto a isso acho que o jornalismo é ouvir todas as partes portanto tem sempre o contraditório se for bem feito. Não é preciso dizerem-nos isso expressamente. Até poderia ser uma mais valia, eventualmente, mas, para mim, não há jornalismo sem contraditório.

Considera que as temáticas ambientais trabalhadas pela RTP são ‘de interesse público’ ou ‘do interesse do público’?

Eu acho que, daquilo que já vi, e estando muito relacionado com a editoria de ambiente, são de interesse público, muitas vezes podem não ser do interesse do público porque acho que o próprio público nem sequer sabe que existe. Por isso, no meu ponto de vista, é essa a razão por que é importante e interessante mostrar-lhes que existe para que também passe a ser interesse deles, do público. Ou seja, acho que é de interesse público e que muitas vezes, como é uma novidade e como as pessoas não sabem que existe, passam a ser do interesse do público. Só passam a ser do interesse do público quando as pessoas têm conhecimento de que as coisas existem.

H - Ana Luísa Alves – jornalista redatora na editoria de sociedade

Escrever sobre temas ambientais acarreta mais desafios ou diferentes desafios do que escrever sobre outro tema?

Eu acho que sim, na medida em que há muitos temas que já foram muito tratados como política e economia, onde já sabes quais são as guidelines que tens de seguir para os escrever. O ambiente, apesar de já ser falado e cada vez mais falado, sinto que é um tema não tão explorado em que é preciso perceber bem o que é notícia e o que não é, como se pode escrever e como não escrever determinada coisa, o que realmente importa neste tema, e que impacto tem para as pessoas. O valor notícia também está relacionado com a proximidade, o grau de importância, entre outras coisas e, às vezes, em temas ambientais não se percebe tão bem o impacto que isso tem em nós, enquanto editoria de sociedade, enquanto país, enquanto Europa.

Falavas em *guidelines*. Então acaba por não haver recomendações específicas para tratar esse tema?

Pois, acaba por ser o jornalista a procurar a melhor forma de abordar determinado tema que considerará importante e, depois, avaliado pela coordenação, haverá o consenso do que é realmente importante.

Há algum interesse pessoal em escrever sobre ambiente ou são apenas serviços que lhe são atribuídos?

Eu interesse-me pela área. Fiz uma tese de mestrado que envolve o tema ambiental e uma das coisas que eu percebi com esse trabalho é que ambiente e política estão muito interligados. A maneira como um país vai agir é sempre política, a maneira como não vai agir também é política. Com esta tese sobre a gestão dos recursos hídricos na península ibérica foi fácil perceber, nestes dois países, que impacto é que o que um faz tem no outro. O que quero dizer é que há uma ligação muito grande entre política e todas as outras áreas, o ambiente não é exceção.

Já aconteceu propor algum tema relacionado com o ambiente que não tenha sido aceite?

Não, comigo não é algo que tenha acontecido.

Mas sente que é algo que aconteça na redação?

Não, felizmente, acho que não. No entanto, pode depender do timing em que estás a propor determinada história. Sinceramente, acho que tem mais a ver com o timing da proposta do que com a proposta em si.

Tenho constatado que as peças de ambiente alinhadas para o Telejornal, geralmente, acabam por cair. Concorda? Porque acha que acontece?

Pois, diria que tendo a concordar com isso e acho que é devido à agenda dos média. Isto pode acontecer porque, por norma, e havendo um tempo muito limitado como sabemos que a, tendo de cair qualquer coisa é preferível que não caia o que tem mais importância nesse momento. O facto das peças caírem não diz que determinado tema não tem importância, é apenas uma questão comparativa em que alguns dos temas terão de cair e outros acabam por se manter.

Sente que o ambiente é uma temática deixada para trás ou existe, de facto, uma aposta que parte da RTP?

Eu acho mesmo que há uma aposta, sim. Temos inclusivamente uma editoria de ambiente que não tínhamos até há poucos anos. Portanto, para mim, só o facto de já haver essa editoria é um excelente passo que nos mostra que, realmente, é um tema que importa.

Quanto ao contrato de concessão de serviço público, tem conhecimento dos termos e das obrigações estipuladas?

Muito pouco, não é algo que tenha presente.

Refiro-me à necessidade de ter de haver uma informação com independência, pluralismo diversidade, contextualização, rigor, isenção, entre outros. Como vê todas estas obrigações?

Vejo com bons olhos porque acho que, se somos serviço público, por alguma razão e com algum objetivo. Ou seja, há uma cota parte de assuntos que têm de ser tratados e, não só no jornalismo, temos coisas que não temos nos outros canais. São coisas que, se calhar, sem o apoio do serviço público, não poderíamos fazer. Portanto, não tendo lido afincadamente o contrato de concessão, mas percebendo a forma como se materializa, até porque já trabalho aqui na RTP há algum tempo, eu concordo com o que está estipulado.

São obrigações que estão presentes no seu dia-a-dia e aplica no seu trabalho jornalístico diário?

Claro que sim. O que me acontece muitas vezes é que, quando não encontro sentido para aquilo que estou a fazer, seja uma peça ou um directo, penso que, como somos a RTP, temos que emitir isto e passar esta informação. Acho que tudo isso, e falo por mim, de algum modo, tranquiliza os jornalistas e também dá alento para o facto de ser necessário tratar todos estes temas.

O atual contrato foi assinado já este ano. Tem conhecimento das alterações feitas face ao antigo contrato?

Não, não, de todo.

O novo contrato aborda mais a necessidade de haver literacia mediática e um *fact checking* muito mais presente no jornalismo atual. Como encara estas mudanças?

Acho que todas essas alterações se tornaram uma necessidade. As redes sociais e a desinformação que lá encontramos é tão constante, tão gritante e tão frequente que eu acho que é preciso duplicar este trabalho do jornalista, de *fact checking*, para confirmar qualquer coisa antes de avançar com a informação. Parece que a opinião pública muda muito mais com as redes sociais do que com o jornalismo e o jornalismo deveria ser mais um espaço de opinião pública do que as redes sociais. Ou seja, parece que se dá mais

crédito a alguém que manipula informação nas redes sociais do que ao jornalista que conta as coisas como elas são, porque, à partida, por mais parcial que um jornalista seja, não vai ser tão parcial quanto alguém que manipula informação nas redes sociais.

A nível ambiental, considera que a RTP trata questões de interesse público ou do interesse do público?

Ambas, mas sobretudo de interesse público ao invés do interesse do público. Por exemplo, nos outros meios de comunicação vêes peças que são quase fait divers e que aqui [na RTP] talvez não tivessem tanto espaço. Nós temos informação muito segmentada e, portanto, nós primamos, pelo menos é esta a minha interpretação, pelo interesse público e não pelo interesse do público.

A RTP acaba por ter maior responsabilidade na educação ambiental do público face a outros meios?

Sim, apesar de eu achar que ainda não estamos nesse patamar. Como já te disse acho que é, ainda, um tema muito pouco explorado, quando comparado com outros meios. Portanto, acredito que, eventualmente, um dia, poderemos contribuir ainda mais para essa literacia ambiental de quem nos vê e ouve.

I - Luís Filipe Fonseca – jornalista redator na editoria de sociedade

Escrever sobre temas relacionados com o ambiente acaba por acarretar desafios diferentes do que escrever sobre outro tema?

Na verdade, acho que é uma abordagem similar. De facto, temos de ter muito cuidado com as fontes porque, quando falamos em questões ambientais, é preciso procurar fontes que sejam fidedignas porque, muitas vezes, quer seja do lado dos negacionistas ou do lado dos ambientalistas, há informações que não são as mais exatas. Quando escrevemos sobre ambiente há um objetivo a atingir e um impacto que pode ser potenciado pela notícia e pelos dados ou valores apresentados, portanto, é preciso ter sempre algum cuidado. Ainda assim, não acho que seja diferente das outras áreas.

Existem recomendações específicas para tratar as estas questões ambientais?

Sinceramente, acho que não. Acho que até são temas tratados com alguma benevolência e, na minha opinião, até se questiona pouco, devemos questionar mais, ser mais desconfiados.

Existe algum interesse pessoal em trabalhar esta temática ou são apenas serviços que lhe são atribuídos?

Eu gosto, são temas que me dizem respeito e que muito me preocupam. Para ser sincero, não é a área pela qual mais me interessa, mas são questões que gosto, de facto, de trabalhar.

Já aconteceu propor algum tema que não tenha sido aceite por editores ou coordenadores?

Curiosamente a pasta do ambiente e da ciência foi-me atribuída, durante algum tempo, aqui na RTP. O problema é que me foram dando outras coisas para fazer e o tempo para tratar questões ambientais foi-se esgotando. Ainda assim, cheguei a propor algumas coisas e foram sempre aceites, ainda fiz umas quantas reportagens, por exemplo, sobre a preservação animal.

Percebi que, geralmente, as peças ambientais acabam por cair do alinhamento do Telejornal. Porque acha que isto acontece?

Não é que seja menos importante, mas geralmente são peças que não são datadas e se não entrarem hoje podem entrar amanhã. Portanto, estão sujeitos a essa situação, não por tratar temas ambientais, até porque, por exemplo, uma peça sobre um crime ambiental pode abrir facilmente uma emissão do telejornal. Eu lembro-me, inclusive, de fazer isso várias vezes para o Telejornal, por exemplo, sobre a gestão das águas nos arrozais, algo muito polémico há uns anos. Agora, temos, de facto, pouco investimento em reportagem com uma editoria muito pequena, ainda assim, há mais do que havia há alguns anos. Considero que há essa sensibilidade, as peças não caem por ser sobre ambiente, mas pode acontecer.

Sente que este tema é deixado para trás ou há, de facto, uma aposta por parte da RTP em tratar questões ambientais?

Eu acho que hoje em dia aposta um bocadinho mais porque temos duas pessoas especificamente dedicadas a este tema. Ou seja, estamos melhor do que já estivemos, mas é uma editoria muito pequena por isso, não me parece ser uma prioridade, naturalmente.

Tem conhecimento dos termos do atual contrato de concessão de serviço público e das obrigações estipuladas?

Só coisas muito genéricas, não é algo que tenha lido do princípio ao fim.

Refiro-me à necessidade de ter de haver uma informação com independência, pluralismo diversidade, contextualização, rigor, isenção, entre outros. Como vê todas estas obrigações?

Ah sim, tudo isso faz parte do nosso trabalho e todos nós nos esforçamos para as cumprir. Agora, claro que é sempre uma tentativa por aproximação.

É algo que tem presente no seu dia-a-dia e que faz parte do seu trabalho diário enquanto jornalista?

Claro que sim, é um esforço que todos nós temos de fazer e que, de uma forma ou de outra, está inerente à nossa profissão.

Mas vê estas obrigações como algum tipo de limitação ao trabalho que faz?

Penso que sim, mas de forma positiva. Quer dizer, temos de saber distinguir factos e a nossa opinião. Ou seja, limita-nos e ainda bem que o faz porque, a meu ver, é um método que nos dá a garantia de que somos isentos, ouvimos todas as partes, todas essas coisas. Há uns anos todo este processo de produção jornalística era muito mais lento e, muitas vezes, uma peça era deixada para o dia seguinte porque não tínhamos ouvido todas as partes e isso é muito importante, temos de dar voz a todos os envolvidos na questão que estamos a tratar. O problema é que antes havia tempo para fazer isso, mas hoje em dia as notícias podem perder validade ao longo do dia, ou seja, chegam ao fim do dia e já nem são notícia porque já foram esgotadas. Portanto, a verdade é que hoje em dia há muito menos controlo sobre essas questões porque as coisas acontecem muito rapidamente e, às vezes, no meio de tudo isto, as coisas não saem perfeitas.

Mas, ainda que com toda essa falta de tempo, os jornalistas têm de garantir que o seu trabalho corresponde a todos esses critérios...

Claro que sim, todos nós trabalhamos para isso e fazemos esse esforço. Para além disso, também temos sempre o auxílio de alguém com uma visão mais global como os editores, os chefes de redação e os coordenadores que, geralmente, têm mais responsabilidade. Portanto, hoje em dia é difícil trabalhar ao ritmo que a notícia cresce ao longo do dia, porque explodem e começam a ser faladas em todo o lado e nós não podemos estar à espera de ter absolutamente tudo para pôr no ar. A dinâmica é, de facto, muito diferente mas esse esforço tem que ser feito mas é imperfeito.

O atual contrato de concessão foi assinado ainda este ano. Tem conhecimento das alterações feitas?

Confesso que não li, estive um pouco distraído quanto a isso.

O novo Contrato aborda de forma mais exaustiva a necessidade de uma maior literacia mediática e presença do *fact checking* no jornalismo. Como encara estas mudanças?

Sinceramente, vejo-as como coisas que se escrevem no papel mas depois não há meios para as fazer porque, na verdade, isso não acontece. Eu não tenho acesso a nenhum sistema de fact checking. Aliás, as próprias agências de notícias chegam a demitir-se desse papel. Já vi coisas publicadas pelas agências nas redes sociais em que as próprias agências dizem que não tiveram oportunidade de verificar a informação que estão a partilhar. E sinceramente, acho que esse é o grande desafio dos próximos anos porque, se há uns anos atrás um vídeo era uma prova irrefutável de que algo aconteceu, hoje qualquer miúdo consegue manipular um vídeo ou uma fotografia. Portanto, os jornalistas podem ter alguma prudência e até algum bom senso, mas não há ferramentas para confirmar esse tipo de informação e, às vezes, em situações de grande pressão, pode haver falhas.

A nível ambiental, considera que a RTP trata de temas de interesse público ou do interesse do público?

Acho que fazemos coisas de interesse público. Em termos quantitativos acho que devíamos fazer mais coisas, relacionadas com esta temática, mas fazemos coisas que sejam de interesse público.

Sente que a RTP enquanto televisão pública tem maior responsabilidade na educação ambiental do público?

Sim, eu diria que sim.

Em que medida?

Precisamente por isso, porque é uma entidade de serviço público e, de uma forma ou de outra, acaba por ter responsabilidades acrescidas face a outros meios de comunicação.

Mas sente que a RTP cumpre essa missão?

No geral acho que sim. Mas nós estamos sempre insatisfeitos, acho que a ciência e o ambiente são áreas que deveriam ter muito mais espaço na programação da antena. A questão é que nós temos que ver a empresa como um todo, há uma série de sites e plataformas com conteúdos muito educativos. O problema é que as pessoas veem muito pouco, mas as coisas estão lá e são feitas por nós, ou seja, ainda assim, a RTP oferece os conteúdos mas se as pessoas os consomem, ou não, já é outra questão.

J - Manuela Sousa – jornalista redatora na editoria de sociedade

Escrever sobre temas ambientais acaba por acarretar mais desafios ou diferentes desafios do que escrever sobre outra temática?

Para mim, pode acarretar alguns desafios porque não é um tema que eu faça frequentemente e, portanto, pode haver conceitos que eu não domine. Na verdade, eu não tenho feito assim tantas peças [sobre este tema] e as peças que faço sobre temas ambientais são sobre factos concretos que existem e acabo por não aprofundar os acontecimentos. Ou seja, é uma história, eu conto histórias e uma história que envolva temas ambientais é uma história normal, como outra qualquer. Portanto, no fundo, como não é uma área sobre a qual escreva frequentemente, também tenho dificuldade em ter fontes para além das fontes oficiais. Por outro lado, daquilo que vou vendo e ouvindo, acho que a dificuldade em conciliar propostas económicas com a defesa do ambiente, por vezes, também está presente. Por exemplo, há uns dias vi uma reportagem que, teoricamente, seria uma proposta ambiental mas tinha uma raiz puramente económica, não passava de uma estratégia de marketing de uma determinada empresa que fazia bandeira das questões ambientais. Este é um desafio que os jornalistas têm de saber contornar.

Há algumas recomendações específicas para tratar estes temas?

Não, tratar este tema é como tratar outro tema qualquer. Aquilo porque nós temos de reger são os princípios básicos do jornalismo, nada mais que isso.

Há algum interesse pessoal em escrever sobre estes temas ou são apenas serviços que lhe são atribuídos?

Não, não tenho propriamente um interesse especial em escrever sobre esta área como tenho, por exemplo, com outras áreas. Portanto, no que diz respeito a temas ambientais, são apenas serviços que me são atribuídos.

Já aconteceu propor alguma peça sobre um tema ambiental que tenha sido recusado?

Não, comigo nunca aconteceu até porque, como disse, não tenho particular interesse na área. Já pode ter, de facto, acontecido com outros colegas meus, mas não é nada de que tenha conhecimento ou que tenha acontecido comigo em particular.

Tenho percebido que as peças sobre ambiente, geralmente, caem do alinhamento do Telejornal até mesmo quando comparamos com outras temáticas. Na sua perspetiva, por que razão isto acontece?

Isso acontece porque, muito provavelmente, são peças que não estão na agenda, não estão no topo da atualidade desse dia. O Telejornal é um programa que tende a trabalhar com a plena atualidade e, portanto, peças que já não tenham essa característica, tendencialmente, acabam por cair. Muitas vezes, isto acontece com o tema ambiental.

Mas considera que o ambiente é um tema deixado para trás ou existe, de facto, uma aposta significativa e efetiva por parte da RTP?

Eu acho que apostam nas questões ambientais como apostam nas outras áreas. E o que quero dizer é que, se houvesse um tema forte relacionado com o ambiente acabaria por ser abordado no Telejornal e a verdade é que isso já aconteceu inúmeras vezes. Agora, quando são temas menos fortes, seja pela atualidade ou pelo acontecimento em si, acabam por cair como cai qualquer outro tema. Portanto, não considero que haja uma maior ou menor aposta nos temas ambientais comparativamente com os outros temas abordados numa redação.

Relativamente ao atual contrato de concessão. Tem conhecimento dos termos e das obrigações estipuladas?

Não, não tenho presente.

Refiro-me à necessidade de ter de haver uma informação com independência, pluralismo diversidade, contextualização, rigor, isenção, entre outros. Como vê todas estas obrigações?

Todas essas questões não precisam de estar inscritas no contrato de concessão, tudo isso está relacionado com a nossa ética profissional. Tudo isso tem de estar e, quanto a mim, está inerente a todo e qualquer trabalho jornalístico.

É algo que aplica no seu dia a dia e que está presente na sua atividade jornalística diária?

Claro que sim, a partir do momento em que tudo isso está relacionado com a forma como se faz jornalismo e com a ética profissional de todos os jornalistas, é algo que está presente em todos os serviços que faço e textos que escrevo.

Mas sendo que estas obrigações podem ser algum tipo de limitação ao seu trabalho?

Não, não as vejo como qualquer limitação. Para mim, são apenas regras pelas quais me rejo desde sempre e que estão sempre presentes nos meus trabalhos.

O atual contrato de concessão foi assinado há poucos meses. Tem conhecimento das alterações feitas face ao contrato anterior?

Não, não conheço o contrato. Não sei como era o anterior, não sei como é o atual e não conheço as diferenças entre eles.

O atual contrato aborda a maior necessidade de haver uma literacia mediática e um maior *fact checking* na prática jornalística. Como ver estas mudanças?

Acho que tudo isso faz sentido tendo em conta o tempo em que vivemos. Atualmente, grande parte das fontes do jornalismo são as redes sociais e que espalham informações, muitas vezes, não comprovadas. Na verdade, muitas delas, são informações que nem chegam a ser informações porque são mentiras. Portanto, nós, enquanto jornalistas, temos

de ter um cuidado cada vez maior de cada vez que afirmamos qualquer coisa com a informação que nos seja dada através desse tipo de fontes.

Sente que a RTP, enquanto serviço público, acaba por ter maior responsabilidade na educação ambiental do público face a outros meios de comunicação?

Eu acho que sim, mas não considero que seja através do Telejornal. Tem de haver, e deve haver, programas específicos para o fazer. Não me parece que o Telejornal sirva para educar o público, mas é um programa que serve para dar notícias e para relatar factos relacionados com o ambiente.

E para além do Telejornal? Refiro-me à RTP, enquanto empresa.

Para ser muito sincera, eu não conheço muito bem a programação da RTP mas não me parece que haja muitos programas relacionados com esse tema. Existem alguns, de facto, mas, para mim, deveria haver mais programas desses, principalmente no primeiro canal, com horários onde possa ter uma maior visibilidade.

K - Carla Diogo – jornalista redatora na editoria de sociedade

Escrever sobre a temática ambiental acarreta desafios diferentes, ou mais desafios, do que quando escreve sobre outro tema?

Na verdade, eu acho que todos os temas são relevantes, importantes e desafiantes. Todos eles nos pedem responsabilidade, mas a temática ambiental tem estado mais presente nas nossas vidas nos últimos tempos, nos últimos anos, e acho que acaba por ser um tema de especial importância porque cada vez se sente mais. Por exemplo, cada vez temos mais fenômenos atmosféricos e meteorológicos de extrema gravidade, como os incêndios de verão, cada vez mais intensos, ou até as cheias. Portanto, tudo isto tem grandes implicações no nosso dia a dia e acaba por ser desafiante para quem está deste lado, ir à procura de encontrar respostas e questionar a atualidade neste sentido.

Escrever sobre temas ambientais é um interesse pessoal ou apenas serviços que lhe são atribuídos?

Acaba por ser um gosto pessoal, embora não seja a temática sobre a qual estou mais habituada a escrever. Acho que, talvez no futuro possa escrever mais sobre isso, sobre a questão ambiental. Ainda assim, quando escrevo, gosto de o fazer porque, e voltando um pouco atrás, é desafiante por ser um tema extremamente atual e que vai fazer cada vez mais parte das nossas vidas daqui para a frente.

Há algum tema, relacionado com o ambiente, que tenha proposto e que não tenha sido aceite por editores ou coordenadores?

Não, comigo nunca aconteceu, mas também não é um tema que eu costume propor. E também acho que não é muito recorrente mesmo com os outros colegas, nem por parte de editores, nem coordenadores, nem mesmo da direção ou da empresa em si. Nós temos agora uma editoria de ambiente na redação, até bastante recente, e isto é um fator que mostra que há precisamente essa consciência para despertar a sociedade para este tema e para a importância que ele tem.

Mas há muitas peças sobre ambiente que acabam por cair dos alinhamentos, por exemplo, do Telejornal. Porque acha que isto acontece?

Também caem outras, não é? Não é só ambiente. Mas, com toda a sinceridade, não consigo responder a isso porque são, no fundo, decisões editoriais, não é algo que passe por nós - jornalistas. Depende sempre muito de quem está a coordenar os programas do dia.

Relativamente ao Contrato de Concessão, tem conhecimentos dos termos e das obrigações que estão estipuladas?

Não, por acaso, assim de repente não sei dizer... dá-me algumas pistas...

Refiro-me à necessidade de ter de haver uma informação com independência, pluralismo diversidade, contextualização, rigor, isenção, entre outros. São questões que estão presentes na sua atividade jornalística diária?

Claro que sim, tudo isso faz parte do meu trabalho, desde o primeiro minuto. Não vejo nenhum desses termos como obrigações às quais o meu trabalho tem de corresponder, é algo que já faz parte da minha ética profissional desde que sou jornalista, sem dúvida. E, depois, também nunca fui pressionada por escrever isto ou aquilo, sempre tive liberdade para escrever como acho que deve ser escrito. Até agora, não me tenho dado mal.

O novo Contrato de Concessão foi assinado já este ano. Tem conhecimento das alterações feitas face ao Contrato anterior?

Não, acredita que não... quanto a isso não consigo ajudar...

Por exemplo, este Contrato fomenta a necessidade de uma literacia mediática e de um *fact checking* mais acentuados no jornalismo atual. Por outro lado, não faz referência à necessidade de contraditório. Como vê estas alterações?

Confirmar a informação daquilo que escrevemos é, diria eu, um dos maiores, senão o maior pilar do jornalismo televisivo e não só, obviamente. E isso acaba por contribuir

também para a literacia mediática. Trabalhar com a verdade é algo de que não se pode escapar. Agora, quanto a essa história do contraditório, claro que é algo que tem de existir. Sempre aprendi enquanto estudante e apliquei, e aplico, enquanto jornalista que o contraditório faz parte de qualquer trabalho.

Considera que a RTP, enquanto serviço público de televisão, deverá ter uma maior responsabilidade na educação ambiental do público?

Sim, diria que sim, e não só nestes temas ambientais. Se repararmos, o facto de termos um Contrato de Concessão mostra isso mesmo. Por exemplo, a questão do rigor informativo acarreta responsabilidades para um canal de serviço público. Portanto, pessoalmente, não vejo outra forma de fazer jornalismo sem que nos responsabilizemos pela informação que estamos a transmitir e pelo impacto que pode, ou não, ter no público que a vê. Tudo isto está intrínseco ao que é a RTP, e ao que é o serviço público de televisão.